



instituto socioambiental

Relatório Anual de Atividades

2011

PENSO, LOGO COEXISTO.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011



QUEM SOMOS

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

LINHAS DE AÇÃO

O ISA está estruturado em Programas que têm por base as seguintes linhas de ação:

- ✓ Defesa dos direitos socioambientais
- ✓ Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas
- ✓ Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais
- ✓ Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental
- ✓ Fortalecimento institucional dos parceiros locais

Para saber mais sobre o ISA consulte
www.socioambiental.org

CONSELHO DIRETOR:

Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Tony Gross, Jurandir M. Craveiro Jr.

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

André Villas-Bôas

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA:

Adriana Ramos

COORDENADORES DE PROGRAMAS E ATIVIDADES PERMANENTES:

André Villas-Bôas, Antenor Bispo de Morais, Cícero Cardoso Augusto, Beto Ricardo, Fany Ricardo, Guilherme Tadaci Ake, Leila Maria Monteiro, Márcio Santilli, Maria Ines Zanchetta, Nilto Tatto

APOIO INSTITUCIONAL:



Icco – Organização Intereclesiástica para
Cooperação ao Desenvolvimento



NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900
fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114
fax: (61) 3035-5121
isadf@socioambiental.org

Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro – Centro
69010-230 Manaus – AM – Brasil
tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502
isamao@socioambiental.org

Boa Vista

Rua Presidente Costa e Silva, 116 – São Pedro
69306-670 Boa Vista – RR – Brasil
tel: (95) 3224-7068
fax: (95) 3224-3441
isabv@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel/fax: (97) 3471-1156
isarn@socioambiental.org

Canarana

Av. São Paulo, 202 – Centro
78640-000 Canarana – MT – Brasil
tel/fax: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado

Rua Paula Souza, 103
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: (13) 3871-1697/1545
isaribeira@socioambiental.org

Altamira

R. Professora Beliza de Castro, 3.253 – Jd. Independente II
68372-530 Altamira – PA – Brasil
tel: (93) 3515-0293
isaaltamira@socioambiental.org

SUMÁRIO

Apresentação	5
--------------------	---

Atividades Permanentes

Administração	9
Comunicação.....	11
Desenvolvimento Institucional.....	13
Documentação.....	18
Geoprocessamento.....	19
Informática	23

Programas

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas.....	27
Programa Política e Direito Socioambiental	34
Programa Rio Negro	42
Programa Vale do Ribeira	75
Programa Xingu	99

Tema

Povos Indígenas no Brasil	119
---------------------------------	-----

Apresentação

Reforma do Código Florestal, Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Rio Xingu, o lançamento de mais um volume da série Povos Indígenas no Brasil (2006-2010), novos sites com indicadores socioambientais sobre Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira, e sobre Terras Indígenas, os 50 anos do Parque Indígena do Xingu (PIX) com exposição fotográfica, mostra de filmes, debates e um almanaque comemorativo foram alguns destaques do trabalho das equipes do ISA em 2011.

O acompanhamento permanente de todas as etapas que envolveram a reforma do Código Florestal, com a aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado mobilizaram a equipe do Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS), em Brasília. Articulações, análises e contribuições, além de divulgação, contribuíram para qualificar o debate.

Também o acompanhamento do processo de licenciamento da Usina de Belo Monte e do cumprimento das condicionantes mobilizou a equipe do Programa Xingu do ISA que trabalha em Altamira desenvolvendo projetos de sustentabilidade e geração de renda com comunidades ribeirinhas de três Reservas extrativistas da região – Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu. Atuando em conjunto com o PPDS e com os movimentos sociais, o ISA marca sua presença e participa do Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, que vem se reunindo mensalmente, em Altamira.

Os 50 anos do Parque Indígena do Xingu mereceram um festival de culturas xinguanas, na aldeia Ipavu, dos Kamaiurá no parque. Em São Paulo, uma exposição fotográfica, uma mostra de filmes, debates e o lançamento do *Almanaque Socioambiental do Parque Indígena do Xingu - 50 anos*, com a presença de lideranças indígenas contou ainda com o envolvimento de várias pessoas de referência na trajetória do PIX. Todas as celebrações giraram em torno da sustentabilidade futura do Parque.

Como acontece a cada período de cinco anos, o ISA publicou novo volume da série *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010* com lançamentos em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Altamira. O livrão é uma compilação de todas as notícias publicadas no período e que estão no site Povos Indígenas no Brasil, com artigos, textos, mapas e imagens.

No Rio Negro, tiveram continuidade o debate e os seminários com vistas a elaborar um Programa de Formação Superior Indígena e um Instituto de Conhecimentos Indígenas. Já em Roraima, a equipe do ISA em Boa Vista, elaborou um diagnóstico socioambiental do estado, que resultou em seminário e no lançamento da publicação *Diversidade socioambiental de Roraima*.

Por sua vez, as ações de adequação socioambiental da Bacia do Xingu somaram mais de dois mil hectares de áreas degradadas em processo de restauração florestal e agora estão em fase de consolidar e disseminar essas estratégias em larga escala, por meio do plantio direto de sementes florestais. Para isso, foi fundamental a contribuição da Rede de Sementes do Xingu que se encontra em fase de consolidação e profissionalização.

No Vale do Ribeira, a equipe do ISA realizou o inventário de referências culturais quilombolas e tocou adiante, entre outros, o projeto do Circuito Quilombola de Turismo de base comunitária, inaugurado oficialmente no início de 2012, com a participação de seis comunidades. Além de alternativa de geração de renda o circuito é um instrumento de divulgação e resgate da história cultural dos remanescentes de quilombos. Também foi inaugurada a Casa do Mel no quilombo de Porto Velho como mais uma ação alternativa de geração de renda para as comunidades.

Esses são apenas alguns dos destaques dos trabalhos realizados pelo ISA em 2011 e que estão detalhados e documentados neste relatório. Boa leitura!

André Villas-Bôas
Secretário executivo

ATIVIDADES PERMANENTES

ADMINISTRAÇÃO

O que é

Área responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro do Instituto Socioambiental (ISA), com escritório central em São Paulo e equipes de referência em Brasília, São Gabriel da Cachoeira (AM), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Canarana (MT) e Eldorado (SP). Reúne as atividades necessárias para administrar o ISA visando a atender as legislações fiscal, contábil e trabalhista, as regras do Instituto e os acordos com as coordenações dos projetos e programas, contemplando as diferentes formas de atuação de cada equipe. A administração está assim estruturada:

- ▶ **Núcleo de Gestão de Contratos** - planejamento financeiro, elaboração de orçamentos, relatórios gerenciais, rateios de despesas compartilhadas, monitoramento de projetos e prestação de contas para as agências financiadoras.
- ▶ **Setor Financeiro Contábil** - contas a receber/cobrança, contas a pagar, tesouraria, fiscal, controle financeiro de fluxo de caixa, e relatórios contábeis.
- ▶ **Setor de Pessoal** - administração do quadro de funcionários e de prestadores de serviços, recrutamento, seleção, admissão, informações a funcionários, demissão, folha de pagamentos, benefícios e orientação à coordenação quanto aos riscos, alternativas e custos trabalhistas.
- ▶ **Setor de Serviços Gerais e Suprimentos** - compras, controle patrimonial, comercialização de produtos, logística, apoio e serviços administrativos – participação em eventos, reservas e compras de passagem, recepção, telefonia, portaria, fotocópias/encadernações, almoxarifado, copa, limpeza e conservação.

Equipe

São Paulo-SP

• Coordenação

Guilherme Tadaci Ake (administrador de empresas, coordenador); **Fabio Masami Endo** (bacharel em Ciências Contábeis, coordenador adjunto).

• Setor de Orçamento e Finanças/Financeiro Contábil

Sandra Mara Ribeiro (bacharel em Ciências Contábeis, supervisora de contabilidade); **Mauro Antonio de Oliveira** (auxiliar financeiro); **Renata Pereira Braga** (técnica contábil, assistente financeiro); **Luciana Andrade dos Santos** (auxiliar financeira); **Jamerson Oliveira da Silva** (auxiliar financeiro); **Bruno Ricardo Pereira de Jesus** (auxiliar administrativo).

• Setor de Pessoal

Rosilene Dias de Moraes (tecnóloga em recursos humanos, assistente de pessoal).

• Setor de Serviços Gerais e Suprimentos

Carlos Alberto de Souza (administrador de empresas, supervisor de serviços gerais); **Francisco Cleonilton Moreira de Souza** (zelador); **Rosana Aparecida Lino Andre** (auxiliar de serviços gerais); **Veronice Cardoso Matos** (auxiliar de serviços gerais, a partir de agosto); **Sara Andrade dos Santos** (recepcionista).

• Setor de Compras

Simone Alves Pereira (assistente de compras); **Waldemir Brolio** (administrador de empresas, auxiliar administrativo); **Regiane Pereira Braga** (auxiliar administrativo).

Brasília-DF

• Gestão Administrativa – Programa Política e Direito Socioambiental

Linda Cristina Khan (secretária executiva); **Steffan Sevalt Ferreira** (auxiliar administrativo); **Maria Pereira dos Santos** (auxiliar de serviços gerais).

Manaus-AM

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Marcílio Cavalcanti (agrônomo, supervisor de administração).

São Gabriel da Cachoeira-AM

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Francimar Lizardo dos Santos (supervisor de administração); **Joás Rodrigues da Silva** (auxiliar administrativo); **Margarida Murilo Costa** (zeladora).

Roraima-RR

• Gestão Administrativa – Programa Rio Negro

Matthieu Lena (administrador); **Sidinaldo Lima dos Santos** (auxiliar administrativo); **Marcolino da Silva** (auxiliar de serviços gerais).

Canarana-MT

• Gestão Administrativa – Programa Xingu

Cleudemir Peixoto (pedagoga, auxiliar administrativa); **Erica Iegli** (auxiliar de serviços gerais); **Sadi Elsenbach** (motorista).

Eldorado-SP

• Gestão Administrativa – Programa Vale do Ribeira

Silvani Cristina Alves (administradora, assessora administrativa); **Nautica Pupo Pereira de Moraes** (auxiliar de serviços gerais).

COMUNICAÇÃO

O que é

Área dedicada à comunicação institucional com o público externo, parceiros e colaboradores, responsável pela produção e divulgação de informações no site, no Twitter e no Facebook, e por e-mail junto à mídia especializada privilegiando temas de interesse do Instituto Socioambiental (ISA), direcionados a diferentes públicos. Atende ainda as demandas da imprensa, orienta, encaminha e, por outro lado, propõe pautas socioambientais e faz followup.

Produz e edita o Boletim Socioambiental – resumo das atividades do instituto, enviado a parceiros e financiadores –, boletins eletrônicos com notícias e pautas/releases para a imprensa, elabora projetos gráficos, faz editoração eletrônica e produz materiais de apoio a eventos do ISA. O objetivo é divulgar ao público em geral as ações focadas na pesquisa e disseminação de informações socioambientais, em defesa dos direitos socioambientais coletivos e dos povos, e que sirvam de referência para propor novos modelos de sustentabilidade socioambiental e alternativas às políticas públicas.

Equipe

Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web, até agosto de 2010); Julio Cezar Garcia (jornalista, editor, até setembro); Maria Inês Zanchetta (jornalista, editora); Christiane Peres (jornalista, editora, a partir de outubro, no programa Xingu); Oswaldo Braga de Souza (jornalista, editor); Vera Feitosa (editora de arte).

O que foi feito

- Elaboração e envio de boletins eletrônicos para a mídia especializada e mailings regionais com notícias publicadas no site do ISA.
- Produção e envio de 59 releases e pautas com assuntos de interesse do ISA, principalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a reforma no Código Florestal.
- Desenvolvimento do projeto Rio +20 patrocinado pela Fundação Ford, de capacitação para jornalistas com as seguintes ações:
 - Realização de dois seminários – em São Paulo e em Brasília – sobre os temas da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável a se realizar no Rio de Janeiro em junho de 2012.
- Elaboração e edição de publicação Radar Rio+20
- Elaboração e edição do site www.radarrio20.org.br
- Elaboração de projetos gráficos, editoração e acompanhamento gráfico de 4 livros, além de informativos e materiais de divulgação diversos como banners, folders, camisetas e outros;
- Produção de 260 notícias (245 NSAS e 15 artigos Direto do ISA)

- Atualização de mailings de imprensa; confecção de novos mailings para Brasília, São Paulo, Manaus, Altamira e Pará.
- Manutenção e produção de conteúdo para o site do ISA;
- Divulgação de cyberações sobre o assassinato de lideranças Guaraní-Kayowáa, em Mato Grosso do Sul e participação na cyberação Floresta-fazadiferença. A primeira resultou em abaixo-assinado com 1.400 assinaturas entregue ao ministro da Justiça. A segunda, fechou em um milhão e meio de assinaturas entregue ao Congresso Nacional.
- O Site De Olho no Fundo Amazônia (<http://deolhonofundoamazonia.ning.com/>), lançado em junho de 2010, disponibilizou uma série de reportagens sobre Unidades de Conservação na Amazônia. O site foi criado para monitorar a gestão do fundo criado pelo governo brasileiro, em 2008, para financiar ações de prevenção, combate e vigilância ao desmatamento. A iniciativa é um canal aberto à sociedade civil para acompanhar a aplicação dos recursos e critérios usados na seleção dos projetos e seus resultados. As ONGs têm reivindicado mais transparência e participação na administração do fundo, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Participação no 4º Congresso de Jornalistas Ambientais, no Rio de Janeiro.

► WEBSITE

- 2.299.085 acessos ao site
 - 5.635.231 páginas visualizadas
- (com base em relatório do Google Analytics).

Sites considerados: PIB, Pibinho, Cílios do Ribeira, Socioambiental, Mananciais, Y Ikatu, De Olho no Fundo Amazônia, UCs.

- 9.746 seguidores no Twitter
- 332 tuites
- Facebook – 1.477 pessoas curtiram 230.263 posts

► ISA NA MÍDIA

- 440 inserções na mídia (sendo 65 entrevistas para rádio e tevê com destaque para Jornal Nacional, Jornal das Dez, Fantástico e Bom Dia DF)

TABELA COMPARATIVA 2005-2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	% de crescimento de 2010 para 2011
Notícias	258	195	201	233	193	208	245	17,8%
Direto do ISA	01	01	09	0	04	09	15	66,6%
Boletins eletrônicos e pautas	48	49	60	100	53	39	59	51,2%
Visitas ao site						1.903.622	2.299.085	20,7%
Inserções na mídia geral	379	360	753 ^(*)	581 ^(*)	382	337	440	30,5%
Só rádio e tevê	67	33	73 ^(*)	86 ^(*)	55	34	65	91,1%

^(*) nos anos de 2007 e 2008 com a realização da Campanha De Olho nos Mananciais e com uma assessoria de imprensa própria cresceu o número de inserções do ISA na mídia e o número de entrevistas para rádio e tevê.

► PRODUÇÃO GRÁFICA

- Editoração do livro *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*;
- Projeto gráfico e editoração do livro *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira – avanços e desafios*;
- Agenda ISA 2012;
- Relatório de Atividades 2010;
- Projeto gráfico e editoração do *Dicionário Português Yanomama*
- Projeto gráfico e editoração do kit *Sistema de Indicadores Socioambientais para UCs da Amazônia brasileira*.

Avaliação

A equipe de jornalistas (dois em Brasília até setembro e um em São Paulo) acompanhou de perto dois assuntos caros ao ISA: as propostas de mudança no Código Florestal e a retomada pelo governo da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Em trabalho integrado com o Programa Política e Direito Socioambiental e Programa Xingu do ISA, várias notícias, reportagens e artigos foram produzidos tratando dos dois temas, que continuarão em pauta em 2012.

A equipe trabalhou exaustivamente na divulgação das questões referentes ao Código Florestal, com análises e pautando a mídia.

A partir de 2011, o site De Olho nos Mananciais passou a ser administrado pela Rede De Olho nos Mananciais coordenada pelo Instituto Vitae Civilis.

Perspectivas

- Ampliação e diversificação na produção de conteúdo, com a gradativa migração do site atual para um blog mais dinâmico, versátil e colaborativo.
- Maior envolvimento dos programas do ISA nos conteúdos produzidos.
- Utilização do acervo de fotos, de textos e de mapas para divulgação no blog.
- A nova plataforma terá como prioridade aprimorar a comunicação com o público interno e externo para que haja maior interatividade.
- Ampliar a participação em novas rede sociais como o Pinterest e o ISUU.

Melhores momentos

- Produção de notícias e artigos sobre a reforma do Código Florestal.
- Projeto Radar Rio+20 – publicação e site.
- Produção do livro *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O que é

Atividade permanente que visa aperfeiçoar a capacidade de fluxo de informações internas e externas, por meio de sistemas atualizados e apropriados de coleta, processamento e gerenciamento de informações referentes a compromissos e obrigações contratuais. Visa também facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios.

Equipe

Josy Andrade dos Santos (estudante de Administração de Empresas, auxiliar de desenvolvimento institucional). **Margareth Nishiyama** (arquiteta, assessora de planejamento e desenvolvimento institucional)

O que foi feito

- Prospecção de oportunidades junto a órgãos públicos nacionais, fundações e agências nacionais e internacionais;
- Assessoria na formulação, formatação e encaminhamento de propostas a instituições financiadoras;
- Acompanhamento constante do processo de negociação, desde a submissão até a efetivação da contratação dos projetos;
- Monitoramento dos compromissos e obrigações contratuais;
- Assessoria na formulação, formatação e encaminhamento de relatórios de acordo com as obrigações contratuais;
- Interlocução com parceiros e financiadores, sobre questões relativas aos contratos firmados;
- Apoio aos demais setores do ISA para produção de publicações, reuniões e contatos interinstitucionais, seminários e exposições.

PROJETOS MONITORADOS EM 2011

A	59	contratados anteriormente a 2011
B	47	contratados em 2011
C	7	não contemplados
D	4	em negociação
E	4	aprovados aguardando contratação
	121	Total de processos monitorados

	AREA	PROJETO	FONTE
1	RB	Cultura e Território: A contribuição da cultura quilombolas para gestão sustentável dos territórios na Mata Atlântica.	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID
2	RB	Cultura y Territorio: La contribución de la cultura quilombola (descendientes de esclavos) para a organización del paisaje en la Floresta Atlántica	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID
3	XG	Adequação Socioambiental da Agropecuária Fazenda Brasil	Agropecuária Fazenda Brasil Corporativo
4	XG	Restauração Florestal de Nascentes e Matas Ciliares Xingu Campanha yikatu XG	Agropecuária Roncadir
5	INST	Trienal 2011-2013	Ajuda da Igreja da Noruega - AIN
6	RN/XG	Clean Energy - Energy Solutions for communities and small urban centers in the Amazon project platform in Xingu, Rio Negro and Raposa do Sol	Ajuda da Igreja da Noruega - AIN
7	RB	Solicitação de apoio para reequipar sede / casa do ISA em Eldorado	Ajuda da Igreja da Noruega - AIN
8	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel	Alcoa Alumínio S.A. - Alcoa
9	XG	Mobilização do MXVS para discussão sobre Belo Monte	Amazon Watch
10	XG	Franquia de Baixo Carbono	Associação Franquia Sustentável - Afras
11	RB	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Rio Ribeira de Iguape (SP)	Associação Núcleo Oikos
12	RB	Realização da 3ª Feira de Troca de Sementes Tradicionais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira	Associação Núcleo Oikos
13	RB	Salvaguarda, difusão e fomento do patrimônio cultural de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e mobilização pela chancela da paisagem cultural	Associação Núcleo Oikos
14	FAS	Evento Cenários e Perspectivas da Pan Amazonia	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale
15	XG	Corredor Xingu de Sociobiodiversidade, um desafio de sustentabilidade para o Brasil	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale

	AREA	PROJETO	FONTE
16	XG	Projeto de apoio à consolidação do Mosaico de ucs da Terra do Meio, com ênfase nas 3 Reservas Extrativistas - Ano 2	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale
17	XG	Publicação Parque Indígena do Xingu 50 anos	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável - Fundo Vale
18	FAS	Apoio ao funcionamento do Fórum Amazonas Sustentável através do fortalecimento à comunicação institucional e apoio à Secretaria Executiva	Avina Americas
19	RAISG	RAISG 2010 Initiative	Avina Americas
20	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel	Banco da Amazônia S.A. - BASA
21	RB	Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: Planejamento socio-ambiental no município de Eldorado (SP)	Banco do Brasil/KfW PDA-MA - PDA/MA
22	XG	Disseminando a Cultura Agroflorestal na Região do Araguaia Xingu, Nordeste de Mato Grosso	Banco do Brasil/KfW PDA-Padeq - PDA/PADEQ
23	MAP	De Olho na Amazônia	BNDES/ FUNDO AMAZÔNIA - BNDES
24	PIB/MAP	Monitoramento da Situação e da Sustentabilidade das Terras Indígenas no Brasil	CAFOD - CAFOD
25	RN	Geração e Experimentação de Energias Alternativas na EIBC-Pamáali, Medio Rio Içana	CAFOD - CAFOD
26	RN	Oficinas temáticas sobre a produção de artesanato na Escola Tukano Yapuri	CAFOD - CAFOD
27	RB/XG	ATER socioambiental: fortalecimento da atividade artesanal de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira e formação de reeditores de ATER na Bacia do Xingu	CAIXA/MDA
28	RB	Fomento ao Circuito Quilombola	CAIXA/MDA
29	XG	Shared forest governance in Xingu river headwaters region	Comissão Europeia
30	XG	Direitos Inteiros para populações extrativistas da Terra do Meio: Integração territorial, acesso a direitos e valorização de culturas tradicionais de populações das Reservas extrativistas do Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, Pará, Brasil.	Comissão Europeia
31	RB/XG	Implementar processos de capacitação e gestão para comunidade tradicionais que permitam inserção no mercado justo e acesso às políticas públicas de comercialização de produtos agrícolas e florestais	Comissão Europeia
32	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazônia Sustentável	Companhia Refinadora da Amazônia - Agropalma
33	RB	Desenvolvimento Econômico e Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira através da Conservação, Recuperação e Manejo Sustentável dos Recursos da Mata Atlântica	Consortio MAIS-RETE -
34	FAS	Despesa de Aluguel do Espaço de Intercâmbio de Experiências dentro do Fórum Amazônia Sustentável	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
35	XG	Projeto Articulação da Cadeia Produtiva de Óleos de Copaíba e Andiroba na Região da Terra do Meio, no Oeste do Pará - Cooperante 1	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) gmbh - GIZ
36	XG	Projeto Articulação da Cadeia Produtiva de Óleos de Copaíba e Andiroba na Região da Terra do Meio, no Oeste do Pará - Cooperante 2	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) gmbh - GIZ
37	XG	Rede de Sementes do Xingu: uma alternativa de geração de renda através do pagamento por serviços ambientais	Embaixada Britânica
38	PIB/MAP/ RN/XG	PROJETO TRIENAL ISA - 2010 A 2012: Informações Qualificadas sobre Povos e Terras Indígenas para Políticas Públicas, Combate ao Preconceito, e Parceria com Organizações Locais no Xingu, Rio Negro e Yanomami	Embaixada da Noruega
39	XG	Management of protected areas in the Xingu Indigenous Lands and the reserve mosaic of the Terra do Meio	Environmental Defense Fund/Gordon and Betty Moore Foundation - ED/GBMF
40	XG	Effective management and strategies for long term sustainability of the Xingu sustainability of the Xingu Procted Areas (Moore GRANT# 503.04)	Environmental Defense Fund/Gordon and Betty Moore Foundation - EDF/GBMF
41	RB/XG	Food security and sustainable development in Brazil, and, in particular, among the indigenous and traditional people of Xingu and Ribeira basins, by the conservation and sustainable use of plant genetic resources	FAO
42	RN	Através do universo: o céu dos Tukano do Tiquié	FAPEAM
43	XG	Kri Ippe – registro de nosso território e aldeias antigas do povo Panara	Funarte / Mais Cultura

	AREA	PROJETO	FONTE
44	XG	Valorização da diversidade socioambiental na Bacia do Xingu	Fundação Avina
45	RAISG	PROJETO ARA - Regional: ODM's em la Amazonia- Fase 1	Fundação Avina
46	RB	Projeto de desenvolvimento da atividade apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira	Fundação Banco do Brasil
47	RB	Consolidação da cadeia produtiva apícola nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP	Fundação Banco do Brasil
48	COM	Rio+20	Fundação Ford
49	RAISG	RAISG 2011	Fundação Ford
50	PPDS	Garantindo o arcabouço legal para desmatamento evitado (REDD) no Brasil	Fundação Ford
51	PPDS	Promoção de direitos territoriais de populações indígenas, tradicionais e pequenos agricultores: do nacional ao local	Fundação Ford
52	RN/MAP	Amazônia Socioambiental: consolidação das áreas protegidas na Amazônia Brasileira - continuidade	Fundação Gordon & Betty Moore
53	RN	Diagnóstico Socioambiental de Roraima: desenvolvimento econômico e valorização dos serviços ambientais no extremo norte da Amazônia brasileira	Fundação Gordon & Betty Moore
54	XG	Encontro de trocas de sementes e mudas e de conhecimentos sobre os alimentos das roças tradicionais dos índios do Xingu	Fundação Luterana de Diaconia - FLD
55	XG	Social strategies to fight against deforestation	Fundação Packard
56	RB	Floresta e Água-Experiências de Pagamento de Serviço Ambiental no Vale do Ribeira	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
57	XG	Projeto Rede de Sementes do Xingu. Geração de Renda e Valorização da Sociobiodiversidade no MT	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
58	MM	De Olho nos Mananciais II	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO
59	RB	Ribeira Sustentável II	Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO
60	RB	Articulação e mobilização social para a conservação e recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira	Fundo Estadual de Recursos Hídricos / BANESPA - FEHIDRO/BANESPA
61	RB	Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à Conservação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape	Fundo Estadual de Recursos Hídricos / NOSSA CAIXA - FEHIDRO/NCNB
62	RB	Programa de Educação Ambiental - Ribeira Sustentável	Fundo Estadual de Recursos Hídricos / NOSSA CAIXA - FEHIDRO/NCNB
63	RB	Elaboração de estratégia para implementação de projeto piloto para pagamento por serviços ambientais - Vale do Ribeira (Empreendimento RB-181)	Fundo Estadual de Recursos Hídricos/Banco do Brasil - FEHIDRO/BB
64	RB	Planejamento territorial estratégico: Uma ferramenta de gestão para a sustentabilidade dos territórios quilombolas	Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA
65	XG	Recuperando as nascentes e matas ciliares: um exemplo de concertação intersetorial	Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA
66	XG	Desenvolvimento de atividades socioambientais no município de Altamira - PA	Gisela Moreau
67	INST	Combate às Mudanças Climáticas na Bacia do Rio Xingu (MT) e na Bacia do Rio Ribeira de Iguape (SP)	Grendene
68	RN	Gestão e Ordenamento Territorial da Bacia do Rio Negro (2008-2010)	HORIZONT 3000
69	RN	Organizações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável no Alto e Médio Rio Negro	HORIZONT 3000
70	INST	Trienal 2011-2013	ICCO & Kerk in Actie
71	XG	MAPPING HIGH CONSERVATION AREAS	ICV/Chemomics International - ICV
72	RN	Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural no Rio Negro - continuidade	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
73	RN	Livro "Educação Escolar Indígena no Rio Negro"	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
74	RN	Produção do livro a queda do céu e 400 camisetas alusivas ao envontro de Xamãs na aldeia Watorik (Denini) com desenhos do Davi Yanomami	Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
75	XG	O poder da Sociodiversidade do Xingu: desvendando um lado do desenvolvimento	Instituto HSBC Solidariedade
76	XG	Rede de Sementes do Xingu: uma alternativa de geração de renda valorizando a diversidade socioambiental	Instituto Ventura

	AREA	PROJETO	FONTE
77	XG	Meeting of indigenous people of Xingu on Belo Monte Dam	International Rivers
78	RN	Criando condições para a iniciativa de registro binacional (Brasil – Colombia) da rota de transformação dos povos indígenas no Noroeste Amazônico	IPHAN
79	XG	Identificação de sítios e histórias ancestrais dos povos Kaiabi, Yudja, Kisêdjê e Panará	IPHAN
80	RN	GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA EM PEQUENA E LARGA ESCALA NA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, RORAIMA, BRASIL	Itau - Ecomudança
81	XG	Publicação Parque Indígena do Xingu 50 anos	MINC Lei de Incentivo à Cultura / CONSTRUCAP
82	RB	Educação e Cultura para Sustentabilidade Socioambiental das Comunidades Quilombolas no Vale do Ribeira	Mariana Moreau
83	RB	Assessoria às associações quilombolas do Vale do Ribeira para a gestão de projetos e empreendimentos comunitários	MDA/AEGRE
84	RN	Projeto Magistério Yrapari: Formação de professores Yanomami	MEC-FNDE
85	XG	Projeto Político Pedagógico em miúdos: língua, espaço de aprender e a construção da territorialidade no Xingu	MEC-FNDE
86	RB	Inventário de Referências Culturais Quilombolas do Vale do Ribeira de Iguape (SP)	MINC Lei de Incentivo à Cultura / PETROBRAS S.A
87	RN	Centro Cultural dos Povos Indígenas do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.	Ministério da Cultura - MINC
88	RB	Cine Clube Aldeia Cultural - Eldorado (SP)	Ministério da Cultura - MINC
89	RN	Ponto de Difusão Digital - São Gabriel da Cachoeira (AM)	Ministério da Cultura - MINC
90	XG	11 pontos de Cultura no Parque Indígena do Xingu, TI Panará e Kayapó	Ministério da Cultura - MINC
91	RN	Valorização da diversidade cultural da Bacia do Rio Negro – AM e RR: Implantação de 22 Pontos de Cultura Indígena	Ministério da Cultura - MINC
92	RB	Projeto de Proteção, Difusão e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Comunidades Quilombolas do Vale Do Ribeira	Ministério da Justiça/CFDD
93	RB/XG	Estratégias de adaptação às mudanças climáticas em territórios protegidos – Parque Indígena do Xingu e Vale do Ribeira (proposta 9021573/2011)	Ministério da Justiça/CFDD
94	RN	Cartografia cultural e registro do patrimônio imaterial binacional (Brasil-Colômbia) da rota de transformação dos povos indígenas no noroeste amazônico	Ministério da Justiça/CFDD
95	RB	Divulgação do Circuito Étnico Quilombola de Base Comunitária	Ministério do Turismo -
96	PPDS/XG	Regional Impacts of BNDES Investments Project	Mott Foundation -
97	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel/Seminário Pan-Amazônico	Natura Cosméticos S/A
98	XG	Agenda Socioambiental 2012	Natura Cosméticos S/A
99	XG	Carbono Socioambiental do Xingu – Edital Natura 2008/09	Natura Cosméticos S/A -
100	XG	Carbono Socioambiental do Xingu - Edital Natura 2009/10	Natura Cosméticos S/A - NATURA
101	INST	Proposta de Trabalho em Política Agroambiental	OXFAM GB - OXFAM
102	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás
103	XG	Promoção do Arranjo Produtivo da Castanha do Brasil e de óleos Vegetais focando Povos Indígenas e Envolvendo Comunidades Tradicionais na Região de Influência da BR-163 no Estado do Para (PNUD BRA/08/012) Pré qualificação n 13945/2011 lote 07	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
104	XG	Movimento Xingu Vivo para Sempre	Rainforest Action Network - RAN
105	RN	Direitos indígenas, fortalecimento institucional e governança na bacia do rio Negro, noroeste amazônico 2008-12	Rainforest Noruega - RFN
106	PPDS	Pacote Amazônia (2011-15) - Fundo Amazônia	Rainforest Noruega - RFN
107	XG	Pacote Amazônia (2011-15) - Xingu	Rainforest Noruega - RFN
108	RAISG	Pacote Amazônia (2011-15) - RAISG	Rainforest Noruega - RFN
109	RN	Pacote Amazônia (2011-15) - Rio Negro	Rainforest Noruega - RFN
110	RN	Projeto de Educação Intercultural – PEI 2009-2012	Rainforest Noruega - RFN
111	PPDS	Valorização da diversidade socioambiental brasileira como estratégia de desenvolvimento 2008-2012	Rainforest Noruega - RFN
112	XG	Programa Xingu Socioambiental 2008-2012	Rainforest Noruega - RFN

	AREA	PROJETO	FONTE
113	RB	Fortalecimento das manifestações culturais quilombolas através de incentivo a processos e práticas culturais voltados a promoção sociocultural dos jovens quilombolas do Vale do Ribeira	Secretaria do Estado da Cultura - SP - SEC-SP
114	RB	Feira de Troca de Sementes e um Seminário de Trocas de Conhecimento Sobre Formas de Manejo Agroecologicos	SEPPIR
115	FAS	Reunião entre Suzano, Comissão Executiva FAS e Comunidade Baixão da Coceira/MS em 18/11/2011	Suzano Papel e Celulose S.A.
116	XG	Restoration of 100 hectares of degraded riparian forests in basin of the Xingu River, within the scope of the "Y Ikatu Xingu" campaign	TFT/JYRSK - TFT
117	XG	Produção Responsável nos Estados do Pará e Mato Grosso	The Nature Conservancy /USAID - TNC/USAID
118	PPDS/XG	Readness in Brazil	The Nature Conservancy /USAID - TNC/USAID
119	RN/XG	Formação de crianças e jovens indígenas na Amazônia	UNESCO/Criança Esperança
120	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel	Vale S/A
121	FAS	V Encontro Anual do Fórum Amazonia Sustentavel	Wal-Mart Brasil Ltda

DOCUMENTAÇÃO

O que é

Centralizado na sede de São Paulo, funciona como serviço permanente de apoio aos projetos, programas e setores do ISA. Sua ação está baseada, em grande parte, no acompanhamento atualizado e qualificado de processos sociais e políticos, envolvendo diferentes temas, atores sociais e uma rede de instituições, o que exige um sistema de rotinas complexas de captação, processamento informatizado, conservação, disseminação e acesso de documentos/informações, tanto para a equipe do ISA quanto para o atendimento de demandas externas.

Equipe

Claudio Aparecido Tavares (produtor editorial, documentalista); Leila Maria Monteiro da Silva (historiadora, documentalista); Luiz Adriano dos Santos (auxiliar de documentação); Mariana Maraccini (estudante de Publicidade e Propaganda, estagiária, a partir de maio); Miriã Nunes Ribeiro (estudante de Ciências Atuariais, estagiária, até abril).

O que foi feito

► Acervo audiovisual

Fotos digitalizadas e processadas	35.958
Fitas de vídeo, DVDs e mini-DVDs	1.894

► Acervo textual

Docs/Livros processados	21.923
Docs/Livros pré-processados	6.603

► Banco de Notícias

Notícias digitalizadas e processadas	34.167
--------------------------------------	--------

► Cadastro institucional

Pessoas e Instituições	27.889
Cadastros atualizados	2.953

► Manchetes Socioambientais

Assinantes	7.440
------------	-------

► Atendimento

	Acervo textual	Acervo audiovisual	Total
Interno	363	161	524
Externo	101	53	154
Total	464	214	678

► Coberturas fotográficas

Evento PIX+50 na Cinemateca Brasileira; Lançamento do Pibão 2006-2010 em São Paulo; Pannel de Monitoramento Socioambiental - De Olho nas Terras Indígenas (discussão com especialistas sobre indicadores socioambientais em TIs); Reunião do Programa Xingu com representantes de várias agências de publicidade sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

► Mala-direta divulgação e distribuição de convites e publicações

Agenda Socioambiental 2012; Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos; Áreas Protegidas na Amazônia: avanços e desafios; Boletim Socioambiental; Campanha Floresta faz a diferença; PIX+50: Exposição Fotográfica, Mostra de Filmes e Debates; Povos Indígenas no Brasil 2006-2010; Vídeo nas Aldeias 25 anos: 1986-2011.

► Periódicos

Há 661 coleções de periódicos, sendo 573 delas coleções fechadas (encerradas) e 88 ativas.

► Pesquisa fotográfica e tratamento de imagens

Agenda Socioambiental 2012; Povos Indígenas no Brasil 2006-2010; Vídeo nas Aldeias 25 anos: 1986-2011; Diversidade Socioambiental de Roraima; Sistema de indicadores socioambientais para UCs da Amazônia. Além de apoio na produção do Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 Anos e da Exposição PIX+50.

► Outras atividades

Elaboração da Agendinha ISA 2011; Índice remissivo e produção do Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos; Revisão bibliográfica da publicação Radar Rio+20; Siglário da publicação Diversidade Socioambiental de Roraima.

Melhores momentos

O acervo do ISA foi fundamental para a publicação do Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. Além de ter sido fonte de informações textuais e iconográficas, a Documentação participou ativamente de todas as etapas de produção e divulgação deste livro realizado em comemoração ao cinquentenário de uma ilha de sociobiodiversidade no coração do Brasil.

GEOPROCESSAMENTO

O que é

Consiste na produção, atualização e divulgação de informações cartográficas e desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para fins de monitoramento e elaboração de diagnósticos socioambientais de Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas de interesse socioambiental. Atende ainda as demandas internas de projetos e programas do ISA – em desenvolvimento ou em fase de planejamento – bem como demandas de comunidades e parceiros locais, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, imprensa e público em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA.

Equipe

► Núcleo

Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador); Alexandre Degan, até março/2011; Rosimeire Rurico Sacó (geógrafa, analista de geoprocessamento); Thomas Jean Georges Gallois, até outubro/2011; Paulo Henrique Aguiar (geógrafo, técnico em geoprocessamento)

► Analistas de Geoprocessamento por Programas

Alicia Rolla (geógrafa, Monitoramento de Áreas Protegidas); Maria Fernanda Prado (bióloga, Vale do Ribeira); Wellington Fernandes (estudante de Geografia, estagiário, Ribeira, desde abril); Marisa Gesteira Fonseca (bióloga, Xingu); Camila Dantas (estudante de Geografia, estagiária, Xingu); Renata Aparecida Alves (ecóloga, Rio Negro); Camila Franco (estudante de Geografia, estagiária).

O que foi feito

► Participação em cursos e eventos

- Oficina técnica para avaliar os primeiros resultados do processo de desmatamento para o período de 2000 e 2005, ajustes na metodologia e integração das informações pelos membros de "Raisg – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada", em março, Lima – Peru;
- Feira de Geotecnologias – MundoGeo#connect, em maio, São Paulo/SP;
- Workshop realizado no Imazon para os membros da Raisg para treinamento e avanço na metodologia do desmatamento para a Bacia Amazônica, em maio, Belém/PA;
- Oficina para elaboração do Atlas de Pressões e Ameaças com os membros de "Raisg – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada", em junho, Lima – Peru;
- II Encontro de Usuários (EU Esri Brasil 2011) para os softwares da Environmental Systems Research Institute (ESRI), agosto, São Paulo/SP;
- Encontro anual para os membros da Raisg, e oficina técnica para elaboração do Atlas de Pressões e Ameaças, em setembro, São Paulo/SP;
- Participação III Workshop sobre utilização de SIG na área ambiental, em outubro, Piracicaba/SP;
- Workshop organizado pelo Imazon e Google para capacitar instituições membros da Raisg – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada no uso de aplicações como Google Earth Engine e SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento), em outubro, São Paulo/SP;

- Participação em vários seminários online: Uso de imagens do satélite SPOT; Processamento Dinâmico de Informação Geoespacial; Painel de Softwares Livres da OSGeo (Open Source Geo); Imagens de Satélite com Ótimo Custo x Benefício, promovidos pela Revista MundoGeo.
- Capacitação interna para uso dos bancos POSTRESQL/Postgis;

► Programa Rio Negro

Para contemplar as demandas multitemáticas e multirregionais da equipe, dos parceiros e do Estado, trabalhamos na atualização, compilação e manutenção de banco de dados vetoriais e de imagens de satélites e na elaboração de metodologias de mapeamentos participativos e treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe, consultores e estagiária.

No ano de 2011, a manutenção dos sistemas de informações geográficas (SIGs) nos permitiu a disponibilização de tabelas, geodatabase ou shapefiles, numerologias, análises, kmzs e mapas de trabalho/apoio/projetos/relatórios/publicações para as equipes internas do programa (coordenação/SP, Rede Rio Negro, Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié, Rio Uaupés, Roraima e TI Yanomami), assim como principais parceiros (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - Foirn e Distritos Sanitários Especial Indígena - DSEI e parceiros da Rede Rio Negro) e para o Estado (Fundação Nacional do Índio – Funai, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMbio, Secretarias de Meio Ambiente Municipal - SEMAs, Museu da Amazônia, Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE e pesquisadores associados do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia - Inpa e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ).

Resumidamente foram demandadas e elaboradas as seguintes atividades e produtos:

- Apoio institucional à Foirn elaborando mapas temáticos das coordenadorias, mapas para o site e blog, cartas-imagem e dados de campo como subsídios à projetos, fiscalização de invasões, cadastro georreferenciado das associações vinculadas e disponibilização dos dados de comunidades para vários projetos e ações.
- Bacia e Rede- Elaboração de diversas versões de mapas da Bacia Hidrográfica do Rio Negro e do noroeste amazônico, com inclusão de dados das Guianas e atualização dos demais países. Refizemos numerologias, estatísticas e análises. Mapas para web-blog Rede e sistematização e elaboração do SIG, mapa-banner e mapas para NSAs e Seminário de Atualização de Propostas de Gestão e Ordenamento do Médio Negro.
- Mapas da TI Waimiri - Atoari, dados recebidos e incorporados à base de Roraima e elaboração de mapas temáticos (Funai-Programa Waimiri-Atoari).
- Apoio aos GTs de identificação de TIs no Médio Rio Negro (Funai).
- Mapas sobre casos de Chagas no Médio Rio Negro (Fiocruz).
- Linguística - mapas para o livro *A Reference Grammar of Kotiria* – Wana (Kristine Stenzel) e disponibilização de dados e elaboração de mapas para projeto de mapeamento linguístico em São Gabriel da Cachoeira/ Foirn, com Flora Cabalzar e Kristine Stenzel (UFRJ).

- PRN Geral - Mapa de Áreas Protegidas e Comunidades do Alto e Médio Negro ISA/Foirn, em aprovação e mapas e numerologias para relatórios anuais e semestrais para financiadores parceiros: Fundação Moore, Horizont3000, Rainforest Noruega (RFN) e Instituto Arapyáú.
- Içana - série de cartas imagens com percursos dos Agentes Indígenas de Manejo, mapa do Arumã e mapas para o Atlas Baniwa/Coripaco para revisões e discussões junto às comunidades.
- Tiquié - levantamento e plotagem de paisagens indígenas, manejo de peixes e roças; elaboração de carta-imagem da Bacia do Rio Tiquié
- Médio Rio Negro - levantamento do uso de recursos, mapa da piaçaba, plotagem dos resultados dos mapeamentos de área de uso dos piaçabais no MRN, mapas do Médio Rio Negro para revisões das sistematizações dos levantamentos de áreas de uso e elaboração de SIG e 26 mapas temáticos e 10 cartas-imagem para subsídios do levantamento e oficinas de ordenamento de pesca; Mapas para NSA do Médio Negro; edições nas planilhas de cadastro familiar de Santa Isabel (Dados Foirn); edições nas planilhas de levantamento de comunidades de Barcelos e atualização dos atributos no banco de dados.
- Roraima e TI Yanomami - revisão do mapa do garimpo Yanomami; mapa do Estado de Roraima (Áreas Protegidas e Comunidades); continuação da elaboração do SIG Yanomami; 65 Mapas, disponibilização de dados, numerologias e análises de todos os temas tratados no projeto e publicação *Diagnóstico Socioambiental Roraima*; mapas do Território Yanomami;
- Reuniões, Cursos e Seminários - Reunião com Fernando Salazar sobre a Sub-bacia do Rio Içana/Isana/Cuiari na Colômbia e mapeamentos de lugares sagrados; planejamento do Projeto Pacote Quinquenal (2011-2015) da RFN e do Fundo Amazônia, revisão de projeto e planilhas; reunião Carbono /REDD; reuniões e elaboração do SIG Yanomami - Venezuela (Wataniba); Seminário para discussão de indicadores em Terras Indígenas ISA; Workshop de SIG e Análise Ambiental - Piracicaba-SP (preparação de ppt e apresentação das iniciativas do PRN e ISA); Participação no Seminário da Rede Rio Negro de Ordenamento Territorial do MRN - Manaus e participação no Seminário Roraima Socioambiental.
- Publicações internas, em processo e lançadas - participação na produção de informações cartográficas e elaboração de mapas na publicação dos Boletins, Livros de Manejo do Içana, Narrativas e Rotas de Transformação (no prelo), Livro de Educação e Atlas Baniwa (no prelo), Marco Zero da Bacia do Negro, relatórios da Fundação Moore, Horizont3000, Rainforest Noruega (RFN) Instituto Arapyáú.e Cartô Roraima Socioambiental.
- Pesquisa em diversos sites, preparação de dados (banco de dados e documentação).

► Monitoramento de Áreas Protegidas e Políticas Públicas

- Plotagens de Terras Indígenas (Tis) e Unidades de Conservação (UCs);
- Finalização da base de áreas protegidas da Amazônia Legal, na escala 1:250.000 e atualização e manutenção nas escalas de 1:250.000 e 1:1.000.000;
- Implementação de rotinas automatizadas de análise para dados de desmatamento (Deter) e de Focos de Calor - Inpe;
- Apoio técnico na revisão das informações para o banco de áreas protegidas na web;
- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para o programa;
- Monitoramento permanente das informações temáticas sobre desmatamento, focos de calor, títulos minerários e energia.
- Manutenção de webservices para os sites Caracterização de Terras Indígenas e de UCs;

► RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

- Coleta, organização e sistematização de informações cartográficas e temáticas georreferenciadas para a rede;
- Ajustes da estrutura do modelo de dados espaciais;
- Organização e sistematização de dados espaciais de acordo com o modelo de dados proposto;
- Atualização de informações para o blog e desenho de novo modelo a ser implantado, com estrutura de webservices (<http://www.raisg.socioambiental.org>);
- Consolidação das bases cartográficas e temáticas;
- Cômputos e análises de áreas protegidas para uso em mapas;
- Elaboração e produção do mapa Raisg Amazônia 2010;
- Coordenação das atividades de mapeamento do desmatamento na Amazônia Latino-americana, em execução pelos membros da rede;
- Organização e sistematização de procedimentos para compartilhamento de dados cartográficos;
- Mapas para *Dossiê Saúde na Terra Indígena Vale do Javari - Diagnóstico médico-antropológico: subsídios e recomendações para uma política de assistência.*

► Programa Política e Direito Socioambiental

- Organização e sistematização de informações para a produção do mapa "Desmatamento e Governança nas bacias hidrográficas brasileiras."

► Programa Xingu

- Monitoramento contínuo de disponibilidade de imagens Landsat/TM e Resourcesat/LISSIII de 2011 e processamento das mesmas, incluindo confecção de diversos mosaicos de imagens;
- Disponibilização dos Boletins "De Olho no Xingu" abrangendo 14 municípios e seis Terras Indígenas para 96 parceiros estratégicos na bacia, totalizando 73 boletins mensais de focos de queimada, 56 boletins bimensais de desmatamento e degradação e 53 boletins diários de focos de queimada;
- Análise do desmatamento na Bacia do Rio Xingu com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) 2009 e Prodes 2010, incluindo cômputos por municípios, UCs e TIs;
- Mapeamento do desmatamento entre 2007 e 2010 no bioma Cerrado dentro da bacia usando imagens Landsat/TM;
- Participação no processo de revisão de áreas prioritárias para conservação e uso sustentável do Cerrado;
- Produção de dados, mapas e textos para a publicação sobre a bacia;
- Atualização constante do banco de alertas de desmatamento/degradação e focos de queimada;
- Elaboração de figuras e apresentações em ppt para diversas reuniões;
- Disponibilização de diversos arquivos vetoriais e matriciais para a equipe e para parceiros (USP, ICV, TNC,, entre outros);
- Disponibilização de diversos mapas para a equipe, parceiros e veículos da imprensa, tais como: Revista Brasileiros de Raiz, Leão Serva, Revista Horizonte Geográfico, Revista Índios, João Paulo Capobianco, Revista Status, Pão de Açúcar, Firmenich, entre outros;
- Disponibilização de mapas para publicações do ISA, tais como "Povos Indígenas do Brasil 2006/2010" e Agenda do ISA,
- Edição dos limites de sub-bacias da Agência Nacional de Águas (ANA) para a escala de 1:250.000;
- Atualização do mapa do corredor de sociobiodiversidade com desmatamento 2010;

- Revisão e readequação de rotinas de processamento de dados como suporte aos boletins mensais e bimestrais (Sistema de Alerta de Desmatamento- SAD e Desmatamento em Tempo Real - Deter);
 - Parque Indígena do Xingu
 - Produção de dados e mapas para o Almanaque Parque Indígena do Xingu (PIX) 50 anos;
 - Mapeamento de áreas de floresta afetadas por fogo em 2010 e produção de mapas;
 - Análises multitemporais de focos de queimada no PIX e bacia – 2000 a 2010;
 - Repasse de procedimentos e arquivos para monitoramento de focos de queimada diretamente pela equipe e parceiros indígenas;
 - Organização de fotos georreferenciadas expedição Kawaiweté;
 - Atualização constante das aldeias e etnias do PIX;
 - Cômputos de focos de queimada em 2011;
 - Produção de diversos mapas, tais como o da exposição PIX + 50, mapas de causas de queimadas por aldeia, áreas afetadas por fogo, manejo de fogo, mapas de aldeias, mapa de apoio à expedição Kawaiwete e mapa com dados coletados na expedição, mapas para apoio à limpeza de picadas nos limites do PIX e mapas de relatórios.
 - Campanha Y Ikatu Xingu
 - Digitalização da base cartográfica de estradas e hidrografia na escala 1:25.000 de Santa Cruz do Xingu, Canarana, Querência e revisão para o município de São José do Xingu;
 - Mapeamento do uso e cobertura do solo em Canarana em 2010 e finalização do mapeamento de Santa Cruz do Xingu em 2010;
 - Atualização do mapeamento de uso e cobertura do solo de Querência, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu para 2011;
 - Participação na confecção do diagnóstico socioambiental de Querência e São José do Xingu;
 - Suporte técnico, revisão de materiais e disponibilização de dados para o núcleo de geoprocessamento em Canarana;
 - Sistematização de dados CAR (Cadastro Ambiental Rural);
 - Análises de dados secundários, elaboração de apresentações e mapas sob demanda, como por exemplo, dados Prodes/2010 em Querência, SAD/Deter de agosto a abril nas cabeceiras e por município, mapas para checagem de campo em Querência, apresentação sobre Altamira;
 - Revisão de dados do ICV (Instituto Centro e Vida) sobre Querência e geração de novos mapas e cômputos;
 - Atividades relativas ao projeto “(mapa, revisão de documentos e reuniões)
 - Mapas para o curso “Território e serviços ambientais no Xingu/módulo I”;
 - Atualização do mapa das cabeceiras e série temporal do desmatamento;
 - Mapas para campo (Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu e Querência)
 - Terra do Meio
 - Elaboração de figuras e apresentações em ppt para reuniões;
 - Análise da exploração madeireira na Resex Riozinho do Anfrísio;
 - Pesquisa e orçamento de imagens;
 - Disponibilização de dados e revisão de materiais produzidos por consultor local em geoprocessamento;
 - Produção de mapas para a equipe e parceiros, tais como mapa para Notícias Socioambientais, Estrada São Paulo, mapas de Pólos Regionais e Escolas, mapas para a cartilha do curso sobre gestão territorial, TI Kuruaya, TI Trincheira Bacajá, entre outros;
 - Atualizações dos dados espaciais (aldeias indígenas, escolas e comunidades);
 - Análises de dados dos sistemas Prodes, Deter e SAD para a Bacia do Xingu, Estado do Pará, Terra do Meio e áreas protegidas;
 - Atualização com desmatamento 2009 das Resex (Riozinho do Anfrísio, Iriri, Xingu);
 - Elaboração e preparação dos mapas para o curso de Gestão Territorial da Terra do Meio Módulo I - março/2011.
- **Programa Vale do Ribeira**
- Participação em reuniões do programa no município de Eldorado;
 - Apoio para a modelagem e desenvolvimento do Banco de Dados do Programa Vale do Ribeira;
 - Disponibilização de dados espaciais para serem exibidos no site da Campanha Cílios do Ribeira;
 - Elaboração de diversos mapas para reuniões, trabalhos de campo e parceiros. Destaque para os materiais produzidos sobre os conflitos entre títulos minerários, UCS e territórios quilombolas e sobre os processos de criação de parques municipais em Iporanga.
 - Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) Alto Juquiá – São Lourenço
 - Elaboração de relatório e mapas finais;
 - Entrega dos produtos finais.
 - Circuito Turístico Quilombola
 - Produção de mapas para o site do Circuito Quilombola e material gráfico
 - Acompanhamento da criação do site do Circuito Quilombola;
 - Mapas de apoio às oficinas junto às comunidades quilombolas envolvidas no projeto;
 - REJU – Rede Juçara
 - Pesquisa e Sistematização de dados espaciais de interesse da Rede;
 - Construção e alimentação de um pequeno banco de dados para organização das informações dos parceiros da REJU;
 - Produção dos mapas para a publicação REJU/Catarse;
 - Disponibilização de dados espaciais.
 - Planejamento Territorial – Quilombo São Pedro e Morro Seco
 - Participação de todo o processo de implementação do projeto incluindo o desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados, a elaboração das oficinas e execução das mesmas;
 - Produção de material cartográfico para as oficinas de zoneamento;
 - Sistematização das informações captadas nas oficinas;
 - Parceria entre Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e Fundação Florestal para a discussão da legislação ambiental aplicada aos territórios quilombolas, especialmente em relação às Áreas de Preservação Permanente (APPs) topo de morro e licenças de roça.
 - Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando à Conservação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul
 - Continuidade da parceria com Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) para permuta de informações geográficas;
 - Ajuste da base cartográfica do IGC na escala de 1:50.000;
 - Validação da Classificação do uso do solo para a Bacia do Ribeira na porção do Estado de São Paulo;
 - Elaboração dos mapas para oficina em cada um dos 23 municípios envolvidos no projeto;
 - Participação nas reuniões em cada município;
 - Sistematização das informações de uso do solo das APPs obtidas a partir da base 1:50.000 do IGC;
 - Contribuição na discussão regional para a dimensão espacial, ambiental e social: realizando levantamento de informações sobre o quadro geoam-

biental, produzindo informação sobre a métrica da paisagem, analisando dados socioeconômicos do Censo IBGE 2010 e sistematizando informações oriundas das oficinas regionais;

- Participação no Seminário do Plano Diretor de Recomposição de Matas Ciliares;
- Apoio na elaboração e impressão dos mapas.
- Inventário de Referências Culturais
- Preparação de mapas para oficinas de mapeamento cultural;
- Produção de mapas para publicação no site do Inventário;
- Produção de mapas para inserção em produção audiovisual;
- Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (Funbio) e Plano Municipal da Mata Atlântica (PDA)
- Registro das imagens do satélite SPOT;
- Classificação supervisionada e produção dos primeiros resultados do uso do solo com base nas imagens do satélite SPOT;
- Reunião de dados espaciais disponíveis sobre a área de estudo;
- Obtenção de dados fundiários do município de Eldorado por meio da parceria com a Prefeitura Municipal – Projeto Mina D’água.

► Núcleo de Geoprocessamento

- Armazenamento e manutenção de dados espaciais em bancos de dados corporativos e serviços de disponibilidade de informação por meio de web services;
- Modelo de dados permanente para a nova estrutura de armazenamento;
- Apoio técnico ao projeto do PDA junto a instituição 3ª Via;
- Busca de ferramentas interativas para aplicações web;
- Apoio e desenvolvimento de atividades junto aos programas;
- Capacitação e apoio técnico aos especialistas e estagiários.

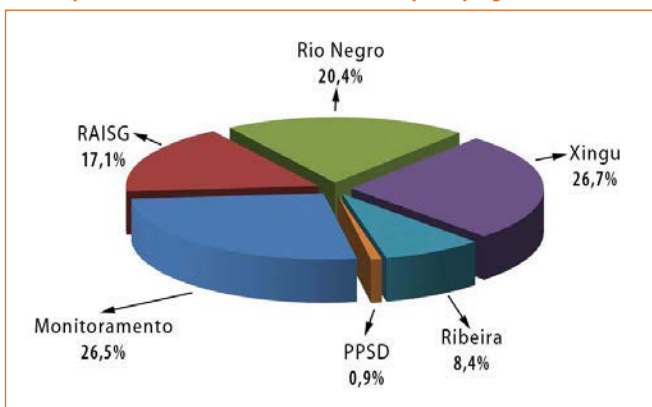
Indicadores

- Mapas impressos e em formato digitais utilizados pelos programas em suas atividades e distribuídos entre outras instituições e parceiros;

	Uso interno		Uso externo
	digital	impresso	digital
Monitoramento	3	5	1
Rio Negro	201	262	59
Yanomami	62	148	-
Terra do Meio	28	104	-
Xingu	171	47	195
Ribeira	100	210	157
Raisg	0	2	5
PPDS	1	10	-
SE	5	-	-
Geoprocessamento	9	51	-
total	577	839	412

Os atendimentos à solicitação de pedidos e disponibilização de informações (documentos, shapefiles e imagens) totalizaram 60 respostas/atendimentos. Além destes foram vendidos ou doados para outras instituições (governo, pesquisadores e outros) sete mapas impressos.

Impacto das atividades no Núcleo do GEO pelos programas



Avaliação

Houve mudanças na equipe do núcleo, prejudicando a transferência de conhecimento e apoio aos especialistas. Ainda com a equipe reduzida, foi possível, em função dos conhecimentos e capacidades acumuladas, atender a demandas não previstas, internas e externas, fornecendo informações e orientações.

No entanto, precisamos buscar mudanças para um melhor planejamento de atividades junto aos programas e especialistas, bem como fazer uma avaliação da capacidade de atendimento atual de demandas solicitadas. Foi possível promover a capacitação da equipe em ferramentas de geoprocessamento, mas é necessário inovar e buscar novas tecnologias, principalmente com ferramentas relacionadas a banco de dados e web.

Perspectivas

- Viabilizar a organização dos dados analógicos existentes para digital;
- Realizar novos treinamentos e capacitar tecnicamente a equipe;
- Integração dos dados geográficos em banco de dados corporativo para disponibilização na internet;
- Investir no uso de ferramentas de gestão para acúmulo de informações técnicas e memória;
- Estudos para absorção de novas ferramentas tecnológicas e produtos orbitais com o objetivo de atender as novas demandas dos programas e projetos (videografia, fotografias aéreas, imagens de satélites etc).

Produtos

- Diversidade Socioambiental de Roraima;
- Almanaque Socioambiental - Parque Indígena do Xingu 50 anos.
- Atualizações:
 - Mapa Terras Indígenas no Brasil;
 - Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal Brasileira;
 - Estatísticas de terras na Amazônia Legal Brasileira e no Brasil;
 - Análises de dados geográficos e estatísticos para Programa Xingu, Rio Negro, Ribeira e Monitoramento (Prodes e títulos minerários em TIs).

INFORMÁTICA

Equipe

Antenor Bispo de Moraes (administrador de empresas, coordenador); **Adriana Araújo dos Santos** (analista de Sistemas, analista de Suporte); **Luiz Carlos da Silva** (analista de sistemas, auxiliar de suporte); **Oséas Pires Marques** (analista de sistemas, assistente de informática); **Wandrieli Nery Barbosa** (estudante de Sistemas de Informações, auxiliar de suporte)

O que foi feito

- Implantação do sistema de videoconferência com uma sala de conferência em São Paulo , uma em Brasília e a possibilidade de conexão das reuniões via notebook e/ou desktop;
- Saem os servidores ISA e ISA-ADM (retirados por obsolescência) e entra o servidor VEGA um Dell PowerEdge R610 com 2 (dois) processadores Intel® Xeon® Six-Core e 64GB de Memória.
- Adesão ao programa de doação de software da TechSoup Brasil <http://techsoupbrasil.org.br/about> que em 2011 gerou uma economia de US\$ 67,399.00 em aquisição de softwares;
- Novo Plug-in “Cloudmark” para detecção de spans no servidor de e-mail;
- Acesso a rede interna do ISA/SP e ISA/DF via VPN (Virtual Private Network) de qualquer lugar via Internet;
- Upgrade do link de Internet em São Paulo para 8 Mbps;
- Upgrade do link de Internet em Brasília para 4 Mbps;
- Viagens para manutenção e atualização da rede de computadores do ISA Manaus, ISA São Gabriel da Cachoeira e ISA Ribeira;
- Participação na 12ª edição do Fórum Internacional de Software Livre.

Capacidade instalada

- 159 usuários;
- 222 computadores (105 desktops; 117 notebooks);
- 12 servidores.

Capacidade de Armazenamento

Local	Total	Usado
Boa Vista	1.8 Tb	29,93%
Brasília	628 Gb	53,18%
Manaus	2 Tb	16,09%
São Gabriel da Cachoeira	2 Tb	10,24%
São Paulo	11 Tb	47,89%

Suporte /Serviços de rede

- 5.173 atendimentos/suporte
- 6.689.046 mensagens processadas no serviço e-mail
- 293 caixas postais (e-mails e grupos)

PROGRAMAS

MONITORAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

O que é

O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas pesquisa, analisa e divulga informações sobre os processos de criação e efetivação de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação federais e estaduais (UCs). Além disso, atua propositivamente participando de fóruns, redes e consultas que influenciam as políticas públicas e ações do Estado voltadas à defesa dos direitos coletivos, da proteção e conservação ambiental. Esse trabalho iniciou-se no antigo CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em 1983, com o monitoramento de TIs no Brasil e foi ampliado, em 1992, para as UCs e outras áreas públicas. O CEDI é uma das organizações que deram origem ao ISA.

As atividades baseiam-se na pesquisa, organização e disponibilização de informação. A atividade de pesquisa é diária sobre as Áreas Protegidas e a política nacional ambiental e indigenista. O monitoramento e indexação dos dados georreferenciados são mediados por um Sistema de Informação de Áreas Protegidas, que possibilita o resgate da informação em diversos recortes espaciais (UF, Área Protegida, Bioma, Jurisdição Legal), temáticos (Áreas Protegidas, Notícias, Pesquisas, Projetos, Pressões e Ameaças, Processos Judiciários e Atos Legislativos, entre outros) e em diferentes níveis de profundidade.

As informações organizadas e classificadas são georreferenciadas e disponibilizadas através de diferentes meios: publicações impressas, arquivos digitais, site de informações e mapas online. Isso contribui na produção de reflexões e análises sobre as diversas situações das Áreas Protegidas relativas, por exemplo, à características ambientais, como a proteção dos diferentes tipos de cobertura vegetal; à gestão e administração territorial; aos projetos realizados por comunidades (agrobiodiversidade, educação, gestão territorial); ao histórico de pressões antrópicas (desmatamento, mineração, obras de infraestrutura), entre outros.

O trabalho realizado pelo Programa Monitoramento em cooperação com o Laboratório de Geoprocessamento foi a base para a articulação e criação Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que reúne instituições de oito países amazônicos para consolidar uma base de dados qualificada sobre a região, que permita a produção de conhecimento e subsidie os atores locais. O ISA coordena a rede e é responsável pela consolidação, sistematização e padronização dos dados.

Parcerias e fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento; Fundação Gordon e Betty Moore.

Equipe

Fany Pantaleoni Ricardo (antropóloga, coordenadora); Alex Piaz (bacharel em Marketing, analista web); Alicia Rolla (geógrafa, coordenadora adjunta); Bruno Mariano de Oliveira (gestor ambiental, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Carlos Eduardo Marinelli (biólogo, analista de pesquisa socioambiental); João Ricardo Rampinelli Alves (desenvolvedor web); Silvia de Melo Futada (bióloga, analista de pesquisa socioambiental); Leandro Mahalem de Lima (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Tiago Moreira dos Santos (antropólogo, analista de pesquisa socioam-

biental); Graziela Rissato (cientista social, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Bruno Bevilacqua Aguiar (cientista social, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Marília Garcia Senille (cientista social, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Frederico Viegas (cientista social, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Tainã de Oliveira (cientista social, auxiliar técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Uirá Felipe Garcia (antropólogo, analista de pesquisa socioambiental); Thais Bucci Francisco (Oceanografia, Gestão Ambiental). *Estagários:* Maria Carolina Moraes (Ciências Sociais); Isabel Rodrigues de Mesquita (Ciências Sociais); Paula Zaterka Giroldo (Biologia); Olga Fogaca Balboni Cunha Geremias (Geografia); Carolina Bernardes Scheidecker (Ciências Sociais); Rafael D' Amico Flaborea (Ciências Sociais); Camilla Rillo (Ciências Sociais)

Retaguarda institucional

Cícero Cardoso Augusto (engenheiro cartógrafo, coordenador de geoprocessamento); Alexandre Degan Perussi (geógrafo, analista de geoprocessamento, até março); Thomas Jean Georges Gallois (estudante de Geografia); Paulo Henrique Aguiar (geógrafo, analista de geoprocessamento, a partir de março)

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento sobre o reconhecimento, implementação e situação de fato das Áreas Protegidas;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo e Judiciário;
- Análise e divulgação de informações sobre áreas protegidas em documentos, livros e na internet.
- Elaboração de Sistemas de Indicadores Socioambientais de Áreas Protegidas.
- Construção e fomento de redes de parceria para o monitoramento socioambiental de Áreas Protegidas.

O que foi feito

► Desenvolvida uma interface de Webservice como resposta à demanda por compartilhamento de informações, tanto entre parceiros internos como externos do ISA. A interface permite que aplicações distintas possam consumir informações e utilizá-las da melhor forma. O desenvolvimento técnico se baseou em dois protocolos distintos (REST e SOAP). O primeiro é um protocolo mais utilizado para aplicações web e o outro mais utilizado para aplicações corporativas. Com tal interface é possível compartilhar informações e fomentar a circulação da informação entre nossos parceiros.

► Lançamento do livro *Áreas protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios* elaborado em parceria com o Imazon. Traz o balanço do reconhecimento das TIs e UCs, incluindo pressões e ameaças, focando principalmente no intervalo de tempo 2007-2010. Lançado em versão impressa e digital, o livro foi encaminhado a centenas de parceiros, gestores, acadêmicos e atores da área e está disponível gratuitamente para download. Além disso, foi enviado a todos os senadores atuais, a fim de contribuir para a implementação das políticas públicas relacionadas.

▶ Acompanhamento diário de mais de 60 fontes da mídia nacional e local permitiu um acúmulo de milhares de notícias, que conjuntamente com o restante dos temas monitorados, perfaz mais de 85 mil notícias, imediata e integralmente disponibilizadas em nossos sites (sistemas de caracterização de UC, TI e Povos Indígenas do Brasil) no portal do ISA, possibilitando, além da divulgação e acompanhamento, também a reconstrução histórica dos fatos ocorridos.

▶ Map server atualizado diariamente.

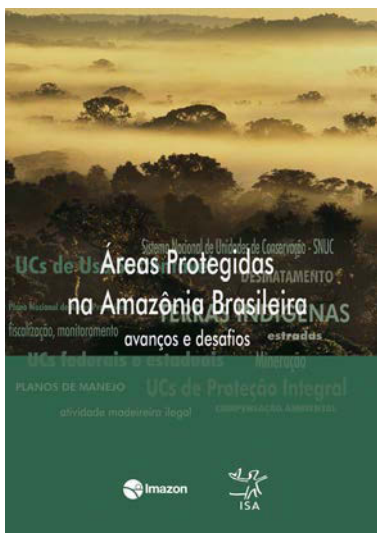
▶ Na qualidade de membro e coordenador da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), colaboramos com a Rede Latino-americana de Ministério Público Ambiental na organização do Seminário *Monitoreo Satelital sobre Deforestación y Quema en la Amazonía y Chaco Pantanal, Geoprocesamiento y Ministerio Público*, realizado em São Paulo, Brasil, de 27 a 29 de abril de 2011. Identificamos e contamos por meio da Raisg instituições com experiência em utilização da ferramenta SIG para apoio às ações do Ministério Público ambiental. A continuidade da parceria está em discussão, mas depende fundamentalmente da agenda da Rede de Ministérios Públicos.

Produtos

▶ Site Unidades de Conservação na Amazônia brasileira (<http://uc.socioambiental.org/>)

▶ Site De Olho nas terras Indígenas no Brasil

▶ Livro *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*, elaborado em parceria com o Imazon, traz o balanço do reconhecimento das TIs e UCs, incluindo pressões e ameaças, focando principalmente no intervalo de tempo 2007-2010 (publicado em 2011).



Indicadores

▶ Capacidade de monitorar e influenciar as políticas públicas, a partir da disponibilização de informações qualificadas sobre TIs e UCs;

▶ Atendimento satisfatório das demandas do público e das equipes do ISA;

▶ Capacidade de elaborar informações e disponibilizá-las por meio do website do ISA e publicações impressas.

Avaliação e perspectivas

No ano 2011, o Programa Monitoramento de Áreas Protegidas consolidou o , integrando as frentes de pesquisa sobre as Áreas Protegidas no Brasil, as atividades de geoprocessamento e novas tecnologias de informação. Com isso, estamos embasados tecnicamente para a ampliação da participação de parceiros e colaboradores, através da implementação de protocolos e relatórios de informação, válidos, consistentes e passíveis de ampla utilização e disseminação.

Neste ano, o Programa consolidou também parte das iniciativas relativas à construção de indicadores para avaliação das Áreas Protegidas. Considerando que os indicadores devem ser compostos tanto por informações secundárias sistematizadas sobre as APs quanto por indicadores de contexto avaliados o campo, e considerando as funções específicas das UCs e TIs, trabalhamos em duas frentes diferentes. Na construção de um sistema de indicadores para UCs, trabalhamos no sentido do campo para o geral, desenvolvendo, testando e aplicando um sistema de indicadores (SISUC, veja adiante) com foco na avaliação local e planejamento da ação para a melhoria das UCs. Para as TIs, trabalhamos principalmente a elaboração de um painel de indicadores resultante das informações secundárias acumuladas (De Olho nas TIs, veja adiante) há décadas . Paralelamente, trabalhamos nos requisitos para desenvolver o painel referente às UCs e aos indicadores de campo para as TIs.

Neste processo, foram formalizadas parcerias importantes com o ICMBio, o CEUC (do Estado do Amazonas) e outras estão a caminho.

Monitoramento das Terras Indígenas no Brasil

O que é

Trata-se de um conjunto de rotinas de pesquisa e sistematização de um amplo conjunto de informações referentes às TIs no Brasil, que são analisadas e disponibilizadas para o público por meio dos sites do ISA (PIB, e De Olho nas Terras Indígenas), e também em análises customizadas, seja para outros programas do ISA ou para parceiros indígenas e não-indígenas.

Diariamente são coletadas informações referentes ao estatuto jurídico das TIs, sobre ações no Judiciário contra elas; incidência de projetos de infraestrutura, dados sobre recursos provenientes de financiadores diversos (públicos e privados), informações sobre as principais pressões que ameaçam sua integridade, além de um quadro detalhado dos projetos e parcerias desenvolvidos em cada uma delas. O resultado é um panorama do uso dos recursos por suas populações, complementado por um conjunto de informações etnográficas e demográficas, incluindo notícias da mídia local e nacional, que permite a elaboração de cenários e diagnósticos que visam subsidiar e influenciar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Brasil.

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação de fato das TIs;
- Pesquisa sobre a existência de ações no Judiciário contra TIs específicas;
- Pesquisa e monitoramento dos projetos de Lei e projetos de Emendas Constitucionais no Legislativo e das políticas voltadas às Terras Indígenas no Executivo
- Sistematização dessas pesquisas no Sistema de Banco de Dados de Áreas Protegidas;
- Produção e divulgação de informações sobre Terras Indígenas em documentos, livros e na internet.

O que foi feito

- ▶ **Monitoramento sistemático das políticas e atos públicos que envolvem direitos territoriais indígenas:**
 - Balanço da situação jurídica das TIs no Brasil:
 - 5 TIs aprovadas pela Funai: 2 no Pará e 2 no Amazonas, e uma no MT, totalizando novos 1.994.823 ha.
 - 1 TI de índios isolados na região da Hidrelétrica de Belo Monte teve restrição de uso decretada: a TI Ituna/Itatá, com novos 137.765 ha.
 - 3 TIs homologadas: 1 no Pará e 2 no Amazonas, com 21.811 ha.
 - nenhuma terra foi declarada em 2011.
 - Desenvolvimento de relatórios automáticos.
 - Acervo de notícias: 30.808 notícias de 1940 a 2000 foram digitalizadas pelo programa de documentação do ISA e destas, 11.779 foram cadastradas no banco de dados. No ano de 2011, foram indexadas 1.478 notícias, as quais já estão disponíveis nos sites Povos Indígenas no Brasil [<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>] e De Olho nas Terras Indígenas [<http://ti.socioambiental.org>].
 - Notícias: São monitoradas mais de 100 fontes semanais de mídias digitais local e nacional e neste ano foram indexadas 2990 notícias diretamente vinculadas a Terras Indígenas (TIs). As TIs mais citadas na mídia foram: Yanomami (101), Dourados (95), Arara da Volta Grande do Xingu

(85), Paquiçamba (83), Trinchira/Bacajá (79) e Raposa-Serra do Sol (78). As palavras chaves mais utilizadas foram: "Funai" (600), "Demarcação de TIs" (480), "Violência" (423), "MS" (404) e "UHE Belo Monte" (378). Além disso, 2015 notícias relacionadas a temas gerais, como "Energia", foram indexadas.

- **Projetos:** foram inseridos 260 projetos, no total de R\$ 30.730.531,00. Houve maior ocorrência do enfoque temático "Ambiente", seguido dos enfoques "Cidadania e Representação Política" e "Cultura" e os maiores valores foram investidos nas áreas de "Ambiente" e "Geração de Renda". No ano 2011, as Terras Indígenas com maior número de projetos foram: Xingu (12), Dourados (11), Xaçapocoma (07) e Kraolândia (06).

- O banco de dados conta hoje com 1.682 registros de projetos realizados em Terras Indígenas. Vale observar que cerca de 400 projetos foram excluídos do banco após uma revisão criteriosa, pois tratava-se, na verdade, de convênios ou projetos realizados por não indígenas.

- **Organizações indígenas:** Foram inseridos 94 novos registros de organizações indígenas. Hoje o sistema possui 651 registros desse tipo.

- **Legislativo:** O monitoramento de projetos legislativos no Congresso Nacional brasileiro, referente às Terras Indígenas é feito de forma ativa nos sites da Câmara e do Senado e por meio do recebimento de boletins sobre a movimentação das proposições nas Comissões e no Plenário, que podem culminar no arquivamento ou na aprovação do projeto.

Em 2011 foram cadastradas 25 proposições, sendo uma do Senado e 24 da Câmara Federal. Elas tratam de assuntos diversos, sendo que 19 questionam o processo demarcatório das Terras Indígenas de duas formas distintas: 13 obstruções de demarcações em andamento e 6 processos de suspensão de demarcações já homologadas. Além destes assuntos, duas tratam da mudança da denominação e quatro tratam de pedidos de autorização de instalação de UHE's dentro de Terras Indígenas. No entanto, 15 dessas proposições estão tramitando e 10 foram arquivadas automaticamente no fim da legislatura em que foi aberta.

- ▶ **Elaboração de indicadores socioambientais sobre as TIs:**

- Na segunda quinzena de maio/2011, foi realizado um seminário para apresentação da Versão Beta da Plataforma de Indicadores Web, "De Olho nas Terras Indígenas" aos colaboradores do processo, grupo formado por antropólogos, geógrafos e biólogos, e pelas equipes dos programas Rio Negro e Xingu, do ISA. As discussões geradas no seminário enfatizaram o desenvolvimento de indicadores para produção de diagnósticos que ofereçam, de forma enxuta e ágil, um retrato qualificado sobre os povos e Terras Indígenas para o público geral. Houve uma grande ênfase tanto na criação de um sistema de alerta, como na necessidade de se construir indicadores positivos, como a porcentagem de área preservada nas TIs. As indicações reforçaram o caráter do escopo inicial de consolidar indicadores básicos a partir de um conjunto limitado de temas.

- **Revisão e incorporação das sugestões levantadas no seminário, com destaque para a questão da navegação no site, tema levantado como importante devido à quantidade muito grande de informações disponíveis.**

- **Lançamento do site De Olho nas Terras Indígenas, em dezembro:**

De Olho nas Terras Indígenas é um painel de monitoramento socioambiental das Terras Indígenas no Brasil elaborado a partir do Sistema de

Informação de Áreas Protegidas (Sisarp) e da integração entre geoprocessamento e novas tecnologias da informação. Pode ser acessado a partir do portal do ISA (www.socioambiental.org) ou diretamente em (<http://ti.socioambiental.org/>) e nele estão compiladas informações básicas e indicadores sobre cada uma das Terras Indígenas oficialmente reconhecidas no País.

Seu objetivo é contribuir para a construção de índices e indicadores sobre Terras Indígenas no país, auxiliando no diagnóstico de problemas socioambientais que ocorrem no interior dessas áreas. O painel pretende ainda, colaborar para criação e melhoria de políticas públicas voltadas aos povos indígenas e de ações em defesa de seus direitos, além de iniciativas de proteção e conservação ambiental.

Todas as informações disponibilizadas no site são resultado dos anos de pesquisa diária realizada pelo Programa Monitoramento, responsável por sua criação e manutenção. Este sistema permite a pesquisa e a indexação de informações sobre as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, estaduais e federais por meio de diversos recortes espaciais e temáticos.

Como o painel está organizado: O escopo inicial do painel e os protocolos de implementação do sistema foram o foco de um seminário em 2009 que contou com a presença de diferentes convidados externos. Os resultados desse seminário foram implementados em sucessivas aproximações, por meio do cruzamento de informações sistematizadas e consolidadas a partir de um conjunto de temas relevantes para a elaboração de um panorama da situação atual das Terras Indígenas existentes no país, organizado em três recortes espaciais distintos: "Terras Indígenas", "Região" e "Brasil". Cada recorte espacial corresponde a um nível de análise distinto para os temas Povos, Línguas e Demografia, Direitos Territoriais, Gestão, Ambiente, Sobreposição e Pressões e Ameaças.

No nível "Terras Indígenas" são apresentadas informações sobre uma TI específica, escolhida pelo usuário através de diferentes filtros de navegação possíveis. No nível "Região Povos Indígenas no Brasil (Região PIB)", há informações que permitem uma visão mais abrangente do contexto em que cada TI está inserida, como gráficos que comparam todas as TIs de uma mesma Região PIB a partir de diversos recortes temáticos. O nível "Brasil" apresenta panoramas e rankings que comparam tanto as diferen-

tes "Regiões PIB", quanto determinados conjuntos de Terras Indígenas. Um mapa está presente em todos os níveis de análise. Nele é possível visualizar informações como as áreas protegidas no entorno, a incidência de processos de pretensão minerária, energia, características ambientais (bioma e fitofisionomia), focos de incêndio (últimas 24h), além de um visualizador de desmatamento por ano, a partir de 2000 e do acumulado até o ano 2009. Em um segundo mapa, no interior do tema gestão, é possível visualizar as Coordenações Regionais da Funai, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e suas respectivas coberturas.

Os temas ainda apresentam indicadores como a evolução da população, o número de projetos e valor investido (não disponível na camada "Terras Indígenas"), porcentagem e evolução do desmatamento a partir do acumulado até o ano 2000 e o número de processos minerários por área requerida, entre outros. O painel ainda apresenta uma compilação de mais de 29.000 notícias sobre Terras Indígenas. Para a visualização de algumas dessas informações, o site incorporou mecanismos de navegação interativa que tornam possível a modelagem das informações de acordo com o interesse do internauta – disponível para gráficos comparativos e rankings. Um exemplo desse tipo de interação é o gráfico dinâmico das quinze Terras Indígenas mais desmatadas na Amazônia Legal.

Perspectivas

- ▶ Ampliação da rede de parceiros, indígenas e não-indígenas, para maior participação no Painel de Indicadores das TIs;
- ▶ Incorporação de novos recortes e novos temas ao painel "De Olho nas Terras Indígenas no Brasil". Nesta direção está o desenvolvimento da dimensão colaborativa da plataforma, consolidando-a como uma ferramenta de informação e de controle social para as comunidades indígenas, suas organizações e seus parceiros locais e regionais.
- ▶ Elaboração de indicadores a partir do monitoramento de informações de pesquisas de campo realizadas nas TIs. O objetivo é atingir um sistema de indicadores socioambientais para TIs consolidado a partir tanto de informações de pesquisas de campo, como pelos dados secundários já acumulados. Assim, expandir para novas temáticas e frentes de informa-

ção como qualidade da água e do solo, obras de infraestrutura, saúde, educação, patrimônio cultural e programas de transferência de renda. É fundamental para isso o fortalecimento das parcerias institucionais e pessoais já existentes, assim como a ampliação dessa rede de colaboradores.



Monitoramento de Unidades de Conservação no Brasil

O que é

Trata-se da compilação, sistematização e divulgação de dados georreferenciados sobre UCs federais do Brasil e estaduais da Amazônia Legal. Essas informações abrangem: os instrumentos legais de criação e definição de limites; os instrumentos de gestão como planos de uso e manejo; a criação de conselhos gestores e aprovação de seus regimentos; a situação fundiária com as diferentes formas de regularização cabíveis a cada categoria (concessão de direito real de uso, desapropriação etc); os projetos realizados nas UCs e seu entorno imediato, que contribuam para o manejo e gestão do território e alternativas para melhoria da qualidade de vida; a capacitação comunitária e o acesso à informação. Com isso pretendemos avaliar o grau de implementação das UCs, da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais, assim como o grau de assessoria às populações tradicionais e as fragilidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, compreendendo o contexto que envolve cada uma das UCs. Uma das importantes fontes de informação são as notícias da mídia e de órgãos ambientais relacionadas a cada UC, pelas quais se pode também avaliar a pressão e ameaças no entorno ou no interior dessas áreas.

Linhas de ação

- Pesquisa e monitoramento do reconhecimento, implementação e situação das Áreas Protegidas;
- Pesquisa e monitoramento das políticas voltadas às Áreas Protegidas no Legislativo e Executivo;
- Produção e divulgação de informações sobre Áreas Protegidas em documentos, livros por meio de comunicação pessoal e sites;

O que foi feito

► Monitoramento sistemático das políticas e atos públicos que envolvem Unidades de Conservação:

- Pesquisas: Incorporação de 400 novas pesquisas relacionadas a alguma UC. As principais áreas do conhecimento foram Botânica, Zoologia e Ecologia. São monitoradas aproximadamente 30 fontes de pesquisas acadêmicas e não acadêmicas, além do uso da interface de busca do Google Acadêmico. Em relação à concentração de pesquisas por categorias, são mais frequentes os PEs e os Parnas. Incorporação de mais de 2.600 novas pesquisas relacionadas a alguma UC ou a temas gerais como: Conservação, Biodiversidade e Política Ambiental, por meio do monitoramento de mais de 40 fontes semanais de mídia local e nacional. As UCs mais citadas na mídia foram: Parna Amazônia e Parna Mapinguari, Parna Campos Amazônicos e RDS Mamirauá.
- Balanço geral sobre criação/revogação e gestão de UCs em 2011, com inclusão das informações:
 - criação/alteração: não houve nenhuma criação de UC no ano de 2011, apenas o reconhecimento do Mosaico da Amazônia Meridional e criação de seu conselho. O Mosaico é composto por 40 UCs federais e estaduais, localizadas no limite entre os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. O Parque Estadual Nhamundá (AM) teve sua categoria e nome alterados para APA Guajuma, por meio de uma questionável articulação da Assembleia Estadual. O PES Araguaia sofreu pressão em virtude da Lei

Estadual nº 9564 de junho de 2011, que autoriza (inconstitucionalmente) o governo do Estado do MT a realizar permuta com a Funail/União a fim de legalizar a invasão de fazendeiros na TI Maraiwatsede com a remoção dos indígenas. Quatro UCs estaduais de Rondônia sofreram alteração de limites: Resex Jaci Paraná, APA Rio Madeira, Esec Serra dos Três Irmãos e Florsu Rio Vermelho C. Por meio de Medida Provisória (MP), três Parnas tiveram seus limites alterados em 2011: Mapinguari, Campos Amazônicos e Amazônia. Os motivos foram essencialmente: implementação de usinas hidrelétricas e regularização de assentamentos humanos. A MP nº 542/2011, que gerou essas mudanças, caducou em 12 de dezembro, mas as alterações que ela trouxe foram reapresentadas pela MP nº 558 de janeiro de 2012, restabelecendo as alterações e alterando mais quatro UCs: Apa do Tapajós, Flonas Itaituba I, II e Crepori. O contexto dessas alterações pode ser melhor compreendido em notícia socioambiental específica publicada no site do ISA: <http://migre.me/8n68w>.

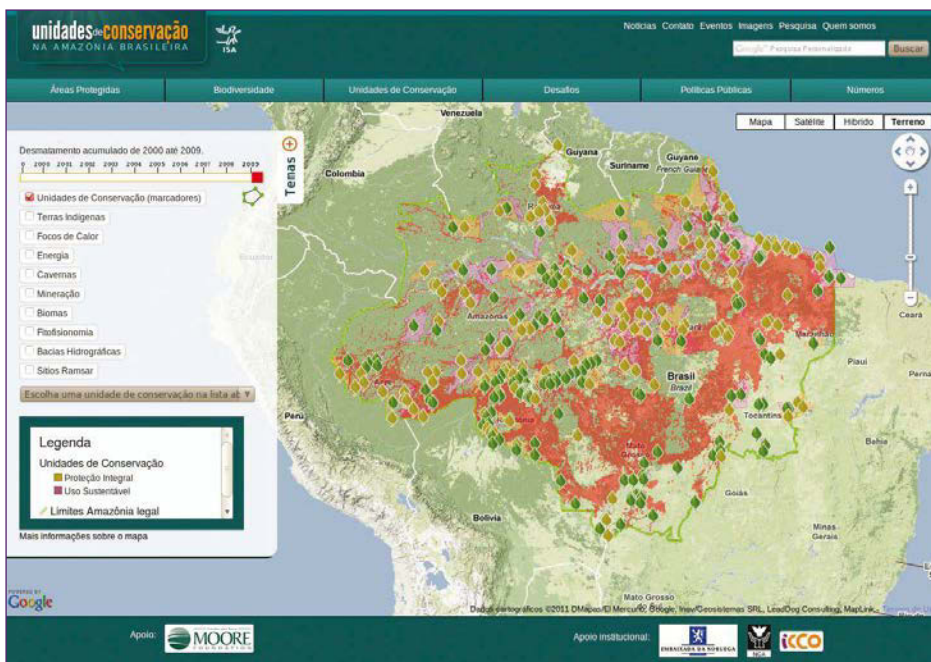
- planos de manejo e uso: 14 planos de manejo foram aprovados, sendo oito federais e seis estaduais. A Resex Guariba Roosevelt teve seu plano de uso aprovado.
- conselhos gestores formados: 18, sendo um estadual. Seis conselhos são deliberativos e 12 consultivos. Outras 18 UCs tiveram alterações na composição de seu conselho ou outros atos a eles relacionados como por exemplo a aprovação de regimentos.
- Regularização fundiária: seis Resex (Tapajós, Tapajós-Arapiuns, Riozinho do Anfrísio, Marinha de Caeté-Taperaçu, Terra Grande-Pracuúba, Gurupá-Melgaço) tiveram áreas concedidas para a comunidade beneficiada.
- Concessão florestal : foi publicado um ato justificando a conveniência da concessão florestal de uma área total de mais de 435 mil hectares na FES do Paru (PA).

► Divulgação e publicação de informações sobre UCs:

- Lançamento, em abril, do site Unidades de Conservação na Amazônia brasileira (<http://uc.socioambiental.org/>), com seus mais de 100 textos traduzidos também para as versões em inglês e espanhol.

Como o site está estruturado: O site está estruturado de forma a integrar informações georreferenciadas de diferentes naturezas, fontes e periodicidades de atualização, assim como de dados textuais e imagens postados por usuários, por meio de um sistema seguro, desenvolvido utilizando o Sistema Gerenciador de Conteúdo de código aberto Drupal e rodando em plataforma LAMP (Linux, Apache, MySQL e PHP), caracterizado pela sua alta complexidade.

Neste site encontram-se informações básicas de cada UC, referentes à gestão, caracterização ambiental (bacia hidrográfica, fitofisionomia, patrimônio espeleológico, inclusive localizando as 2.643 cavernas já mapeadas, entre outros), localização, sobreposição com Terras Indígenas, documentos legais. Além disso, são relacionadas notícias de mídia local e nacional, que enriquecem a compreensão do contexto político, pressões e ameaças e iniciativas e boas práticas referentes a cada UC. O site conta ainda com informações especializadas que podem ser visualizadas por meio da plataforma Google Maps customizada pelo ISA. Temas importantes para aferir o grau de conservação ambiental das UCs estão disponíveis ao usuário do site, entre eles: desmatamento, processos minerários



incidentes em UCs (aproximadamente 7 mil, incidentes sobre mais de 23% do território das UCs, focos de calor e grandes obras como as 352 hidrelétricas).

A utilização de fontes de informações diversas e de naturezas diferentes, complementadas por artigos críticos e explicativos redigidos por diversos parceiros e especialistas, bem como a atualização constante dos dados qualificados, asseguram uma avaliação crítica da situação de cada UC bem como do status de implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) na Amazônia Legal. O site segue ricamente ilustrado, com fotos de diversos parceiros, gestores e fotógrafos profissionais e com a possibilidade de colaboração do usuário no envio de fotos identificadas.

O site em números: no ano de 2011 o site teve mais de 160 mil visualizações, oriundas de 67 países. A maioria dos usuários é direcionada ao site a partir de mecanismos de busca (80%) ou tráfego de referência (10%). Foram trocados aproximadamente 200 emails com usuários, sendo que a comunicação direta com usuários foi enriquecida por pelo uso do twitter, criado exclusivamente para o site de UC.

- Participação nas seguintes consultas públicas para regularização de procedimentos de UCs gerenciadas pelo ICMBio: 'Instrução Normativa de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Resex, RDS, Flona' (Processo nº 02070.004447/2010-30); 'Regulamentação da atividade de captação de imagem das UCs federais', inclusive com articulações junto a fotógrafos profissionais.
- Disponibilização de dados e elaboração de análises sobre a gestão de UCs para a 'Rede de monitoramento colaborativo dos projetos desenvolvidos com recursos do Fundo Amazônia' (<http://deolhonofundoamazonia.ning.com/>).
- Foram produzidas oito notícias socioambientais.
- Apresentação e participação em mesa de discussão no Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente da Região Sudeste, com a apresentação da palestra 'Unidades de Conservação: monitoramento e análise de dados, rumo a uma plataforma colaborativa', abril de 2011. Além da divulgação e amadurecimento de temas correlatos, o encontro possibilitou diversas aproximações: com promotores de atuação da área de UCs

e temas correlatos; aprofundamentos nos desafios de mapeamento, sistema de alertas e combate a incêndio com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Divisão de Meio Ambiente/COB), inclusive com posterior contato para sessão de bases e outras contribuições; parceria para produção de conhecimento sobre Estradas-Parque com a pesquisadora Aline Tristão, ex-Diretora de Áreas Protegidas do Instituto de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), atualmente Coordenadora de Ação da Bacia do Rio Doce, Instituto Bioatlântica.

► Elaboração de indicadores socioambientais sobre as UCs:

- Realização de três oficinas para o treinamento de conselheiros e organização de grupos de acompanhamento das ações e metas de manejo estabelecidas nas UCs estaduais: Parque Estadual Rio Negro - Setor Norte, Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul e RDS do Rio Negro;
- Realização de uma oficina (Parque Estadual Rio Negro - Setor Norte) para disseminação de resultados obtidos com os indicadores: apresentação, distribuição de relatórios e banners para organizações sociais locais, CEUC-AM, FVA e IPÊ;
- Atividades piloto para validação do protocolo de indicadores em campo finalizada: validação (fase 1) - indicadores avaliados, metas de sustentabilidade definidas, ações de manejo estabelecidas e grupos de monitoramento das ações formados e treinados;
- Validação final (fase 2) baseada em tratamento estatístico para definição final dos indicadores em execução;
- Grupo de Trabalho multiinstitucional de avaliação e acompanhamento do sistema de indicadores com agenda de encontros definida;
- Parte do conteúdo multimídia originário de outros subprodutos (relatórios, imagens e banco de dados) organizado e pronto para acesso;
- Estabelecida parceria com o governo federal, ICMBio, para aplicação do sistema de indicadores;
- Realização de duas reuniões junto ao ICMBio em Brasília, e duas reuniões junto a organizações da sociedade civil (FVA e IPÊ) atuantes em UCs do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro para planejamento e organização da aplicação do sistema de indicadores das UC Federais: Resex Unini, Parna do Jaú e Parna de Anavilhanas;

- Realização de três oficinas em cada uma das UCs federais: Resex Unini, Parna do Jaú e Parna de Anavilhanas para: aplicação do sistema de indicadores; aplicação dos resultados dos indicadores no planejamento de ações e estabelecimento de metas de manejo e conservação monitoráveis; treinamento de conselheiros e organização de grupos de acompanhamento das ações e metas de manejo e conservação estabelecidas;
- Realização de uma reunião em Brasília-DF com representantes de 18 ONGs atuantes em UCs da Amazônia brasileira para apresentação e debate dos resultados da aplicação e potencialidades do Sistema de Indicadores Socioambientais para UCs – Sisuc;
- Elaboração e lançamento de publicação impressa e CD aplicativo do Sisuc (Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação). Versão impressa que inclui o CD aplicativo do Sisuc, um conjunto de relatórios dos principais eventos promovidos para sua elaboração. Distribuição de 1000 exemplares entre: chefes de UCs (estaduais e federais), coordenações regionais, órgãos públicos de gestão e pesquisadores atuantes no tema UCs dos nove estados da Amazônia Legal; coordenações regionais/estaduais de UCs de todos os demais (20) estados da federação; e instituições participantes do processo de construção do Sisuc (disponível também em <http://uc.socioambiental.org/gest%C3%A3o/sistema-de-indicadores-socioambientais-para-ucs-isa>);
- Renovação da parceria com o CEUC/SDS para continuidade das atividades resultantes e extensão do Sisuc para um número maior de UCs estaduais.



Perspectivas

- ▶ Desenvolvimento contínuo do site, com a agregação de novos dados, abordagem de assuntos complementares e implementação de novas ferramentas participativas;
- ▶ Fortalecer parcerias pessoais e institucionais visando: incrementação das informações no site; potencialização da estratégia de comunicação e difusão crítica das informações; ampliação dos temas monitorados sistematicamente sobre UC;
- ▶ Parceria com outras ONGs de referência que atuam em UCs da Amazônia para adensar o conjunto de dados, informação e conhecimento socioambiental sobre as UCs da Amazônia;
- ▶ Produção de análises sistemáticas sobre a implementação e fragilidades das UCs da Amazônia Brasileira.
- ▶ Implantação de um painel eletrônico de indicadores de UCs para que os resultados dos indicadores de campo, e de outros indicadores – gerados a partir de dados secundários – sejam automaticamente disponibilizados no site de UCs para facilitar a disseminação e o acesso ao conhecimento sobre a sustentabilidade socioambiental das UCs da Amazônia brasileira;
- ▶ Reaplicação dos indicadores nas UCs do Baixo Rio Negro, para estabelecimento de processo de monitoramento e avaliação.

POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL

O que é

O Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) tem como objetivo garantir, pela via legislativa, executiva ou judicial, a implementação de direitos relativos ao meio ambiente, biodiversidade, povos indígenas e populações tradicionais. Reunindo uma equipe multidisciplinar no escritório de Brasília, o PPDS desenvolve uma agenda de monitoramento e intervenção que procura influenciar políticas socioambientais, por meio da atuação em instâncias formais de formulação e discussão de políticas, além de atuar de forma integrada com outros programas do ISA nas interfaces destes com órgãos governamentais e políticas públicas, de modo a garantir a verticalização das ações da instituição.

Parcerias e fontes de financiamento

▶ Financiadores

Fundação Ford; RFN – Fundação Rainforest da Noruega; ED – Defesa do Meio Ambiente; Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID

▶ Parcerias

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira; Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí; Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel; Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; CI – Conservação Internacional Brasil; Forest Trends; Fundação SOS Mata Atlântica; Greenpeace; GTA - Grupo de Trabalho Amazônico; ICV – Instituto Centro de Vida; Instituto Ethos; Imafloira - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola; Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Moab – Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; MST - Movimento dos Sem – Terra; RMA - Rede de ONGs da Mata Atlântica; SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia; The Nature Conservancy - TNC; Via Campesina; WWF Brasil.

Equipe

Marcio Santilli (filósofo, coordenador); Raul Silva Telles do Valle (advogado, coordenador adjunto); Barbara Fontoura Simões Pires (advogada, assessora jurídica, desde fevereiro); Francisco Nascimento (técnico em contabilidade, assistente técnico administrativo); Júlio Cezar Garcia (jornalista, até setembro); Oswaldo Braga de Souza (jornalista); Lea Vaz Cardoso (agrônoma, assessora de políticas públicas).

Em dezembro, índios Xipaya, Xikrin, Kuruaya, Arara, Juruna, Assurini, Araweté, Parakanã e Kayapó em Altamira (PA), se reuniram em Altamira para cobrar respostas sobre o cumprimento de medidas relacionadas aos impactos gerados pela usina de Belo Monte em suas aldeias

Linhas de ação

- Monitoramento, divulgação e incidência na formulação de políticas públicas que afetem direitos socioambientais
- Monitoramento, divulgação e incidência em processos legislativos que afetem direitos socioambientais
- Propositura de ações judiciais em casos paradigmáticos para a agenda socioambiental
- Produção de conhecimento técnico e jurídico
- Assessoria técnica e jurídica a parceiros locais

O que foi feito

▶ Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte

Durante o ano de 2011 o ISA trabalhou para criar um observatório independente que pudesse avaliar o cumprimento das condicionantes socioambientais da obra, com o objetivo de garantir que todas as medidas de prevenção, mitigação, compensação e investimento socioambiental previstas nas licenças ambientais e no Plano Básico Ambiental (PBA) sejam efetivamente implementadas. Foram realizadas diversas reuniões com representantes da sociedade civil de Altamira, bem como junto à Secretaria Geral da Presidência da República, com vistas a delinear bem a ideia e conseguir meios de implementá-la. Houve um compromisso de vários desses atores em viabilizar a instalação do observatório no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, e, para tanto, se criou uma câmara técnica no âmbito do comitê gestor desse plano para desenhar um modelo de monitoramento das condicionantes. No final de 2011 estava sendo elaborado o termo de referência do trabalho que deverá ser desenvolvido.

Enquanto a obra avançava, ainda estava pendente de julgamento uma ação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que questionava justamente a legalidade da licença emitida, na medida em que não houve consulta aos povos indígenas afetados, como determina da Convenção 169 da OIT. O ISA monitorou e entrevistou para tentar uma decisão favorável, realizando audiências com os desembargadores envolvidos no caso, em articulação permanente com o Ministério Público Federal do Pará, autor



© Marcelo Salazar/ISA

da ação. O recurso foi julgado em novembro de 2011, mas o resultado foi negativo, pois o Tribunal entendeu que não era necessário haver consulta prévia, na medida em que supostamente a obra não estaria localizada em Terra Indígena. Acabou vencendo, portanto, uma interpretação restritiva de direitos, que claramente favoreceu a continuidade da obra mesmo sem o cumprimento dos requisitos básicos.

Além disso, e considerando o acúmulo de informação sistematizada sobre o processo de licenciamento de Belo Monte, o ISA apoiou tecnicamente a elaboração da petição apresentada ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a instalação da usina e violações de direitos humanos, principalmente no que diz respeito à ausência de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas com relação ao barramento do Rio Xingu (Ver <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3362>). O ISA também colaborou, em parceria com outras organizações da sociedade civil, na elaboração de notificações extrajudiciais feitas aos bancos envolvidos no financiamento da obra.

► Apoio ao ordenamento territorial e à boa gestão dos recursos naturais da região do Médio Rio Negro

O PPDS, junto com o Programa Rio Negro, apoiou a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) com o repasse de informações e assessoria na elaboração de documentos e subsídios no processo de demarcação da TI Marabitanas/Cué-Cué, no Alto Rio Negro, a última terra a ser demarcada na região.

Além disso, o PPDS auxiliou o Programa Rio Negro na elaboração uma proposta de zoneamento, regulamentação e realização de acordos de pesca que visam a diminuição dos conflitos e o uso sustentável da fauna aquática. Em agosto de 2011, o ISA fez uma rodada de conversas com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, para tentar levar adiante a formalização de novos acordos de pesca.

Também apoiamos, com conhecimentos jurídicos, a participação dos representantes indígenas no conselho consultivo do Parque Nacional Pico da Neblina, que é incidente na TI Yanomami e na TI Balaio. O objetivo é garantir uma representação qualificada que possa equacionar os desafios da gestão compartilhada entre uma Terra Indígena e uma Unidade de Conservação.

Em outro caso, da Floresta Nacional (Flona) Amazonas, o ISA foi convidado pelo ICMBio a participar do conselho gestor, mas recusou por entender que a figura da Flona, por ser uma UC voltada para a exploração econômica dos recursos florestais por terceiros, não se compatibiliza com os direitos indígenas de uso exclusivo dos recursos. Assim, propôs formalmente ao ICMBio a revogação da Flona, em documento elaborado com assessoria jurídica do PPDS. O ISA também repassou informação e debateu o assunto com a Hutukara Associação Yanomami (HAY) e com a Secoya (Serviço e Cooperação com o povo Yanomami), organização de apoio aos Yanomami, na região do Médio Rio Negro.

Além dessas atividades desenvolvidas, foi também lançado o primeiro livro da Série Pescarias no Rio Negro, intitulado *Como cuidar para o peixe não acabar*, editado pelo Programa Rio Negro do ISA, que contou com revisão jurídica do PPDS.

► A luta contra a desfiguração do Código Florestal

O ISA trabalhou fortemente em 2011 para evitar que as propostas de desfiguração do Código Florestal em curso no Congresso Nacional fossem aprovadas tal como haviam sido apresentadas. O Código Florestal é uma lei de fundamental importância à conservação da biodiversidade brasileira, sobretudo na Amazônia, nosso bioma mais conservado, mas também

importantíssimo para a recuperação dos biomas mais degradados, como é o caso da Mata Atlântica.

Grande parte dos esforços da equipe do ISA se centrou no monitoramento e incidência na tramitação legislativa do PL nº 1876/99, que já havia sido aprovado (2010) em comissão especial da Câmara dos Deputados, e aguardava sua apreciação no plenário da casa. Pela proposta aprovada, grande parte dos proprietários rurais deixariam de ter a obrigação de preservar ou recuperar as florestas existentes em seus imóveis, o que significaria a falência de qualquer estratégia de conservação no país.

Conseguindo apoio na sociedade para lutar contra as modificações propostas - Uma das atividades estratégicas realizadas pelo ISA foi trabalhar para ampliar o campo de forças sociais contrárias à aprovação da proposta. Uma aliança que já havia começado em 2010 foi o SOS Florestas (<http://www.sosflorestas.com.br/>), que reunia basicamente organizações do campo socioambientalista (ISA, Greenpeace, WWF – Brasil, Fundação Boticário, Imaflora, ICV, entre outros). Essa articulação foi bastante atuante durante a votação na Câmara dos Deputados, tendo não apenas servido para coordenar a ação das organizações envolvidas, como também produzido documentos técnicos (ver, por exemplo, <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3329>) e vídeos informativos para a população em geral, como forma de mobilizar a sociedade. O grupo serviu também como estimulador e coordenador de algumas manifestações ao redor do país. O ISA deu apoio técnico e jurídico para os posicionamentos e análises divulgados pelo grupo. Essa articulação, quando da aprovação do projeto na Câmara, foi ampliada para incluir organizações de outros setores da sociedade, dando origem ao Comitê Brasil em Defesa das Florestas, como mais adiante será explicado.

Para além dessa articulação com organizações da sociedade civil, o ISA investiu estrategicamente na aproximação com setores do empresariado que pudessem ser uma voz dissonante entre o chamado “setor produtivo”, que nesse caso estava sendo liderado – com grandes investimentos – pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Nesse contexto, já em 2010 passamos a participar de uma rodada de conversas com algumas empresas do setor de florestas plantadas (papel e celulose sobretudo). Essa iniciativa, denominada Diálogo Florestal, e que reuniu, além do ISA, também outras organizações ambientalistas (WWF, TNC, SOS Mata Atlântica, Imaflora, Apremavi, Ipam), elaborou um documento contendo 16 pontos de consenso com relação a alterações necessárias no projeto em tramitação. O documento foi assinado por mais de 40 empresas e 25 organizações sociais com atuação no país.

Após muitas reuniões e discussões internas, nas quais o ISA teve uma posição de destaque, o documento veio a público em março (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3279>), e teve uma boa repercussão na mídia e no próprio Congresso Nacional, que era nosso objetivo. Junto com os empresários, visitamos todos os deputados que formaram uma “comissão de negociação” para debater o tema (mais adiante explicado), bem como o relator da matéria (Aldo Rebelo) e o Presidente da Câmara (<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/meio-ambiente/194466-entidades-entregam-a-Marco-Maia-proposta-de-consenso-para-o-codigo-florestal.html>). Fomos também recebidos pelos ministros do Meio Ambiente, e da Agricultura e Pecuária e pela Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aos quais apresentamos as propostas. No entanto, apesar de haver influenciado o texto final aprovado, a ele foi incorporado apenas parte das propostas elaboradas, justamente aquelas que não interferiam na anistia desejada pelos ruralistas. De qualquer forma, o movimento serviu para demonstrar à sociedade que mesmo no

setor empresarial rural havia dissonância com relação à proposta, o que ajudou a quebrar a ideia de que a lei impedia a atividade rural brasileira. Paralelamente a isso, apoiamos a divulgação do estudo organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) acerca das consequências das mudanças na legislação. Tal relatório, que tem como objetivo analisar os impactos previsíveis da alteração na lei sobre a biodiversidade, os recursos hídricos e o clima no país, foi amplamente divulgado (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3307>) e teve uma boa repercussão na mídia nacional.

O processo legislativo na Câmara dos Deputados e a participação do ISA - Apesar do aviso da comunidade científica, das críticas feitas por grande parte das organizações da sociedade civil brasileiras, e até do posicionamento divergente de parte do empresariado ligado ao agronegócio brasileiro, a pressão pela aprovação do projeto era muito grande. O relator, Aldo Rebelo, de forma muito hábil, foi introduzindo em seu projeto as demandas apresentadas por outros grupos econômicos com interesse em afrouxar a legislação.

A reação da sociedade ao projeto que havia sido aprovado na Comissão Especial, no entanto, impedia que ele fosse rapidamente apreciado no plenário da Câmara dos Deputados. Junto com outras várias organizações socioambientalistas e parlamentares aliados, o ISA visitou o Presidente Marco Maia (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3259>), para pedir mais tempo para analisar e modificar o projeto. Nessa reunião ele se comprometeu a criar uma “câmara de negociação” para avaliar e modificar o projeto, com o objetivo de se chegar a um texto mais moderado. Essa câmara, no entanto, nunca chegou a funcionar (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3285>), e dali não saiu nenhuma sugestão concreta de modificação. Mas atrasou a votação em pelo menos dois meses (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3271>). O ISA preparou e entregou à câmara um parecer técnico apontando problemas no substitutivo proposto pelo deputado Aldo Rebelo, bem como sugestões para modificá-lo. Além disso, como já exposto, apresentamos as propostas do Diálogo Florestal.

Fizemos, junto com outras organizações da sociedade civil, diversas reuniões com deputados dos mais diversos partidos políticos, para apresentar os estudos científicos que apontavam para os diversos problemas decorrentes da proposta em apreciação, bem como dados que demonstravam que o projeto beneficiava, sobretudo, os grandes proprietários. Organizamos também, em abril, uma manifestação de rua em Brasília (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3293>), junto com organizações da agricultura familiar, realizada poucos dias depois de um grande encontro organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Ao final da marcha, nos reunimos novamente com o presidente da Câmara dos Deputados, que tinha o poder de colocar ou não em votação o projeto. Nessa reunião ele cobrou do Palácio do Planalto uma posição a respeito da matéria (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3294>).

Em função de toda essa movimentação, conseguimos o apoio de parte expressiva do Partido dos Trabalhadores (PT) (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3301>), principal partido da base do governo, que por sua vez passou a apoiar o adiamento da votação enquanto não houvesse uma posição clara do Governo Federal quanto à questão.

Governo demora a tomar uma posição e relator se mostra inflexível - Desde o final de 2010 o Governo Federal fez intermináveis conversas internas para definir uma proposta própria, algo bastante complexo pela permanente disputa entre o Ministério de Meio Ambiente (crítico à proposta de Aldo) e o da Agricultura (favorável ao projeto). Em março,

finalmente, chegou a um texto unificado, e buscou o relator para negociar alterações em seu relatório, no sentido de retirar excessos e repor regras de proteção. Ocorre, no entanto, que Aldo já havia se comprometido com diversos setores em modificar seu texto em sentido contrário, de forma que, quando apresentou publicamente uma nova versão de seu relatório, desagradou tanto ao Governo, quanto aos ambientalistas (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3315>).

Apesar de ver suas expectativas frustradas, o Governo continuou a negociar com Aldo Rebelo para melhorar seu texto. A cada rodada de negociação havia mais desgastes, com muitos acordos verbais e poucos resultados concretos na proposta. O PPDS, junto com outras organizações e personalidades, como a ex-ministra Marina Silva, buscou o Ministro da Casa Civil (principal ministro político do Governo), Antônio Palocci, para manifestar sua contrariedade ao texto que deveria ser votado e apresentar uma proposta para aprimorá-lo (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3321>).

No dia 10/5 o projeto foi pautado em plenário, mas, por ainda estar em andamento a negociação entre Aldo e o Palácio do Planalto, a votação foi adiada (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3322>) em dois dias. As negociações continuaram até o dia da votação, mas como o relator alterou em cima da hora o texto que havia negociado com a Casa Civil, a sessão caiu e novamente a votação foi adiada (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3325>).

Três dias depois surgem na grande imprensa nacional denúncias contra o Ministro da Casa Civil, braço direito da Presidente Dilma Roussef. O PMDB, partido do Vice-Presidente, e berço de grande parte dos parlamentares ruralistas, anuncia seu apoio para convocar o ministro a dar explicações na Câmara dos Deputados. No dia seguinte o Planalto capitula e anuncia que apoiará a votação e aprovação do texto que havia rejeitado na semana anterior (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3332>), desde que Palocci – que acabou, tempos depois, saindo do cargo – não fosse convocado. O ISA, junto com outras organizações do SOS Florestas, elaborou e divulgou uma nota técnica que aponta os principais problemas do projeto (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3329>). Mas o acordo já estava feito.

No dia 24 de maio o projeto foi finalmente aprovado na Câmara dos Deputados. O texto-base foi o que havia sido alterado de última hora pelo relator Aldo Rebelo, com a adição de uma emenda (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3333>) que o piorava muito, denominada emenda 164. Acompanhamos e noticiamos (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3343>) a votação, na qual distribuímos panfletos aos deputados para mostrar quais as consequências nefastas do texto que eles iriam aprovar. Apesar de todos os esforços, mas com o apoio do governo, o projeto foi aprovado por 410 contra 63. A emenda 164, que não contava com o apoio do Governo, foi aprovada por 273 a 182, com o apoio maciço do PMDB, segundo maior partido do Congresso Nacional.

O ISA elaborou, antes e depois da votação, alguns artigos analíticos (http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2011-06-10-143956) a respeito do texto aprovado, bem como do processo político que o levou a ter aquela ampla e inesperada maioria (http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2011-06-13-100135).

Pesquisando a opinião dos brasileiros a respeito da alteração no Código Florestal - Na semana seguinte à aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados, o ISA, em conjunto com outras organizações da sociedade civil (Amigos da Terra, WWF, Greenpeace, Imaflora), encomendou uma pesquisa de opinião para saber o que a sociedade brasileira pensava do

projeto que acabava de ser aprovado. O ISA ajudou a formular as questões que integraram a pesquisa, que deveria estar adequada aos pontos centrais em discussão no Congresso Nacional.

O resultado confirmou o que já suspeitávamos: a grande maioria da população é contra a concessão de anistia aos desmatadores, bem como à aprovação de regras que signifiquem incentivos a novos desmatamentos (<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3357>). Isso indicava, à época, que o projeto, que seguia para avaliação do Senado Federal, deveria ser profundamente alterado ou, na pior das hipóteses, vetado pela Presidente da República, que havia se comprometido, durante a campanha presidencial, a rejeitar qualquer regra que significasse anistia ou novos desmatamentos (http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2011-06-11-094314).

Elaboramos e publicamos análises a respeito da pesquisa e da separação entre opinião pública e vontade legislativa.

Início de tramitação no Senado Federal e a participação do ISA - No Senado Federal o projeto, que iria tramitar em três comissões (e não mais numa comissão única, como na Câmara), ganhou inesperadamente dois relatores: Luiz Henrique (PMDB/SC), que quando governador de Santa Catarina aprovou uma lei estadual que diminuía a proteção às florestas, seria relator em duas comissões (Justiça e Agricultura). Jorge Viana (PT/AC), que quando governador do Acre instituiu o “governo da floresta”, seria o relator na última comissão (Meio Ambiente). Embora desequilibrado, o rito nos pareceu melhor do que o da Câmara, com mais chances de influência da sociedade no processo de avaliação e modificação do texto. Com base nisso, fizemos contato com o senador Jorge Viana, com quem já tínhamos alguma proximidade. Esse contato perdurou até o final do processo legislativo no Senado, e tivemos a oportunidade de apresentá-lo, em caráter institucional, diversas análises a respeito do projeto. Isso, no entanto, não evitou que o texto final aprovado continuasse ruim para as florestas brasileiras, conforme explicado mais adiante.

Formação do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e participação social na etapa do Senado - Como anunciado, quando da aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, foi formado, com participação ativa do ISA, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas (<http://www.comiteflorestas.org.br/>). Esse colegiado reuniu não só as organizações socioambientalistas, mas também organizações camponesas (Via Campesina), ligadas à Igreja Católica (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e Comis-

são Brasileira de Justiça e Paz – CBJP), a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa), entre outros (são 122 organizações no total).

O ISA, além de participar da coordenação executiva desse comitê, o que implicava em reuniões semanais, apoiou financeiramente seu funcionamento (ele ficou abrigado na CBJP), com apoio deste projeto. Esse comitê foi fundamental para mostrar que a disputa não era entre ruralistas e ambientalistas, como a mídia tentava vender à sociedade, mostrando, pelo contrário, que amplos setores da sociedade estavam preocupados com as consequências desse projeto (<http://www.comiteflorestas.org.br/%E2%80%9Co-brasil-precisa-se-constranger-por-aprovar-um-c%C3%B3digo-florestal-come-est%C3%A1-se-dando%E2%80%9D>).

No âmbito do comitê foi lançada a campanha Floresta Faz a Diferença (www.florestafazadiferenca.org.br), que conseguiu mobilizar artistas, intelectuais e cidadãos comuns das grandes áreas urbanas brasileiras contra as modificações na legislação. O PPDS participou da concepção e implementação dessa campanha, tendo participado ativamente na cobertura televisiva das votações no Senado (<http://www.florestafazadiferenca.org.br/ultimas-noticias/ao-vivo-votacao-do-codigo-florestal-no-senado>), um dos pontos altos da campanha. No âmbito dessa campanha, coletamos 350.000 assinaturas presenciais (e, junto com o Avaaz, pouco mais de 1.000.000 de assinaturas eletrônicas) para um abaixo-assinado contrário às modificações propostas pelos ruralistas e aprovadas na Câmara. Esse abaixo-assinado foi entregue, já no final do processo de votação no Senado, ao Secretário-Geral da Presidência da República, em meio a uma grande manifestação em Brasília, que ajudamos a organizar (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3470>). O secretário-geral, Gilberto Carvalho, reafirmou nessa reunião que a Presidente Dilma Rousseff manteria sua palavra e não deixaria passar um projeto que promovesse anistias e mais desmatamento, o que, ao final, acabou não se cumprindo. Durante o processo no Senado atuamos ativamente junto com outras organizações do comitê, seja interagindo com senadores e assessores legislativos, seja analisando e divulgando as propostas que iam surgindo, bem como os textos que foram aprovados em cada comissão (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3397>; <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3450>; <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3454>;). Ainda em agosto, o comitê buscou alguns senadores de tendência mais progressista para formar um bloco de apoio que pudesse pressionar por uma modificação profunda no projeto vindo da Câmara. Formou-se, então, um grupo de cerca de 10 senadores, de vários partidos, coordenado por Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), que se comprometeu a trabalhar por uma melhoria substantiva no texto. Esse grupo, no entanto, não se manteve unido e ativo até o final do processo legislativo, apesar de

Fotos: © Anderson Carcino



Cerca de 1,5 mil pessoas marcharam do Congresso Nacional ao Palácio do Planalto para pedir mudanças na reforma do Código Florestal., Brasília, Distrito Federal



nossa tentativa de mobilizá-lo, e apenas alguns desses senadores tiveram um papel mais ativo na questão.

No âmbito do comitê foi elaborado, com muito esforço de convergência e a participação ativa do PPDS, um conjunto de propostas para alterar o projeto que havia sido aprovado na Câmara. Esse documento (anexo) foi entregue, junto com um parecer analisando os principais problemas do projeto, aos dois relatores – Jorge Viana e Luiz Henrique – em uma reunião organizada pelo comitê (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3440>), bem como à Ministra de Meio Ambiente, em reunião reservada em seu gabinete. O objetivo era mostrar os principais problemas, bem como soluções viáveis aos absurdos que estavam sobre a mesa. Apesar do documento entregue, da conversa – em mais de uma oportunidade – com o relator Luiz Henrique, ele, como já era previsto, não incorporou as demandas vindas da sociedade civil, e apresentou, em todas as comissões das quais foi relator, um parecer que incorporava muito poucas modificações no texto que vinha da Câmara.

O conjunto de movimentações realizadas no âmbito do comitê (pareceres, notícias, passeatas, mobilização virtual, contato com senadores, abaixo-assinado etc.) acabou surtindo algum efeito. No Senado todos falavam da necessidade de modificar o projeto aprovado pelos deputados, tido como excessivamente ruralista até para os senadores. O próprio Governo repetia essa tese. A pressão da sociedade abriu espaço para alterar um texto que havia sido aprovado por ampla maioria na Câmara. Em função desse espaço conquistado, as organizações do comitê foram convidadas para apresentar seu ponto de vista na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e o ISA esteve na mesa para apresentar as propostas e críticas da sociedade civil (<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/noticia.asp?codEditoria=1169&dataEdicaoVer=20111101&dataEdicaoAtual=20120309&nomeEditoria=Senado&codNoticia=111744&>).

Desfecho no Senado Federal é decepcionante – Apesar de todos os esforços, de toda a mobilização conseguida, o parecer final do relator Jorge Viana, com o qual mantivemos maior contato durante todo o processo, acabou mantendo os principais problemas do texto aprovado pela Câmara. Embora o relatório apresentado por Jorge Viana tenha sido razoavelmente positivo (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3459>), o que foi ao final aprovado na comissão – e contou com seu apoio e do Governo – retrocedeu em boa parte dos pontos em que ele havia proposto melhorias (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3461>).

Com um discurso de que o projeto não trazia mais anistias ou incentivos ao desmatamento, o governo fechou acordo com os ruralistas para aprová-lo rapidamente no Plenário, o que acabou ocorrendo em 6 de dezembro (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3477>) com ampla maioria, após alguns adiamentos (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3472>).

O projeto aguarda a votação final na Câmara dos Deputados, em 2012, que deverá aprovar ou rejeitar as alterações feitas pelo Senado. A única saída, nesse momento, é pressionar pelo veto presidencial.

► **Elaboração e defesa de propostas para “esverdeamento” da política agrícola**

O ISA vem trabalhando para aprimorar os instrumentos da política agrícola, de forma que ela venha a ser uma indutora da aplicação da legislação florestal em imóveis rurais.

Para tanto, em 2011, após a análise e discussão interna sobre os instrumentos de política agrícola, elegemos o crédito rural e o crédito para agricultura familiar (Pronaf) como prioritários em função do maior volume de recursos envolvidos e do número de beneficiários. O crédito é o

instrumento mais tradicional de política agrícola e arraigado na cultura dos produtores rurais brasileiros.

Em função da antecipação da revisão anual do plano safra (plano que congrega o conjunto de políticas voltadas à produção agropecuária brasileira, incluindo as medidas de crédito), em março de 2011, mesmo sem ter uma proposta acabada, o ISA apresentou uma versão preliminar das propostas em elaboração aos ministérios diretamente responsáveis – Ministério da Agricultura (Mapa) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – bem como ao Ministério da Fazenda (responsável por aprovar as taxas de juros do crédito agrícola) e do Meio Ambiente. A proposta, no entanto, não foi adiante, sobretudo em função da incerteza em relação ao Código Florestal.

Trabalhamos também na elaboração e publicação de um estudo sobre o funcionamento das linhas de crédito destinadas a apoiar a regularização ambiental de propriedades rurais. Esse estudo, feito com apoio de uma consultoria, serviu para que elaborássemos algumas propostas de aprimoramento no sistema de crédito agrícola para que os produtores rurais “verdes” (que cumprem com a legislação florestal) sejam positivamente diferenciados (e premiados). Além disso, serviu de base para a elaboração de uma publicação intitulada *Financiamento agroambiental no Brasil: subsídio para o desenvolvimento de políticas de crédito de apoio à regularização ambiental de propriedades rurais*, a ser lançada em março 2012. A publicação foi desenvolvida em parceria com a The Nature Conservancy - TNC e Instituto Centro de Vida – ICV, e apoio da Usaid.

Apesar de não conseguir emplacar a proposta de “esverdeamento” do crédito no Plano Safra 2011/2012, continuamos a interação com o Ministério da Agricultura e conseguimos criar, no segundo semestre, um grupo de trabalho para discutir uma proposta de crédito diferenciado para produtores rurais regularizados. Desse grupo resultou uma proposta que foi apresentada ao secretário executivo do ministério, com vistas a ser levada em consideração nas negociações que ocorrerão em 2012.

• **Participação no grupo de elaboração do ABC**

Dentro da estratégia de defender a implantação de políticas de apoio à melhoria de performance ambiental dos empreendimentos rurais, o ISA participou ativamente do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Governo Federal para elaborar o Plano ABC, como representantes do Observatório do Clima. Nesse grupo, além de colaborar com a discussão geral, trabalhou para incluir metas de restauração de áreas degradadas no plano. O documento foi então encaminhado ao Grupo Executivo do Plano Nacional de Mudanças Climáticas – Gex, coordenado pelo MMA. A previsão é que o Plano ABC seja lançado, junto com os demais planos setoriais, às vésperas da Conferência Rio+20.

O ISA também contribuiu com a discussão do Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono no Estado do Mato Grosso.

• **Participação no Conexões Sustentáveis**

Em 2011, tivemos uma mudança na representação do ISA no Comitê de Acompanhamento da Iniciativa Conexões Sustentáveis, onde participam as três principais redes varejistas do país (Walmart, Pão de Açúcar e Carrefour), ONGs como Amigos da Terra, Akatu, Papel Social, Repórter Brasil, Nossa São Paulo e Ethos. Mesmo com a saída de seu representante anterior, o ISA optou por manter uma representação ativa, por entender que de todos os espaços de articulação entre mercado e sociedade civil, o que tem mais chances de sucesso é esse.

Em 2011 nosso objetivo era ampliar os compromissos assumidos pelas empresas signatárias dos pactos setoriais para incluir, por exemplo, cumprimento das regras ambientais relacionadas ao Código Florestal. Além

disso, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento das ações das empresas. Para tanto, buscamos contato com o Serasa Experian, empresa de informações cadastrais que oferece serviços especializados para avaliação de risco de clientes e fornecedores. O Serasa já possui um produto denominado Conformidade Ambiental que vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Nosso objetivo, já pactuado com os membros do Conexões ao longo das reuniões realizadas durante o ano, é obrigar que todos os fornecedores de carne e soja tenham a “ficha limpa” junto ao Serasa e estejam obrigatoriamente cadastrados, para além de não estarem na lista de trabalho escravo ou de áreas embargadas.

Na discussão iniciada em dezembro de 2011, a ferramenta seria a principal forma de acompanhamento dos pactos. Em 2012 a ideia é avançar nos entendimentos e repactuar os critérios e as ações das empresas comprometidas com a iniciativa.

• Regulamentação do REDD indígena

O PPDS trabalha na construção um arcabouço jurídico para a implementação de projetos de REDD no País que garantam o direito de populações tradicionais à percepção dos benefícios porventura oriundos de iniciativas realizadas em seus territórios

O ano de 2011 representou pouco avanço nas discussões sobre REDD, em geral, e sobre a sua aplicação em Terras Indígenas e outras áreas protegidas. Uma orientação reservada do Ministério de Relações Exteriores foi enviada a vários ministérios e órgãos federais, recomendando que o governo não se envolvesse em projetos de REDD enquanto não houvesse uma regulamentação internacional sobre o assunto.

Com as mudanças havidas no Ministério do Meio Ambiente, com a nomeação de um pesquisador da Embrapa para a Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas e a constituição de uma coordenação específica sobre o tema, havia expectativa de avanços que, no entanto, não ocorreram. O secretário nacional, Eduardo Assad, acabou deixando o cargo no final do ano. Porém, foram reformulados os documentos conceituais do MMA sobre o tema, com a participação de várias organizações especializadas, inclusive o ISA.

Assim, há expectativa de que em 2012 ocorram avanços mais significativos. Já há a iniciativa de uma oficina de trabalho conjunta entre técnicos do MMA e da Funai com o objetivo de propor uma regulamentação do tema. O ISA participará como convidado.

► Monitoramento das ações judiciais em curso

O PPDS monitora 72 ações judiciais que tramitam na Justiça Federal de 1ª instância, nos Tribunais Regionais Federais, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Dessas ações, 50 tiveram andamentos em 2011, no entanto, poucas tiveram andamentos relevantes.

• Ação pela derrubada do decreto federal que permite a destruição de cavernas (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4218 – STF)

Um caso que teve andamentos relevantes no ano de 2011 é o da ADI nº 4218, que versa sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas no território nacional. No final de 2008, o Governo Federal editou o Decreto nº 6.640, que, ao alterar vários pontos do Decreto nº 99.556/90 (única legislação nacional que trazia regras de proteção ao patrimônio espeleológico brasileiro) passou a permitir que cavernas – e outros tipos de cavidades naturais subterrâneas – pudessem ser permanentemente destruídas por atividades econômicas como mineração, loteamentos ou construção de hidrelétricas. O ISA, em parceria com a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), ingressou em maio de 2009 como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4218, proposta pelo Procurador-Geral da República, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Em outubro de 2011, o Ministro Luiz Fux, relator da ação no STF, decidiu não julgá-la declarando que o caso não é de competência do Supremo, por não haver ofensa à Constituição Federal. O MPF recorreu dessa decisão e o PPDS preparou memoriais que irão instruir os Ministros do STF no julgamento da ação que está previsto para o ano de 2012.

• Robson Zanetti x ISA e Rodrigo Junqueira – Ação ordinária por danos morais (Justiça Estadual do Paraná)

Outro caso que teve andamentos relevantes em 2011 foi o da Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais, ajuizada pela família Zanetti no ano de 2002, contra o Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA, ISA, Rodrigo Junqueira e outros, alegando responsabilidade conjunta pela inclusão de mensagem eletrônica na internet, supostamente ofensiva à honra dos autores. Em março de 2011, o juiz da 6ª Vara Cível de Curitiba proferiu sentença julgando parcialmente procedente o pedido dos autores e condenando o ISA, Rodrigo Junqueira e os outros réus, solidariamente, ao pagamento de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada qual dos autores Incomatti Madeiras Ltda., Robson Zanetti, Cleverson Zanetti e Ederson Augusto Zanetti, a título de indenização por danos morais. O PPDS recorreu da sentença, protocolando embargos de declaração, que não foram acolhidos pelo juiz da 6ª Vara e recurso de apelação, que foi remetido para o Tribunal de Justiça do Paraná, onde será julgado. A expectativa é que a apelação seja julgada no 1º semestre de 2012.

Resultados alcançados (com indicadores) e perspectivas

► Código Florestal: análise crítica das sucessivas fases do projeto e divulgação à sociedade dos avanços e retrocessos

- 11 pareceres jurídicos foram elaborados e entregues aos parlamentares e divulgados à sociedade, nas diversas fases do processo legislativo;
- 65 “Notícias Socioambientais (NSAs)” sobre Código Florestal foram publicadas no site do ISA;
- 10 artigos “Direito do ISA” sobre Código Florestal foram publicados no site do ISA;
- 1 texto no Blog do ISA no site Globo Natureza sobre Código Florestal;
- 3 artigos publicados em revistas do setor agropecuário (Revista Opiniões - http://www.revistaopinioes.com.br/cp/edicao_materias.php?id=38 e Visão Rural - <http://www.esalq.usp.br/noticia/detalhe.php?id=1591>) com análises técnicas dos problemas e soluções possíveis em relação ao texto;
- Participação em 3 debates televisivos;
- 4 palestras em diferentes partes do país (São Paulo, Uberlândia, Brasília e Registro);
- Em torno de 48 atendimentos à imprensa, para 38 veículos diferentes. Destaques: O Estado de S.Paulo (5), Carta Capital (2), Valor Econômico (2), BBC (2), Rádio Nacional da Amazônia (2), Rede Brasil Atual (2), Rádio Nacional (2) e TV Câmara (2).

Importante destacar que, para o tema Código Florestal, o ISA foi a segunda fonte de informação mais importante no âmbito das ONGs, atrás apenas do Greenpeace, de acordo com pesquisa realizada pela Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), que analisou 973 notícias veiculadas entre 1º de abril e quinze de junho, em 17 jornais diários de circulação nacional e regional. Essa exposição demonstra que o ISA foi visto pela grande mídia brasileira como uma fonte importante e confiável de informação e avaliação a respeito da matéria.

Em outra pesquisa, realizada pelo Fundo Vale, o ISA aparece com maior número de menções (112) em geral entre as instituições parceiras pes-

quisadas. No que diz respeito aos veículos de grande circulação nacional, o ISA ficou em 3º lugar com maior número de menções. Entre os temas que receberam maior destaque da imprensa, a pesquisa apontou o levantamento do Datafolha sobre o Código Florestal e o lançamento da Cartilha sobre o Código Florestal, ambas iniciativas que foram associadas à atuação do ISA.

► **Código Florestal: incidência sobre o processo legislativo**

- 3 sugestões apresentadas pelo Diálogo Florestal integralmente incorporadas ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, e outras cinco parcialmente atendidas (apesar disso, o texto final é muito ruim);
- 18 emendas ao texto do Senado Federal, apresentadas por oito senadores diferentes, ao longo de todo o processo legislativo;
- 16 artigos que foram total ou parcialmente inspirados em sugestões do ISA e parceiros no texto final do Senado Federal.

► **Propostas para “esverdeamento” da política agrícola**

- Apresentação de propostas para o Plano Safra 2012/2013;
- Estabelecimento de metas de restauração de mata ciliar até 2020 no Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono do Estado de Mato Grosso

Avaliação

A ênfase do trabalho do PPDS em 2011 esteve voltada para a luta pelo Código Florestal, que trouxe ao ISA, e seguramente a diversas outras organizações da sociedade civil brasileiras, lições e reflexões que devem ser assimiladas para a continuidade do trabalho em prol de políticas que favoreçam um ambiente sadio e uma sociedade equilibrada e, sobretudo, se quisermos efetivamente ter um arcabouço legal que favoreça o fim do desmatamento.

O projeto aprovado pelo Senado, ainda que melhor do que o da Câmara, é um grave retrocesso para o princípio da função social da propriedade e não garantirá, em diversas regiões do país, o equilíbrio mínimo necessário para a conservação da biodiversidade, para a produção de água, para o bem estar das populações humanas. No confronto parlamentar, o direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, supostamente garantido em nossa Constituição Federal, perdeu para a força do agronegócio, que, há de se admitir, se organizou de forma competente para ganhar essa batalha.

Há que se reconhecer nesse processo, dois fatores importantes para esse resultado absolutamente indesejado: a cada vez menor disposição do governo federal em levar adiante bandeiras da luta ambiental e a extrema organização com que o setor agropecuário levou o assunto adiante.

A sociedade civil organizada, por sua vez, trabalhou da melhor forma que pôde. Há de se reconhecer uma certa desmobilização no âmbito do movimento socioambientalista brasileiro nos últimos anos, por razões diversas, mas acreditamos que isso não foi o elemento central para o revés legislativo. Conseguimos (ISA e parceiros) ter voz ativa junto à sociedade (ver indicadores de exposição na mídia), angariar importantes aliados para a causa (Igreja Católica, movimentos camponeses, cientistas, organizações estudantis), influenciar o trâmite legislativo. Mas o contexto se mostrou extremamente desfavorável.

Uma das razões que levou grande parte dos parlamentares a apoiar a mutilação da legislação florestal foi, além de não compreender adequadamente as consequências do projeto (apesar de nossos esforços em contrário), a percepção de que a legislação florestal vem servindo como um instrumento de opressão ao agricultor, por meio da ação fiscalizadora e repressora dos agentes ambientais. E, de fato, há anos a legislação

florestal vem funcionando muito mais na base da repressão do que da orientação ou do incentivo.

Por essa razão, entendemos que, sobretudo porque possivelmente venhamos a ter uma legislação menos protetora, investir no uso de incentivos econômicos à conservação é algo de fundamental importância. Não só precisamos ter uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, como precisamos urgentemente criar coerência entre os instrumentos da política agrícola e o da política ambiental.

Avaliamos que, uma vez aprovada a nova legislação (o que, no momento deste relatório, não está totalmente certo quando e como será), será fundamental disputar o espaço da regulamentação, já que muitas de suas disposições são ambíguas, e uma adequada regulamentação federal será a única maneira de evitar maiores retrocessos, ou mesmo de reduzir perdas ocorridas no processo legislativo. Questões como a necessidade ou não de recomposição de matas ciliares, a dispensa ou não de recomposição de reserva legal, a forma de se realizar o Cadastro Ambiental Rural serão definidas, em grande medida, pela regulamentação. Embora o Poder Executivo, atualmente, não seja um grande entusiasta da agenda socioambiental, não há dúvidas de que a interlocução com ele é mais proveitosa do que a que tivemos com o Congresso Nacional.

Pensamos também que será fundamental organizar uma espécie de observatório social dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) que serão criados com a nova legislação. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) vem levantando o discurso de que mesmo as ínfimas obrigações de recuperação estabelecidas na nova legislação são excessivas, e que o cadastramento dos produtores rurais é algo inviável, de forma que a lei deve ser revista em cinco anos. É a senha para empurrar os programas de regularização para frente. Parte do setor agropecuário, portanto, trabalhará para boicotar o pouco de conservação que continuará na lei, sabotando os PRAs ou simplesmente usando-os para legitimar a anistia. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade civil organizada aja em sentido contrário, trabalhando para que esses programas funcionem e não sejam simplesmente formas de legalizar o desmatamento.

Mas, para tanto, avaliamos que é fundamental contar com parceiros de outros setores, como buscamos fazer ao longo desse ano. Só o movimento ambientalista não será capaz de tocar adiante esse desafio, mesmo porque estaríamos repetindo os erros do passado. Tudo isso, no entanto, está por construir.

► **Defesa de direitos socioambientais**

Em 2011 se confirmou que a conjuntura política e econômica nacional está cada vez mais desfavorável também em relação à defesa dos direitos e interesses de populações tradicionais.

Isso se deve a vários fatores, que vão desde o relativo sucesso da sociedade civil em conquistar vários desses direitos nos últimos anos, o que despertou a resistência dos setores mais conservadores, como um arranjo político perverso no âmbito da política nacional, pelo qual o governo do Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu a bandeira das causas sociais, teve que se aliar aos setores mais retrógrados da sociedade. Dessa forma, passamos de uma posição de conquista ou consolidação de novos direitos para uma de defesa dos direitos já conquistados, mesmo aqueles que ainda não foram consolidados. Ou seja, as ONGs e movimentos sociais ligados à temática socioambiental passaram, no geral, de uma atitude de colaboração para avançar, existente no início de 2003, primeiro ano do governo, para uma atitude de resistência para não retroceder. Da proposição para a defesa.

O governo Dilma vem se mostrando especialmente reacionário em relação à temática dos povos indígenas e populações tradicionais. A demarcação de Terras Indígenas está praticamente paralisada, não houve criação de novas Unidades de Conservação (ao contrário, houve diminuição, como no caso das Ucs do Tapajós – veja também o relatório do Programa Monitoramento de TIS e UCs), o processo de licenciamento ambiental está sendo fragilizado (Ver http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo=2011-10-31-163535), para facilitar a implantação de grandes obras de infraestrutura destinadas a viabilizar grandes empreendimentos minerais, energéticos ou agropecuários. A recente aprovação, pelo Congresso Nacional, de um Código Florestal que fragiliza a proteção a nossas florestas e ecossistemas é apenas um dos sintomas agudos desse

contexto de desregulação no campo das políticas socioambientais. Há um sentimento geral na sociedade civil brasileira de que os próximos anos serão de rearticulação e mobilização para evitar que o retrocesso se aprofunde.

O Poder Judiciário, como demonstrado no caso Belo Monte, tampouco está à altura do desafio de evitar esse retrocesso, ou seja, de garantir os direitos conquistados. Temos visto decisões cada vez mais politizadas, que desconhecem os direitos positivados em prol de uma visão de “progresso” na qual a defesa dos direitos socioambientais é um empecilho, e não uma condição. Isso não significa, no entanto, abandonar esse campo. Ao contrário, há que se disputar esse espaço para reverter essa situação. Mas não será fácil.

RIO NEGRO

O que é

Um conjunto articulado de iniciativas que tem por objetivo geral contribuir para o desenvolvimento sustentável na Bacia do Rio Negro, com o reconhecimento e respeito aos direitos coletivos dos povos indígenas e com a valorização da diversidade socioambiental. A Bacia do Rio Negro – que ocupa uma área de cerca de 70 milhões de hectares – é a maior bacia de águas pretas do mundo. Apresenta grande diversidade socioambiental. Suas paisagens únicas estão bem conservadas no eixo do Rio Negro e já ameaçadas pela economia predatória no eixo do Rio Branco. A maior parte da Bacia do Rio Negro está situada em território brasileiro, entre Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas, mas se estende pela Colômbia, Venezuela e Guiana, o que impõe estratégias de cooperação transfronteiriça em rede. Na parte brasileira da bacia, são 32 povos indígenas, várias terras indígenas já oficialmente reconhecidas e em processo, assim como formações florestais únicas e várias unidades de conservação ambiental. Os projetos que compõem o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA) promovem soluções integradas para: (1) o reconhecimento, proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas; (2) a criação e consolidação de outras áreas protegidas na formação de mosaicos; (3) áreas urbanas; (4) valorização do patrimônio socioambiental; (5) adaptação de políticas públicas para a região; (6) o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de geração de energia (solar e eólica).

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Parcerias Prioritárias

Forn Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e suas associações filiadas; HAY Hutukara Associação Yanomami; CIR Conselho Indígena de Roraima; Fundación Gaia Amazonas (Colômbia); Wataniba Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonía (Venezuela)

▶ Financiadores

AIN - Ajuda da Igreja da Noruega; Cafod - Agência Católica para o Desenvolvimento; Embaixada da Noruega; Fapeam - Fundação de Apoio à Pesquisa no Amazonas; Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000/ Aliança pelo Clima Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento; Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável; Iphan - Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional; RFN - Fundação Rainforest da Noruega

▶ Apoio especial para o projeto Cruviana

Gisela Moreau e Mariana Moreau

▶ Parcerias Locais e Cooperação Técnica

3TIIC Associação Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura; Acaipi Asociación de Capitanes Indígenas del Pirá-Paraná; Acep Associação do Conselho da Escola Pamáali; Acimet Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié; ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro; Acir - Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas; Acirc - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho; Acirp - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto; Aciru - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari; ACWA Associação Comunidade Waimiri Atroari; Aaitu Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona; Aaity Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri; Aaitypp Associação



da Escola Indígena Tukano yepa Piro Porã; Aetikap Associação da Escola Indígena Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã; Aiacaj Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi; Aibad Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni; AIFP Associação Indígena de Floresta e Padauri; Apyb - Associação do Povo Ye'kuana do Brasil; Asiba Associação Indígena de Barcelos; Ariart Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié; Ayrca Associação Yanomami do Rio Cauaboris; CABC Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco; CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro; Capi Centro de Pesquisadores Indígenas de Iauaretê; Cerci Centro de Estudo de Revitalização da Cultura Indígena; Cipac - Comunidades Indígenas de Pari Cachoeira; Coidi Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; Coitua Coordenação das Organizações Indígenas do Tiquié e Uaupés Abaixo; Comagept Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos Tradicionais do Médio Rio Negro; Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (Caibrn); CPDEK Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Kalikattadapa; EIBC-Pamáali Escola Indígena Baniwa e Coripaco Ensino Médio Tukano; Escola Tuyuka; Funai Fundação Nacional do Índio / Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kuana; FVA Fundação Vitória Amazônica; ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto do Século XXI; IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas; Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário; MMA Ministério do Meio Ambiente; NEA/UFMA Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão; Oibi Organização Indígena da Bacia do Içana; OIBV Organização Indígena de Bela Vista; OIDS Organização Indígena de Desenvolvimento Sustentável; Pacta Projeto de pesquisa da agrobiodiversidade no Rio Negro/AM e Juruá/AC; PDYP Projeto de Documentação do Yanomama do Papiú Prodclin Projeto de Documentação de Línguas Indígenas; Programa Gesac (Governo Eletrônico Serviço ao Cidadão) / Ministério das Comunicações Programa Mais Cultura / Ministério da Cultura; RCA Rede de Cooperação Alternativa; SDS Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; Secoya Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami; Survival International; UFSCar Universidade Federal de São Carlos; Vídeo nas Aldeias; Wariró Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro; WWF-Brasil

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo (antropólogo, coordenador); Carla Dias (bióloga e antropóloga, coordenadora adjunta); Marcos Wesley de Oliveira (coordenador adjunto Pró-Yanomami); Adeilson Lopes da Silva (ecólogo, Içana); Aloísio Cabalzar Filho (antropólogo, Tiquié); Ana Maria Antunes Machado (pedagoga, Pró-Yanomami); Ana Paula Caldeira Souto Maior (advogada); André Luiz Martini (antropólogo, Uaupés); Camila Franco (estagiária em Geoprocessamento); Camilla Sobral Barra (antropóloga, Médio Rio Negro); Carlos Alberto Cinelli Barretto

Barboza (administrador, gestor a partir de junho); **Ciro Campos de Souza** (biólogo, Roraima Socioambiental); **Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos** (supervisor de administração em S. Gabriel da Cachoeira); **Francis Miti Nishiyama** (jornalista, produtora); **Gilmara Alberta Moraes Andrade** (auxiliar de administração em S. Gabriel da Cachoeira); **Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva** (auxiliar de administração em S. Gabriel da Cachoeira); **Laise Lopes Diniz** (pedagoga, Içana); **Lidia Montanha Castro** (pedagoga, Pró-Yanomami); **Lucia Alberta Andrade** (educadora e antropóloga, Brasília e S. Gabriel da Cachoeira); **Lucineide Veras Lima** (auxiliar de serviços gerais em Boa Vista); **Marcílio Cavalcanti** (agrônomo, administrador Manaus); **Marcolino da Silva** (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Margarida Murilo Costa** (zeladora em São Gabriel da Cachoeira); **Maria Hildete Marinho** (auxiliar de pesquisa em São Gabriel da Cachoeira); **Matthieu Jean Marie Lena** (cientista social, administrador Boa Vista); **Moreno Saraiva Martins** (antropólogo, Pró-Yanomami); **Natasha Mendes Cavalcante** (estudante de administração, estagiária em Manaus); **Octavio Luiz Rodrigues Rebello** (administrador, gerente de projeto até maio); **Pieter van der Veld** (agrônomo, Tiquié); **Renata Alves** (ecóloga, analista em sensoriamento remoto); **Sidnaldo dos Santos** (auxiliar administrativo em Boa Vista); **Silas de Oliveira Nascimento** (estagiário em Geoprocessamento em Boa Vista); **Vicente Albernaz Coelho** (geógrafo, Pró-Yanomami); **Wilde Itaborahy** (geógrafo, Manaus, a partir de setembro); **Wizer de Oliveira Almeida** (administrador São Gabriel da Cachoeira)

Colaboradores Associados: **Aline Scolfaro** (antropóloga, UFSCar Universidade Federal de São Carlos); **Almir de Oliveira** (arquiteto); **Ana Gita de Oliveira** (antropóloga, Iphan); **Andreza Silva de Andrade** (jornalista); **Antonio Nobre** (agrônomo, INPA/INPE Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); **Bruce Albert** (antropólogo, IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em Cooperação); **Cristina Silva** (antropóloga, UFSCar); **Eduardo Neves** (antropólogo, MAE/USP Museu de Arqueologia e Etnologia da Univ. de SP); **Eduardo Viveiros de Castro** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Flávio C. T. Lima** (ictiólogo, MZ/USP Museu de Zoologia da Univ. de SP); **Flora Dias Cabalzar** (antropóloga, USP); **François-Michel Le Tourneau** (geógrafo, Centre National de la Recherche Scientifique da França/Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB); **Geraldo Andrello** (antropólogo, UFSCar); **Glenn Shepard Jr.** (antropólogo e ecólogo, MPEG Museu Paraense Emílio Goeldi); **Hanna Limulja** (antropóloga, Wataniba); **Helder Perri Ferreira** (linguista); **Henyo Trindade Barretto Filho** (antropólogo, IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil); **José Ribamar Bessa Freire** (jornalista e historiador, UERJ Univ. do Estado do Rio de Janeiro); **Judite Gonçalves Albuquerque** (educadora, Unemat Univ. do Estado de Mato Grosso); **Kristine Stenzel** (linguista, UFRJ); **Laure Emperaire** (etnobotânica, IRD); **Lúcia Hussak van Velthem** (antropóloga, MCT Ministério da Ciência e Tecnologia); **Ludivine Eloy** (geagrônoma); **Luiza Garnelo** (médica e antropóloga, Ufam – Univ. Federal do Amazonas e Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz); **Manuela Carneiro da Cunha** (antropóloga); **Marta Azevedo** (antropóloga e demógrafa, Unicamp); **Maurice Tomioka Nilson** (geógrafo, Inpa); **Mauro Cornacchioni Lopes** (engenheiro de pesca); **Mauro W. Almeida** (antropólogo, Unicamp); **Melissa Santana de Oliveira** (antropóloga, UFSC Universidade Federal de Santa Catarina); **Paulo Maia** (antropólogo, UFMG Universidade Federal de Minas Gerais); **Pedro Rocha** (antropólogo, Museu Nacional/UFRJ); **Piero Leirner** (antropólogo, UFSCar); **Ralme Gischewski Borges** (apicultor); **Renata Eiko** (zootecnista, mestranda Ufam); **Rogério do Pateo** (antropólogo, UFMG); **Walmir Cardoso** (astrônomo, PUC/SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Linhas de Ação

O programa está estruturado nas seguintes linhas de ação:

- ▶ **Políticas públicas**
- Elaboração e veiculação de dossiê sobre invasão garimpeira na TI Yanomami (RR).
- Elaboração de diretrizes ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para uma política pública de pesquisas interculturais por bacias hidrográficas na Amazônia, com um piloto no Rio Negro.
- ▶ **Educação Escolar Indígena e Pesquisa Intercultural**
- Apoio e participação na assembleia dos dez anos da Escola Indígena Baniwa Coripaco (Pamáali).
- Consultas às comunidades do Alto e Médio Rio Negro, em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e mobilizados, para sistematizar recomendações para uma educação escolar indígena de qualidade, incluindo o pós ensino médio.
- Apoio e participação nas formaturas de escolas Tuyuka e Tukano
- Avaliação externa dos 16 anos do Projeto de Educação Yanomami, na Terra Indígena Yanomami, em Boa Vista.
- Apoio e acompanhamento da visita de representantes das comunidades Ye'kuana de Auari (RR) às escolas Tuyuka e Tukano, no Alto Rio Tiquié, noroeste amazônico.
- Acompanhamento junto à Escola Pamáali, no Alto Tiquié, e de reuniões com a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas pelo reconhecimento oficial dos Projetos Político Pedagógicos do ensino médio indígena.
- Preparação de professores yanomami para o vestibular 2011 da Universidade Federal de Roraima.
- Acompanhamento pedagógico às escolas yanomami e do processo de reconhecimento oficial do Magistério Yariapiari (formação de professores indígenas).
- Formação de professores pesquisadores e realização do trabalho de documentação da língua e cultura yanomami na região do Papiu.
- Pesquisa sobre mitologia e histórias Yanomama.
- Publicação do Dicionário de verbos Portugueses – Yanomama.
- Formação de pesquisadores no Demini e desenvolvimento de pesquisa sobre xamanismo.
- ▶ **Fortalecimento da diversidade socioambiental**
- O livro Manejo do Mundo, organizado por Aloisio Cabalzar vence o Prêmio Jabuti 2011, na categoria Ciências Humanas.
- Apoio ao encontro de xamãs Yanomami, na aldeia Watoriki, região do Demini, em Roraima.
- Apoio à visita de Gilberto Gil e equipe do Connecting South a São Gabriel da Cachoeira para gravar um documentário.
- ▶ **Energias alternativas**
- Conversas preliminares para a implementação de um sistema de energia solar-eólica na TI Raposa-Serra do Sol, em Roraima – projeto Cruviana.
- ▶ **Rede Rio Negro e Roraima Socioambiental**
- Reunião geral da Rede Rio Negro e realização de oficinas sobre ordenamento territorial e pesqueiro em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.
- Realização do seminário Diversidade Socioambiental de Roraima e lançamento do Diagnóstico Socioambiental de Roraima, em Boa Vista.
- ▶ **Calendários e manejo**
- Apoio e participação em oficinas de intercâmbios de tecnologia social tradicional como, a construção de canoas pelos mestres Ye'kuana para aprendizes Yanomami e o manejo de timbó, caraná, capoeiras, igapó, peixes e lixo no Rio Tiquié.

► **Patrimonialização cultural**

- Apoio à promoção e participação no encontro que definiu as diretrizes do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio cultural imaterial.
- Aprovação do projeto “Mapeo de lugares sagrados na fronteira Brasil-Colômbia” com apoio do Iphan/MinC.
- **Construção de uma base de informação socioambiental georreferenciada transfronteiriça**
- Realização de atividades de cooperação transfronteiriça com a Fundação Gaia Amazonas e com a Wataniba, organização venezuelana.
- **Fortalecimento de organizações locais**
- Assessoria de gestão e planejamento para a Foirn, Hutukara e associações locais e regionais, incluindo ações na blogsfera.
- Apoio a atividades de geração de renda para comunidades indígenas e reforma do barco da Hutukara em Barcelos (AM).
- Avanços na implementação das Casas de Pimenta no Içana (na comunidade de Tunui e na EIBC), apoio a Wariró, em São Gabriel da Cachoeira e à GaleriAmazônica (Manaus).
- Participação no Fórum Interinstitucional de São Gabriel da Cachoeira. Desde 2005, as atividades foram organizadas por rios/regiões, e o relatório narrativo segue esse mesmo critério. As linhas de ação citadas acima são transversais a quase todos os rios e regiões.
- Coordenação/Desenvolvimento do Programa (São Paulo, Brasília, Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista)
- Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural
- Manaus

- Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos
- São Gabriel da Cachoeira
- Rio Içana
- Rio Tiquié
- Rio Uaupés
- Roraima

Transversalmente a esses eixos de trabalho, estratégias gerais têm sido privilegiadas:

- Incentivar a produção, valorização e documentação dos conhecimentos indígenas;
- Apoiar a pesquisa do ponto de vista do dialogo de conhecimentos;
- Favorecer os intercâmbios de experiências, conhecimentos e práticas entre os índios e com a Equipe do PRN;
- Provocar interfaces técnicas e de gestão das redes indígenas e não indígenas afins;
- Assessorar os arranjos e rearranjos institucionais das organizações indígenas;
- Favorecer a circulação de conhecimentos produzidos nos processos em curso;
- Principais agentes com quem o PRN trabalha:
 1. professores
 2. agentes de manejo
 3. alunos jovens das escolas
 4. lideranças das associações
 5. pesquisadores indígenas
 6. artesãos
 7. anciões, conhecedores

Eixos de trabalho por áreas de atuação

	São Paulo	Brasília	Manaus	Médio Rio Negro	SGC	Rio Içana	Rio Tiquié	Rio Uaupés	Roraima
Fortalecimento da Diversidade Socioambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ordenamento e Gestão Territorial		X	X	X					X
Construção de uma base de Informação Socioambiental Georreferenciada Transfronteiriça	X			X	X	X	X	X	X
Rede Rio Negro e Roraima Socioambiental	X		X	X	X	X	X	X	X
Fortalecimento de organizações locais	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação Escolar Indígena e Pesquisa Intercultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Calendários e Manejo do Mundo				X	X	X	X	X	
Políticas Públicas	X	X	X	X	X				X
Energias Alternativas							X		X
Patrimonialização Cultural		X		X		X	X	X	
Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável do RN	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coordenação, Relações Institucionais e Captação de Recursos	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Coordenação/Desenvolvimento do Programa

O que é

Trata-se da coordenação permanente do Programa Rio Negro (PRN), com as funções de: elaborar, atualizar e implementar o planejamento estratégico do programa; desenvolver e manter relações interinstitucionais apropriadas, em especial com as parcerias; identificar oportunidades, monitorar a execução do portfólio de projetos, formular e encaminhar projetos; elaborar relatórios narrativos e monitorar os gastos do programa, incluindo a aplicação regular de indicadores de desempenho; propor e viabilizar desdobramentos futuros; disponibilizar informações sobre a região do Rio Negro e as atividades do programa utilizando os meios regulares do Instituto Socioambiental (ISA); conceber e editar publicações relativas ao Rio Negro; promover a articulação entre as equipes e as atividades dos diferentes projetos do programa e deste com a estrutura do ISA; articular e mobilizar uma rede de pesquisadores e colaboradores de instituições externas.

Parcerias e Fontes de Financiamento

AIN - Ajuda da Igreja da Noruega; Embaixada da Noruega; Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000/ADA/Aliança Pelo Clima; Instituto Arapyáú; RFN - Fundação Rainforest da Noruega

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carla Dias; Marcos Wesley de Oliveira; Ana Paula Caldeira Souto Maior; Carlos Barretto (a partir de abril); Francimar (Sucy) Lizardo dos Santos; Francis Miti Nishiyama; Marcilio de Souza Cavalcante; Matthieu Jean Marie Lena; Octavio Luiz Rodrigues Rebello (até maio); Renata Alves; Wizer de Oliveira Almeida (a partir de setembro).

O que foi feito

► RELAÇÃO COM O ISA GERAL

- Coordenação da agenda de trabalho do PRN com os demais setores do ISA (Administração, Comunicação, Geoprocessamento, Informática, Política e Direito Socioambiental);
- Participação em reuniões gerais da Coordenação do ISA para discussão e deliberação de questões institucionais;
- Interface entre o PRN e demais áreas e programas do ISA no que se refere ao planejamento, realização e monitoramento de atividades e de recursos humanos e financeiros.
- Organização e coordenação tanto da reunião de planejamento anual no início do ano quanto da reunião geral de final de ano, dezembro/2011.

► IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES, FORMULAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE PROJETOS

- Interlocução permanente com representantes das organizações que apoiam o PRN: Lars Løvdold, Torkjell Leira, Søren Hvalkof, Yngve Kristiansen e Anne Leifsdatter Grønland (RFN), Brunhilde Haas de Saneaux (Horizont3000), Paul Little e Kirsten Silvius (Fundação Moore), Ana Gita de Oliveira/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Kristian Bengtson, Patrícia Benthien e Luciano Padrão (Embaixada da Noruega); Anamaria Schindler, Pedro Leitão e Andrea Buoro (Instituto Arapyáú), Carlos Miller, Federico Bellone e Juliana Strobel (Avina), Arne Dale (AIN).

- A coordenação do PRN realizou contatos com o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, (MCTI) seção austríaca da Aliança Pelo Clima, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Funbio.
- Adiantamento para 2012 do início do projeto “Mapeo de lugares sagrados na fronteira Brasil-Colômbia” com apoio do Iphan/MinC
- Elaboração e encaminhamento, junto com a Foirn, de novo projeto Trienal (2012-2014) submetido a Horizont3000: “Formação, ordenamento territorial e ampliação da rede de colaboração para o bem viver no Rio Negro”.
- Negociações com o Musa (Museu da Amazônia) para celebração de parceria com o PRN, visando o planejamento e a execução de atividades de pesquisa, informação e divulgação técnico-científica por meio de exposições, publicações e outras de interesse comum, relacionadas à diversidade socioambiental da Amazônia.
- Negociações com as produtoras de viagens Matueté e Turismo Consciente para estabelecer uma parceria, visando promover o turismo cultural na região do Rio Negro, por meio de viagens no barco Sebastião Borges
- Participação na avaliação externa dos 16 anos de atividades apoiadas pela RFN no âmbito do PEY - Projeto de Educação Yanomami (novembro, na TI Yanomami e em Boa Vista)
- Negociações com a UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e CIR (Conselho Indígena de Roraima) para celebração de Termo de Cooperação Técnica visando a implementação de sistemas de medição do potencial eólico e solar na Terra Indígena Raposa -Serra do Sol.
- Negociação com a Cinemateca Brasileira, Instituto do Século XXI e HAY (Hutukara Associação Yanomami) para a celebração de parceria para a produção de um filme sobre o xamanismo yanomami.

► PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A BACIA

- Assessoria de gestão e planejamento à Foirn, Hutukara e associações locais e regionais, incluindo ações na blogsfera
- Avanços na implementação das Casas de Pimenta no Içana (Tunuí e EIBC), apoio a Wariró (SGC) e GalerAmazônica (Manaus)
- Acompanhamento das pendências das organizações indígenas parceiras com as políticas públicas setoriais (ao longo do ano, BSB)
- Oficinas e reunião geral da Rede Rio Negro: ordenamento territorial e pesqueiro (agosto em S. Isabel e Barcelos, nov. Manaus)
- Participação na oficina das coordenadorias regionais e da Foirn, visando a elaboração do planejamento das atividades a serem realizadas em 2012.
- Apoio a atividades de geração de renda monetária para comunidades indígenas: reforma do barco da Hutukara (Barcelos),
- Elaboração e construção de um novo website do PRN, onde constarão informações de referência relacionadas às ações do Programa, além de maiores possibilidades de interação com o público e atualização de informações por meio de redes sociais, disseminação de vídeos e fotos.
- Apoio ao encontro de xamãs Yanomami (Demini, fev)
- Elaboração e veiculação de dossiê sobre invasão garimpeira na TI Yanomami (fevereiro a outubro em Boa Vista, Brasília e São Paulo)
- Elaboração de diretrizes ao MCTI para uma política pública do de pesquisas interculturais por bacias hidrográficas na Amazônia, com um piloto no Rio Negro (BSB, fev a junho)



© Beto Ricardo/ISA

Em visita a S. Gabriel para gravar documentário, Gilberto Gil se encontra com o mestre de maloca Luis e conversam sobre as flautas de pan (carricho)

- Apoio à visita de Gilberto Gil e equipe do Connecting South (mai, SGC)
- Atividades de cooperação transfronteiriça com a Fundação Gaia Amazonas (abr. e set., Bogotá) e com Wataniba (mar. e nov., SP)
- Consultas e consolidação, com a Foirn e mobilizadores, de recomendações para uma educação escolar indígena de qualidade, incluindo o pós ensino médio (SGC agosto)
- Organização Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima (nov, Boa Vista)
- Livro *Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro* venceu o Jabuti na categoria Ciências Humanas da 53ª edição do prêmio, considerado um dos mais importantes da literatura no Brasil.

► ESTRATÉGIA DE BASES DE DADOS

Para contemplarmos as **demandas multitemáticas e multiregionais** da equipe, dos parceiros e do Estado, trabalhamos na atualização, compilação e manutenção de banco de dados vetoriais e de imagens de satélites e na elaboração de metodologias de mapeamentos participativos e treinamentos em ferramentas de geoprocessamento para membros da equipe, consultores e estagiária.

No ano de 2011, a manutenção dos sistemas de informações geográficos (SIGs) nos permitiu a **disponibilização** de tabelas, geodatabase ou shapefiles, numerologias, análises, kmzs e mapas de trabalho/apoio/projetos/relatórios/publicações para as equipes internas do programa (coordenação/SP, Rede Rio Negro, Médio Rio Negro, Rio Içana, Rio Tiquié, Rio Uaupés, Roraima e TI Yanomami), assim como principais parceiros (Foirn e DSEI e parceiros da Rede Rio Negro) e para o Estado (Funai, IBGE, MMA, Fiocruz, ICMBio, Semas, Musa, MAE) e pesquisadores associados do Inpa e UFRJ.

Resumidamente, foram demandadas e elaboradas as seguintes atividades e produtos:

- Apoio institucional à Foirn elaborando mapas temáticos das coordenadorias, mapas para o site e blog, cartas-imagem e dados de campo como subsídios à projetos, fiscalização de invasões, cadastro georreferenciado das associações vinculadas e disponibilização dos dados de comunidades para vários projetos e ações.
- **Bacia e Rede** – Elaboração de diversas versões de mapas da bacia hidrográfica do Rio Negro e do noroeste amazônico, com inclusão de dados das Guianas e atualização dos demais países. Refizemos numerologias, estatísticas e análises. Mapas para web-blog Rede e sistematização e elabo-

ração do SIG, mapa-banner e mapas para NSA e Seminário de Atualização de Propostas de Gestão e Ordenamento do Médio Negro.

- Mapas da TI **Waimiri-Atroari**, dados recebidos e incorporados à base de Roraima e elaboração de mapas temáticos (Funai-Programa Waimiri-Atroari).
- Apoio aos **GTs** de identificação de TIs no Médio Rio Negro (Funai).
- Mapas sobre casos de **Doença de Chagas** no Médio Rio Negro (**Fiocruz**).
- Mapas para o seminário de calendários indígenas do noroeste amazônico (**Musa**, adiado para 2012)
- Linguística – mapas para o livro *A Reference Grammar of Kotiria – Wanaano* (Kristine Stenzel) e disponibilização de dados e elaboração de mapas para projeto de mapeamento linguístico em SGC/Foirn, com Flora Cabalzar e Kristine Stenzel (**UFRJ**).
- **Coordenação** – Mapa de Áreas Protegidas e Comunidades do Alto e Médio Rio Negro **ISA/Foirn**, em aprovação e Relatórios Anuais e semestrais para Moore, Horizont3000, RFN e Arapyáú.
- **Içana** – série de cartas-imagem com percursos dos Aimas e mapas do Atlas para revisões e discussões junto aos Baniwa e mapa do Arumã.
- **Tiquié** – levantamento e plotagem de paisagens indígenas, manejo de peixes, roças, elaboração de carta-imagem da bacia do rio e mapas de duas áreas de manejo da Acimet.
- **Médio Rio Negro** – Mapas de Santa Isabel, do Médio Rio Negro, municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, levantamento do uso de recursos, mapa Piaçaba, plotagem dos resultados dos mapeamentos de área de uso dos piaçabais no MRN, mapas do Médio Rio Negro para revisões das sistematização dos levantamentos de áreas de uso e elaboração de SIG e 26 mapas temáticos e 10 cartas-imagem para subsídios do levantamento e oficinas de ordenamento de pesca. Mapa para NSA do Médio Rio Negro; Edições nas planilhas de Cadastro familiar de Santa Isabel (Dados Foirn); Edições nas planilhas de levantamento de comunidades de Barcelos e atualização dos atributos no banco de dados.
- **Roraima e TI Yanomami** – Revisão Mapa do garimpo Yanomami; Mapa do Estado de Roraima (Áreas Protegidas e Comunidades); Continuação da elaboração do SIG Yanomami; 65 Mapas, disponibilização de dados, numerologias e análises de todos os temas tratados no projeto e publicação Diversidade Socioambiental de Roraima; Mapas Yanomami (2) para reunião RFNem Roraima e mapa da aldeia do Davi Kopenawa (inacabado).
- **Publicações** internas, em processo e lançadas – participação na produção de informações cartográficas e elaboração de mapas na publicação dos boletins, livros de Manejo do Içana, Narrativas e Rotas de Transformação (no prelo), livro de Educação e Atlas Baniwa (no prelo), Marco Zero da Bacia do Rio Negro, relatórios da Moore, Horizont3000, RFN e Arapyáú e Diversidade Socioambiental de Roraima.
- **Reuniões, Cursos e Seminários** – Reunião com Fernando Salazar sobre a Sub bacia do Rio Içana/Içana/Cuiari na Colômbia e mapeamentos de lugares sagrados; planejamento do Projeto Pacote Quinquenal (2011-2015) da RFN; Fundo Amazônia, revisão de projeto e planilhas; reunião Carbon / RED; reuniões e elaboração do SIG Yanomami - Venezuela (Wataniba); Seminário para discussão de indicadores em Terras Indígenas ISA; Workshop de SIG e Análise Ambiental- Piracicaba-SP (preparação de ppt e apresentação das iniciativas do PRN e ISA); Participação no Seminário da Rede Rio Negro: Prioridades para o Ordenamento e Gestão Territorial no Médio e Baixo Rio Negro – Manaus; Participação no Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima e curso interno de PostgreSQL.
- **Mapas em números** – em diferentes formatos, objetivos e escalas, internos e externos: aproximadamente **263 digitais** e **148 impressões**.

▶ PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- Reuniões do Conselho Diretor da Foirn, ocorridas em janeiro e junho
- 40ª Assembleia Geral dos Povos indígenas de Roraima, realizada na comunidade do Barro, TI Raposa- Serra do Sol (março)
- Encontro que definiu as diretrizes do Plano de Salvaguardas do sistema agrícola tradicional (indígena) do Rio Negro, reconhecido pelo Iphan como patrimônio cultural imaterial (junho, S. Isabel)
- Encontro regional da Hutukara na aldeia Apiaú, Roraima (junho)
- Assembleia da Associação do Povo Ye'kuana do Brasil – Apyb na região do Auaris, TI Raposa -Serra do Sol (29/jun a 3/jul)
- XII Assembleia organizada pelo Conselho do Povo Ingarikó (Coping) com o tema “Políticas Públicas e Cidadania Indígena”, na comunidade Serra do Sol (setembro)
- Reunião do Conselho Regional da Icco-KIA em Quito, Equador (setembro)
- Fórum Interinstitucional de S. Gabriel da Cachoeira (SGC e Brasília)
- V Sapis, mesa redonda: “A importância das Áreas Protegidas para a salvaguarda sociocultural dos povos tradicionais da Bacia do Rio Negro.” (em Manaus, outubro)

▶ ADMINISTRAÇÃO DAS SUBSEDES EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, MANAUS E BOA VISTA

As subsedes do ISA em São Gabriel da Cachoeira, Manaus e Boa Vista atuam na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do PRN. Nestes espaços, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas e de suporte às equipes em atividades de campo, executa a manutenção de instalações e equipamentos, assessoria organizações parceiras, realiza representação institucional, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias necessárias à consolidação do Programa;
- Número de convênios e colaboradores;
- Crescimento do orçamento vinculado;
- Capacidade de formular projetos e captar oportunidades;
- Publicações sobre os temas dos projetos;
- Publicações de autores indígenas.

Avaliação

▶ **Políticas Públicas/Saúde** – Apesar do acompanhamento das políticas públicas federais para a saúde indígena, neste ano de 2011 percebeu-se uma estagnação no processo que deveria levar à consolidação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) criada no final de 2010. Infelizmente não foram dados passos fundamentais como a seleção adequada de pessoal por meio de concurso público, a nomeação de pessoas competentes para os cargos de confiança que garanta a real autonomia administrativa dos distritos sanitários especiais indígenas como unidades gestoras. Os esforços do ISA foram no sentido de impedir um retrocesso do processo, evitando, por meio da mobilização dos parceiros da HAY, do CIR e da Foirn, que fosse nomeado para a chefia do DSY (Distrito Sanitário Yanomami) uma pessoa indicada pelos políticos reconhecidamente contrários aos direitos indígenas.

▶ **Assembleias Indígenas** – O PRN apoiou a realização da assembleia da Apyb (Associação do Povo Ye'kuana do Brasil) em junho.

▶ **Políticas Públicas/Educação Escolar** – Após onze anos de implementação continuada de um programa de formação de professores yanomami

(Magistério Yarapiari/PEY), pela CCPY e pelo ISA (a partir de 2009), com recursos da cooperação internacional, iniciou-se um processo de transferência de responsabilidades para o governo do Estado de Roraima. Em 2011 aconteceu o primeiro curso de formação de professores yanomami promovido pela Secretaria de Estado de Educação (SECD/RR), o que não deixa de ser um avanço embora a qualidade do curso seja questionável. Já o não reconhecimento oficial do Magistério Yarapiari pelo governo de Roraima é frustrante porque deixa à deriva os 19 professores já formados que correm o risco de não terem a certificação do ensino médio e, pior ainda, coloca por terra o Projeto Político Pedagógico construído durante os últimos onze anos e que deveria ser uma referência fundamental para a ação governamental.

Também frustrante foi a paralisação em 2011 do processo de consolidação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana pois a expectativa é de que a médio e longo prazos este território seja a base para a criação de um sistema próprio de educação escolar indígena.

No Rio Negro propriamente, após dez anos de experiências com a criação de escolas-piloto indígenas diferenciadas e com projetos e processos de pesquisas colaborativas entre indígenas e não indígenas, com apoio da cooperação internacional e algum grau de reconhecimento oficial pela prefeitura de S. Gabriel da Cachoeira, 2011 foi marcado pela abertura de uma aproximação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em busca de formular uma política pública de valorização da pesquisa intercultural e da constituição do Instituto de Conhecimentos Indígenas do Rio Negro. Este instituto vem sendo pensado como o lugar privilegiado para a realização de produção do conhecimento e formação “superior” no Rio Negro.

▶ **Cultura** – Após longa negociação política envolvendo a equipe do PRN, lideranças indígenas da Foirn e Associações de Base, Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ainda em 2010, o resultado foi um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura (MinC), o Iphan, a Foirn e o ISA, para desenvolvimento de políticas e projetos de valorização, patrimonialização e registro cultural, assinado pelo então Ministro da Cultura em dezembro de 2010. Além disso, o MinC, por meio da portaria nº 64, criou o Programa Cultural para o Alto e Médio Rio Negro. Trata-se de uma plataforma de voltada à conservação do patrimônio cultural, ao fomento, ao desenvolvimento e ao intercâmbio de projetos culturais junto aos povos indígenas que habitam a Bacia do Rio Negro e afluentes, localizados no município de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Contudo, em 2011, após eleições presidenciais e alterações no ministério, a Secretaria de Diversidade do MinC, nossa principal interlocutora, foi fusionada com a Secretaria de Cidadania o que parece ter resultado em uma alteração nas prioridades de atuação e um distanciamento das ações previstas no Rio Negro em cooperação com ISA e Foirn.

- Cerimônia de entrega do Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural brasileiro pelo Iphan / MinC, e encontro para discussão e formulação das diretrizes do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, em junho de 2011.

▶ **Políticas Públicas/Ordenamento e gestão territorial** – De maneira geral a interlocução com setores dos governos estaduais e federais teve que ser reaquecida no início de 2011, após as eleições presidenciais e governamentais e decorrentes alterações nas coordenações e setores de decisão. No Médio Rio Negro, entre Santa Isabel e Barcelos, o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas avançou a passos estreitos, os GTs de identificação continuam em processo de pesquisa de campo e espera-se que sejam finalizados em 2012. O Programa Rio Negro e parceiros, por sua,

vez continuam acompanhando o processo e favorecendo a interlocução entre as instituições afins, bem como promovendo pesquisas e propostas para a regulamentação do uso de recursos naturais, sobretudo, aquáticos. Neste sentido, podemos destacar um avanço no processo de ordenamento pesqueiro na região, sobretudo com a sistematização dos resultados de levantamentos participativos e recomendações, os quais serão divulgados em publicações no primeiro semestre de 2012 e poderão servir de subsídio para o governo estadual que vem acenando com a elaboração de um Programa de Zoneamento Pesqueiro no Médio Rio Negro.

► **Equipe** – Em julho de 2011 a equipe do PRN perdeu um amigo e importante integrante da equipe – André Martini – que faleceu de um mal súbito, provavelmente um acidente vascular cerebral, em São Gabriel da Cachoeira. Em 2008 André integrou-se à equipe do Programa Rio Negro como pesquisador e assessor da Coidi (Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê), além de associações indígenas de Iauaretê e da Foirn. Em Iauaretê, André vinha participando de várias iniciativas, como a criação de um Centro de Pesquisas Indígenas, a repatriação de ornamentos sagrados que estavam no Museu do Índio de Manaus, registros de narrativas e histórias e o apoio permanente às associações indígenas, e apoio à Estação de Piscicultura. Em âmbito regional, ele estava apoiando a Foirn no fortalecimento do Pontão de Cultura e processos de afirmação e valorização cultural como, o Mapeo - projeto de mapeamento do Sistema de Lugares Sagrados na fronteira Brasil-Colômbia, que conta com o apoio do Ministério da Cultura do Brasil e contrapartes colombianas.

A notícia de sua morte precoce abalou profundamente seus familiares, seus amigos e companheiros de trabalho. Sua ausência, pela competência e doçura otimista que o caracterizava, abriu uma cratera profissional e afetiva dentro do pátio da aldeia do ISA.

Perspectivas

- Formalização do Termo de Cooperação Técnica entre o ISA e o Musa para realização de pesquisas, publicações e exposições. Tendo em vista a primeira atividade de cooperação: a exposição Peixe e Gente no Rio Negro, prevista para o segundo semestre de 2012;
- Aprimorar a gestão de projetos com fundos públicos;
- Redefinir o quadro de disponibilidades das pessoas da equipe e realizar novas contratações;
- Viabilizar o extenso programa de sistematização e publicação de resultados das atividades do PRN nos últimos anos;
- Preparar uma nova geração de projetos que permitam viabilizar as continuidades e parcerias, desdobramentos e novidades do PRN, em coordenação com o planejamento estratégico do ISA
- Concluir a publicação sobre Narrativas de origem e rotas de transformação, realizar mais dois seminários no âmbito do processo de formação indígena “avançada”: 1) temático, sobre economia no Rio Negro e 2) de finalização da proposta;
- Sistematização final e da proposta de formação indígena “avançada”, com o desenho institucional do Centro de Pesquisas do Rio Negro, consolidando a parceria com o Instituto Arapyaú e articulando com o mesmo instituto e demais parceiros a implementação de um primeiro curso com início previsto em 2013;
- Avançar em um projeto de comunicação e fortalecimento da Rede Rio Negro;
- Publicar as discussões ocorridas no Seminário: Prioridades para o Ordenamento e Gestão Territorial no Médio e Baixo Rio Negro;

- Lançar o Mapa-folder da Bacia do Rio Negro, versão 2012;
- Participação no Comitê Gestor e apoio para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro junto com o Iphan, pesquisadores do Pacta e parceiros locais;
- Produzir e lançar em parceria com a Hutukara um vídeo de 20 anos da homologação da Terra Indígena Yanomami;
- Produzir e lançar em parceria com a Hutukara, Cinemateca Brasileira e Instituto do Século XXI um filme sobre o xamanismo yanomami;
- Produzir uma pesquisa com publicação sobre a alimentação do subgrupo yanomami Sanóma;
- Realização da medição do potencial eólico e solar para a geração de energia na Terra Indígena Raposa- Serra do Sol;
- Avançar com o plano de proteção do limite leste da Terra Indígena Yanomami por meio do reativamento de parte da linha demarcatória;
- Apoiar a Hutukara na realização do 2º Encontro de Xamãs Yanomami (abril);
- Apoiar a Hutukara na realização da sua assembleia geral que terá como tema a comemoração dos 20 anos de homologação da TI;
- Apoiar os Yanomami na comercialização de produtos extrativistas como a castanha do Brasil e o cipó titica.

Produtos

- Publicação *O que a gente precisa para viver e estar bem no mundo* (Título original Baniwa: *Kaoaka wakanakaitali weemakaro nheette matsiakaro whaa aaha oapiheek o.rik*)
- Publicação *Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*
- Folder da *Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali – 10 anos de vida, 3000 anos de história*
- *Projeto Político Pedagógico Magistério Yrapari* (Currículo de formação de professores yanomami)
- Pôster *Manejo sustentável de peixes da Bacia do Rio Tiquié*

Melhores momentos

- Prêmio Jabuti para o Livro *Manejo do Mundo*
- Lançamento e Seminário *Diversidade Socioambiental de Roraima*
- Comemoração de 10 anos da Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali
- Encontro de Xamãs Yanomami
- Gilberto Gil e equipe do documentário *Connecting South* filmam em São Gabriel da Cachoeira com apoio do ISA e da Foirn
- Lançamento do filme *Podáali: um documentário da música baniwa*, filmado pelos cineastas indígenas estreantes – Moisés Baniwa e Paulinho Baniwa – da Comunidade de Itacotiara Mirim em S. Gabriel.



Formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural no Rio Negro

O que é

Esta linha de ação visa desenhar e implementar um programa de formação superior indígena, interdisciplinar e multicultural, no Rio Negro, como um espaço inovador e estratégico que possa contribuir para o bem viver dos povos indígenas que habitam essa extensa região da Amazônia, com forte presença indígena e de áreas protegidas. As ações estão sendo coordenadas pelo ISA e a Foirn juntamente com a sua base de organizações regionais e escolas indígenas. A primeira fase desta linha de ação consiste na organização, análise, divulgação de materiais relacionados a três eixos temáticos (I – Manejo do mundo: conhecimentos indígenas e mudanças climáticas; II – Narrativas de origem, rotas de transformação; III – Economia indígena do Rio Negro), que reúnem a maior parte do material acumulado no desenvolvimento dos projetos no Alto Rio Negro. Para esses três eixos convergem grande parte dos esforços e resultados alcançados no âmbito da parceria ISA-Foirn-associações/comunidades indígenas em mais de 15 anos de parceria estabelecida na região. Trata-se de iniciativas que investem nas possibilidades de manejo ambiental e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais a partir do diálogo intercultural, com ênfase na perspectiva indígena. A abordagem desses eixos temáticos visa tanto sistematizar pesquisas em andamento há anos como propor um conjunto de questões a serem desenvolvidas por outros grupos de pesquisa na região, e que farão parte do programa de formação avançada indígena do Rio Negro.

Equipe

Aloisio Cabalzar, Adeilson Lopes da Silva, Beto Ricardo, Carla Dias, Francis Miti Nishiyama, Laíse Lopes Diniz, Pieter Van Der Veld, Camila Barra, Lucia Alberta Andrade de Oliveira (coordenadora), Joás (Mocotó) Rodrigues da Silva, Wizer de Oliveira Almeida, Hildete Marinho e Gilmara Andrade.
Colaboradores: Marta Azevedo (Unicamp), Geraldo Andreollo (Ufscar), Paulo Maia (UFMG), Flora Cabalzar, Francinete Soares Martins (Ifam/SGC) e Henyo Trindade Barretto Filho (IIEB).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiamento

Instituto Arapyáú

► Parcerias

Foirn, Acep, Acaipi, Acimet, Atriart, Aeitu, Aeity, Aei-typp, EIBC, CPDEK, Cepi, Cerci, Coidi, Fundación Gaia Amazonas, Oibi, Asiba e Acimrn.

GT sistematiza 15 anos de experiências com educação escolar no Rio Negro, avalia resultados de consulta ampliada realizada por mobilizadores indígenas nas calhas do rio, organiza demandas e elenca recomendações das comunidades

O que foi feito

O ano de 2011 foi estratégico para a ampliação da consulta sobre o Programa na região do Rio Negro.

- No período de fevereiro e julho, uma equipe de 14 mobilizadores indígenas de diversos povos viajaram pelas cinco regionais da Foirn, sede de São Gabriel da Cachoeira e Manaus para conversar com as comunidades e estudantes indígenas (que vivem na cidade) sobre o Programa de Formação Avançada.
- Realização de três reuniões do Grupo de Trabalho para avaliação constante dos trabalhos dos mobilizadores indígenas e das estratégias de ampliação da consulta sobre o Programa.
- Realização da reunião de Pesquisa e Formação Intercultural e Interdisciplinar, entre os dias 5 e 7 de julho de 2011 na Maloca da Foirn. Esta reunião teve como objetivos: apresentar e discutir os resultados da consulta ampliada sobre o Programa de Formação Avançada Indígena realizada no Rio Negro entre fevereiro e junho de 2011 e a versão preliminar do Programa; definir e acordar os principais objetivos e a filosofia do Programa e definir outros encaminhamentos da sistematização feita com base nos resultados da consulta ampliada no Rio Negro.

Os mobilizadores indígenas promoveram reuniões junto às comunidades que compõem as regionais da Foirn para ampliar a conversa e a discussão sobre a proposta do Programa. A partir daí, puderam: promover rodas de conversa nas escolas ou em outros ambientes – tanto onde o ISA atua em parceria com Foirn, por meio do Projeto de Educação Indígena, quanto onde o ISA nunca atuou diretamente; realizar entrevistas individuais, seguindo distintos roteiros de perguntas para diferentes tipos de pessoas (alunos formados ou em vias de terminar o curso, pais, professores, mulheres, lideranças, APIs (Assessores Pedagógicos Indígenas), Aimas (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) e outros). A consulta visava levantar as demandas existentes com relação à educação escolar em todos os níveis.



O resultado dessas consultas revelou que os povos do Rio Negro possuem demandas escolares muito distintas entre si, em muitos casos devido à ausência de serviços públicos de educação de qualidade, o que acaba afetando a vida das comunidades. São escolas que muitas vezes não “conversam” com a realidade das comunidades e acabam por incentivar as pessoas a se mudarem para os centros urbanos e/ou pequenos distritos em busca de uma vida melhor.

Entre as demandas apresentadas o foco estava principalmente em: formação escolar na educação básica até a educação superior, em cursos regulares nas instituições de Ensino Superior como Medicina, Odontologia, Engenharia, Antropologia, Enfermagem. Em algumas regiões as demandas foram por formação em áreas que têm ligação direta com os trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento na parceria Foirn/ISA tais como: técnicos em gestão de projetos, manejo ambiental, professores indígenas, gestão governamental e de projetos, técnicos em informática entre outros. Mas em todas ficou evidente a necessidade do diálogo intercultural, onde os conhecimentos indígenas fossem tratados simetricamente em relação aos conhecimentos “ocidentais”.

As consultas também revelaram outras preocupações dos entrevistados. No caso dos alunos que vivem nas grandes capitais aparece a falta de recursos financeiros para que possam se manter no decorrer do curso; a distância física da família; o fato de os cursos os prepararem para trabalhar exclusivamente em centros urbanos e sem relação com seus conhecimentos; e a perda das línguas indígenas, entre outras.

• Com a realização dos seminários temáticos e mais a consulta ampliada, o Programa está se desdobrando para os seguintes encaminhamentos: criação do Instituto de Conhecimentos Indígenas do Rio Negro e do Programa de Formação Avançada Indígena que caminham na direção de fortalecer os conhecimentos tradicionais, a partir do conhecimento amplo e claro da história do mundo, do território e seu manejo próprio, dos lugares sagrados e o que eles contêm, dos princípios e critérios da educação indígena, da gestão indígena autônoma, do multilinguismo nas práticas de ensino e pesquisa por meio de políticas linguísticas consistentes e tendo como eixo principal a interculturalidade.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com outras instituições e pesquisadores para constituir parcerias;
- Número de colaboradores;
- Interesse positivo demonstrado pelos participantes;
- Proposta de Programa elaborado e rede de parceiros consolidada;
- Publicações sobre os temas do projeto.

Avaliação

• Com as atividades realizadas foi possível identificar a grande necessidade de reformulação da educação escolar indígena na região do Rio Negro. Entretanto, o Programa de Formação não dará conta de atender a todas as demandas que emergiram ao longo das consultas regionais. Faz-se necessário, assim, acolhê-las e definir para onde e para quem devemos endereçá-las. Desse modo, além daquelas que contribuem para o Programa, há outras que se dirigem a outros eixos, com destaque para três: (i) as demandas de formação superior regular em áreas de conhecimento consagradas em universidades convencionais, com a preocupação associada à criação de estratégias para dialogar com os conhecimentos indígenas; (ii) a demanda infinita de formação de professores indígenas nos marcos

das licenciaturas interculturais, em especial a qualificação para atuar nos ciclos finais do ensino fundamental e no nível médio;

(iii) os desafios de formação próprios do ensino médio, visto que é a formação neste nível que produz o público preferencial das demais alternativas (licenciaturas interculturais, formação superior regular e formação avançada indígena).

• Organizar debates para a criação de um Observatório da Educação Indígena do Rio Negro, que seria tanto um ambiente de discussão e proposição acerca do acesso e da permanência de indígenas rionegrinos no nível superior (em cursos regulares e/ou licenciaturas interculturais) e em outros níveis de ensino, quanto um embrião de uma rede de proteção social à escala regional, visando influenciar tanto políticas públicas mais amplas relativas ao sistema de ensino superior e ao sistema de ciência, tecnologia e inovação. (C&TI), quanto políticas internas a cada instituição de ensino superior público, em particular para torná-las mais acolhedoras à diversidade indígena.

Perspectivas

- Criação do Observatório da Educação Indígena do Rio Negro que terá como objetivos fundamentais: (a) acompanhar a formação acadêmica dos indígenas do Rio Negro que optaram por estudar em cursos regulares e convencionais das Instituições de Ensino Superior Públicas (Iesps) no Amazonas e além; (b) estimular que os conhecimentos indígenas sejam valorizados e possam fazer parte da formação desses indígenas dentro das instituições de ensino superior público convencionais; e (c) contribuir para que os indígenas formados que optem por retornar para suas aldeias/cidades possam empregar integralmente os conhecimentos que adquiriram em prol da melhoria da qualidade de vida dos seus “parentes”.
- Concluir a versão do Programa de Formação Superior Indígena, contemplando os resultados dos diálogos realizados no Rio Negro nestes 15 anos e na consulta ampliada às cinco regionais da Foirn;
- Realizar o seminário temático Economia Indígena do Rio Negro, previsto para 2012;
- Finalizar o website do Programa Rio Negro, incluindo um blog específico para tratar do projeto de formação superior e trocar experiências;
- Consolidar a rede de colaboradores;
- Publicações da série Conhecimentos Indígenas, Pesquisa Intercultural: Narrativas de origem, rotas de transformação, abril de 2012;
- Publicação do livro A Educação Escolar Indígena do Rio Negro: a força das parcerias, abril de 2012;
- Continuar conversas no CNPq, CNE (Conselho Nacional de Educação), Secad/MEC (Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/MEC) e algumas universidades e institutos federais sobre a regulamentação de processo (programas) de formação autônomo, específico;
- Elaborar um informativo deste processo, traduzido para as três línguas co-oficiais de São Gabriel da Cachoeira.

Melhores momentos

- Realização da consulta ampliada sobre o Programa de Formação Avançada nas cinco regionais de atuação da Foirn.
- Realização da reunião de Pesquisa e Formação Intercultural e Interdisciplinar no Rio Negro, de 5 a 7/7/2011, na maloca da Foirn.
- NSA: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3386>

ISA Manaus (AM)

O que é

A abertura da subsele foi aprovada na 12ª Assembleia Geral Ordinária do ISA e foi inaugurada em 17/5/2005, na Rua 6, nº 73 – Conjunto Vila Municipal – Adrianópolis.

A partir de março de 2007, a subsele foi transferida para o centro de Manaus, em frente ao Teatro Amazonas, no Largo São Sebastião, na Rua Costa Azevedo, nº 272, 1º Andar.

Trata-se de um apartamento residencial adaptado para escritório e casa de hóspedes com duas suítes, duas salas de trabalho, sala de reunião, cozinha, área de serviços, depósito e ampla varanda. Com localização privilegiada, a subsele tem equipe permanente, que atende ao público e disponibiliza hospedagem para integrantes e colaboradores do Programa Rio Negro, além de prestar apoio logístico às atividades e projetos executados pelo ISA no Médio Rio Negro e em São Gabriel da Cachoeira.

Equipe

Marcilio de Sousa Cavalcante (supervisor administrativo); Natasha Mendes Cavalcante (estagiária); Wilde Itaborahy (articulador da Rede Rio Negro, a partir de setembro/2011)

Parcerias e fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Embaixada da Noruega.

O que foi feito

A atual subsele alugada foi reestruturada e adaptada para funcionar como escritório e hospedaria. Dispõe de infraestrutura com sistema de Internet Banda Larga conectado ao ISA em São Paulo, um veículo e demais equipamentos que possibilitam o apoio necessário à equipe do Programa Rio Negro em trânsito ou a serviço em Manaus. Também dá apoio logístico às atividades de campo e à subsele do ISA em São Gabriel da Cachoeira, além do atendimento ao público, auxilia nos eventos e reuniões realizadas pelo ISA em Manaus e faz a venda e distribuição das publicações do ISA.

Em 2011, 57 pessoas se hospedaram na subsele, sendo 23 da equipe do PRN e 34 de outras instituições, parceiros e colaboradores, totalizando 436 diárias. A maioria da equipe do PRN se hospedou mais de uma vez.

O ISA-Manaus atua também na manutenção e produção de viagens do barco Sebastião Borges, adquirido no início de 2006, como parte da estratégia de ampliação das ações do ISA no Médio e Baixo Rio Negro. Em 2011, realizou três viagens.

O apoio logístico em Manaus às atividades do ISA em São Gabriel da Cachoeira continuou com a realização de serviços e aquisição de materiais e equipamentos, tanto para a manutenção da estrutura do ISA em SGC, como no apoio à Foirn e às diversas associações filiadas e que mantêm atividades conjuntas com o ISA. Em 2011 foram realizados 27 embarques de materiais para SGC no porto, com 218 volumes despachados.

O ISA continuou a parceria com a Associação Comunidade Waimiri Atoari por meio da GaleriAmazônica – localizada no térreo da subsele – para comercialização e exposição de artesanatos indígenas e regionais. A GaleriAmazônica foi inaugurada em abril de 2008.

Em 2011 o ISA Manaus manteve a estagiária em Administração que, entre outras atividades, foi responsável pelo auxílio administrativo, recepção de visitantes, vendas de livros, cadastro de pessoas para recebimento das Manchetes Socioambientais, coleta de manchetes jornalísticas socioambientais sobre o Rio Negro e a Amazônia e atuação na parceria com a GaleriAmazônica.

▶ APOIO AOS GRUPOS EM TRÂNSITO POR MANAUS

Em 2011 os destaques foram:

- Apoio com transporte, reserva de hotel e compra de passagem para o presidente da Foirn, representantes da Asiba e ACIMRN em reuniões com organizações governamentais e não governamentais em Manaus entre 21 a 25 de março.
- Apoio à antropóloga Barbara Arisi e à médica Deise Alves em trânsito por Manaus durante viagem para Atalaia do Norte, onde realizaram consultoria nas Terras Indígenas do Alto Solimões para elaboração de diagnóstico sobre a situação da saúde indígena na região, no período de 29 a 30 de março e 7 a 8 de abril.
- Apoio de transporte para o coordenador do PRN, acompanhado dos colaboradores Luciano Padrão, Kristian Bengtson e Patrícia Faraco Benthien da Embaixada da Noruega em trânsito para São Gabriel da Cachoeira nos dias 5 e 6 de maio.
- Apoio de transporte e hospedagem à equipe do ISA, parceiros, colaboradores e convidados em trânsito por Manaus para participarem da Reunião de Pesquisa e Formação Intercultural e Interdisciplinar, realizado em São Gabriel da Cachoeira entre 1º e 7 de julho.
- Durante todo o ano prestou-se apoio à equipe do ISA e parceiros nos deslocamentos do aeroporto para a subsele do ISA e vice-versa, totalizando 29 traslados de pessoas e apoio logístico ao ISA São Gabriel da Cachoeira.

▶ EVENTOS

A equipe do ISA Manaus representa a instituição junto a órgãos públicos e parceiros na participação de encontros, reuniões, seminários e fóruns, e também organiza eventos relacionados às atividades do ISA.

- Participação como representante do ISA no encontro promovido pela Natura – Painel de Diálogos Desafios da Natura para Amazônia, no Hotel Blue Tree em Manaus, em 18 de fevereiro.
- Participação no aniversário de 44 anos da Suframa, realizado no auditório da Suframa, em 24 de fevereiro.
- Participação na VI Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e Energia (FAMC) como membro do Conselho do Fórum pelo ISA, no Auditório da Suframa em 18 de março de 2011.
- Participação na solenidade de lançamento da minuta de lei que instituiu a Política Estadual sobre Serviços Ambientais do Amazonas, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – Ceclima, no Park Suites Hotel, em 21 de março.
- Participação como representante do ISA no lançamento do livro Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro, na livraria Saraiva Mega Store do Manauara Shopping em 19 de março.
- Participação no III Fórum das Águas de Manaus, promovido pela Assembleia Legislativa do Amazonas no IFAM em Manaus em 31 de março.
- Participação em reunião de apresentação do novo coordenador do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc) - na SDS em abril.

- Participação no Grande Encontro de Parintins em Defesa da Floresta, dos Povos e da Produção Sustentável em Parintins—AM, em 15 e 16 de abril.
- Participação em reuniões acompanhando Higino Tenório Tuyuka e Vicente Tukano, com o assessor Clovis do Conselho de Educação Indígena da Seduc e depois com a equipe da Gerência de Educação Indígena da Seduc em 31 de maio, na sede da Seduc em Manaus.
- Participação em reunião acompanhando Higino Tenório Tuyuka e Vicente Tukano, com a Secretária Adjunta do Interior da Seduc, Sra. Magali Regis em 1º de junho, na sede da Seduc em Manaus.
- Participação em reunião acompanhando Higino Tenório Tuyuka e Vicente Tukano, com a assessora do Conselho Estadual de Educação da Seduc, Maria Eucy, e José Mario Ferreira, da Secretaria estadual indígena, sobre regularização das escolas Tuyuka e Tukano, em 2 de junho, na sede do Conselho Estadual de Educação em Manaus.
- Participação na VII Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e Energia (Famc) no Auditório da Suframa em 17 de junho.
- Participação na cerimônia de lançamento do Grande Encontro: Saberes Ancestrais, Povos e Vida Plena em Harmônia com a Floresta, promovido pela Coica (Coordenação das Organizações Indígenas da Cumbre Amazônica) e pela Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) no Taj Mahal Hotel, em 3 de agosto.
- Viagem no barco Sebastião Borges para Santa Isabel do Rio Negro (13 e 14 de setembro) e Barcelos (18 a 20 de setembro) para Oficinas de Ordenamento Pesqueiro no Médio Rio Negro.
- Participação na organização administrativa do Seminário Prioridades para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro, promovido pelo ISA no auditório do Inpa (instituto de Pesquisas da Amazônia), entre 25 e 27 de outubro.
- Organização e participação no evento de lançamento do livro Povos Indígenas no Brasil 2006/2010, na GaleriAmazônica em 30 de novembro.
- Viagem para São Paulo para participar da reunião do Programa Rio Negro e do ISA Geral no período de 11 a 22 de dezembro.

▶ PARCERIA COM A GALERIAAMAZÔNICA

Em 2011 a parceria com a Associação Comunidade Waimiri Atroari para gestão da GaleriAmazonica continuou com a participação da estagiária em Administração do ISA, que atuou no apoio administrativo e logístico, nas vendas e divulgação da GaleriAmazônica.

As vendas de artefatos, livros e artesanatos este ano tiveram uma pequena redução, passando de uma média mensal de vendas de R\$ 25.841,76 em 2010, para R\$ 24.625,13 em 2011.

▶ VIAGENS DO BARCO SEBASTIÃO BORGES

- Viagem 1 – com parceiros da Turismo Consciente para o Festival Folclórico de Parintins de 22 a 29 de junho.. Destino: Cidade de Parintins – Médio Amazonas.
- Viagem 2 – Equipe do Instituto E de 24 a 26 de agosto. Destino: Rio Manacapuru
- Viagem 3 – Com equipe do ISA e representantes de instituições governamentais às cidades de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos para realização

das oficinas de Ordenamento Pesqueiro no Médio Rio Negro, no período de 10 a 22 de setembro.

Indicadores

- Capacidade de interlocução com diversos públicos;
- Visibilidade das ações dos projetos do PRN;
- Número de hospedagens na sede do ISA no ano: 57 pessoas, sendo 23 da equipe do PRN e 34 parceiros de outras instituições, totalizando 436 diárias. Sendo 313 diárias (71,79%) de pessoas do PRN e 123 diárias (28,21%) de colaboradores;
- Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- Qualidade da infraestrutura de trabalho das equipes permanentes no escritório de Manaus;
- Cadastro de 27 pessoas para recebimento das Manchetes Socioambientais;
- Venda de 46 publicações, doação de 413 e transferência de 2 269 publicações para outras sedes do ISA, GaleriAmazônica e Banca do Largo;
- Envio de 218 volumes de materiais e publicações para São Gabriel da Cachoeira;
- Ampliação do leque de apoio aos parceiros do ISA;
- Representação do ISA junto aos órgãos ambientais do Estado.

Avaliação

A nova localização da sede tem proporcionado a inserção do ISA na cidade e ampliado a articulação com as organizações locais. O ISA Manaus foi imprescindível no apoio às equipes em trânsito e no apoio logístico a São Gabriel da Cachoeira e às instituições parceiras, bem como à Rede Rio Negro.

Perspectivas

- Espera-se a manutenção e o aperfeiçoamento das ações de apoio às atividades dos projetos e às equipes de campo do PRN, bem como a participação em eventos e seminários;
- Otimizar o uso do barco Sebastião Borges com o aumento do número de viagens;
- Buscar alternativas para aumentar as vendas de artesanato da GaleriAmazônica.

Melhores momentos

- Lançamento da publicação *Povos Indígenas no Brasil 2006/2010*.
- As três viagens do barco Sebastião Borges.
- Participação no Conselho do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas.
- Continuidade no apoio institucional à GaleriAmazônica.

Manaus - Rede Rio Negro

O que é

Trata-se do conjunto de ações que visam à construção de uma rede de interlocução de atores que desenvolvem suas atividades na Bacia do Rio Negro. Pretende-se com a Rede Rio Negro abrir um espaço de referência para o diálogo e a elaboração de propostas para a gestão compartilhada do território da bacia rumo ao desenvolvimento racional e socioambientalmente sustentável da região. A construção da Rede passa pelo mapeamento das iniciativas, conflitos e atores da região, pela caracterização socioambiental da bacia, pela elaboração e realização de encontros estratégicos e pelo desenvolvimento de ações compartilhadas que resultem na melhoria da qualidade de vida e na conservação na bacia.

Equipe

Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carla Dias; Camila Barra; Ana Paula Caldeira Souto Maior; Wilde Itaborahy; Renata Alves.

Colaborador: Márcilio Cavalcante.

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Financiadores

RFN; Horizont3000; Fundação Gordon e Betty Moore

▶ Parcerias

Fundação Gaia da Colômbia; FVA; IPÊ; Secoya; WWF-Brasil; HAY; Foirn; técnicos da SDS/AM e do ICMBio; Wataniba.

O que foi feito

- Incremento no mapeamento de iniciativas, conflitos, ameaças e questões que merecem atenção em andamento na Bacia do Rio Negro;
- Contratação em Manaus de um articulador para a Rede Rio Negro;
- Realização do Seminário "Prioridades Para a Gestão e o Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro" com a participação de 35 instituições;

- Publicação do II Boletim Rio Negro Socioambiental;
- Composição de oficina temática no V Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social com o tema: "A importância das Áreas Protegidas para Conservação da Biodiversidade e Salvaguarda Sociocultural dos Povos Tradicionais da Bacia do Rio Negro";
- Realização de reuniões ampliadas para o processo de ordenamento pesqueiro na região do Médio Rio Negro;
- Elaboração do documento base do Programa Rio Negro;
- Participação na elaboração da proposta de lei de pagamento por serviços ambientais do Amazonas.

Perspectivas

- Elaborar um Plano de Comunicação para a Rede;
- Avançar no "ordenamento interno" da Rede;
- Promover discussões setoriais sobre os temas mais relevantes da bacia na atualidade;
- Agregação de novas instituições, incluindo organizações da Bacia do Rio Branco;
- Consolidação da plataforma e do protocolo para o compartilhamento de dados georreferenciados da Bacia do Rio Negro;
- Elaboração de um conjunto de indicadores para avaliação das ações da Rede Rio Negro;
- Consolidação da Rede Rio Negro como um importante espaço de debate sobre as questões socioambientais da bacia.

Melhores momentos

- Realização do seminário "Prioridades Para a Gestão e o Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro".



Carla Dias/ISA

Rede Rio Negro reúne-se em Manaus para debater ordenamento e gestão territorial

Médio Rio Negro: Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

O que é

Linha de ação que articula pesquisas, levantamento de dados e suporte às associações indígenas do Médio Rio Negro tendo por objetivo principal apoiar o ordenamento territorial na região, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Atualmente essa atuação se dá em seis frentes:

1) Fortalecimento Institucional: assessoria antropológica, jurídica e administrativa às associações indígenas locais: Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Acimrn (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro), Acir (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas), Acirp (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto) Aifp (Associação Indígena de Floresta e Padauri), Aibad (Associação Indígena de Base Árcata e Demeni) e Aiaca (Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi) contribuindo na elaboração de projetos, na organização de eventos e oficinas, na elaboração de estratégias de mobilização social e circulação de informações acerca de atualização dos direitos, agendas de políticas públicas e afins;

2) Ordenamento Territorial: assessoria antropológica e jurídica à Foirn e às associações de base para mobilização da sociedade civil e governo (federal, estadual e municipal) vislumbrando a construção de um planejamento participativo de um Mosaico de Áreas Protegidas (APs), incluindo a demarcação de Terras Indígenas (TIs);

3) Promoção e valorização de pesquisas e projetos relacionados à agrobiodiversidade e conhecimentos associados a partir do reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil pelo Iphan (MinC) e desenvolvimento do Plano de Salvaguarda;

4) Pesquisas colaborativas e levantamentos participativos: a) Levantamento Socioambiental Participativo em Barcelos: análise dos resultados oriundos do levantamento realizado a partir de entrevistas domiciliares para conhecimento do perfil socioambiental das comunidades, trajetórias e mapeamento das áreas de uso e ocupação tradicional e das áreas ricas em recursos (principalmente fibras vegetais e recursos hídricos. Destaca-se que as entrevistas domiciliares serviram também para que a Asiba atualizasse o cadastro familiar de associados nas comunidades e sede municipal; e b) consultorias e mapeamento das regiões foco de interesses múltiplos, entre moradores das comunidades indígenas e ribeirinhas, pescadores comerciais e empresas de turismo;

5) Gestão de recursos e Ordenamento pesqueiro: oficinas e reuniões com comunidades, organizações sociais de pescadores e setores dos governos federal, estadual e municipais para a construção de um Programa de Manejo Pesqueiro, que contemple um zoneamento das diferentes atividades pesqueiras, elaboração de Termos de Conduta e Acordos para uso e acesso dos recursos, tendo em vista os conflitos decorrentes de interesses divergentes entre moradores e empreendedores da pesca comercial e do turismo de pesca e da falta de regulamentação e ordenamento do uso dos recursos.

Essas ações pretendem contribuir com o fortalecimento das associações de base facilitando a mobilização, as discussões e a participação no ordenamento territorial, considerando o fato de que a região foi apontada como sendo de altíssima importância para a conservação da biodiversidade (*ver Resultados do Seminário Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira - Macapá (AP)*, setembro de 1999 no site do ISA - http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/index_html), com reco-

mendações para criação de Áreas Protegidas, sem, contudo, até o presente momento, ter consolidado qualquer tipo de estatuto fundiário.

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Camila Franco, Camila Sobral Barra, Carla Dias, Renata Alves e pesquisadores (bolsistas) indígenas locais

Parcerias e fontes de financiamento

Acir; ACIMRN; Asiba; Acirp; AIFP; Aibad; Aiaca; Caibrn; Foirn; Comagept; Iphan; MDA; MMA, Fundação Gordon & Betty Moore, Cooperação Austríaca, Aliança pelo Clima e Horizont3000.

O que foi feito

► FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- Assessoria antropológica e jurídica para realização de viagem de lideranças indígenas à Brasília em abril de 2011 para uma reunião com a Funai sobre: a) avaliação da reestruturação da Funai na Coordenação Regional (CR) de São Gabriel da Cachoeira e b) acompanhamento dos processos de demarcação de Terras Indígenas no Rio Negro;
- Organização de reuniões em Manaus com Ministério Público Federal (MPF), em março e maio de 2011, para: 1) acompanhamento do processo de demarcação das Terras Indígenas do Médio Rio Negro; 2) entrega de carta pedindo intervenção do MPF junto à Funai para garantir celeridade no processo juntamente com outros documentos que solicitam cooperação por parte da Funai e comprovam a pressão sofrida pelas lideranças e associações dos poderes públicos municipais e de ações de regularização fundiária do governo do Estado por meio do Instituto de Terras do Estado no Amazonas (Iteam);
- Assessoria antropológica e jurídica para realização de reunião com o presidente da Funai Márcio Meira e a diretoria da Foirn em São Gabriel da Cachoeira em setembro de 2011 com objetivo de discutir: a) reestruturação da CR da Funai no Rio Negro; b) atualizações sobre os processos de demarcação das Terras Indígenas e c) pactuação de acordo com o Exército sobre a relação dos pelotões de fronteira com os indígenas;
- Assessoria antropológica e jurídica para realização de reunião de lideranças indígenas com Sidnei Peres, coordenador do GT de Identificação de Barcelos, em junho de 2011, em Santa Isabel do Rio Negro;
- Assessoria antropológica para a realização de uma viagem de lideranças indígenas de Barcelos, em julho. Tratou-se de uma viagem de mobilização com apoio da Foirn junto às comunidades com intuito de prepará-las para a viagem do GT de Identificação que estava prevista para agosto, mas que terminou sendo cancelada por problemas logísticos e de gestão da CR da Funai;
- Apoio para a realização de mini assembleias das associações de base (junho e novembro de 2011) para discutir: ordenamento territorial e pesqueiro, educação indígena e saúde e reestruturação das diretorias e estatutos;
- Apoio para realização da assembleia eletiva da Asiba em novembro.

► ORDENAMENTO TERRITORIAL

- Realização de viagem de articulação com as associações de base nas comunidades da margem esquerda de Santa Isabel do Rio Negro, em fevereiro de 2011, região que não está contemplada nos processos de identificação da Funai, para a) atualizar os dados populacionais e b) levantar as atuais demandas para regularização fundiária local. Os dados resultantes chamam a atenção para um certo esvaziamento das comunidades, justificado pela maioria dos atuais moradores como consequência da falta de escolas;
- Reuniões com a Rede Rio Negro, (fevereiro, março, junho, agosto e setembro de 2011) para pactuação de agendas das instituições e planejamento conjunto de atividades: a) articulação de conversas e documentos para apoio e acompanhamento do processo de criação da Resex Baixo Rio Branco-Rio Jauaperi; b) planejamento de ações de valorização de UCs e TIs para conservação de conhecimentos e práticas culturais; c) avaliação de parceria para realização de oficinas de Ordenamento Pesqueiro em Barcelos e Santa Isabel; d) planejamento de realização do encontro para apresentação de iniciativas e propostas para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro, no âmbito da Rede Rio Negro;
- Reuniões preparatórias (agosto e setembro) e realização do seminário “Prioridades para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro” em Manaus entre os dias 25 e 27 de outubro.
- Participação no V Sapis – Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – em novembro, na mesa organizada pela Fundação Vitória Amazônica (FVA), no âmbito da Rede Rio Negro sobre “A importância das Áreas Protegidas para Conservação da Biodiversidade e Salvaguarda Sociocultural dos Povos Tradicionais da Bacia do Rio Negro”. O ISA apresentou um vídeo com experiências e iniciativas de valorização cultural e salvaguarda do patrimônio indígena do Rio Negro.

► SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO, UM PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

- Apoio na organização e assessoria antropológica para a realização da cerimônia de entrega do certificado de reconhecimento do sistema agrícola tradicional do Rio Negro como patrimônio imaterial da cultura brasileira, entre os dias 14 a 16 de junho. A cerimônia foi organizada pelo Iphan e ACIMRN, com apoio do ISA e Pacta em Santa Isabel do Rio Negro. E um encontro de dois dias foi realizado em seguida para a elaboração do Plano de Salvaguarda e Formação de um Comitê Gestor, que deve se responsabilizar por divulgar e implementar as ações do Plano de Salvaguarda. A leitura da Notícia Socioambiental: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3370> traz mais detalhes sobre o evento e encaminhamentos.
- Realização, em julho, de reunião na Foirn para formação do Comitê Gestor do Plano de Salvaguarda. Participaram: ISA, Pacta, Diretoria da Foirn, Asiba, ACIMRN e Caimbrn. O Iphan não pode comparecer mas solicitou ao ISA a produção da reunião e ata.

► PESQUISAS COLABORATIVAS E LEVANTAMENTOS PARTICIPATIVOS

- Levantamento Socioambiental Participativo em Barcelos
 - Homologação e correção de erros dos relatórios resultantes do Banco de Dados formado a partir do Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos durante os meses de março a

junho de 2011. Finalização total do sistema em setembro de 2011;

- Produção de textos e análises da caracterização regional e da dinâmica social e histórica das comunidades junto com os pesquisadores locais;
 - Realização da Oficina de Editoração e organização de conteúdo com os pesquisadores indígenas de Barcelos. Para mais detalhes acesse: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3430>
 - Revisão do material e preparação de mais textos descritivos e analíticos para compor a publicação sobre Barcelos, cujo lançamento está previsto para primeiro semestre de 2012.
- Mapeamentos das regiões, foco de interesses múltiplos entre moradores das comunidades indígenas e ribeirinhas, pescadores comerciais e empresas de turismo
 - Contratação de um consultor – Júlio Siqueira (engenheiro de pesca) –, assessoria antropológica e logística para aprimoramento do levantamento de áreas de uso de pesca, áreas de conflito e áreas importantes para a preservação;



Maximiliano, Erivaldo e Abraão, diretores da Foirn, Ana Gita, do Iphan e Sandra Castro Gomes, da ACIMRN, na entrega do certificado de reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, em Santa Isabel do Rio Negro



Pesquisadores indígenas participam de oficina para aprender a editar publicações, em Barcelos

- Realização do Levantamento de Pesca ISA/Foirn 2011 nos meses de junho e julho a partir de mini assembleias realizadas nas calhas de rio dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro e em reuniões nas sedes municipais com prefeituras, secretarias do meio-ambiente, associações e colônias de pescadores artesanais, ornamentais e esportivos.

► GESTÃO DE RECURSOS E ORDENAMENTO PESQUEIRO

- Realização de reuniões em março de 2011 com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), contando com presença da Secretariat de Estado de Povos Indígenas do Amazonas (Seind), para apresentar proposta de parceria com Foirn e ISA a fim de subsidiar políticas de ordenamento pesqueiro e implementação do decreto de pesca, que foi reeditado algumas semanas depois dessa conversa, em abril. Houve uma segunda reunião com presença da AOBT (Associação de Operadores de Barco de Turismo) e Amazonastur para discutir preocupações comuns (decreto de pesca no Rio Negro e zoneamento da pesca);
- Elaboração de Mapas de trabalho, revisão de cronograma e agendamento de conversas e reuniões com pescadores artesanais, poder público e operadores de turismo de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro (maio 2011) como conversas preparatórias para o Levantamento de Pesca ISA/Foirn;
- Organização e realização das oficinas sobre Ordenamento Pesqueiro, em setembro de 2011 com vistas a apresentar os resultados do levantamento. Preparação de material cartográfico e resumos das propostas construídas durante o levantamento. As oficinas ocorreram em Santa Isabel do Rio Negro (15 a 17 de setembro) e em Barcelos (18 a 20 de setembro) com ampla participação do Ceuc-SDS, Ipaam, Seind, MPA e lideranças, representantes das comunidades e associações de pescadores;
- Discussão e apresentação dos resultados das oficinas de Ordenamento Pesqueiro durante o seminário "Prioridades para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro", realizado em Manaus em outubro. Ficou encaminhado que o debate seria retomado durante o encontro anual da Colônia de Pesca Z-33 de Barcelos, previsto para janeiro de 2012.

Indicadores

- Projetos elaborados pelas associações ACIMRN e Asiba aprovados;
- Fortalecimento político e aumento da credibilidade local das associações ACIMRN e Asiba via aprovação e execução de projetos pelas associações de forma autônoma;
- Levantamento das diretrizes e expectativas em relação ao Programa de Salvaguarda do sistema agrícola do Rio Negro;
- Atualização e incremento da base de dados georreferenciada do PRN/ISA;
- Levantamento Socioambiental Participativo de Barcelos e Banco de Dados concluídos com todos os cadastros inseridos, análise dos relatórios com os resultados e produção de textos para compor a publicação;
- Mapeamento detalhado e atualizado das áreas de uso, fontes de recurso e conflitos das comunidades dos rios: Negro, Uneuixi, Jurubaxi, Preto, Padauri, Caurés, Quiuini, Aracá e Demeni;



D. Laide Basílio do Amaral, da comunidade São Luís, apresenta resultados do mapeamento participativo sobre atividades de pesca em Barcelos

- Mapeamento de áreas de usos das atividades pesqueiras e formulação de recomendações para as sub regiões de S. Isabel do Rio Negro e Barcelos;
- Disponibilização em PDF e reimpressão do Livroto: *Pescarias no Rio Negro: como cuidar para o peixe não acabar*, devido à ampla demanda por acesso;
- Quatro notícias socioambientais produzidas e divulgadas.

Avaliação

No cenário nacional e governamental crescem as ameaças aos direitos já conquistados pelos povos indígenas como, por exemplo, o projeto para regulamentação de mineração em Terras Indígenas tramitando no Congresso Nacional (PL nº 1610), junto com uma série de medidas em desrespeito ao direito de consulta dos povos, burocratização dos processos de identificação e demarcação de terras, bem como a recategorização de Unidades de Conservação com fins de permitir atividades econômicas de terceiros. Da mesma forma, as populações tradicionais ribeirinhas, extrativistas e pescadores vêm enfrentando conflitos por acesso aos recursos ambientais e paisagens locais, à dificuldade de comercialização e exploração dos recursos não madeireiros, à ausência de regulamentação das atividades e mesmo à ineficiência de políticas públicas de subsídio ou incentivo à valorização e/ou viabilização da produção, especialmente por inadequação dos projetos governamentais e falta de diálogo entre os órgãos.

Considerando tal cenário, as ações da Foirn e do ISA sempre buscaram e continuam a investir na mobilização e articulação de lideranças associadas à construção de propostas de gestão participativa e fundamentadas no conhecimento tradicional para contrapor o modelo desenvolvimentista de alto impacto ambiental e social que vem se desenhando no País, bem como para a construção da sustentabilidade e governança do movimento indígena no Rio Negro.

Em relação ao processo de demarcação das Terras Indígenas houve poucos avanços na etapa de identificação, que se esperava estar concluída ao final de 2011. A Foirn manteve o apoio e articulação junto às associações de base no acompanhamento da agenda dos GTs de Identificação do Médio Rio Negro, que se encontram em fase final de estudos de campo com previsão para entrega dos relatórios circunstanciados em julho e dezembro

de 2012, referente ao GT Jurubaxi (município de Santa Isabel, margem direita do Rio Negro) e GT Baixo Rio Negro (município de Barcelos), respectivamente. O Relatório Circunstanciado de identificação da TI Cué-Cué/Marabitanas foi aprovado pela Funai em 16/12/2011, em despacho número 595, encontrando-se no período final de contraditório e com expectativa de encaminhamento para homologação em julho de 2012.

Recentemente o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) retomou a indicação de criação de uma UC nos rios Caurés e Quiuini, aprovando recursos para tal na reunião do comitê do programa realizada em novembro de 2011. Na ata dessa reunião acusam ciência do processo de identificação de TIs e informam que estão em diálogo com lideranças indígenas. Acredita-se que a sugestão da criação de UC nessa região baseia-se nos resultados do II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro (2010), que contou com a participação do ICMBio e Arpa e onde recomendou-se a realização de estudos para criação de áreas protegidas nas cabeceiras dos rios Demeni, Caurés e Quiuini, todos no município de Barcelos – importantes áreas de reprodução de peixes e quelônios. Entendendo a importância de manter o diálogo e o planejamento participativo para o ordenamento territorial da região, ISA e Foirn planejam uma agenda conjunta em Brasília para o primeiro semestre de 2012, a fim de realizar reuniões com o ICMBio, responsável pela criação de UCs, e com o Arpa, responsável pelos recursos reservados a esta ação.

Ademais, os resultados do seminário “Prioridades para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro” irão compor uma publicação que apresentará o cenário atualizado de propostas e avanços dos processos de gestão e ordenamento territorial da região em um plano de desenvolvimento socioambiental que considere os potenciais econômicos, os conflitos que necessitam ser equacionados bem como os direitos coletivos das populações indígenas e tradicionais do Rio Negro. Esta publicação está prevista para o terceiro trimestre de 2012 com vistas a influenciar e estimular o debate com os candidatos à nova gestão dos poderes públicos municipais.

Em paralelo e considerando a importância de dar maior destaque e detalhamento ao processo e resultados dos levantamentos participativos e oficinas sobre ordenamento pesqueiro e considerando o objetivo de pactuação e execução de políticas públicas afins ainda no mandato atual dos gestores públicos, eleitos até final de 2012, no mês de março será publicado o segundo volume da série Pescarias no Rio Negro, apresentando dois Mapas-folder – um para Santa Isabel e outro para Barcelos – com os resultados dos mapeamentos participativos com recomendações e propostas para o ordenamento pesqueiro no Médio Rio Negro, destacando áreas que necessitam de: a) reconhecimento da pesca de subsistência, b) regulamentação das atividades de pesca ornamental, comercial e esportiva, c) elaboração de regras de manejo e calendários para usos restritos e d) realização de estudos para criação de Áreas Protegidas.

A ideia é distribuir amplamente os mapas na região para que eles subsidiem compromissos e propostas de gestão a serem discutidas durante as eleições municipais com os diversos atores envolvidos e com vistas a aproximar as lideranças e representações dos setores das atividades pesqueiras com as comunidades indígenas e ribeirinhas. No entanto, entendemos que poderá haver descontinuidades nos compromissos firmados, sobretudo por parte dos setores governamentais dos dois municípios envolvidos. Da mesma forma prevemos, para julho de 2012, a publicação com os resultados do Levantamento Socioambiental de Barcelos, cujo nome provisório é: “Barcelos indígena – um perfil socioambiental das comunidades ribeirinhas num município do Rio Negro”. Prevê-se que o livro contenha

cerca de 72 páginas, divulgando os resultados do levantamento, textos de autoria dos pesquisadores indígenas sobre quatro comunidades, um breve histórico da ocupação e dinâmica sócio-cultural do Médio Rio Negro e um encarte com mapas, fotos e destaques históricos expressos em uma linha do tempo. Em uma das seções, a publicação trará resultados sobre as atividades econômicas, com o intuito de subsidiar políticas públicas afins e processos de ordenamento e regulamentação dos usos de recursos, das paisagens e técnicas extrativistas, em uma região onde esses recursos são abundantes e de alta diversidade reforçando que o Médio Rio Negro apresenta-se como uma grande oportunidade para planejamentos em torno das questões de uso sustentável de recursos, preservação, valorização da diversidade socioambiental e ordenamento territorial.

O desafio permanece, para todas as ações e propostas de gestão e ordenamento territorial, em mobilizar e articular os atores locais para a construção de uma agenda positiva para o desenvolvimento socioambiental da região, ainda farta e com potencial para a convivência das diferentes modalidades de pesca, sem imobilização econômica, com valorização do conhecimento local e garantindo os direitos territoriais coletivos das populações tradicionais.

Perspectivas

- Publicação do 2º volume do Pescarias no Rio Negro: Manejo pesqueiro do Médio Rio Negro. Trata-se de dois Mapas-folder um para Santa Isabel do Rio Negro e outro para Barcelos, com os resultados do levantamento e discussão de recomendações do ordenamento pesqueiro;
- Publicação e distribuição do Levantamento Socioambiental de Barcelos, cujo nome provisório é: “Barcelos indígena – um perfil socioambiental das comunidades ribeirinhas num município do Rio Negro”;
- Elaboração e implementação das primeiras ações do Plano de Salvaguarda do sistema agrícola tradicional do Rio Negro;
- Finalização e publicação pela Funai dos relatórios de identificação das TIs do Médio Rio Negro;
- Início dos estudos de campo por parte do ICMBio para a criação de Unidades de Conservação nas cabeceiras dos rios Quiuini e Caurés, no âmbito da segunda fase do Arpa;
- Elaboração e implementação de um Programa de Zoneamento Pesqueiro do Médio Rio Negro por meio da coordenação de pesca da SDS, Amazonas;
- Publicação do 3º volume da Série Pescarias no Rio Negro acerca do modo de vida local e técnicas tradicionais de pesca, voltado aos turistas de pesca

Melhores momentos

- Realização do Encontro para discussão das diretrizes do Plano de Salvaguarda para o sistema agrícola tradicional do Rio Negro (Saiba mais <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=3370>).
- Oficinas de Ordenamento Pesqueiro: (Veja mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3415>);
- Oficina de editoração e organização do conteúdo para publicação dos resultados do Levantamento Socioambiental de Barcelos (Saiba mais em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3430>);
- Seminário Prioridades para Gestão e Ordenamento Territorial do Médio e Baixo Rio Negro: (Veja notícia em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3446>);
- V SAPIS, mesa organizada pela FVA no âmbito da Rede Rio Negro: (Saiba mais em http://www.fva.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=88)

Subsede São Gabriel da Cachoeira

O que é

A subsede em São Gabriel da Cachoeira (SGC) atua na viabilização de condições para um pleno desenvolvimento das atividades dos projetos do Programa Rio Negro. Em SGC, o ISA mantém rotinas administrativas, logísticas de suporte a equipes em atividades de campo, que atuam nas quatro calhas de rios: Tiquié, Uaupés, Içana e Negro. Executa a manutenção de instalações e equipamentos, realiza articulação e representação institucional em eventos na cidade, recebe visitantes, colaboradores e pesquisadores associados, assessora as associações indígenas parceiras e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Possui uma infraestrutura composta por três casas, uma delas onde está implantado o espaço público, salão audiovisual, biblioteca e dispõe de seis apartamentos para hospedar integrantes da equipe e eventuais convidados e colaboradores. As outras instalações são ocupadas pelo escritório administrativo e seus anexos como sala de trabalho da equipe, sala de vídeo e um apartamento. Outra, uma garagem para barcos e motores, um almoxarifado e um depósito para publicações.

Parcerias e fontes de financiamento:

► Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore; Horizont3000; RFN; Instituto Arapyáú, Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento; Embaixada da Noruega

► Parcerias

Programa Gesac / Ministério das Comunicações; Programa Mais Cultura / Ministério da Cultura; Iphan/Ministério da Cultura

Equipe local

Francimar Lizardo dos Santos; Gilmara Alberta Morais Andrade; Joás Rodrigues da Silva; Laise Lopes Diniz, Margarida Murilo Costa, Maria Hildete Marinho, Wizer de Oliveira Almeida.

O que foi feito

- Apoio aos encontros ocorridos no âmbito do Projeto de Formação Avançada Indígena do Rio Negro, realizada no Espaço Público/Telecentro do ISA (fevereiro, maio, julho);
- Apoio ao encontro Redes sociais e boas práticas no uso de ferramentas web, realizado no Espaço Público do ISA, que contou com a participação de 25 pessoas, incluindo a equipe do ISA em São Gabriel da Cachoeira, parte da diretoria da Foirn, lideranças indígenas, realizadores do Ponto de Cultura (Foirn) e blogueiros do Alto Rio Negro (abril);
- Recepção e apoio logístico durante a visita de Kristian Bengtson, Patrícia Benthien e Luciano Padrão da Embaixada da Noruega, em S. Gabriel e comunidades do entorno (maio);
- Apoio à realização do documentário Connecting South, com hospedagem da equipe de produção e de Gilberto Gil no ISA SGC (maio);
- Apoio logístico às equipes de campo, preparação de viagem e envio de materiais para atender as demandas das atividades nas regionais;
- Apoio a questões burocráticas entre ISA-SP e Foirn, como recolhimento de assinaturas, entrega de documentos, sedex e outros;
- Participação e apoio às reuniões do Conselho Diretor da Foirn;

- Manutenção das dependências da casa de pedra e da sede;
- Participação em eventos institucionais (Exército, Diocese, Conselhos e outros) representando o ISA;
- Contratação de uma pessoa de referência de apoio à pesquisa na sede de São Gabriel da Cachoeira, com a finalidade de reunir e organizar as informações produzidas pelos agentes indígenas de manejo socioambiental;
- Apoio a organizações parceiras com o objetivo de fortalecer as associações de base do Rio Negro. O ISA-SGC presta assessoria em diversas questões às organizações parceiras, filiadas a Foirn. Entre os principais beneficiários dessas ações destacam-se:
 - Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié (Atriart) - Apoio para compra de materiais em Manaus e SGC, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, manutenção de equipamentos, prestação de contas junto ao Programa Demonstrativo Povos Indígenas (PDPI) e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
 - Associação Escola Indígena Tuyuka (Aeitu) - Apoio na elaboração da contabilidade completa anual, na conciliação bancária, arquivamento de documentos oficiais necessários para auditoria e prestação de contas no projeto de educação e do projeto do PDPI. Também auxiliamos nas compras de materiais, pagamentos diversos e prestação de contas para a comunidade sobre a destinação dos recursos da Associação. Envio de combustível, rancho, material pedagógico;
 - Associação das comunidades Indígenas do Médio Tiquié (Acimet) - Apoio na elaboração de projeto junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e equipamentos de SGC para a comunidade;
 - Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri (Aeity) - Apoio para compra de materiais em Manaus, transporte entre as cidades e a comunidade, pagamentos e compras de materiais, prestação de contas junto ao PDPI e envio de combustível, rancho e material pedagógico;
 - Associação do Conselho da Escola Pamáali (Acep) - Apoio para licitações e compra de materiais em Manaus e em São Gabriel da Cachoeira. Apoio na elaboração de relatórios de atividades e prestação de contas junto ao PDPI, Natura e Rainforest da Noruega. Manutenção de arquivo para os documentos oficiais da associação;
 - Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) - Apoio no transporte de artesanatos (cestarias de arumã) e apoio logístico em traslado de materiais de viagem e ajuda na prestação de contas junto ao projeto do PDPI;
 - Sob a perspectiva operacional, a Foirn contou com apoio logístico, empréstimos de embarcação e uso do espaço físico do ISA, para as reuniões;
 - Sob a perspectiva estratégica, a Foirn recebeu assessoria para o planejamento estratégico do ano de 2011, seu respectivo orçamento integrado de projetos, planejamento de recursos humanos, prestação de contas de projetos executados com recursos públicos e na articulação com parceiros institucionais.

► TELECENTRO

Em 2011 foram 1.260 novos usuários cadastrados.

Continuamos em maioria com o mesmo perfil de usuários: faixa etária entre 12 e 25 anos e estudantes são os mais frequentes. Neste ano aumentamos o número de usuários com idade acima de 40 anos, um pú-

blico que exige um atendimento específico. Isso tem sido amplamente divulgado e incentivado para que pessoas dessa faixa etária frequentem o telecentro. O público que busca o telecentro o faz principalmente para realizar pesquisas escolares, para leitura e envio de e-mail, sites de relacionamento, entretenimento e notícias. As restrições de acesso continuam como a proibição a sites pornográficos, de jogos, bate-papo ou sites que incitem a violência ou crimes. Muitas pessoas que vêm das comunidades indígenas buscam conhecimento na parte de informática. Vêm porque querem aprender a mexer nos computadores e acessar a internet. A ajuda da equipe do telecentro é essencial para que essas pessoas aprendam a usar a ferramenta.

Em 2011 foram feitas várias parcerias com instituições como o PET- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a CAPS- Centro de atendimento Psicossocial, o Pró-Jovem, a Escola Adana e a prioridade de acesso a internet foi para os alunos que estão cursando Biologia à distância pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), porque eles não têm estrutura para garantir o acesso. Está em desenvolvimento um trabalho de inclusão digital, apoiando a formação de profissionais na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Disponibilizamos o cinema para exibição de documentários e firmou-se uma parceria com a Escola Adana (educação infantil) para exibição de filmes duas vezes por mês para as crianças durante a manhã. Também foram disponibilizados livros infantis para as escolas Adana e São Gabriel da Cachoeira.

- Balanço geral de usuários do Telecentro
- Desde 2006 foram 10.550 acessos e 1.554 pessoas cadastradas.
- 2006 a 2011 por etnia: 372 Baré, 90 Baniwa, 181 Tukano, 66 Tariano, 42 Piratapuaia, 43 Desano, 18 Wanano, 6 Arapaso, 1 Tikuna, 1 Aripunã, Kubeo, 2 Yanomami, 1 Barasana e 2 Tuyuka.

► BIBLIOTECA

A biblioteca da subseção do ISA São Gabriel da Cachoeira continua sendo referência na região para pesquisas escolares, universitárias, científicas e outras, principalmente em relação aos temas povos indígenas do Rio Negro e do Brasil e meio ambiente. Por motivo de redução de pessoal, a biblioteca funciona somente no horário da tarde (14h às 17h) com prévio agendamento. Mesmo assim, em 2011 ampliamos o atendimento ao público, principalmente aos alunos que estão cursando graduação nos cursos ofertados pela UEA (Universidade Estadual do Amazonas) e Ufam.

Indicadores

- Capacidade de apoio logístico às atividades dos projetos e às equipes de campo;
- Qualidade da infraestrutura para o trabalho das equipes do programa;
- Assessoria às comunidades e associações indígenas do Alto Rio Negro;
- Relação de reciprocidade com as instituições locais;
- Visibilidade das ações dos projetos do Programa Rio Negro;
- Espaço Público estruturado com todos os equipamentos adequados para realização de atividades em audiovisual;
- Banco de dados contendo o perfil dos usuários do Telecentro e Biblioteca Socioambiental;
- Implementação de uma programação fixa de cinema aberta à comunidade;
- Participação em eventos institucionais sediados em SGC.

Avaliação

O ISA e a Foirn em São Gabriel da Cachoeira são referências aos povos indígenas e diariamente recebemos demandas por apoio logístico, questões institucionais das associações de base e sempre buscamos solucionar ou encaminhar para setores competentes.

Proporcionamos condições de infraestrutura para receber nossa equipe, pesquisadores associados e colaboradores em geral. Na medida do possível, cumprimos as atividades e atendemos as solicitações e demandas das equipes que estão em área, com compra e envio de materiais, muitas vezes com urgência.

Buscamos ajudar as associações indígenas que estão executando projetos próprios, na compra de materiais, equipamentos e prestações de contas junto aos seus fornecedores.

A equipe está sempre disponível para atender e executar as demandas que diariamente surgem e buscando o aprimoramento para atender melhor a todos.

Perspectivas

- Ampliar parcerias com as instituições locais, para melhor utilização do Espaço Público/Telecentro ISA
- Ampliar a parceria com as associações de base para apoio à formação do quadro de lideranças (curso de informática e web);
- Estabelecer a parceria com as escolas indígenas para que os alunos possam fazer estágio em gestão do espaço público/biblioteca;
- Aprimorar os mecanismos de consulta e distribuição gratuita para os livros, publicações e cartilhas das escolas indígenas;
- Continuar mantendo o atendimento da biblioteca disponibilizando o acervo as escolas municipais e estaduais e das universidades;
- Continuar a parceria com a Foirn, garantindo as atividades de apoio às associações indígenas e o desenvolvimento de ações pela consolidação do Programa de Desenvolvimento Regional Indígena Sustentável;
- Manutenção da estrutura física (pintura do prédio), visando garantir espaços confortáveis aos profissionais e público do ISA/SGC;
- Reforma da carroceria da Toyota para melhor suporte da logística;

Melhores momentos

- Documentário Connecting South, com hospedagem da equipe de produção e de Gilberto Gil no ISA SGC (maio);
- Pré-lançamento do vídeo "Podáali", produzido pela ACICC em parceria com a Foirn e ISA (outubro);
- Viagem da equipe de logística para instalação do sistema de energia solar nas casas de apoio do Rio Tiquié (setembro);
- Participação e registro da 1ª formatura do ensino médio da Escola Uta-pinopona (outubro);
- Visita da comitiva da Embaixada da Noruega nas comunidades de São Jorge e Ilha das Flores (maio);
- Parceria com as escolas infantis da cidade, garantindo a exibição de cinema e disponibilização de acervo infantil no Espaço Público;
- Assessoria à Foirn na prestação de contas de pendências retroativas a 2007, com a aprovação dos aliados financiadores, em relação às explicações enviadas;
- Capacitação da equipe da Foirn em relação ao cálculo da folha de pagamentos;

Rio Tiquié

▶ RIOS E PEIXES

O que é

Desenvolvimento de modelos de manejo sustentável dos peixes na Bacia do Rio Tiquié, aliando conhecimentos tradicionais e conhecimentos técnicos adaptados, por meio da parceria direta com associações indígenas. Tem duas linhas de ação:

1. Elaboração, implementação e avaliação de medidas de manejo sustentável dos peixes. Construir e implementar experiências de gestão territorial aquática.
2. Monitoramento de práticas e produção da pesca com pesquisadores locais – agentes de manejo e voluntários.

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Parcerias

Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetikap, Atriart, Cipac, Oibv, Oids, 3Tiic, Foirn.

▶ Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore, RFN, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI/MMA) (associações indígenas)

Equipe

Agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) e voluntários de pesquisa (Acimet, Acirc, Aciru, Aeity, Aeitu, Aetypp, Aetikap, Atriart, Cipac, Oibv, Oids, 3Tiic; Atriart); Aloisio Cabalzar; Pieter-Jan van der Veld, Renata Eiko Minematsu (mestranda Ufam).

O que foi feito

- Registro diário da produção da pesca em unidades domésticas do Tiquié e afluentes, em conjunto com os agentes de manejo (atualmente há 33 agentes de manejo e por volta de 30 voluntários);
- Banco de dados com mais de 17 mil registros de pescarias entre 2005 e 2011;
- Padronização dos nomes escritos em língua tukano das espécies de peixe incluídas no banco de dados.
- Encontros nas comunidades com pescadores voluntários e Aimas envolvidos nessa pesquisa;
- Oficina sobre usos do timbó no manejo sustentável dos peixes: espécies identificadas pelos conhecedores indígenas, origens, benzimentos que acompanham o uso, situações em que pode ser usado, cuidados etc. Contou com participação de conhecedores tukano e desana, dos Aimas e de lideranças.
- Atuação permanente da equipe de 33 Aimas espalhados por comunidades tukano, tuyuka, desana, hupda e yuhupda da Bacia do Rio Tiquié.

Indicadores

- Planos de manejo dos recursos pesqueiros formulados pelas associações;
- Oficinas sobre manejo sustentável dos peixes nos rios, lagos e outros ambientes aquáticos;
- Publicações de apoio ou com base nessas iniciativas;
- Número de comunidades e pesquisadores indígenas (Aimas e voluntários) envolvidos na pesquisa;
- Número de fichas de pesquisa preenchidas e digitalizadas no banco de dados da Pesquisa de Pesca.



Manejo Sustentável de Peixes da Bacia do Rio Tiquié – Área de manejo das comunidades de São Francisco, Marfacajá, Santo Antônio e São João

Avaliação

- Elaboração, implementação e avaliação das medidas de manejo sustentável dos peixes

Em anos anteriores foram realizadas três oficinas de manejo dos peixes na Bacia do Tiquié, além de vários pequenos encontros. Houve um acúmulo de falas gravadas que não foram registradas satisfatoriamente. Em 2011 essas falas foram digitadas e traduzidas. A oficina sobre timbó foi muito bem sucedida, com ótima participação dos Aimas, conhecedores e lideranças.

- Monitoramento e pesquisa de práticas e produção da pesca

O grupo dos voluntários diminuiu bastante nesse ano, talvez porque a assessoria não tenha conseguido manter o contato com os voluntários na mesma intensidade dos anos passados. A digitalização dos cadernos de ficha de pesca está sendo feita em São Gabriel da Cachoeira, mas há necessidade de muitas revisões e aprimoramentos no banco de dados, o que vem atrasando a elaboração das primeiras análises.

Perspectivas

Para 2012 vários produtos serão finalizados: (1) relatório com as primeiras análises de pesquisa sobre a produção da pesca, com dados de 2007 até 2010; (2) quatro mapas de áreas de usos de comunidades; (3) relatório sobre manejo de timbó e outros venenos de peixes no âmbito do manejo de peixes na Bacia do Tiquié; (4) audiovisual sobre manejo de peixes; (5) exposição sobre conhecimentos e práticas relacionadas aos peixes no Alto Rio Negro, com foco principal na Bacia do Rio Tiquié, em parceria entre o ISA, Museu da Amazônia (Musa) e associações do Rio Tiquié; (6) publicação das memórias dos dois primeiros encontros de manejo dos peixes da Bacia do Tiquié (2008).

▶ PAISAGENS FLORESTAIS

O que é

Conjunto de pesquisas sobre as paisagens florestais no Tiquié e seu manejo sustentável, com base nos conhecimentos indígenas e sua interface com técnicas e conhecimentos científicos. É desenvolvido com o ensino médio da Escola Tuyuka e os Aimas (Agentes Indígena de Manejo Ambiental), membros das Associações Aeity, Acirc e Acimet. Os alunos e os Aimas são formados por meio de pesquisa colaborativa. Os dados coletados poderão

servir como uma plataforma de discussão sobre a gestão territorial e manejo de recursos florestais. Os resultados são levados para sala de aula onde servem como material pedagógico, sendo utilizados nas escolas e em sua formação profissional. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar. As paisagens estudadas são três: capoeira (floresta secundária), igapó (floresta inundada) & mata ciliar e os caranazais (campinaranas com presença de palmeira caraná).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Parcerias

Aeitu, Aeity, Acirc, Acimet, Escola Tuyuka

► Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore

Equipe

Conhecedores tuyuka, tukano e desana (Aeitu e Acimet); Aimas das associações Aeity e Acimet; professores e alunos do ensino médio Tuyuka, Aloisio Cabalzar, Marcus Schmidt (engenheiro florestal, consultor), Pieter-Jan van der Veld.

O que foi feito

Em anos anteriores foram feitos levantamentos ecológicos e etnobotânicos do caranazal, uma paisagem de onde são extraídas, pelas comunidades do Alto Tiquié, as folhas de caraná que servem para cobrir as casas. No ano de 2011 não foram feitos levantamentos em campo, mas foram comparadas, na sala de aula com a presença de conhecedores, três diferentes caranazais.

Um levantamento ecológico e etnobotânico das capoeiras de diferentes idades, dividido em dois períodos de pesquisa, 2009 e 2011, foi realizado. A ênfase dessa pesquisa foi a classificação das capoeiras conforme as categorias, processos de restauração florestal, uso e manejo dessas florestas e seu lugar no ciclo agrícola indígena.

Um levantamento ecológico e etnobotânico do igapó, uma floresta ciliar que fica inundada durante as enchentes, foi realizado em dois períodos de pesquisa. Num primeiro momento a pesquisa foi realizada durante a terceira Oficina de Igapó, com participação de quase todos os Aimas, além de outros interessados. A Oficina teve como objetivo o registro dos dados para a formação dos Aimas. No segundo período a pesquisa foi feita com um pequeno grupo de Aimas, com ênfase no registro de dados.

Indicadores

- Pesquisadores indígenas (alunos e professores do ensino médio Tuyuka, Aimas) aprimorados nas técnicas de representação das paisagens florestais e formados para a pesquisa participativa e monitoramento ambiental;
- Relatórios de pesquisa;
- Mapas;
- Plano de manejo de paisagens;
- Materiais publicados nas línguas indígenas;
- Identificação do sistema de manejo das capoeiras tuyuka e elaboração de um plano de manejo comunitário.

Avaliação

Os alunos do ensino médio Tuyuka estão muito interessados e participam da pesquisa com entusiasmo. A formação profissional dos Aimas é satisfatória. É uma forma adequada de descrever as paisagens florestais, aliando conhecimentos indígenas e científicos ocidentais.



O agrônomo Pieter Van Der Veld, do PRN, apresenta o projeto de meliponicultura desenvolvido pelos alunos da Escola Tuyuka

Perspectivas

Elaboração do relatório final do estudo dos caranazais, continuação do estudo das paisagens capoeira e igapó; o sistema de manejo das capoeiras tuyuka é muito semelhante às de outras comunidades da região, inclusive os povos que habitam o lado colombiano, sendo que a estratégia e os resultados teriam uma grande abrangência. Publicação de artigo de divulgação sobre essas pesquisas.

► PESQUISA DO SISTEMA AGRÍCOLA INDÍGENA

O que é

Trata-se uma análise do sistema agrícola indígena em todos seus aspectos, por meio de uma pesquisa participativa com alunas e alunos do Ensino Médio da Escola Tukano Yupuri, no Médio Tiquié. A metodologia envolve registro das roças com GPS, medições de área cultivada por comunidade, medição de produtividade da roça, levantamento de agrobiodiversidade, redes de troca de material filogenético e entrevistas com agricultoras e agricultores. As agricultoras e os agricultores que participam da pesquisa são os próprios pais dos alunos ou outros parentes. É uma pesquisa intercultural e interdisciplinar. Os resultados são levados para sala de aula onde servem como material pedagógico.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Parcerias

Acimet; Aeity; Ensino Médio Tukano

► Fontes de Financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore

Equipe

Alunos de ensino médio Tukano (Aeitu); Agricultoras e agricultores das comunidades São José e Pirarara; Pieter-Jan van der Veld

O que foi feito

- Registro de todas as roças da comunidade São José II, suas dimensões, suas coordenadas e as distâncias entre casa e roça;
- Treinamento (aula) em matérias básicas que as alunas e os alunos precisam saber para executar a pesquisa;

- Entrevistas, medições e levantamentos de agrobiodiversidade nas comunidades São José II e Pirarara.

Indicadores

- Número de roças registradas com GPS;
- Número de roças onde foi pesquisada a agrobiodiversidade;
- Número de entrevistas;
- Número de registros da produtividade;
- Número de alunas e alunos envolvidos na pesquisa.

Avaliação

A pesquisa está bem no começo, mas os resultados preliminares são promissores. Com a formatura dos alunos dedicados e envolvidos da primeira turma de ensino médio dessa escola, a pesquisa perdeu seus pesquisadores mais experientes, e a formação de novos alunos deve levar algum tempo. A pesquisa de produtividade da roça é bem limitada, porque conseguimos somente acompanhar a produção de um casal, mas que não forma uma amostragem significativa da população. A pesquisa por enquanto se concentra nas roças, mas o sistema agrícola é muito mais complexo. A análise deve também incluir quintais, capoeiras e até a mata primária que dá origem aos diferentes ambientes sucessionais das paisagens. É necessário captar recursos financeiros para intensificar a pesquisa.

Perspectivas

No curto prazo a continuação da pesquisa nas comunidades São José II e Pirarara e no médio prazo expandir a pesquisa para outras comunidades ligadas à Escola Tukano Yupuri. Elaboração de pesquisas preliminares.



Juan Soler/ISA

Segunda turma do ensino médio é a primeira formada integralmente na Escola Tuyuka, desde o ensino básico infantil

Rio Içana

O que é

O trabalho do Programa Rio Negro junto às comunidades Baniwa e Coripaco na Bacia do Rio Içana parte do princípio de que é necessário contribuir para que se fortaleça um ambiente virtuoso de ideias e práticas que visem reconhecer, sistematizar, debater, valorizar e intercambiar conhecimentos e formas de atuação e de organização relevantes para a segurança alimentar, para a economia, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida, e que fortaleçam a auto-estima, a governança indígena sobre seu território e as boas práticas de manejo, respeitando a diversidade socioambiental da bacia e estabelecendo o diálogo e cooperação entre os conhecimentos tradicionais e outras formas de conhecimentos com os quais seja possível interagir.

Na Bacia do Içana, o ISA tem como principais parceiros a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi), a Coordenadoria de Associações Baniwa e Coripaco (CABC), que por sua vez representa outras 12 associações e, sobretudo, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco (EIBC-Pamáali), que desde 2008 coordena a Rede de Escolas Baniwa e Coripaco que articula 63 comunidades do Médio e Alto Içana, Ayari e Cuiari. As atividades desenvolvidas atingem direta e indiretamente uma população indígena de seis mil pessoas em 93 comunidades, distribuídas numa área que cobre 2.747.186 ha de terras que essa bacia ocupa no lado brasileiro.

Desde 2005 a atuação da equipe do Programa Rio Negro-Içana se dá em seis frentes de ação:

- 1) Apoio e Assessoria ao Fortalecimento do Ambiente Institucional na Bacia do Içana: apoia atividades de planejamento estratégico, de negociações com o Estado e com a sociedade civil, de discussão sobre os arranjos e rumos de processos e de organizações indígenas da bacia e apoiando a captação de recursos. Essa ação concentra-se, sobretudo no apoio e cooperação institucional com a EIBC-Pamáali, no apoio à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, à CABC e à Oibi.
- 2) Manejo Ambiental: contempla as ações de pesquisa e projetos que visam acionar um amplo conjunto de atores e de conhecimentos indígenas e não indígenas, no sentido de traçar e implementar estratégias para diagnosticar a situação de uso, conservação e manejo de recursos, ambientes e relações importantes para viver e estar bem na Bacia do Içana e no mundo. Por meio desta frente organizamos e divulgamos, de maneira cumulativa, os resultados de pesquisas e planos de manejo ambiental realizadas pelos colaboradores da Rede de Escolas e associações de diferentes trechos da Bacia do Içana.
- 3) Atlas do Içana (Cartografia): o Atlas Baniwa-Coripaco do Içana é parte essencial de um processo de acúmulo e divulgação de informações-diagnóstico com vistas a apoiar a gestão territorial da bacia. Baseia-se, sobretudo, na produção de mapas contextualizados e na sistematização de informações em uma base georreferenciada que possa resultar num atlas cumulativo, elaborado e atualizado de forma participativa, e que promova a circulação dessas informações nas escolas, organizações e entre os diferentes atores, seja da sociedade civil organizada ou do estado, dedicados ao processo de desenvolvimento sustentável na Bacia do Içana. Os seguintes interesses temáticos vêm sendo trabalhados: 1) Territorialidade e Sociodiversidade; 2) Biodiversidade e Manejo Ambiental; 3) Geografia Mítica e Histórica; 4) Economia e Organização Sociopolítica; 5) Demografia, Saúde e Educação.

4) Alternativas Econômicas (Arte Baniwa), Inovação Tecnológica e Inclusão Digital: concentra-se principalmente em facilitar o acesso ao mercado pela marca Arte Baniwa. Mais recentemente também dedica-se a desenvolver estratégias e apoiar a comercialização da pimenta Baniwa e busca atuar prospectando oportunidades e analisando os potenciais geradores de renda para outros produtos da bacia, incluindo a análise de oportunidades derivadas de possíveis pagamentos por serviços socioambientais, do uso de imagem e também dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Promove e apoia a formação de jovens baniwa em gestão de negócios e empreendedorismo, e também busca promover o acesso à tecnologia apropriada para a região, concentrando as ações no desenvolvimento de um piloto com energias alternativas, na experimentação de inovações na arquitetura de taipa e no fortalecimento do processo de inclusão digital dos Baniwa e Coripaco.

5) Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali: a escola está no centro de nossa cooperação com os Baniwa e Coripaco e é nosso parceiro privilegiado, com a qual colaboramos, desde 1999, no cumprimento da missão de “desenvolver a Formação dos cidadãos Baniwa e Coripaco com metodologia de ensino-pesquisa participativo com base nos princípios e valores interculturais para serem protagonistas no desenvolvimento sustentável de suas comunidades e na construção da Política de Educação Escolar Indígena no Rio Negro”.

6) Rede de Escolas Baniwa e Coripaco: concentra-se no apoio à consolidação de espaços de formação e autoformação de professores, viabilizando as práticas pedagógicas apropriadas. Fazem parte da rede 13 escolas das regiões do Rio Içana e Ayari, que atendem a 63 comunidades e cerca de 1.400 alunos. Tem como princípio os valores tradicionais e novos conhecimentos, que apoiem o desenvolvimento de ensino de qualidade e a concretização do Programa de Educação Baniwa e Coripaco. Nos últimos dois anos, além do foco no manejo ambiental a rede de escolas também vem participando de forma mais ativa nas discussões e estruturação de um Programa de Formação Avançada Indígena para o Rio Negro.

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Fundação Gordon & Betty Moore, Instituto Arapyau, RFN, ADA/Horizont3000, Cafod.

► Parcerias

Oibi, CABC, EIBC-Pamáali, Foirn, Acep.

Equipe

Adeilson Lopes da Silva (Biólogo e Ecólogo); Laise Lopes Diniz (Pedagoga)
Colaboradores: Aimas, lideranças, pesquisadores indígenas e professores associados à Oibi, à EIBC/Pamáali e à Rede de Escolas Baniwa e Coripaco; Alex Atala (chef de cozinha do restaurante D.O.M. e Dalva&Dito); Andreza Andrade (jornalista); Almir de Oliveira (arquiteto); Carlos Alberto (Beto) Ricardo; Carlos Barretto; Carol Da Riva (fotógrafa); Deise Lucy Montardo (antropóloga do Museu Amazônico/Ufam); Eduardo Petta (jornalista); Francimar (Suci) Lizardo Santos; Glenn Shepard Jr. (antropólogo, MPEG); Hans Denis

Schneider (Fotógrafo-Fotografologia) ; Joás (Mocotó) Rodrigues; Jorge Paulo Nava (IPA); Judite Albuquerque (consultora); Juliana Stropp Carneiro (Utrecht University); Klaiton Alves de Souza (cientista Social - consultor em gestão de projetos); Marcelo Calegari (consultor técnico-Maribondos e Sambaquieiros); Lucia Alberta Andrade; Luiza Garnelo (médica e antropóloga-Fiocruz-AM); Paulo de Abreu e Lima (MSc. Food Culture-Estilo Gourmand); Renata Eiko Minematsu (zootecnista, mestranda da Ufam); Renata Alves de Souza (designer gráfico-Tipográfico Comunicação); Renata Aparecida Alves; Rogério Assis (fotógrafo e editor da revista Pororoca); Vera Feitosa (editora de arte, ISA)

O que foi feito

1) APOIO E APOIO AO FORTALECIMENTO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL

- apoio à realização e participação na assembleia geral do povo Baniwa e Coripaco, ocorrida em Tunuí Cachoeira em março de 2011 e promovida pela Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco – CAB, com o objetivo de avaliar o avanço da política e do movimento Baniwa e Coripaco nos últimos 20 anos;
- apoio à execução de projetos na região do Içana (PDPI, Apoio Institucional da Natureza à EIBC, RFN);
- discussão, análise e atualização do planejamento estratégico da EIBC-Pamáali, Oibi, CAB e Rede de Escolas Baniwa e Coripaco;
- apoio a elaboração de projetos de pesquisas relacionadas ao manejo ambiental nas escolas Maadzero, Kayakaapali e Heriene;
- apoio na execução e finalização do Projeto Podáali: valorização da música baniwa em parceria com a ACICC (Associação Cultural Indígena Casa de Conhecimento), Foim e Ufam/PPGAS. Deste projeto resultou a fundação da ACICC, a construção da Maloca Casa de Conhecimento na comunidade de Itacoatiara-mirim, a formação de dois cineastas baniwa, o lançamento do documentário “Podáali – um documentário da música baniwa”, elaboração de um dossiê e de uma etnografia do processo denominados – *Podáali: valorização da música Baniwa e a Maloca Casa do Conhecimento* – narrativa de um processo de transformação dos lugares do mundo – a ser comunicada no livro “Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro” a ser publicado pelo ISA/Foim em 2012. (Saiba mais <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3452>>).



Adelison Lopes da Silva/ISA

Maloca Casa de Conhecimento, em Itacoatiara-mirim, no dia da estreia do filme *Podáali: um documentário da música baniwa*

2) MANEJO AMBIENTAL:

- atualização do dossiê digital sobre o processo de elaboração do plano de manejo pesqueiro para a Bacia do Içana com uma extensa documentação: planilhas de dados, relatórios de reuniões, seminários de formação e assembleias, documentação produzida pelos Aimas e acervo fotográfico, de áudio e vídeo cobrindo todas as etapas deste processo;
- lançamento da série Kaawhiperi Yoodzawaaka, que foi concebida para organizar e divulgar, de maneira cumulativa, os resultados de pesquisas e planos de manejo ambiental realizadas pelos colaboradores da Rede de Escolas sob a ótica de diferentes trechos da Bacia do Içana;
- lançamento do primeiro volume da série Kaawhiperi Yoodzawaaka, disponibilizado em línguas baniwa e português, com o título “O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO” contendo 13 (treze) monografias dos pesquisadores indígenas do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Kalikatadaapa/EIBC-Pamáali (Saiba mais acessando <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3511>>);



- publicação do estudo “Tree communities of white-sand and terra-firme forests of the upper Rio Negro”, Acta Amazônica - vol. 41(4) 2011: 521 – 544 (Acesse <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0044-59672011000400010&script=sci_arttext>). A pesquisa amplia a compreensão acerca da composição de espécies e a diversidade de árvores das florestas de campinarana e de terra-firme na região do Alto Rio Negro e permitiu à equipe de pesquisadores do ISA/EIBC manter um estreito relacionamento e troca de experiências com pesquisadores do Ecology and Biodiversity Group, Utrecht University;
- organização da comunicação “Diálogos sobre Manejo Ambiental” para o livro “Povos Indígenas no Brasil: 2006/2010”;
- organização da comunicação “As escolas indígenas e o manejo ambiental no Alto Rio Negro” a ser publicada no livro-síntese sobre o processo da educação escolar indígena no Rio Negro que o ISA/Foim vão lançar em 2012.

3) ATLAS DO IÇANA (CARTOGRAFIA):

- mobilização de pesquisadores que atuaram no Içana e/ou com temas relacionados com os Baniwa e Coripaco para escreverem artigos que serão publicados no atlas;
- revisão, edição e estruturação de três capítulos do Atlas;
- atualização de informações sobre movimentações humanas na Bacia do Içana;
- organização e disponibilização de um boneco para revisão pelos parceiros indígenas.

4) ALTERNATIVAS ECONÔMICAS (ARTE BANIWA), INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INCLUSÃO DIGITAL:

- acompanhamento das atividades iniciais do Núcleo de Gestão e Empreendedorismo associado ao ensino médio da EIBC-Pamáali, sobretudo no tocante a comercialização experimental da Pimenta Baniwa;
- formulação de estratégias para criar uma linha de produtos da EIBC-Pamáali, junto ao Núcleo de Gestão e Empreendedorismo;
- acompanhamento da obra e apoio na implantação de Casas da Pimenta que estão em construção nas comunidades de Tunuí e EIBC-Pamáali;
- apoio na organização e realização do evento de degustação da Pimenta Baniwa que ocorreu em São Paulo, no restaurante Dalva&Dito, em parceria com o chef Alex Atala (Saiba mais em <http://www.estadao.com.br/suplementos/paladar/not_sup4635,0.shtm>);
- captação de recursos (Cafod), implantação de infraestrutura e realização do primeiro teste de geração hidrocínética na Escola Pamáali (EIBC), cuja continuidade se estenderá por todo ano de 2012.

5) ESCOLA INDÍGENA BANIWA E CORIPACO PAMÁALI

- acompanhamento ao projeto financiado pelo PDPI “Panheexooa Peemaka Matsia: formação Profissional para o Desenvolvimento Sustentável no Rio Içana”. Acompanhamento da capacitação de uso de recurso do PDPI e apoio à execução das atividades;
- acompanhamento às atividades do projeto relativo ao apoio institucional da Natura à EIBC-Pamáali;
- articulação com a gerência de Educação Escolar Indígena, equipe da Seduc e do Ceei-AM, para o reconhecimento do ensino médio da EIBC-Pamáali, de acordo com o PPP aprovado no Conselho Estadual;
- apoio nas atividades de pesquisa-ação, visando o desenvolvimento de estratégias de manejo da bacia;
- participação na discussão da pauta relacionada com os seminários-consultas que vêm se dando no intuito de formular o futuro Programa de Formação Superior Indígena no Rio Negro (projeto Arapyaú).
- elaboração do folder institucional da EIBC-Pamáali;

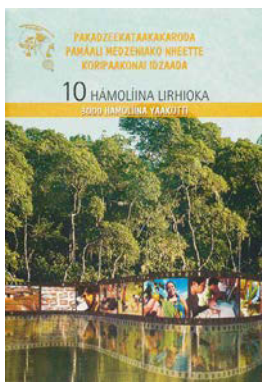
- organização do capítulo descritivo da experiência de educação indígena na Bacia do Içana, partindo do caso da EIBC-Pamáali, para o livro sobre educação escolar indígena no Rio Negro que o ISA/Foirm vão lançar em 2012.

6) REDE DE ESCOLAS BANIWA E CORIPACO

- apoio ao planejamento estratégico da Rede de Escolas Baniwa e Coripaco;
- realização da assembleia comemorativa de 10 anos da Escola Pamáali, no final de maio, com a participação de mais de 200 representantes das comunidades do Rio Içana e afluentes. Como principal objetivo se propôs avaliar os 10 anos de experiência que se tem com a educação escolar e construir o plano para os próximos 10 anos (Saiba mais acessando <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3365> e <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3318>);



O líder indígena André Baniwa (em pé), junto a outras lideranças, pais de alunos e ex-alunos elaboram documento final da assembleia comemorativa de dez anos da Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali



Telecentro da EIBC, que possui um blog próprio

Indicadores

- a EIBC-Pamáali atende a 65 jovens Baniwa e Coripaco, pertencentes a 22 comunidades do Médio e Alto Rio Içana, Rio Ayari e Rio Cuiari, sendo 45 alunos do ensino fundamental e 18 do ensino médio;
- em 2011 o ISA e a EIBC-Pamáali publicaram “O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO” que reuniu as monografias produzidas pelos alunos da Escola Pamáali, com temas relacionados ao manejo ambiental (Saiba mais acessando <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3511>);
- desenvolvimento das atividades desenvolvidas no âmbito dos dois projetos institucionais da EIBC (PDPI e Natura).

Avaliação

A EIBC, que comemorou seus primeiros 10 anos de funcionamento, já é considerada uma das experiências de base com maior relevância no campo da educação escolar indígena da Amazônia brasileira e assume grande peso na formação do novo capital humano da Bacia do Içana. O intercâmbio de experiências e visões sobre educação escolar indígena, gestão territorial e manejo ambiental tem sido os temas que estimulam os atores que compõem a Rede de Escolas Baniwa e Coripaco, tendo a Escola Pamáali como a principal articuladora e que coloca questões desafiadoras e traz inovações para enriquecer debates e propor caminhos para inspirar boas iniciativas para a Bacia do Içana. As atividades desenvolvidas pelas escolas em parceria com o ISA contribuem no desenvolvimento de experiências inovadoras, consolidado no ensino fundamental e em construção no ensino médio indígena na região do Içana. Entretanto, a assessoria do ISA tem sido constantemente sobrecarregada com a ampliação do leque de atores e iniciativas em curso, e com o volume de materiais e processos para serem encaminhados, em detrimento do quadro de progressiva redução da equipe (de quatro para um integrante nos últimos anos).

Produtos

- Caderno de Manejo: “O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO”;
- Comunicações de experiências na forma de textos e artigos para os livros “Povos Indígenas no Brasil: 2006/2010”, “Educação Escolar Indígena no Rio Negro” e “Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro”;
- DVD “odáali – um documentário da música baniwa”.

Perspectivas

- Publicações do Atlas do Içana, da série de monografias dos alunos da EIBC-Pamáali e de dois novos números da série “Kaawhipere Yoodzawaaka”;
- Início da implementação do Programa de Formação Superior Indígena no Rio Negro;
- Avanço significativo no tema de autonomia energética com a consolidação da instalação da turbina hidrocinética na EIBC e construção de um programa de conversão energética para a Bacia do Içana;
- Incremento da capacidade de diagnóstico da situação de uso e proposição de planos de manejo da biodiversidade pelos próprios Baniwa e Coripaco com a consolidação da série “Kaawhiperi Yoodzawaaka” em outras escolas da bacia;
- Lançamento oficial da Pimenta Baniwa no mercado e consolidação do núcleo de gestão e empreendedorismo indígena.

Melhores momentos

- 10 anos da Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali;
- Publicação, nas línguas baniwa e português do folder institucional da Escola Pamáali;
- Publicação nas línguas baniwa e português, do caderno nº 1 da Série Kaawhipere Yoodzawaaka sob o título “O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no MUNDO”;
- Realização do primeiro teste de geração hidrocinética na Bacia do Içana;
- Sucesso do primeiro evento de degustação da Pimenta Baniwa em São Paulo, no restaurante do chef Alex Atala;
- Lançamento do DVD “Podáali – um documentário da música baniwa” na Maloca Casa de Conhecimento;
- Conquista do prêmio Jabuti 53ª edição com o livro Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro, categoria Ciências Humanas com a colaboração da equipe Içana.

ISA Roraima

► PROJETO DE EDUCAÇÃO YANOMAMI (PEY)

O PEY busca o reconhecimento oficial da rede escolar yanomami multilíngue que respeite os processos próprios de aprendizagem, as propostas pedagógicas, que possua subsídios didáticos próprios e que seja formada por um quadro de docentes yanomami e mantida pelo governo brasileiro. Suas ações são voltadas principalmente à formação e certificação dos professores yanomami, ao apoio às escolas, à produção de materiais didáticos bilíngues e a referenciar políticas públicas educacionais adequadas ao contexto yanomami.

I - Avaliação externa dos 16 anos do Projeto de Educação Yanomami

O que é

Em 2011 o Projeto de Educação Yanomami completou 16 anos de existência e frente ao término de mais um plano quinquenal em 2012, deu-se início a um processo de avaliação externa deste projeto. Iniciado em 1995 – três anos após a demarcação da Terra Indígena Yanomami –, o PEY vem se deparando ao longo destes anos com diferentes contextos, tanto no que diz respeito à sociedade Yanomami quanto ao cenário nacional para as políticas públicas de educação indígena. Assim, esta atividade teve como objetivos não só levantar aspectos positivos e negativos do projeto ao longo dos últimos anos, como também estabelecer subsídios para uma reflexão mais ampla sobre a assessoria dada aos Yanomami, embasando as novas propostas de atuação para os próximos anos.

Fontes de financiamento

A avaliação foi financiada pela Fundação Rainforest da Noruega (RFN), que desde 1998 apoia o Projeto de Educação Yanomami.

Parcerias

A proposta de uma avaliação externa partiu do PEY/ISA que juntamente com a RFN elaborou o termo de referência para a atividade. A Hutukara Associação Yanomami, que é parceira em todas as ações do ISA Pró-Yanomami, acompanhou toda a avaliação, realizando reuniões com os avaliadores e com a equipe do ISA e acompanhando-os nas viagens a campo.

Equipe

Os avaliadores contratados foram o antropólogo Bruce Albert, fundador da CCPY, que apoia o povo Yanomami há mais de 30 anos e a demógrafa Marta Azevedo, que possui larga experiência em educação indígena, tendo inclusive coordenado o Projeto de Educação Indígena do Alto Rio Negro.

Participaram também da avaliação, a equipe do ISA/RR e a equipe da Hutukara Associação Yanomami.¹

O que foi feito

Foi realizado no final de 2011 a primeira parte deste processo de avaliação. As atividades realizadas nesta primeira etapa foram:

- levantamento de documentos para leitura por parte dos avaliadores;
- reuniões entre avaliadores e a equipe do ISA/Boa Vista;

- reuniões dos avaliadores com a Hutukara;
- viagem a campo nas quatro atuais regiões de atuação do PEY;
- reuniões comunitárias durante a viagem;
- conversa durante a viagem com os membros da equipe do ISA;
- visita/reunião com professores que estavam participando do magistério Yarapiari na comunidade de Malacacheta;²
- conversa com representantes da Centro Estadual de Formação de Professores de Roraima (Ceforr), e com equipe de Missionários da Consolatta que atuam na Missão Catrimani com uma proposta diferenciada de educação;
- entrevista com Ineide Izidório, coordenadora da Divisão de Educação Indígena – Diei e com Maria Edna de Brito Messias, responsável pela educação escolar yanomami dentro desta divisão;
- dois dias de reunião final com equipe ISA;
- um dia de trabalho dos avaliadores para discussão geral e divisão das tarefas para elaboração do relatório;
- elaboração de relatórios por parte dos avaliadores.

A avaliação do PEY teve como etapa conclusiva um seminário realizado em março de 2012, que contou com a participação da equipe do ISA, Hutukara, Bruce Albert (Marta Azevedo não pode participar), representantes das comunidades e RFN, além de outros convidados. Em linhas gerais, este seminário, que contou com três dias de debates chegou as seguintes considerações finais: a) fortalecer a articulação política da HAY para dialogar com os órgãos públicos e com as outras organizações atuantes na TIY, cobrando a garantia dos direitos adquiridos e propondo ações inovadoras. Para isso, entre outras coisas, foi levantado que é importante uma formação continuada dos diretores e outros funcionários da HAY; b) valorizar os conhecimentos tradicionais e defender o território Yanomami, através do apoio às iniciativas dos Yanomami para a gestão de seu território; realização conjunta de pesquisas e documentações sobre o conhecimento yanomami; publicação de materiais, etc.

Indicadores

- Apresentação pelos avaliadores de relatórios que expressem os desafios para continuidade da assessoria aos Yanomami.
- Consolidação de uma nova proposta de assessoria aos Yanomami com a elaboração de novo projeto plurianual 2013-2017 a ser apresentado à RFN.

Avaliação

A primeira etapa da avaliação do PEY foi muito produtiva, propiciando debates aprofundados sobre a atual situação do projeto, tanto no que diz respeito às escolas yanomami assessoradas pelo ISA, quanto à relação com os órgãos públicos responsáveis pela educação escolar indígena.

O relatório apresentado pelos avaliadores de fato pode contemplar as distintas dimensões dos problemas abordados, além de conterem importantes recomendações; a parte de Bruce Albert expressou mais especificamente as perspectivas Yanomami para a escola, apresentando um quadro específico por região. Já a parte da Marta Azevedo deu um panorama mais geral sobre contexto das políticas públicas de educação indígena, ressaltando possíveis linhas de ação dentro deste contexto.

A partir destas conversas sobre a avaliação e da apresentação dos relatórios dos avaliadores, alguns problemas diagnosticados durante o dia a

¹ Esta foi a segunda avaliação externa do Projeto de Educação Yanomami. A primeira aconteceu em 2001.

² O Magistério Yarapiari é o curso de formação desenvolvido pela CCPY, que formou em 2009, 19 professores Yanomami. Esta etapa na Malacacheta foi a primeira realizada pelo Estado de Roraima para quem foi repassado o magistério.

dia dos trabalhos puderam ser melhor dimensionados, bem como ações inovadoras

Por fim, com o seminário de conclusão ocorrido no início de 2012, puderam ser elencadas diretrizes gerais para elaboração do novo.

Perspectiva

- Contratação de um novo técnico que terá seu foco exclusivo na assessoria à HAY.
- Dar continuidade às atividades de documentação e pesquisa que já vinham sendo desenvolvidas e iniciar novas atividades com este caráter.
- Consolidar uma nova proposta de trabalho a ser apresentada à RFN a partir das diretrizes propostas pela avaliação.

II - Formação de professores pesquisadores e realização do trabalho de documentação da língua e cultura yanomama na região do Papiu O que é

O objetivo principal desta atividade é registrar a língua yanomama usada em contextos diversos (por meio de filmagens, gravações de áudio, transcrição e tradução), buscando a formação dos Yanomami envolvidos no trabalho como pesquisadores de sua própria língua.

São, portanto, iniciativas experimentais onde se busca discutir a quebra na transmissão de conhecimento que vem se apresentando dos velhos para os jovens Yanomami, e tentar dar um novo ânimo para esses conhecimentos, atentando para os interesses dos jovens.

Fontes de financiamento

Fundação Rainforest da Noruega - RFN; Programa de documentação de Línguas ameaçadas, financiado pela Universidade de Londres

Parcerias

Projeto de Documentação do Yanomama do Papiu (PDYP); Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (Prodoclin), financiado pelo Museu do Índio

Equipe

É composta pela assessora do ISA/Projeto de Educação Yanomami Ana Maria Machado; o linguista Helder Perri Ferreira, coordenador do Projeto de Documentação do Yanomama do Papiu e integrante do Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (Prodoclin); os pesquisadores indígenas Alfredo Himotona Yanomama, Genivaldo Kreputa Yanomama, Marconi Kariuna Yanomama e outros Yanomami que participam de forma menos intensa, em especial, Arokona, Nelson, César e Hoaxina.

O que foi feito

- Capacitação dos pesquisadores Yanomama em captação de áudio e vídeo;
- Gravações e transcrição de canto das mulheres;
- Registros audiovisuais e sistematização dos mitos e histórias contadas pelo velho Juruna;
- Elaboração de listas de palavras organizadas por campos semânticos para dicionário multimídia;
- Registro, transcrição e sistematização de quase 100 cantos dos homens do Papiu, durante o reahu;
- Viagem ao Rio de Janeiro para participação de uma oficina de documentação que aconteceu no Museu do Índio;
- Produção de vídeo onde o pesquisador indígena Alfredo Yanomama conta suas impressões sobre o Rio de Janeiro e o universo dos *napêpê* (não-indígenas).
- Registros audiovisuais de rituais funerários, diálogos cerimoniais, caçadas, sons para chamar os pássaros, brincadeiras infantis, sessões de xamanismo, limpeza de anta caçada na floresta, atividades na roça, depoimentos dos Yanomami sobre o tempo da invasão garimpeira.

Indicadores

- Produção de registros audiovisuais, fotográficos, sonoros, escritos etc;
- Capacitação dos jovens Yanomami em técnicas apropriadas para o registro de conhecimentos;
- Articulação com outras instituições atuantes na TIY com propostas de valorização e fortalecimento do conhecimento yanomami.

Avaliação.

Por meio deste trabalho está sendo possível elaborar livros e DVDs, nos quais os Yanomami mostram ao mundo dos *napêpê* (não-indígenas) e outras comunidades, aspectos interessantes de sua vida e conhecimento. Além disso, o intercâmbio de músicas, vídeos, fotos e audiocartas entre as comunidades está sendo muito estimulante para os Yanomami, que passam a refletir mais sobre a própria cultura. A formação dos pesquisadores Yanomama vem, portanto, contribuindo para valorização e fortalecimento do conhecimento yanomami.

Perspectiva

- Publicação de livro com os mitos Yanomama;
- Produção de um DVD com as histórias transcritas, que poderá acompanhar o livro com os mitos;
- Produção de um CD da região do Papiu a partir dos quase 100 cantos registrados.

III - Publicação do Dicionário de verbos Português – Yanomama

O que é

O dicionário de verbos Português-Yanomama é fruto de um trabalho iniciado no Papiu com o objetivo de elaborar materiais de apoio aos Yanomami que necessitavam aprender ou aperfeiçoar o português. Foram escolhidos 666 verbos do português em seus diferentes sentidos, com respectivas traduções e exemplos de uso. Os verbos selecionados foram aqueles que aparecem mais frequentemente nos diversos contextos pelos quais transitam atualmente os Yano-

mami: saúde, educação, defesa da terra e seus direitos, além de alguns contextos tradicionais yanomami. O dicionário possui ainda uma lista de neologismos Yanomama, palavras surgidas com o contato e que, portanto, expressam explicações e interpretações indígenas para novos objetos e significados.

Fontes de financiamento

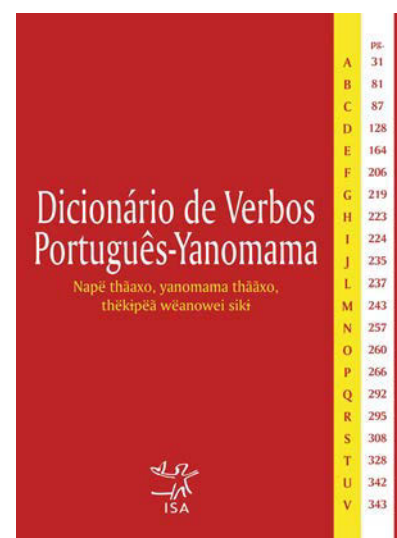
Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Parcerias

Hutukara Associação Yanomami (HAY).

Equipe

O linguista Helder Perri Ferreira, ex-assessor da CCPY, coordenou o trabalho com o apoio da assessora do ISA/Projeto de Educação Yanomami Ana Maria Machado e dos professores Alfredo Himotona Yanomama, Genivaldo Kreputa Yanomama, Marconi Kariuna Yanomama.



O que foi feito

Oficinas em área para levantamento de verbos e formulação de frases em Yanomama; tradução dos verbos e frases para o português; revisão do conteúdo coletado; organização, edição e publicação do dicionário.

Indicadores

- Publicação do dicionário de verbos;
- Utilização do dicionário pelos professores yanomami para o aprendizado do português.

Avaliação

A publicação deste dicionário faz parte do processo de formação de pesquisadores indígenas que vem sendo levado a cabo na região do Papiu. Neste sentido vem a ser uma materialização deste processo, uma coprodução de pesquisadores napê (não-índio) e yanomami, e que terá tanto um uso interno – para os indígenas curiosos em estudar sua própria língua ou o português – quanto externo, para os brancos que tem interesse nas línguas e culturas yanomami.

Perspectiva

A perspectiva de renovação e continuidade do projeto de Educação Yanomami, que já conta com mais de 15 anos de existência, terá como um dos alicerces, o fortalecimento dos processos de formação política dos Yanomami para pesquisa e documentação de seus conhecimentos. Neste sentido, esta publicação será mais uma importante referência, uma motivação para que os Yanomami sigam apropriando-se de instrumentos externos para cada vez mais serem eles próprios difusores e intérpretes de sua cultura.

► GESTÃO TERRITORIAL YANOMAMI

O que é

As atividades de Gestão Territorial na TI Yanomami buscam promover a reflexão sobre a ocupação territorial da Terra Indígena Yanomami (TIY) e entorno, desenvolvendo ações de manejo agroflorestal, piscicultura e apicultura; elaborando diagnósticos socioambientais; promovendo a fiscalização e vigilância territorial; e acompanhando as políticas públicas, especialmente sobre saúde e mineração.

Parcerias

Hutukara Associação Yanomami (HAY), Wataniba – Asociación para el Desarrollo Humano Multiétnico de la Amazonia (Venezuela), Funai – Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kuana.

Fontes de financiamento

RFN

Equipe

Moreno Saraiva Martins (ISA), Marcos Wesley de Oliveira (ISA), Davi Kopenawa (HAY), Mauricio Tomé Rocha (HAY).

O que foi feito

Na região do Ajarani, na TI Yanomami, foi realizada uma oficina de produção de canoas ministrada por dois Ye'kuana da região de Auaris para os Yanomami da comunidade da Serrinha. Foram produzidas duas canoas, que servirão para apoiar o manejo da castanha do Brasil, atividade já desenvolvida na região e também apoiada pelo ISA e Hutukara Associação Yanomami. Para o manejo da castanha foi dado apoio para a coleta, transporte e venda da produção. Partindo do pressuposto que a melhor forma de vigilância territorial é o uso do território e de seus recursos, essa atividade, além de dar apoio à sustentabilidade das comunidades da região, promove a fiscalização contra as invasões da TI Yanomami na região.

Moreno Saraiva Martins/ISA



Ye'kuana e Yanomami no acampamento utilizado para construção de canoas na comunidade Xikawa, localizada no limite leste da TI Yanomami, em Roraima

Na região de Auaris foram realizados dois processos de avaliação sobre as atividades desenvolvidas na região: avaliação da implantação de piscicultura, que concluiu pela descontinuidade das atividades; e avaliação da implantação de Sistemas agroflorestais (SAFs), que resultou na decisão de continuidade das atividades. Na região de Auaris, reflexões sobre as ações de Gestão Territorial nos induziram a aprofundar o conhecimento sobre a região. A maior demanda dos Sanumá é por atividades que garantam a segurança alimentar das comunidades. Iniciamos então uma pesquisa, em conjunto com professores indígenas, sobre a alimentação Sanumá.

Indicadores

Para a região do Ajarani temos como indicadores: a) construção de duas canoas para serem usadas na região; b) venda da produção de castanha do Brasil no mercado regional; c) publicação de uma Notícia Socioambiental no site do ISA sobre a oficina de construção de canoa na região do Ajarani. Para a região de Auaris o indicador de sucesso para o processo de implantação de SAFs é a produção de mais de 2000 mudas em seis viveiros de diferentes comunidades da região.

Avaliação

Na região do Ajarani temos focado o trabalho nos temas de proteção territorial, sustentabilidade econômica e fortalecimento cultural, sempre em parceria estreita com a Hutukara Associação Yanomami. O projeto de Gestão Territorial Yanomami tem voltado suas atividades cada vez mais para a região. Porém, no ano de 2011 o tempo de trabalho não foi o ideal. Os resultados das atividades desenvolvidas, no entanto, serviram para traçar um plano de trabalho mais amplo para a região.

Em Auaris, dois processos de avaliação das atividades desenvolvidas nos últimos quatro anos desenharam um novo tipo de atuação, mais focada na produção de conhecimentos em conjunto com os indígenas para gerar, a longo prazo, um consistente plano de gestão territorial para a região.

Perspectiva

- Foco maior nas atividades da região do Ajarani, iniciando atividades de proteção territorial e de fortalecimento cultural;
- Conclusão do processo de retirada dos fazendeiros da região do Ajarani;
- Aumento do garimpo na TI Yanomami, por causa do alto preço do ouro e do ano de eleições municipais;
- Aprofundamento dos conhecimentos sobre a região de Auaris.

► PROTEÇÃO E MONITORAMENTO DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

O que é

São ações voltadas para a defesa dos direitos à terra e ao uso dos recursos naturais existentes na TIY, em complementação às realizadas pela equipe de Gestão Territorial do ISA e da Hutukara. As ações contemplam o acompanhamento do desenrolar de políticas públicas e projetos legislativos voltados para estes temas, provocações e subsídios para Polícia Federal, Ministério Público e Funai e capacitação e fortalecimento institucional da Hutukara.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; RFN

Parcerias

Hutukara, Rede Rio Negro, FVA, Secoya, Ayrca, Apyb

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Ana Maria Machado, Marcos Wesley, Moreno Saraiva Martins, Ciro Campos

O que foi feito

Em continuação à agenda de atividades de proteção e monitoramento da TI Yanomami permaneceu neste ano a agenda de pressão para o fechamento dos garimpos ilegais que atuam em diversas regiões da TIY no Estado de Roraima. A sistematização de dados e informações coletadas pelos Yanomami e repassadas às autoridades federais pela Hutukara e pelo ISA, refletiram na produção de uma matéria de 15 minutos feita pela equipe do Fantástico e exibida pela Rede Globo de Televisão. Foi articulada também a realização de uma audiência na Câmara dos Deputados que debateu o tema, com a participação do presidente da Hutukara, de representantes da Funai, da Polícia Federal, do Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM) e do ISA.

A exposição maior de denúncia sobre a inoperância dos órgãos federais resultou na realização conjunta de operações da Polícia Federal, Funai e Exército de combate ao garimpo dentro da TIY. Permanece a necessidade de combater a ação dos empresários de garimpo que financiam a atividade. A equipe do ISA em parceria com a HAY cobram esta atuação dos órgãos federais que poderá debelar finalmente este flagelo que põe em risco a saúde, a integridade física, cultural e ambiental dos Yanomami e Ye'kuana, além de lesar bens da União.

É importante ressaltar que em 2011 aumentou o interesse pelos recursos naturais existentes na TIY. Além dos assuntos pendentes como o fim do garimpo de ouro e a retirada de fazendeiros que ocupam com agropecuária o limite leste da TI, na região do Ajarani, em Roraima, entraram na agenda do ISA e da HAY, pedidos de pesquisa sobre a botânica existente no alto das serras e a criação de conselhos de gestão em unidades de sobreposição localizadas no Estado do Amazonas. Fomos também informados da conclusão de um plano de manejo de um parque estadual, quase que totalmente incidente na TIY. Estas três unidades de conservação voltadas para a pesquisa, turismo e exploração de recursos florestais limitam em 85% o uso da Terra Indígena no Amazonas. No segundo semestre ISA e

HAY investiram nas parcerias existentes por meio da Rede Rio Negro para buscar viabilizar em conjunto com outras organizações, como a Secoya e a Fundação Vitória Amazônia (FVA), soluções pactuadas para estes novos problemas que se agudizam. Entre as ações realizadas podemos citar:

- Participação do ISA Pro Yanomami e HAY no III Seminário sobre Ordenamento Territorial promovido pela Rede Rio Negro, em Manaus, na discussão sobre a revogação da Floresta Nacional (Flona) Amazonas e redefinição de limites do Parque Estadual Serra do Aracá;
- Elaboração de parecer jurídico sobre a revogação da Flona Amazonas;
- Acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional do projeto de decreto legislativo que autoriza a exploração energética de recursos hídricos do Rio Mucajaí, com disseminação de parecer jurídico para parlamentares e seus assessores.

Indicadores

- Realização de operações da Funai, Polícia Federal e Exército de combate ao garimpo na TIY;
- Realização de audiência na Câmara dos Deputados para debater o garimpo na TIY;
- Matéria de 15 minutos sobre o garimpo na TIY, exibido pelo Fantástico, programa dominical exibido nacionalmente pela Rede Globo de Televisão.
- Aberta a discussão com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas sobre a redefinição do Parque Estadual Serra do Aracá e encaminhamento na Rede Rio Negro de pedido de revogação da Flona Amazonas.
- Disseminação no Senado de parecer contrário à aprovação do PDS 200/2007, que autoriza a exploração do potencial energético do Rio Mucajaí.
- Divulgação e repercussão na imprensa e em sites diversos das atividades e posições tomadas pelo ISA e seus parceiros nas ações de proteção da TI Yanomami e seus recursos naturais.

Saiba mais acessando http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-Amazonas-Manaus-Unidade-conservacao-indigena-AM-representa_0_544746018.html;

http://www.secoya.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130:secoya-a-favor-da-desafetacao-da-flona-amazonas&catid=4:noticias&Itemid=29;

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3446>;

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3445>;

Avaliação

O fim do garimpo está colocado na agenda indigenista. A resolução do problema passa por uma decisão da própria Secretaria Geral da Presidência da República, de articular as diversas instituições responsáveis pelo seu fechamento. A desintrusão de fazendeiros do Ajarani está prevista pela Funai para 2012. ISA e HAY continuarão a enviar esforços no sentido de expor a situação e constranger as autoridades a agir ao mesmo tempo em que apoia ações complementares de aumentar a presença física do estado em apoio aos Yanomami na região e de fiscalização do seu entorno. Em 2011 ficou evidente a necessidade de o ISA trabalhar uma agenda positiva que pense a gestão territorial e ambiental da TI Yanomami, compreendendo toda a sua extensão de mais de nove milhões de hectares, distribuídos nos estados de Amazonas e Roraima.

O desafio de como realizar este trabalho deve ser enfrentado em conjunto com a Hutukara Associação Yanomami, principal parceira indígena do Pró-Yanomami, mas deve incluir também outras organizações indígenas, como a Associação dos Povos Indígenas Ye'kuana, que apesar de representar um povo que vive em sua maioria na Venezuela, tem articulação

política significativa na arena de relacionamento dos povos indígenas com os órgãos governamentais e não governamentais. No Estado do Amazonas tem a Ayrca, que representa os Yanomami da região do Rio Cabuaris. Como também deve envolver outros parceiros como a Secoya e a Frente Etnoambiental da Funai, e outros atores governamentais que atuam na região como a Secretaria Especial de saúde indígena (Sesai) e as secretarias de Educação dos estados de Roraima e Amazonas.

Perspectiva

A elaboração de um plano de gestão territorial que compreenda toda a TI, por meio da articulação em rede de seus diversos atores que trabalham com as várias temáticas importantes para os Yanomami e Ye'kuana é uma das demandas da Hutukara para o ano de 2012, em que comemora os 20 anos de homologação da TIY. A forma de começar a construir este plano de gestão é realizar as atividades pactuadas em fevereiro de 2012 entre o ISA e a Hutukara, que objetivam a desintração da TIY, a defesa dos seus recursos naturais e a contínua governança Yanomami e Ye'kuana, por meio do fortalecimento de suas instituições e organizações representativas.

► APOIO À HUTUKARA

O que é

São ações voltadas para o fortalecimento institucional da HAY e apoio ao cumprimento de seu objetivo de defender os direitos dos Yanomami, representação interna e externa (para fora da TI Yanomami), e propor alternativas para a gestão autônoma e sustentável do seu território.

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega; RFN

Parcerias

Hutukara, Rede Rio Negro, FVA, Secoya, Ayrca, Apyb, Funai/Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana.

Equipe

Ana Paula Caldeira Souto Maior, Ana Maria Machado, Beto Ricardo, Carlos Barreto, Lidia Montanha, Marcos Wesley, Matthieu Lena, Marcolino da Silva, Moreno Saraiva Martins, Ciro Campos

O que foi feito

Além de assessorar a HAY para a proteção do território yanomami, descritos no tópico acima, o ISA/RR acompanha as atividades de rotina da associação, sejam elas de cunho político ou administrativo. Neste ano continuou a demanda de acompanhar de perto as políticas de saúde, especialmente quando os Yanomami se mobilizaram para impedir que fosse nomeado como chefe do Distrito Sanitário Yanomami (DSY) uma pessoa indicada pela ala política que domina a Funasa e que é acusada de desvio dos recursos destinados à saúde dos Yanomami. Houve assessoria à HAY na assembleia extraordinária realizada para a revisão do estatuto da organização e acompanhamento dos encontros regionais na TI Yanomami que visam fortalecer a representatividade interna da HAY. Na área de desenvolvimento econômico, o ISA apoiou a reforma do barco da HAY que auxilia a comercialização de produtos extrativistas na cidade de Barcelos/AM. O ISA também conseguiu recursos para traduzir para o português o livro "La chute du ciel" (A queda do céu) de Bruce Albert e Davi Kopenawa. O livro foi publicado em francês em setembro de 2010 pela editora Plon, Paris, e, no Brasil, será publicado pela Companhia das Letras.

Indicadores

- Nomeação da pessoa indicada pelos Yanomami para coordenar do DSY;
- Novo estatuto da HAY que foi registrado em cartório possibilita melhor funcionamento da organização;

- Os encontros regionais da HAY têm conseguido fortalecer a representatividade da associação perante os Yanomami, possibilitando acompanhar a realidade diversa das diferentes regiões da TI Yanomami, ao mesmo tempo que esclarece aos Yanomami quais os trabalhos realizados pela organização;
- O barco da HAY está em funcionamento apoiando a comercialização de produtos e extrativistas.
- O livro "La chute du ciel" (A queda do céu) está em processo de tradução.

Avaliação

Apesar dos esforços da equipe do ISA para assessorar a HAY, avalia-se que é necessário um acompanhamento maior diante de demandas crescentes, muito embora a associação conte com quadro insuficiente de pessoas e que carecem de mais qualificação.

Também avalia-se ser necessário assessoria maior aos trabalhos de comercialização de produtos extrativistas no intuito de garantir a sustentabilidade ecológica e social da atividade e melhor geração de renda por meio de valor agregado.

Perspectivas

- Em 2012 o ISA/RR irá contratar mais um assessor para atuar diretamente junto à HAY visando apoiar a formação de seus quadros e dar maior fluidez à comunicação entre HAY e ISA.
- Assessorar a comercialização de produtos extrativistas criando uma rede de especialistas de várias áreas que deverá produzir um diagnóstico sobre a situação e fazer recomendações.
- Lançar em 2012 o livro "A queda do Céu".

► DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE RORAIMA

O que é

É a primeira ação contínua e sistemática do ISA em Roraima para além da TI Yanomami. Iniciado em fevereiro de 2010, o projeto resultou na construção de um banco de dados, importante instrumento para a compreensão e análise da conjuntura e também para o planejamento e apoio de ações futuras no estado. O banco contém informações sobre demografia, economia, violência, saúde, educação, energia, meio ambiente, áreas protegidas, legislação estadual, sociedade civil, obras de infraestrutura, conflitos socioambientais, questão agrária e da pesca, entre outras informações relevantes para subsidiar futuras ações do ISA em Roraima.

Parcerias e Fontes de financiamento

Fundação Gordon & Betty Moore; Embaixada da Noruega; Fundação Rainforest da Noruega (RFN)

Equipe

Ciro Campos e Antonio de Souza

Colaboradores: Marcos Wesley de Oliveira, Ana Paula Souto Maior, Matthieu Jean Marie Lena, Beto Ricardo, Silas Nascimento, Rose Rurico Sacó, Renata Alves, Cícero Cardoso Augusto, Paulo Henrique Aguiar e Thomas Galois (Geoprocessamento/ISA), Alicia Rolla (Monitoramento/ISA), Claudio Tavares (Documentação/ISA).

O que foi feito

- Construção do banco de dados (em parte georreferenciado); realização do seminário "Diversidade Socioambiental de Roraima";
- Lançamento da publicação "Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região", que em breve estará disponível na internet;
- Ampliação do cadastro institucional e dos usuários cadastrados para receber as "Manchetes Socioambientais".

Indicadores

- Lançamento da publicação “Diversidade Socioambiental de Roraima”, com tiragem de 2.000 exemplares;
- Realização do Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima com cerca de 500 participantes nos dois dias do evento;
- Construção de um banco de dados com informações sobre demografia, economia, violência, saúde, educação, energia, fogo, desmatamento, hidrografia, áreas protegidas, infraestrutura, legislação estadual, sociedade civil, conflitos socioambientais, questão agrária e pesqueira, entre outras.

Avaliação

O banco de dados produzido durante o projeto contém a maior parte das informações listadas na fase de planejamento, mas durante a pesquisa ficou evidente a carência de informações sistematizadas nos órgãos públicos, sobretudo naqueles que tratam da questão fundiária e ambiental, além da quase inexistência de informações georreferenciadas em todos os setores e esferas de governo. O Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima foi o primeiro grande evento do ISA no estado e, junto com o lançamento da publicação homônima, representa um marco na ampliação do diálogo do ISA com a sociedade local. Realizado no auditório central da Universidade Federal de Roraima, o evento (e o lançamento da publicação) recebeu expressiva cobertura da imprensa local.

Perspectivas

- Atualização permanente, ampliação e disponibilização do banco de dados.

Melhores momentos

- Realização do seminário Diversidade Socioambiental de Roraima;
- Lançamento da publicação “Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região”.

▶ ENERGIAS ALTERNATIVAS: PROJETO CRUVIANA

O que é

Tem como objetivo a implantação de projetos de geração de energia elétrica de origem solar-eólica para as comunidades não interligadas à rede de transmissão na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. A implantação do projeto poderá ampliar a oferta de energia, reduzir as emissões de gases estufa pelas comunidades indígenas e também a dependência por agentes externos para o fornecimento de diesel. A potencialidade da região para a produção de energia eólica foi destacada no relatório técnico “Demandas e Potencialidades para o Aproveitamento de Energia Limpa de Origem Eólica nas Comunidades Indígenas de Roraima” (ISA, 2009), que apresenta uma análise preliminar do potencial eólico segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro.

Fontes de financiamento

Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) e Gisela Moreau.

Parcerias

CIR – Conselho Indígena de Roraima; Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA).

Equipe

Ciro Campos; Aldenir Cadete Wapichana (documentação, ISA/RR).

Colaboradores: Marcos Wesley de Oliveira, Fernando Mathias Baptista (advogado, ISA), Ana Paula Souto Maior, Matthieu Jean Marie Lena.

O que foi feito

- Apresentação e debate do projeto na 40ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, em março/2011, e outros eventos promovidos pelo CIR ao longo do ano;

Fotos: Arquivo ISA



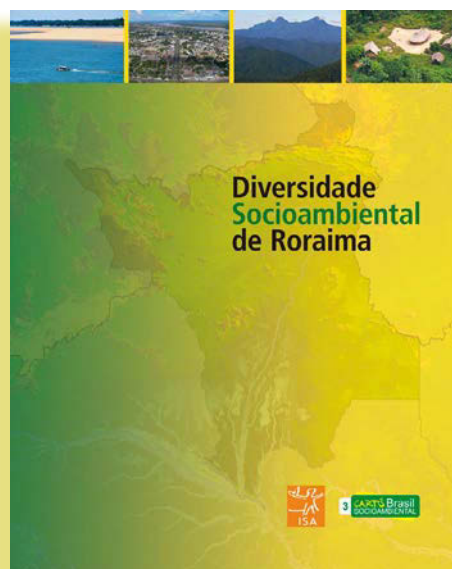
Plenária no auditório da Universidade Federal de Roraima, onde se realizou o Seminário Diversidade Socioambiental de Roraima



No seminário, da esquerda para a direita: Ciro Campos (ISA), Francisco Paredes (AARJ) e Davi Yanomami (HAY),



No seminário, da esquerda para a direita: Almir Sá (CNA), Rodrigo Junqueira (ISA) e Mário Lúcio Costa (Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas)





Aldeir Cadete Wapichana/CIR

Visita a projeto de energia solar eólica na Ilha de Lençóis, Maranhão. Da esquerda para direita: presidente da Associação de Moradores da Comunidade, o líder indígena Martinho de Souza (TI Raposa Serra do Sol) e o prof. Luís Antonio Ribeiro, da UFMA

- Busca de financiadores e parceiros técnicos para o desenvolvimento do projeto;
- Visita técnica à Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em maio/2011, com participação de técnicos do ISA, Zero/Noruega e Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas/Universidade Federal do Pará (Gedae/UFPA). Foram realizadas reuniões nas comunidades Maturuca, Pedra Branca e Willimon, e uma visita à cachoeira da Andorinha, onde o Programa Luz Para Todos pretende construir uma mini-hidrelétrica;
- Reuniões com a Companhia Energética de Roraima (Cerr) e o Programa Luz Para Todos (PLPT), em maio e dezembro/2011;
- Elaboração do Termo de Cooperação Técnica entre ISA, Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Núcleo de Energias Alternativas da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA);
- Visita de lideranças indígenas da Raposa-Serra do Sol ao projeto de geração de energia alternativa solar-eólica na Ilha de Lençóis, Maranhão, em novembro/2011. A visita foi acompanhada por técnicos do ISA e da Universidade Federal do Maranhão (NEA/UFMA);
- Apresentação e debate do projeto na Assembleia dos Tuxauas da Região das Serras, em dezembro/2011.
- Visita dos pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão à TI Raposa-Serra do Sol, para reconhecimento preliminar e participação na Assembleia dos Tuxauas da Região das Serras, em dezembro/2011.
- Realização do I Seminário de Energias Alternativas da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, na comunidade Pedra Branca, dias 8 e 9 de março/2012, com participação dos pesquisadores do NEA/UFMA.

Indicadores

Realização de três visitas técnicas e um seminário, elaboração do Termo de Cooperação Técnica ISA/CIR/NEA-UFMA, e participação em três assembleias indígenas;

Avaliação

O ano de 2011 foi importante para fortalecer o processo de consulta, que por deliberação das assembleias precisa ser constantemente avaliado e atualizado para atender às expectativas das lideranças. A visita de uma comitiva do CIR ao projeto de geração solar eólica na Ilha de Lençóis (MA) e a visita de pesquisadores do NEA/UFMA à TI Raposa-Serra do Sol con-

tribuíram para aumentar a compreensão quanto ao projeto e permitir a inclusão na agenda do CIR para 2012. A elaboração do Termo de Cooperação Técnica e a inclusão do NEA/UFMA como parceiro foram passos importantes para a pactuação das próximas atividades. O projeto recebeu deliberação favorável para a instalação de estações anemométricas em 2012 e para a realização de outras atividades necessárias à formulação de projetos técnicos para a implantação de projetos de geração solar-eólica.

Perspectivas

Para 2012 está previsto o início do estudo de campo para detalhamento do potencial eólico na TI Raposa-Serra do Sol, assim como a realização da pesquisa de demanda energética, do mapeamento das habitações e comunidades da Região das Serras, e da oficina de capacitação para a formação do grupo de acompanhamento do projeto, formado por estudantes e lideranças indígenas. Em continuidade, o processo de consulta sobre a implantação de sistemas híbridos de geração de energia solar-eólica, além da interlocução com potenciais parceiros/financiadores e com as agências governamentais do setor energético.

Melhores momentos

- Visita de lideranças indígenas da Raposa-Serra do Sol ao projeto de geração de energia alternativa solar-eólica na Ilha de Lençóis, Maranhão;
- Realização do I Seminário de Energias Alternativas da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, na comunidade Pedra Branca, dias 8 e 9/3/2012.
- Apresentação e debate sobre o Projeto Cruviana durante a 40ª e 41ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

ENCONTRO DE XAMÃS YANOMAMI

O que é

Uma iniciativa da Hutukara Associação Yanomami (HAY) que visa fortalecer a tradição xamânica e que propiciou o intercâmbio entre alguns dos maiores xamãs da Terra Indígena Yanomami.

A reflexão cosmológica dos *xapiri thëpë* (xamãs) sobre a crise ecológica mundial elaborada durante o encontro teve por objetivo sustentar a mobilização política dos Yanomami contra o desenvolvimento predatório dos brancos e sua ação para a proteção da Amazônia.

Para os Yanomami, *urihi*, a terra-floresta, não é um mero espaço inerte de exploração econômica (o que chamamos de "natureza"). Trata-se de uma entidade viva, inserida numa complexa dinâmica cosmológica de intercâmbios entre humanos e não-humanos. Como tal, se encontra hoje ameaçada pela predação cega dos brancos. Na visão do líder Davi Kopenawa Yanomami: *"A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra ficará friável, as árvores secarão e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos xapiripë, que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los para nos proteger. A terra-floresta se tornará seca e vazia. Os xamãs não poderão mais deter as fumaças-epidemias e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão."*

Fontes de financiamento

Cinamateca Brasileira (apoio ao evento); Embaixada da Noruega (apoio institucional à HAY e ISA)

Parcerias

Instituto do Século XXI (i21)

Equipe

Davi Kopenawa (presidente da HAY), Bruce Albert (IRD, pesquisador associado ISA), Laymert dos Santos (i21, sócio do ISA), Marcos Wesley de Oliveira, Ana Maria Machado.

O que foi feito

Entre os dias 22 e 24 de março, 40 *xapiri thëpë* (xamãs) yanomami se reuniram na aldeia de Watoriki (Demini) a convite do xamã e líder yanomami Davi Kopenawa. Oriundos de diferentes regiões da TIY, o grupo composto pelos principais especialistas na arte e conhecimentos xamânicos tiveram a oportunidade de intercambiar saberes em sessões xamânicas coletivas que visavam tanto a cura da *urihi* (terra-floresta), quanto das pessoas que estavam no local e que careciam de tratamento. O encontro também teve como objetivo valorizar o xamanismo yanomami perante as novas gerações. A percepção de que o interesse dos jovens pelo xamanismo tem diminuído nos últimos anos preocupa as gerações mais velhas que veem nesse tipo de evento uma possibilidade de agregar as novas gerações. Para atingir este objetivo também foi realizado o registro audiovisual do encontro com o intuito de se produzir vídeos e distribuí-los entre as aldeias. Três cinegrafistas yanomami fizeram as filmagens e posteriormente editaram o material em oficina realizada pela HAY e pelo ISA. O vídeo produzido foi visto e admirado por muitos Yanomami.

Durante o Encontro também houve o registro audiovisual por uma equipe contratada pelo i21. O material registrado será utilizado para a produção de um filme sobre o xamanismo yanomami que deverá ser lançado durante a Rio+20.

O Encontro também teve o objetivo de fortalecer o xamanismo diante das investidas de missões evangélicas proselitistas que frequentemente chegam nas aldeias condenando esta prática e discriminando os xamãs.

Avaliação

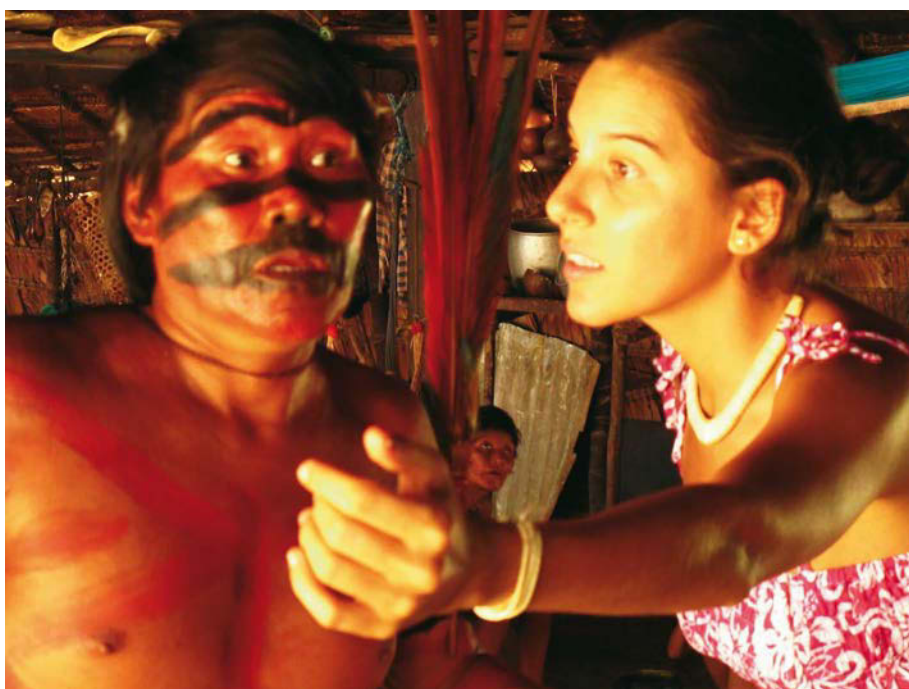
O Encontro de Xamãs Yanomami teve boa difusão interna entre as aldeias yanomami, por meio dos relatos dos xamãs quando voltaram para suas aldeias e também por meio do vídeo produzido pelo cinegrafista Morzaniel Iramari Yanomami. A Hutukara e os próprios xamãs avaliaram que a continuidade de eventos como este contribuirão para a valorização do xamanismo entre os Yanomami. Prova disso é que um segundo encontro de xamãs está previsto para acontecer na última semana de abril de 2012.

Perspectivas

- Realizar o II Encontro de Xamãs na última semana de abril de 2012.
- Produzir um filme sobre o xamanismo yanomami e lançar durante a Rio+20.
- Registrar o xamanismo yanomami como patrimônio imaterial da cultura brasileira no Iphan.



Encontro de xamãs yanomami. Abaixo, Ana Maria Machado e Uriel Sanõma.



fotos: Beto Ricardo/SA

VALE DO RIBEIRA

O que é

Programa regional que tem como unidade de atuação a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Trata-se da mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil, tendo sido reconhecida em 1992 pela Unesco como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. O Vale do Ribeira – que abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná, – no atual contexto das Mudanças Climáticas, ganha ainda mais importância por conservar com suas florestas uma rica biodiversidade e sociodiversidade e um importante manancial de água próximo da região mais populosa do país.

O objetivo do programa é auxiliar na construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, naturais e comunidades tradicionais. Para tanto, faz um monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualiza e disponibiliza as informações produzidas, capacitam atores locais e planeja ações e projetos visando à formação de uma agenda positiva voltada ao desenvolvimento sustentável da região.

O ISA, por meio do Programa Vale do Ribeira (PVR), participa de diversos Conselhos de Unidades de Conservação estaduais e federais e fóruns de articulação e discussão de políticas públicas: Mosaico Jacupiranga, Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica, Coordenação da Campanha contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape; Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica. Também coordena a Rede de ONGs da Mata Atlântica e está na coordenação da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR desenvolve projetos-piloto de diagnóstico, planejamento e desenvolvimento socioambiental, fortalecimento organizativo, fortalecimento da cultura tradicional e geração de renda em 18 comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

Equipe

Nilto Ignácio Tatto (coordenador do Programa); **Raquel Pasinato** (Bióloga, Coordenadora Adjunta do Programa); **Adriano Bomfim** (Contabilista, assessor administrativo); **Anna Maria Andrade Castro** (Antropóloga, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Camila Pontes Abuy Yaghi** (Pedagoga, auxiliar técnica administrativa); **Ivy Wiens** (Relações Públicas, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Juliana de Melo Leonel Ferreira** (Jornalista, técnica de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Luca Faneli** (Historiador, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental) – até abril de 2011; **Marcos Miguel Gamberini** (Engenheiro Agrônomo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Maria Fernanda do Prado** (Bióloga, assessora em Geoprocessamento); **Maurício de Carvalho Nogueira** (Biólogo, técnico de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Náutica Pupo Pereira de Moraes** (auxiliar de serviços gerais); **Reinaldo Gomes Ribeiro** (Técnico agropecuário, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Renato Flavio Nestleher** (Técnico agrícola, auxiliar de pesquisa e desenvolvimento socioambiental); **Silvani Cristina Alves** (auxiliar administrativa) até novembro de 2011; **Wellington de Oliveira Fernandes** (Estudante de geografia, estagiário de Geoprocessamento).

Colaboradores: Altair de Matos Pereira (Itesp); Ângela Biagioni (Eaacone); Clodoaldo Armando Gazzetta (Instituto Ambiental Vidágua, biólogo);

Cristina Adams (Pesquisadora da USP/Leste); Felipe Leal (fotógrafo, Núcleo Oikos); Francisca Alcivânia de Melo Silva (Pesquisadora Unesp/Registro); Iara Rossi (Itesp, Assessora de capacitação); Kjersti Thorkildsen (Pesquisadora Noragric); Lucia Munari (Mestranda do IB/USP); Maria Ignêz Mariconi (ITESP); Marcos Barros (Núcleo Oikos); Marcos Robert Viotti (Itesp); Maria Elisa Garavello (Pesquisadora Esalq/USP); Maria Walburga (Pesquisadora, USP/Educação); Michael M. Nolan; Monica Barroso (Núcleo Oikos); Nivaldo Maia (Banco de Alimentos de Campinas); Sydney Santana e Silva (Itesp, engenheiro agrônomo); Simoni Toji (Iphan); Rosely Alvim Sanches (Doutoranda Unicamp); Sueli Berlanga (Eaacone);

Parcerias e fontes de financiamento

► Parceiros locais

Associação Quilombo Abobral Margem Esquerda; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Bairro Galvão; Associação Quilombo Bairro Mandira; Associação Quilombo Bairro Morro Seco; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo do bairro Poça; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Maria Rosa; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pilões; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo Praia Grande; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Asstraf Associação da Agricultura Familiar de Cerro Azul (PR); Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Faquivar – Federação das Associações quilombolas do Vale do Ribeira.

► Parcerias institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais

Aecid - Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; Adec - Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Nossa Senhora da Guia: apoio na execução de atividades; AIN - Ajuda da Igreja da Noruega: apoio financeiro; AIN/OD - Operação Dia do Trabalho dos estudantes secundaristas da Noruega: apoio financeiro; CFDD-Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça; Diocese de Registro: parceria nas atividades do projeto da Campanha de Recuperação da Mata Ciliar e Campanha contra Tijuco Alto; Diretorias regionais de ensino de Miracatu, Registro e Apiaí: parceria na execução das atividades e Campanha Cílios do Ribeira; Fehidro/CBH-RB Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul: apoio financeiro; FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro; Funbio: apoio financeiro; Fundação Florestal (FF-SMA-SP): parceria na implementação de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Idesc - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira: parceria na execução de atividades regionais; Grendene; Instituto Ambiental Vidágua: parceria na implementação da Campanha Cílios do Ribeira; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Ital - Instituto de Tecnologia dos Alimentos: apoio técnico na implementação de atividades; Itesp - Fundação Instituto de Terras "José Gomes da Silva": parceria na implementação de atividades; Mariana Moreau: apoio financeiro; MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário: apoio financeiro; Ministério da Cultura; MMA/PDA Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro; Moab - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira; MTUR Ministério do Turismo: apoio financeiro; Núcleo Oikos:

parceria na execução de atividade e apoio financeiro; **Petrobrás**: apoio financeiro; **Prefeitura da Estância Turística de Eldorado(SP)**; **Prefeitura Municipal de Ilha Comprida (SP)**; **Prefeitura Municipal de Iporanga (SP)**; **Prefeitura Municipal de Itaóca (SP)**; **Rede Juçara**: parceria na execução de atividades do projeto em rede sobre palmeira juçara; **USP Leste**: apoio técnico; **Vitae Civilis**: apoio na execução de atividades.

O que foi feito

O ISA vem atuando no Vale do Ribeira desde 1996, quando elaborou o Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira. Desde então a abrangência de suas atividades vêm crescendo em abrangência e diversificando-se. Atualmente o Programa Vale do Ribeira está estruturado em três linhas de ação: Desenvolvimento Sustentável Local; Monitoramento Socioambiental Regional e Educação e Cultura

▶ Parcerias

O ISA vem trabalhando conjuntamente com algumas instituições regionais, com o objetivo de alcançar sinergia nos esforços, ganhar em eficiência na alocação de recursos físicos, humanos e financeiros e em eficácia na apresentação dos resultados das atividades.

Avalia-se que em 2011 o diálogo e as ações conjuntas com parceiros locais e regionais foi ampliado e melhorou em termos de resultados para a região. Houve uma expansão das atividades do programa para a região do Alto Paranapanema durante a implementação do projeto de capacitação comunitária sobre turismo, desenvolvido em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente de SP/Fundação Florestal.

As parcerias com órgãos públicos foram mantidas, como o termo de cooperação com o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e a construção do projeto de PSA (Pagamento de Serviços Ambientais) com a Prefeitura municipal de Eldorado.

Com as associações quilombolas o ISA continua apoiando seu fortalecimento organizativo de forma transversal e integrada nos projetos. A parceria busca contribuir na organização administrativa das associações e na execução de projetos de cultura, gestão territorial, educação e geração de trabalho e renda.

O Programa investiu esforços para incentivar o fortalecimento cultural das comunidades quilombolas como estratégia de reconhecimento, valorização e manutenção do modo de vida tradicional nos territórios quilombolas.

Indicadores

▶ Linha de Ação: Desenvolvimento Sustentável Local

- Econômicos: Aumento na renda das comunidades através do acesso às políticas públicas de comercialização como Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Sociais: aumento do número de famílias e jovens participando das atividades, principalmente relacionadas a turismo e cultura, com cerca de 60 jovens envolvidos;
- Ambientais: Áreas de Proteção Permanente de duas comunidades estão sendo recuperadas; áreas de interesse para roças estão sendo identificadas em duas comunidades;

▶ Linha de Ação: Educação e Cultura

- Identificação dos bens culturais de 16 comunidades quilombolas;
- Vídeo- relatório dos bens culturais identificados;
- Variedades de sementes levantadas e trocadas entre as famílias quilombolas;

- Sete grupos culturais fomentados e estruturados;
- Dez quilombolas cursando universidade em 2011.
- ▶ **Linha de Ação: Monitoramento Socioambiental Regional**
- Número de parceiros regionais (15);
- Diversidade de parceiros (número de parceiros/área de atuação);
- Uso do solo das APPs do Vale do Ribeira (SP)

Participação em Comitês e Conselhos Regionais:

Cedaf - Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar; Comitê Regional de Bacias CBH-RB; Consad - Câmara Técnica de Turismo; Conselho do Mosaico Jacupiranga; Conselho do Pólo de Biotecnologia da Mata Atlântica; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Eldorado/SP; Conselho Municipal de Turismo de Eldorado/SP; Gerco Vale do Ribeira - ZEE - Zoneamento Ecológico e Econômico; Pacto pela restauração da Mata Atlântica; Rede de ONGs da Mata Atlântica; Rede Traf - Rede de Turismo da Agricultura Familiar; Rede Turisol - Rede de Turismo Solidário; Reju - Rede Juçara.

Produtos

- 5º Boletim campanha Cílios do Ribeira
- Folder Apicultura
- DVD Inventário de Referências Culturais Quilombolas
- 21 notícias socioambientais produzidas

Campanhas

- ▶ Contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape
- ▶ Recuperação das Matas Ciliares do Rio Ribeira de Iguape - Cílios do Ribeira

• Avaliação

O Vale do Ribeira tem importância socioambiental reconhecida há algum tempo, quando a Unesco lhe concedeu o título de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica por tratar-se da principal área remanescente desta floresta no planeta.

O ISA, por meio do PVR, se estabeleceu no vale enquanto uma organização importante e articuladora regional da sociedade civil. Além de atuar, hoje, apoiando com atividades diretas 18 associações quilombolas e outras da região, de forma indireta.

Em 2011, infelizmente a conjuntura política continuou sendo desfavorável ao avanço do marco legal relacionado aos direitos territoriais quilombolas O PVR contribuiu articulado com organizações locais para estabelecer um diálogo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), buscando estabelecer uma agenda de diálogo para 2012 e assim incorporar na agenda do Incra-SP às demandas quilombolas por territórios e políticas públicas de assistência técnica.

Houve também boas discussões sobre o planejamento e gestão socioambiental dos territórios quilombolas. Em duas comunidades quilombolas as discussões sobre usos e alternativas sustentáveis com valorização do modo de vida local avançaram trazendo para a pauta quilombola temas nacionais como o da Adequação Ambiental no meio rural e acompanhamento das discussões sobre o Código Florestal brasileiro.

Com as políticas públicas de PAA (Programa de aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), houve oportunidades para os quilombolas desenvolverem sua agricultura para geração de renda e aumento da segurança alimentar. O PVR forneceu apoio técnico para

o fortalecimento organizativo das associações de Ivaporunduva, Porto Velho e São Pedro ajudando-as a acessarem tais programas e também impulsionando a manutenção das roças através do resgate e valorização das variedades tradicionais com a realização da feira de troca de sementes. Em relação aos desafios climáticos, na avaliação geral do programa, as ações estão contribuindo no sentido de mitigar alguns impactos, por meio das atividades da Campanha Cílios do Ribeira com ações de recuperação de áreas degradadas e nascentes, bem como o apoio a iniciativas de gestão territorial e de recursos naturais de territórios quilombolas. Estas ações e o acompanhamento dos processos de elaboração dos planos de manejo das UCs ajudam a manter a biodiversidade da Mata Atlântica, além de contribuir na regulação do fluxo de chuvas e conservação do solo.

A realização do plano diretor de matas ciliares da Bacia do Rio Ribeira e o plano municipal da Mata Atlântica no município de Eldorado, em execução pelo ISA, são instrumentos de gestão e tomada de decisão que devem auxiliar a determinação de políticas públicas adequadas às condições ambientais e sociais da região.

Em 2011 o Vale do Ribeira sofreu uma enchente que acabou com a produção de banana e com os demais plantios na beira do rio, situação que agravou a dependência social e econômica da população do vale pelas políticas de renda do governo federal e que serviu para reafirmar a necessidade de a região se preparar com programas de intervenção no sentido de prevenir e mitigar os problemas climáticos.

O conjunto de intervenções do programa em suas três linhas de ação, poderá contribuir para reduzir os impactos regionais das mudanças do clima, contribuindo com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas em nível regional e local, especialmente se integradas às outras ações que estão em curso, realizadas por diferentes atores, potencializando seus resultados.

Com as ações do PVR a região tem diante de si alternativas de desenvolvimento compatíveis com as características socioambientais e econômicas locais como:

- Restauração florestal das áreas desmatadas com a diminuição da pressão sobre a floresta;
- Implementação de atividades produtivas compatíveis com os processos de recomposição de Áreas de Proteção Permanente – APPs;
- Proposição de modelos produtivos compatíveis com os sistemas ecológicos regionais;
- Proposição de planejamento socioambiental e econômico dos territórios quilombolas visando o desenvolvimento sustentável desta população;
- Implementação de projetos pilotos de Pagamento por Serviços Ambientais e elaboração de propostas de políticas de PSA.

Perspectivas

O Programa Vale do Ribeira continuará em 2012 com a implantação, consolidação e acompanhamento das atividades descritas neste relatório. Para isto conta com projetos já aprovados, projetos novos encaminhados e outras fontes de apoio que poderão ser acessadas.

Em 2012 serão monitoradas as áreas em recuperação de matas ciliares, resultado da mobilização da Campanha Cílios do Ribeira.

O PVR irá ampliar sua participação no campo das políticas públicas regionais, atuando em fóruns locais, na elaboração de planos de manejo do Mosaico do Jacupiranga; em fóruns estaduais, na construção do Plano Diretor para Recomposição de Matas Ciliares na Bacia Hidrográfica do Ribeira, no acompanhamento da aprovação da Resolução 16 da SMA/SP sobre o manejo do palmito juçara que reformula a regulamentação do manejo dos

frutos da palmeira juçara (polpa e sementes), na discussão da aplicação da resolução SMA 027/2010 sobre o licenciamento de roças tradicionais e na realização da feira de troca de sementes tradicionais quilombolas.

Pretende dialogar com as comunidades para propor projeto de comercialização da polpa de juçara de quintais quilombolas e outras comunidades tradicionais do VR para o Programa de Merenda Escolar. Isto tem um efeito direto no desenvolvimento da cadeia produtiva da juçara, visando incentivar o uso múltiplo da espécie para a sustentabilidade da palmeira na Mata Atlântica.

O PVR vai entregar às comunidades de São Pedro e Morro Seco o documento de planejamento territorial elaborado em conjunto com as comunidades ao longo de 2010 e 2011.

Em 2012 o PVR vai ampliar as ações de fomento cultural das manifestações quilombolas visando fortalecimento da cultura imaterial e material destas comunidades. Fará uma publicação sobre as referências culturais quilombolas.

Também em 2012 será finalizado um projeto de Pagamento de Serviços Ambientais em parceria com a Prefeitura de Eldorado no âmbito do Projeto Mina d'água da Secretaria do Meio Ambiente e a finalização do plano municipal da Mata Atlântica para o município de Eldorado/SP.

Em 2012 serão realizados seminários e atividades específicas para formulação de propostas de políticas públicas sobre PSA – Pagamento de Serviços Ambientais para a região do Vale do Ribeira; turismo sustentável de base comunitária, fomento cultural quilombola, sementes tradicionais, entre outros.

O programa vai continuar os estudos para aprofundar o entendimento das vulnerabilidades do Vale do Ribeira às Mudanças Climáticas. A região de atuação do Programa é uma reserva importante de Mata Atlântica para o Estado de São Paulo, o qual já está desenvolvendo uma política estadual de reduções de emissões.

A região localiza-se entre duas grandes cidades Brasileiras, São Paulo e Curitiba, as quais usufruem dos serviços prestados por esta floresta, como água, por exemplo, e muitos outros recursos naturais, ainda que extraídos ilegalmente, como o palmito juçara.

Melhores momentos

- II Expedição da Campanha Cílios do Ribeira
- IV Feira de Trocas de Sementes das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira;
- Oficinas de gestão e formatação de produtos para consolidação do circuito quilombola de turismo de base Comunitária;
- Encontro de turismo de base comunitária e paisagem cultural no evento anual da Eaacone;
- Registro audiovisual e fotográfico do Inventário de referências culturais quilombolas
- Oficinas do Ponto de Cultura;
- Seminário de finalização do Inventário de Referências Culturais Quilombolas;
- Seminário "Roças: Segurança Alimentar e Cultura Quilombola
- Inauguração da Casa do Mel no quilombo de Porto Velho;
- Mapeamento territorial de uso atual e futuro no planejamento territorial dos quilombos de São Pedro e Morro Seco;
- Realização de dez cursos de capacitações comunitárias sobre produtos e serviços para o turismo;
- Oficinas regionais do plano diretor de matas ciliares do Vale do Ribeira.

Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira

O que é

Monitoramento socioambiental participativo e interativo, atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitação dos atores locais e apoio ao desenvolvimento de ações e projetos visando à formação de agenda positiva para o desenvolvimento sustentável na região e a elaboração de políticas públicas relativas à gestão dos recursos naturais e dos direitos de comunidades tradicionais aí residentes.

Equipe

Nilto Ignácio Tatto (Coordenação geral); Ivy Wiens; Silvani Cristina Alves (até novembro de 2011); Anna Maria Andrade; Juliana Leonel Ferreira; Maria Fernanda do Prado

Parcerias e fontes de financiamento

Fehidro/CBH-Ribeira; Coaliar- Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira; Idesc; Associação Prosa na Serra; Diretorias Regionais de Ensino dos municípios de Miracatu, Registro e Apiaí; Eacone (Equipe de Articulação e Assessoria das comunidades negras e quilombolas do Vale do Ribeira); Instituto Ambiental Vidágua; Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens); Prefeitura da Estância Turística de Eldorado - SP; Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

O que foi feito

- Participação nas assembleias e reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão, do Grupo Técnico da Cobrança pelo uso da água e Grupo Técnico do Sistema Produtor São Lourenço (Comitê de Bacia Hidrográfica Ribeira);

- Participação na gestão junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos para aprovação da cobrança pelo uso da água;
- Participação na elaboração do relatório de situação da Bacia Hidrográfica;
- Realização da 8ª Semana da Água do Vale do Ribeira;
- Realização da 2ª Semana Integrada do Meio Ambiente;
- Apresentação do projeto "Ribeira Sustentável II", para continuação da Campanha Cílios do Ribeira;
- Iniciada discussão sobre cobrança pelo uso da água na zona rural;
- Apoio na articulação da Campanha contra a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, com a sociedade civil organizada do Vale do Ribeira, em especial o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab);
- Acompanhamento do processo de criação da nova lei do Mosaico Juréia Itatins;
- Acompanhamento e assessoria à comunidade quilombola de Bombas para discussão do território e acordos de trabalho com a Fundação Florestal para seguimento no processo de reconhecimento do território quilombola;
- Acompanhamento e assessoria às comunidades quilombolas ameaçadas por pedidos de mineração em terras de quilombo;
- Reuniões conjuntas entre os comitês de Bacia do Rio Ribeira (SP) e (PR).

Indicadores

- Minuta da Cobrança pelo uso da água aprovada junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com garantia de autonomia do CBH-RB;
- Oito municípios envolvidos nas atividades da Semana da Água e Semana do Meio Ambiente;



Ivy Wiens/ISA

Apresentação da peça "O segredo do rio" durante a Semana da Água em Cananéia



Reunião na comunidade quilombola de Bombas

- Acordo para levantamentos de campo estabelecidos entre a comunidade quilombola de Bombas e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo/Fundação Florestal.
- Minuta de termo de cooperação aprovado entre os comitês de bacias do Rio Ribeira (SP) e (PR)

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Articulação entre os membros do Comitê para conseguir aprovação da cobrança pelo uso da água, intervindo junto ao Conselho Estadual de Recursos ;
- Discussão sobre a transposição das águas do Sistema Produtor São Lourenço;
- O Comitê é um ponto aglutinador para discussão de diversas políticas públicas estratégicas para o PVR, como PSA, mudanças climáticas etc.;
- Avanços no diálogo de comunidades tradicionais sobre os limites territoriais e a sobreposição com UCs;

▶ Pontos de Atenção

- Comitê de Bacias ainda têm discussões e decisões centralizadas, o desafio é ampliar a participação de representantes de municípios mais distantes de Registro;
- Discutir e democratizar o sistema Fehidro;
- Elaborar estratégia para resolver o déficit de saneamento urbano e rural na região;

- Necessidade de envolver os municípios paranaenses do Vale que não estão inseridos no Coalizar;
- Ameaça das mineradoras para as comunidades tradicionais do Vale.

Perspectivas

Ter a cobrança pelo uso da água publicada pelo governador; continuar as discussões da cobrança para a zona rural; fortalecer discussões sobre mudanças climáticas e serviços ambientais na Bacia; revisão do Plano de Bacia; coordenar as discussões sobre o processo de chancela da paisagem cultural do Rio Ribeira; consolidar a articulação dos dois comitês de bacia (SP) e (PR) e reconhecimento do quilombo do Bombas.

Em 2012 continua a luta contra as barragens e aumenta o desafio ao PVR: ser um dos protagonistas da luta contra as barragens e, ao mesmo tempo, dialogar com atores regionais e locais favoráveis à barragem, mas simpáticos à campanha de recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira. Situação que é agravada pela discussão nacional sobre o Código Florestal Brasileiro que não se resolveu em 2011.

Melhores momentos

- 8ª Semana da Água, a aprovação da cobrança pelo uso da água;
- Reuniões de fechamento de acordos com a comunidade de Bombas, Itesp e Fundação Florestal sobre acordo para pesquisas do Plano de manejo do Petar (parque Estadual do Alto Ribeira) no território quilombola;
- Protocolo de intenções assinados entre os comitês de bacias do rio Ribeira



Campanha Cílios do Ribeira

Ribeira Sustentável: Articulação e Mobilização Social para a Conservação e Recuperação das Matas Ciliares do Vale do Ribeira

O que é

O projeto parte de parceria entre o Instituto Socioambiental, o Instituto Ambiental Vidágua e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (Eaacone) para o desenvolvimento de ações estratégicas e permanentes para a recuperação e conservação ambiental das Áreas de Proteção Permanente (APPs) da bacia hidrográfica, em especial as matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, para preservar os recursos hídricos da bacia, essenciais para a qualidade de vida de toda a população do Vale do Ribeira.

O objetivo principal é garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, essenciais para a qualidade de vida da população que habita o Vale do Ribeira, região que concentra a maior área contínua de Mata Atlântica do País.

Equipe e colaboradores da Campanha

Nilto Tatto (coordenador - ISA); Ivy Wiens (responsável técnica - ISA); Clodoaldo Gazzetta (Coordenação - Vidágua); Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA) *Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do ISA*: Cícero Augusto, Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes *Imprensa e website*: Maria Inês Zanchetta/ISA, Alex Piaç/ISA, Katarini Miguel – coordenadora de Comunicação (Vidágua)

Colaboradores: Adriana Araújo dos Santos, Informática/ISA; Antenor Bispo de Moraes, Informática/ISA; Claudio Aparecido Tavares, Documentação/ISA; Fernanda Ribeiro De Franco, coordenadora de Educação Ambiental (Vidágua); João Vicente Cófani Nunes, conselheiro (Vidágua); Jonas Costa Rangel, coordenador de Fomento Florestal (Vidágua); Lázara Maria Gomes Gazzetta, bióloga do Programa Mata Atlântica (Vidágua); Náutica Pupo Pereira de Moraes/ISA; Ocimar Bim, conselheiro (Vidágua), Raquel Pasinato/ISA; Rosimeire Rurico Sacó, Geoprocessamento/ISA; Silvani Cristina Alves/ISA; Vera Feitosa/ISA; Maurício de Carvalho/ISA; Ana Cristina Bertalot (Caaetê Florestal).

Parcerias

- ▶ Conselho Gestor da Campanha Cílios do Ribeira
Instituição/Segmento: Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira; Caiçara (segmento); Slintravale - Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul; Asstraf - Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Cerro Azul; Indígena (segmento)
- ▶ Representantes dos Médios e Grandes Produtores (agricultura, banana, chá, pecuária, mineração, reflorestamento e sindicatos rurais): Abavar - Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira; Amavales - Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista

- ▶ Representantes das Áreas urbanas (Prefeituras):
Instituição/Segmento: Prefeitura de Registro; Prefeitura de Ilha Comprida; Prefeitura paranaense
- ▶ Representantes dos Governos Estaduais e Federais:
Instituição/Segmento: Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape/Litoral Sul; Instituto Ambiental do Paraná; Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SP; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/PR; Secretaria da Agricultura e Abastecimento/PR; Cati - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- ▶ Representantes das Diretorias de Ensino:
Instituição/ Segmento: Diretoria de Miracatu; Diretoria de Registro
- ▶ Representante das Entidades, Associações, Cooperativas, ONGs:
Instituição/ Segmento: Instituto Socioambiental (Coordenação); Instituto Ambiental Vidágua; Idesc - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira; Unesp - Universidade Estadual Paulista

Fontes de financiamento

Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (Fehidro); Comitê Bacias Hidrográficas - Rio Ribeira de Iguape; Secretaria Estadual Meio Ambiente, Grendene

O que foi feito

- Contratos assinados com diagnósticos e projetos técnicos elaborados para novos 12,91 hectares;
- 24 mil mudas plantadas ; 15 mil mudas distribuídas aos proprietários e em espera;
- Três Apresentações de teatro – peça “O segredo do rio”;
- Reuniões técnicas;
- um Boletim publicado;
- II Expedição de Educação Ambiental e Levantamento de Campo do Rio Ribeira de Iguape;
- Vídeo sobre II Expedição de Educação Ambiental e Levantamento de Campo do Rio Ribeira de Iguape;
- Encontro Regional;
- Três reuniões do Conselho Gestor;

Indicadores

- Número de projetos de recuperação elaborados;
- Número de mudas plantadas;
- Número de matérias veiculadas na mídia televisiva em âmbito regional e nacional;

- Número de notícias publicadas no site;

Avaliação

- ▶ **Pontos fortes**
- Aprimoramento da metodologia para diagnóstico de áreas e elaboração de projetos;
- Início de atividades com aldeias indígenas;
- Reconhecimento da Campanha pelos parceiros, em especial Diretorias de Ensino e Comitê de Bacias;
- ▶ **Pontos de atenção**
- Monitoramento das áreas de plantio;
- Cumprimento dos compromissos financeiros assumidos com os proprietários, que seriam de responsabilidade dos parceiros;
- Desafio de envolver a parte paranaense da bacia na campanha.

Perspectivas

Implementar todos os projetos já elaborados; lançar nova página eletrônica, mais interativa, dinâmica e com conteúdo ampliado; monitorar áreas de plantio, com recursos do projeto “Ribeira Sustentável II” (Fehidro 2011);

Melhores momentos

- II Expedição de Educação Ambiental e Levantamento de Campo do Rio Ribeira de Iguape;
- Oficina bilingue (português/guarani) sobre matas ciliares e uso de produtos florestais;
- Projeto aprovado em assembleia do CBH-RB para continuação da Campanha Cílios do Ribeira.

© Reinaldo Gomes Ribeiro



Oficina em português e guarani, na Aldeia Uru-ity em Miracatu, definiu espécies para restauração florestal

© Renata Mondini Takahashi



Expedição apoiou manifestação dos moradores dos quilombos de Pilões e Maria Rosa, que estão sem balsa para travessia desde agosto

Floresta e Água – Experiências em Pagamento por Serviços Ambientais no Vale do Ribeira

O que é:

O objetivo desta ação é promover a conservação da biodiversidade, da água e da sociodiversidade no Vale do Ribeira criando instrumentos para o desenvolvimento regional sustentável e apoiando a implantação do Projeto Mina D'Água, em Eldorado.

Equipe:

Nilto Tatto (coordenador geral); Marcos Gamberini (responsável técnico); Ivy Wiens; Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes; Renato Flávio Nestlehner e Reinaldo Gomes Ribeiro (técnicos do projeto)
Colaborador: Marcos Barros (Núcleo Oikos).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Funbio/GIZ/ KfW: apoio financeiro; Prefeitura Municipal de Eldorado: parceria na implementação; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: apoio técnico.

O que foi feito

- Encontro regional sobre pagamento por serviços ambientais (março), em Eldorado;
- Três reuniões com gestores dos municípios da Bacia do Rio Pilões (Apiá, Eldorado e Iporanga);
- Discussões com Prefeitura de Eldorado e Secretaria Estadual de Meio Ambiente/CBRN para a construção das diretrizes do Projeto Mina D'Água;
- Início do diagnóstico atual de uso do solo das bacias a serem trabalhadas (geoprocessamento).

Indicadores

- Número de participantes no encontro regional;
- Discussão de projeto com a Prefeitura de Apiá com base no Floresta e Água;
- Baixa execução do projeto.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Abertura do município de Eldorado para a experiência; Interesse de outras prefeituras pelo tema;
 - Potencial do tema para dialogar com outras estratégias do programa.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Baixo interesse dos agricultores de Eldorado em aderir ao projeto;
 - Necessidade de maior reflexão sobre a viabilidade das ações do projeto, no aspecto do carbono para o Vale do Ribeira;
 - Tempo de execução com risco de ultrapassar o estipulado pelo financiador.

Perspectivas

Fortalecer o tema dentro da equipe; participar da Comunidade de Aprendizagem sobre PSA, fomentada pelo Funbio/GIZ e coordenada pelo Vitae Civilis, com apoio do ISA.

Melhor momento

- 1º Encontro Regional sobre Serviços Ambientais do Vale do Ribeira.



Reinaldo Gomes Ribeiro

Encontro Regional discutiu os conceitos de PSA e oportunidades para o Vale do Ribeira

Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando à Conservação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul

O que é

Trata-se de um projeto institucional do CBH-RB para mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas da bacia e elaboração de Plano de Ação para recuperá-las.

Equipe

Ivy Wiens (responsável técnica); Nilto Tatto (coordenação geral); Maria Fernanda do Prado, Reinaldo Gomes Ribeiro; Wellington Fernandes.

Colaboradores: Lúcia Munari (USP); Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); Fundação Florestal.

Parcerias e fontes de financiamento

Fehidro: apoio financeiro; CBH – RB: apoio na execução das atividades.

O que foi feito

- 25 reuniões em municípios do Vale do Ribeira, incluindo o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Iguape e Conselho de Desenvolvimento Rural de Itaóca;
- Cinco oficinas regionais;
- Cinco apresentações em eventos regionais (Codivar, assembleia CBH-RB, Plano de Desenvolvimento Territorial, encontro regional da Campanha Cílios do Ribeira);
- Publicação de matérias sobre o projeto em páginas eletrônicas e na mídia regional;
- Mapeamento do uso e ocupação do solo de todas as APPs hídricas da bacia, em escala 1:50.000.

Indicadores

- 70 mapas produzidos
- Qualidade da participação nas reuniões;
- Quantidade e qualidade das Informações físicas, sociais e políticas levantadas.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Receptividade dos municípios em relação ao estudo;
 - Visita em todos os municípios do Vale do Ribeira - SP, possibilitando que os técnicos “reconhecessem” a região e sua diversidade;
 - Ineditismo da ação (será a primeira bacia hidrográfica com 100% de seu território mapeado)
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Baixa participação dos municípios na elaboração do Plano de Ação;
 - Desafio de análise devido à complexidade e quantidade de informações para que se torne um instrumento de tomada de decisão para a Bacia.

Perspectivas

Ter o documento final elaborado e aprovado pelo Comitê da Bacia; fazer com que o documento dê diretrizes para novos projetos e ações, em toda a Bacia.

Melhores momentos

As reuniões demonstraram a diversidade do Vale do Ribeira. As oficinas possibilitaram um olhar regional.



Oficina Regional no Médio Ribeira define prioridades para restauração de matas ciliares

Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: Planejamento Socioambiental do Município de Eldorado

O que é

As ações do projeto tem o objetivo de promover a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira por meio da capacitação de gestores e líderes comunitários e da elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação do Município de Eldorado (SP).

A iniciativa faz parte de uma articulação nacional entre três experiências-piloto de Planos Municipais de Conservação da Mata Atlântica em nível municipal.

Equipe

Ivy Wiens (responsável técnica); Nilto Tatto (coordenação geral), Maria Fernanda do Prado; Wellington Fernandes; André Luiz Moraes (Eaacone).
Colaboradores: Prefeitura Municipal de Eldorado - Departamento de Meio Ambiente; Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Parcerias e fontes de financiamento

PDA/GIZ/KfW: apoio financeiro; Eaacone: apoio na execução das atividades; RMA — suporte em rede: diálogo entre os projetos pilotos.

O que foi feito

- Três reuniões do Comdema (Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Eldorado);
- Diagnóstico do uso do solo do município de Eldorado;
- Participação em reuniões entre os projetos aprovados por outras organizações (Gamba e Mira-serra);
- Apresentação sobre os Planos Municipais da Mata Atlântica em Sorocaba (encontro da Anamma), Brasília e Ilhéus;
- Inserção de link na página da Campanha Cílios do Ribeira para orientação sobre elaboração de Planos;
- Participação na construção coletiva dos materiais de orientação e apoio para elaboração dos planos.

Indicadores

- Grau de participação dos envolvidos nas reuniões;
- Qualidade das informações levantadas;
- Número de notícias publicadas na internet e jornal impresso.

Avaliação

▶ Pontos Fortes

- Qualidade das informações produzidas em relação ao município;
- Articulação com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) para que o Plano seja incorporado como diretriz do Município Verde e Azul;
- Contribuir na construção de diretrizes, tendo em vista que é uma iniciativa recente;

▶ Pontos de Atenção

- Desafio de articular os municípios para pressionarem o governo federal a regulamentar o Fundo da Mata Atlântica;
- Desafio de transformar o Plano em uma oportunidade de desenvolvimento regional, em especial para as comunidades quilombolas do município;
- Desafio de elaborar uma proposta de implementação que seja incorporada e executada pelos atores locais.

Perspectivas

Publicar o Plano Municipal da Mata Atlântica de Eldorado para que seja referência no Vale do Ribeira para elaboração de outros planos.

Melhores momentos

Apresentações sobre os Planos, contextualizando o Vale do Ribeira e a Mata Atlântica.



Diagnóstico de Eldorado foi discutido com a sociedade

Projeto Rede Juçara: o Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica

O que é

O projeto tem o objetivo de promover ações em rede para geração de conhecimentos e experiências que subsidiem a construção de programas e políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da polpa de juçara, aliado à formação da identidade socioambiental do produto e ao fortalecimento do protagonismo de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Mata Atlântica.

O projeto está condicionado a atuação de 13 instituições-parceiras, governamentais e não governamentais e de pesquisa, que desenvolvem ações efetivas com o uso sustentável da palmeira juçara e produção de polpa, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Equipe

Luca Fanelli (até abril 2011); Marcos Gamberini (responsável a partir de maio de 2011); Reinaldo Gomes Ribeiro

Colaboradores: Maria Fernanda Prado (ISA); Wellington Fernandes (ISA); Luciano Corbelini (Ipema), Leticia Troian (Anama); Gilberto Otta (Água), Wagner Porfilho (FF); Renato Lorza (FF); Ivy Wiens (ISA); Raquel Pasinato (ISA).

Parcerias e fontes de financiamento

PDA Mata Atlântica: apoio financeiro; Ipema - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica: coordenação técnica do projeto; Agua - Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável Guapiruvu: parceiro na execução de atividades; Akarui - Associação para Cultura Meio Ambiente e Cidadania: parceiro na execução de atividades; Anama - Ação Nascente Maquine: parceiro na execução de atividades; Cemeiar - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais: parceiro na execução de atividades; Centro Ecológico - CE: parceiro na execução de atividades; Acevam - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba: parceiro na execução de atividades; Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/ Universidade de São Paulo - ESALQ/USP: parceiro na execução de atividades e apoio técnico; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal): apoio técnico; Prefeitura Municipal de Ubatuba (Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca): parceiro na execução de atividades; Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Florestas - Plano de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (Pensaf): apoio técnico; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Rio Grande do Sul: parceiro na execução de atividades.

O que foi feito

- Participação em reunião do Polo Vale do Ribeira;
- Participação em reunião geral da Rede;
- Finalização do banco de dados e mapa da Rede Juçara;
- Contribuição no material de divulgação da Rede;
- Contribuição na elaboração do projeto de continuidade das ações da Rede enviado ao PDA.

Indicadores

- Organização dos polos regionais (cinco polos);
- Banco de dados elaborado;
- Aprovação do projeto de continuidade das ações em rede.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Grande potencial de manejo sustentável da polpa da juçara das comunidades;
- Envolvimento nas atividades da Rede Juçara, proporcionando aumento de conhecimentos e trabalho em rede.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Falta de financiamento específico nos Estados para o trabalho local com juçara;
- Nem todos os parceiros acessam com facilidade a ferramenta de comunicação pela internet;
- A rede precisa iniciar diálogo com segundo setor.

Perspectivas

As comunidades produtoras devem elaborar e executar Projetos de comercialização da fruta da juçara, processada em polpa.

Melhores momentos

Publicação do material de divulgação das ações em rede.



Coleta de sementes de palmito juçara na comunidade Sapatu

Inventário de Referências Culturais Quilombolas

O que é

Levantamento do patrimônio cultural imaterial de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira por meio da aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan, desenvolvido no âmbito do plano de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Equipe

Anna Maria Andrade (responsável técnica); Juliana de Melo Leonel Ferreira; Nilto Tatto (coordenação geral)

Colaboradores: Dominique Gallois (Iepé/USP); Felipe Leal (Núcleo Oikos); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Simone Toji (Iphan)

Agentes Culturais locais: Sandra Rosa de Oliveira (Porto Velho), Jaime Maciel de Pontes (Cangume), Pedro Peniche (Bombas), Lázaro de Jesus Gomes (Praia Grande), Levina Franco de Lima (Maria Rosa), Arlete Aparecida Rocha de Almeida (Pilões), José Nolasco de França e José Rodrigues da Costa (Nhunguara), Liamara Cristina Pereira (Morro Seco), Leonila Pricila da Costa Pontes (Abobral), Aurico Dias (São Pedro), Valdir Rodrigues da Silva e Jair Rodrigues dos Santos (Galvão), Ivo Santos da Rosa (Sapatu), Neire Alves da Silva e Vandir R da Silva (Ivaporunduva), Thaís Josiane Pereira (Mandira), Kauê Santos da Silva e Jorlei da Costa Pereira (Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima); André Moraes (Coordenador do BB Educar nas comunidades Quilombolas); Maria Fernanda Prado (ISA); Eaacone Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira; CEPCE; Pólo Metodista Eldorado.

Parceiros e fontes de financiamento

Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira: parceria nas atividades; Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional: apoio técnico na metodologia INRC; Mariana Moreau; Núcleo Oikos: apoio financeiro e parceria na execução de atividades; Petrobrás: apoio financeiro; SEC - Secretaria Estadual da Cultura: apoio financeiro; Associação Quilombo Cangume; Associação Quilombo Galvão; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo Mandira;

Associação Quilombo Morro Seco; Associação Quilombo Nhunguara; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Associação Quilombo Porto Velho; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo Bombas; Associação Quilombo de Abobral; Associação Quilombo de Praia Grande; Associação Quilombo de Pilões; Associação Quilombo de Maria Rosa.

O que foi feito

- Aplicação de questionários sobre os bens culturais classificados nas cinco categorias do INRC: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, lugares e edificações;
- Oficinas de capacitação de agentes culturais quilombolas sobre a metodologia de INRC;
- Visitas técnicas para acompanhamento dos agentes culturais em campo;
- Edição do vídeo relatório contendo imagens dos bens culturais;
- Reuniões de validação dos conteúdos culturais levantados em cada comunidade;
- Seminário Final do Inventário reunindo todas as comunidades participantes.

Indicadores

- Número de questionários aplicados = 530
- Número de bens culturais inventariados = 165
- Número de participantes no seminário final = 70

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Grande número de questionários aplicados tanto pelos agentes culturais locais como pela equipe do ISA;
- Grande número de bens culturais inventariados, o que revela a riqueza do patrimônio cultural quilombola;

Anna Maria Andrade/ISA



Agente cultural faz entrevista para o inventário



Felipe Leal/ISA

Celebração de São Sebastião, bem cultural do Quilombo Ivaporunduva, em Eldorado



Juliana Ferreira/ISA

Quilombolas localizam os bens culturais no território do Quilombo Cangume, Itaoca/SP, durante Oficina de Mapa Cultural

- Aumento da percepção das comunidades sobre a importância da cultura para valorização dos conhecimentos tradicionais dos mais velhos e para a consolidação de direitos.

► **Pontos de Atenção**

- Garantir que a metodologia seja apropriada pelos agentes culturais para que o processo seja efetivamente participativo;
- Contribuir para promover a troca de conhecimentos entre as gerações dentro das comunidades;
- Garantir a compreensão das relações entre os conhecimentos tradicionais que formam a cultura quilombola e as políticas públicas voltadas para o setor das comunidades tradicionais.

Perspectivas

Promover o fortalecimento de expressões culturais e definição de bens culturais potenciais para salvaguarda junto ao Iphan.

Melhores momentos

Nas reuniões de validação dos conteúdos o vídeo-relatório foi apresentado à toda a comunidade. Nessas ocasiões, durante as duas horas de projeção, todos os presentes ficaram atentos e entusiasmados com as imagens veiculadas no filme. Foi um momento de reforçar o valor do saber não escolar dos antigos quilombolas e conversar sobre os processos de mudança no modo de vida das novas gerações. Outro evento marcante foi o seminário final, onde se reuniram mais de 60 representantes quilombolas das 16 comunidades envolvidas no projeto para celebrar o patrimônio cultural presente nas comunidades e refletir sobre encaminhamentos futuros.

Ponto de Cultura Socioambiental

O que é

Um ponto de cultura que visa fortalecer as expressões culturais quilombolas por meio da promoção de práticas e vivências das expressões culturais voltadas aos quilombolas e do levantamento participativo dos bens culturais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Equipe

Anna Maria Andrade; Juliana Leonel Ferreira; Raquel Pasinato
Colaboradores: Alex Sander Sales (Oficineiro - Adecc); André Luiz Moraes (Eaacone); Ederli Silverio da Costa (monitora quilombola de Pedro Cubas); Wellington (monitor quilombola de Pedro Cubas); Wanderley Junior Novaes (Oficineiro - Adecc); Cesinha Azevedo (Oficineiro); Nenê Lucato (Oficineiro), Ana Flor (Oficineiro) Aline Fernandes (Oficineira); Paulo Afonso de Souza - mestre Peixe (Associação de Capoeira Quilombo dos Palmares).

Parceiros e fontes de financiamento

SEC - Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo: apoio financeiro; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima; Adecc – Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Nossa Senhora da Guia: apoio na execução de atividades.

O que foi feito

- Duas aulas semanais de capoeira nos quilombos de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima durante oito meses;
- Dois eventos de apresentação do grupo de capoeira (Feira de sementes e Festa de Santa Catarina);
- Curso de Aperfeiçoamento em Capoeira Regional para os alunos do projeto em Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima;
- Três oficinas de danças brasileiras para as crianças do Ponto de Cultura;
- Apresentação do grupo de danças na Festa de Santa Catarina;

- Finalização do levantamento das manifestações culturais nas comunidades quilombolas;
- Reunião com pais e lideranças das comunidades para avaliação conjunta do andamento do projeto.

Indicadores

- Número de crianças e adolescentes quilombolas envolvidos nas atividades do Ponto de Cultura, em média 40 indivíduos;
- Número de apresentações no ano (3);
- Maior envolvimento dos jovens com a cultura afrodescendente e o modo de vida tradicional.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Fortalecimento cultural e da identidade quilombola por meio da prática da capoeira e danças;
 - Valorização interna e autoestima das crianças e adolescentes elevadas com as apresentações culturais realizadas.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Monitoramento e manutenção das ações após o término do projeto;
 - Recursos para continuidade.

Perspectivas

- Realizar a festa de batizado dos alunos de capoeira do Ponto de Cultura;
- Realizar um evento cultural de apresentações das expressões culturais quilombolas (danças, músicas etc) visando a valorização da cultura tradicional;
- Elaborar um vídeo do evento de batizado.

Melhores momentos

- Apresentação do grupo de capoeira na IV Feira de trocas de sementes tradicionais das comunidades quilombolas;
- Apresentação do grupo de danças brasileiras na Festa de Santa Catarina;
- Curso de aperfeiçoamento em capoeira regional;



Quilombolas de Pedro Cubas e de São Pedro fazendo roda de capoeira na Feira de Mudanças e Sementes

Proteção e Difusão do Patrimônio Cultural Quilombola do Vale do Ribeira e a Relação Cultura e Território

O que é

Projeto que visa difundir o patrimônio cultural quilombola por meio de criação de site, publicação e vídeo. Fomentar expressões culturais quilombolas por meio de apoio aos grupos culturais e celebrações. Valorizar e gerar renda a partir da inserção de atrativos culturais no circuito turístico quilombola e fomentar a discussão sobre paisagem cultural do vale do Ribeira.

Equipe

Anna Maria Andrade (responsável técnica); Juliana Leonel Ferreira; Nilto Tatto (coordenação geral)

Colaboradores: Vera Feitosa (produção gráfica ISA); Cláudio Tavares (documentação ISA); Felipe Leal (Núcleo Oikos); Maurício Carvalho (ISA); Maria Fernanda Prado (ISA); Wellington Fernandes (ISA); Mauro Ricardo S. Teixeira (Global Map internet & marketing)

Parcerias e fontes de financiamento

Acid - Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; Associações quilombolas: parceria na execução das atividades; CFDD - Fundo de Direito Difusos - Ministério da Justiça: apoio financeiro; Eacone: apoio na execução das atividades; Mariana Moreau.

O que foi feito

- Reuniões para compartilhamento dos bens culturais inventariados que serão objeto de difusão em site, publicação e vídeo;
- Construção de site sobre os bens culturais (em andamento);
- Elaboração de textos para publicação (em andamento);
- Apoio aos grupos culturais, confecção de figurinos, adereços e uniformes e folder de apresentação do grupo;
- Apoio à apresentações de grupos culturais quilombolas em eventos da região;
- Apoio a celebrações que integram o calendário quilombola, com material de divulgação e reuniões de planejamento;

- Encontro para discutir paisagem cultural do Vale do Ribeira;
- Encontro de Turismo e Patrimônio Cultural com comunidades quilombolas para discutir as implicações da atividade turística nas tradições culturais.

Indicadores

- Número de participantes nos Encontros de Paisagem Cultural e de Turismo & Patrimônio Cultural e participantes nas reuniões de compartilhamento dos bens culturais = 233;
- Número de grupos fomentados.
- Celebrações fomentadas = 2;
- Apresentações culturais realizadas = 12;
- Número de verbetes dos bens culturais que compõem o conteúdo do site e publicação = 165 verbetes.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Estruturação dos grupos culturais atrai atenção de jovens para expressões culturais tradicionais;
 - Apoio aos grupos culturais e celebrações envolve relação com circuito turístico e aumenta potencialidade de geração de renda;
 - A elaboração de textos e imagens voltadas à publicação do patrimônio cultural quilombola abre um campo promissor para fortalecimento e valorização da identidade quilombola.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Refletir sobre processo de objetificação da cultura a partir da formatação de apresentações culturais e/ou celebrações voltadas para público externo;
 - Grande volume de informações sobre os bens culturais dificultam a objetividade e seleção do que deve ser publicado no livro e no site;
 - Garantir que o apoio aos grupos e celebrações promovam a sustentabilidade dos mesmos após o término do projeto.

Perspectivas

Continuidade e conclusão das ações em curso, visando o fortalecimento de expressões culturais e da possibilidade de salvaguarda de bens culturais imateriais.

Melhores momentos

O Encontro de Turismo e Patrimônio Cultural foi especialmente importante para discutir os impactos da atividade turística na vida quilombola. O antropólogo Antônio Diegues foi convidado para apresentar suas reflexões acerca dos perigos do processo sem volta de transformação cultural no momento em que a atividade turística substitui a agricultura dentro de uma comunidade.

O antropólogo Diegues, ao lado de Benedito Alves da Silva (IDitão), no Encontro de Turismo e Patrimônio Cultural



© Maurício de Carvalho/ISA

Feira de Troca de Sementes e Mudanças das Comunidades: Fortalecimento das Roças e Conservação das Sementes Tradicionais Quilombolas

O que é

A Feira de Troca de Sementes visa o resgate e a valorização das sementes tradicionais (crioulas) das comunidades, e o incentivo à sua comercialização. A realização da feira faz parte de uma estratégia mais ampla, que diz respeito à roça, ou seja à atividade que, embora em crise hoje, constitui o esteio social, econômico e cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Equipe

Luca Fanelli (responsável técnico até abril/2011); Marcos Miguel Gamberini (responsável técnico); Nilto Tatto (coordenação geral); Silvani Alves (até novembro de 2011)

Colaboradores: Raquel Pasinato (ISA); Camila Pontes Abuy-Yaghi (ISA); Juliana Leonel Ferreira (ISA); Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA); Renato Flavio Nestlehner (ISA); Ivy Wiens (ISA); Anna Maria Andrade (ISA); Nilto Tatto (ISA); Maria Fernanda Prado (ISA); Lucia Munari (USP); Cristina Adams (USP); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Pedro Lima (Itesp); Marcelo Laurindo (Ministério da Agricultura); Conab São Paulo; Slow Food, organização não governamental de âmbito internacional que trabalha para promover a ecogastronomia: apoio técnico na feira.

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associações Quilombolas; Instituto de Terras do Estado de S. Paulo (Itesp); Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone); Prefeituras Municipais de Eldorado, Registro e Itaóca; Seppir - Secretaria Especial de Políticas Públicas e Igualdade Racial: apoio financeiro; Núcleo Oikos: apoio financeiro.

O que foi feito

- Visitas nas comunidades a serem envolvidas na feira;
- Seminário Roças: Segurança Alimentar e Cultura Quilombola
- Articulação com parceiros e organização da feira;
- Oficina “Comercialização dos Produtos da Sociobiodiversidade”;
- Implantação de Roças Demonstrativas no Quilombo do Cangume- 20 famílias- aquisição de sementes, ferramentas e cerca;
- IV Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira;
- Articulação entre Cetesb, Itesp, Fundação Florestal e as comunidades quilombolas para andamento dos procedimentos de Licenciamento das Roças;
- Publicação (em execução): Roças: Segurança Alimentar e Cultura Quilombola;
- Participação dos quilombolas na II Feira Estadual de Sementes Crioulas, Botucatu-SP;

- Reuniões do GT da Roça - Tratando de questões de comercialização. PAA, PNAE, PPAIS.

Indicadores

- Número de comunidades participantes na feira: 10;
- 100 pessoas participantes no Seminário;
- 25 pessoas capacitadas;
- 20 famílias envolvidas na Roça demonstrativa em Cangume.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Boa participação na Feira, com frutos das feiras anteriores, grande variabilidade de sementes e mudas;
 - Grupos Culturais enriqueceram o evento;
 - Excelente nível de debate no seminário, com presença de vários atores, além dos quilombolas;
 - Implantação de Roça na comunidade de Cangume, na área devolvida reintegrada à comunidade por Liminar Judicial, Pastagem transformada em roça tradicional.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Necessidade de um trabalho mais forte junto às associações, para garantir boa participação na próxima feira;
 - Licenciamento das Roças ainda sem solução, impulsionando o processo de abandono das roças pela população jovem;
 - Risco de programas como PAA, PNAE e Microbacias, que estimulam novas agriculturas em detrimento da Roça Tradicional.

Perspectivas

- Realização da V Feira de Trocas de Sementes e Mudanças Tradicionais dos Quilombos do Ribeira, em agosto de 2012;
- Concluir a publicação Roças: Segurança Alimentar e Cultura Quilombola;
- Promover o Intercâmbio entre os quilombolas e outras feiras de sementes (Feira de Cunha, setembro/2012);
- Concluir a atividade de capacitação sobre Comercialização dos Produtos da Sociobiodiversidade.

Melhores Momentos

- IV Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.

Educação e Cultura para Sustentabilidade Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O que é

Projeto-piloto de fomento de um grupo cultural quilombola (dança da Nhá Maruca do quilombo de Sapatu) e apoio às atividades do Grupo de Estudantes Universitários Quilombolas.

Equipe

Anna Maria Andrade (técnica responsável); Juliana Leonel Ferreira; Nilto Tatto (coordenação geral); Silvani Cristina Alves

Colaboradores: Pascoal Baptistiny (Estagiário Conectas e Acadir); Elson Alves da Silva (Mestrando em Educação PUC/SP); Luiz Marcos de França – professor (quilombo São Pedro); Laudessandro Marinho – CEPCE Eldorado

Parcerias e Fontes de Financiamento

Mariana Moreau: apoio financeiro; CEPCE: apoio na organização de atividades com estudantes quilombolas; Associação Quilombola e grupo cultural Nhá Maruca de Sapatu.

O que foi feito

- Três reuniões de Mapeamento de Demandas e Planejamento para estruturação o grupo cultural de Sapatu;
- Viagem a São Paulo para adquirir materiais, equipamentos e instrumentos para o grupo;
- Três reuniões com grupo de estudantes para discussões temáticas relacionadas às comunidades quilombolas e educação;
- Oficina de elaboração de projeto para sustentabilidade do grupo dos estudantes
- Elaboração do projeto de sustentabilidade do grupo dos estudantes e envio para a Brasil Foundation
- Participação do grupo dos estudantes na aplicação da pesquisa sobre domicílios e agricultura da University of Illinois

- Apoio financeiro no valor de R\$ 200,00 para 10 estudantes quilombolas: Lucas Rodrigues dos Santos (Pedro Cubas), Heloisa de França Dias (Luiz Marcos), Ana Maria José da Silva (Ivaporunduva), Ivonete Alves da Silva (Ivaporunduva), Alexandra Marinho da Silva (Ivaporunduva), Edna Maria Silverio Pereira (Pedro Cubas), Rodrigo Marinho R. da Silva (Ivaporunduva), André Luiz P de Moraes (André Lopes), Lucimara F. Leite (Pedro Cubas de Cima), Ivone da Glória Silva (Ivaporunduva).

Indicadores

- Dez estudantes quilombolas matriculados em cinco diferentes cursos de nível superior: pedagogia, gestão pública, ciências contábeis, administração e letras;
- Ensaios semanais do grupo cultural;
- Participação dos membros do grupo cultural nas reuniões de mapeamento de demandas e planejamento.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Valorização do grupo cultural quilombola estimula o interesse dos jovens pelas tradições culturais;
- Os estudantes discutem os problemas de ensino/aprendizagem na escola da região e começam a delinear ações para implementação de conteúdos escolares mais adequados à realidade local;
- Educação e cultura trabalhadas de forma integrada tendem a ter seus efeitos potencializados, pois abrangem as gerações mais novas e facilitam as trocas intergeracionais.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Garantir a continuidade das atividades do grupo cultural após a conclusão das ações de fomento;

© Anna Maria Andrade/ISA



Grupo cultural de Nhá Maruca, do Quilombo Sapatu, no Revelando Vale do Ribeira



Grupo musical quilombola se apresenta no Revelando São Paulo, em Iguape

- Superar as dificuldades impostas pelo modelo escolar atual e garantir a continuidade de ações orientadas para implementação de educação diferenciada nas escolas quilombolas;
- Cautela ao transformar aspectos da cultura quilombola em conteúdo curricular, pois isto implica recriar o contexto de transmissão dos conhecimentos, afastando a oralidade e o “aprender fazendo”.

Perspectivas

- Para o grupo cultural está colocada a perspectiva de se estruturar como grupo de apresentação aproveitada na atividade turística e em eventos regionais. Para o grupo de estudantes, a perspectiva é aprovar um projeto para obter recursos que permita capacitar o grupo e depois financiar suas ações na escola Chules Princesa e na formação de multiplicadores locais;
- Ampliação das atividades de fomento com a aprovação de projeto junto ao Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça.

Melhores momentos

- Reunião em que foi realizado um diagnóstico, com a participação de todos os estudantes, dos principais problemas que afetam o ensino/aprendizagem na escola quilombola local, bem como proposição de um conjunto de ações capazes de reduzir estes efeitos.
- Apresentações dos grupos culturais no Revelando SP (Iguape e São Paulo), Feira de Troca de Sementes e outros eventos regionais
- Participação dos estudantes quilombolas na pesquisa sobre os quilombos do Ribeira da University of Illinois

Projeto Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva

O que é

Em parceria com a Associação Quilombo de Ivaporunduva, o projeto busca apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida das famílias locais. A ênfase atual é buscar mecanismos de geração de renda por meio da comercialização e processamento de banana orgânica, produção de artesanato, repovoamento do palmito juçara e ecoturismo, para que, em médio prazo, estes produtos possam ser comercializados observando as normas legais e ambientais.

Equipe

Maurício de Carvalho; Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato; Reinaldo Gomes Ribeiro (responsável técnico)

Colaboradores: Elson Alves da Silva; Olavo Pedroso Filho; Paulo Sílvio Pupo; Sidnei Santana e Silva (Itesp); Erica Helena da Silva Pedroso, Benedito Alves da Silva; Cristiano Furquim, Maria Lúcia Pupo; Vândir dos Santos; Denildo Rodrigues;

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associação Quilombo Ivaporunduva; Banco de alimentos da Prefeitura de Campinas; Conab (Companhia Nacional de Abastecimento); Itai (Instituto de Tecnologia de Alimentos); Itesp (Instituto de terras do Estado de São Paulo); PDA – Subprograma de projetos demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente: apoio financeiro; IBD (Instituto Biodinâmico); Cati - Casa de Agricultura de Eldorado

O que foi feito

O quilombo de Ivaporunduva tem várias atividades de geração de renda apoiadas pelo ISA:

- Apoio à renovação do certificado de produção orgânica de banana de 42 produtores;
- Pelo sétimo ano consecutivo foi renovado o contrato de comercialização da banana orgânica certificada para o Banco de Alimentos de Campinas. Trata-se de parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, Ceasa-Campinas e Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do governo federal;
- Treinamento do grupo de trabalho do projeto PDA na consolidação na prestação de contas ao financiador;
- Acompanhamento do grupo de trabalho do projeto PDA na consolidação da unidade de beneficiamento de frutas;
- Apoio para comercialização do artesanato;
- Obtenção da licença de construção da unidade de beneficiamento de frutas junto a Cetesb;
- Visitas técnicas no roteiro turístico da comunidade visando a melhoria no roteiro e recepção de grupos, no âmbito do circuito quilombola de turismo.

Indicadores

- Aumento dos rendimentos econômicos obtidos pela comunidade com a comercialização da banana orgânica; com a comercialização do artesanato da fibra da bananeira e com o turismo em Ivaporunduva;
- Número de produtores envolvidos no processo de certificação da banana = 42
- Número de comunitários envolvidos com a atividade turística, cerca de 60 pessoas diretamente.

Avaliação

► Pontos Fortes

- Novo contrato com o programa PAA envolvendo outras comunidades;
- Retomada do projeto da unidade de beneficiamento – finalização da obra;
- A atividade turística está ganhando qualidade no quilombo; o turismo está sendo amplamente discutido na comunidade, por meio dos encontros promovidos pelo circuito quilombola;
- Boa área de palmitos em crescimento no território; quintais produtores de sementes e polpa.

► Pontos de Atenção

- Necessidade de regulamentação da Pousada;
- Dificuldades da Associação para mobilizar mais pessoas a participar nas atividades organizativas;
- Alto custo para comercialização da banana.

Perspectivas

- Finalizar a obra da unidade de beneficiamento de frutas financiada pelo PDA;
- Potencializar a atividade turística do quilombo com o desenho do Circuito Quilombola de turismo comunitário;
- Renovar o certificado orgânico e conquistar novos mercados melhorando a produtividade.

Melhores momentos

- Comercialização de banana orgânica para o PAA;
- Visitas técnicas de grupos turísticos ao circuito quilombola de turismo;

Projeto de Desenvolvimento da Atividade Apícola nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O que é

Desenvolvimento de atividades para incremento na produção de mel dos quilombolas, que contribuam para o aumento da segurança alimentar e como alternativa de geração de renda para as famílias das comunidades envolvidas.

Equipe

Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato; Renato Flavio Nestlehner (responsável técnico)

Colaboradores: Associação Quilombo de Cangume; Associação Quilombo de Porto Velho; Pronato Mel e derivados; Roberto Moraes (Ital); Gasparino (Ital); Marcos Roberto Viotti (Itesp); Altair de Matos Pereira (Itesp); Prefeitura Municipal de Iporanga; Prefeitura Municipal de Itaóca; ART URB (design do gráfico do espaço); Sinelmo Renato de Oliveira (Licenciamentos da Casa do Mel); Ana Cristina Bertalot (Caaetê Florestal).

Parcerias e fontes de financiamento

Itesp: parceria na execução de atividades; Fundação Banco do Brasil: apoio financeiro; Ital - Instituto de Tecnologia de Alimentos: apoio técnico.

O que foi feito

- Monitoramento dos processos de licenciamento da obra da Casa do Mel; licenças ambientais e sanitárias;
- Licença prévia de construção e instalação emitidas pela Cetesb;
- Atividades de manutenção do plantio na área de pasto apícola;
- Finalização e festa de inauguração da Casa do Mel na comunidade de Porto Velho;
- Acompanhamento da construção junto com a comunidade;
- Acompanhamento da colheita de mel;
- Articulação com os órgãos públicos para o licenciamento;
- Curso de boas práticas na Casa do Mel em parceria com Ital;
- Folder de divulgação do Mel de Porto Velho;
- Compra dos Equipamentos e embalagens.

Indicadores

- 100% de participação dos apicultores nas atividades;
- Interesse dos jovens da comunidade de Porto Velho em trabalhar com apicultura;
- Nível de organização da associação;
- 90% das famílias da comunidade envolvidas com o projeto.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Acompanhamento da obra com participação da comunidade fiscalizando;

- Aumento da área de pasto apícola;
- Melhoria nas instalações dos apiários; os acessos estão melhores e também, as normas técnicas sanitárias como foram demonstradas para a comunidade na capacitação estão sendo respeitadas;
- Liberação de parte das licenças para regularização da Casa do Mel;
 - ▶ **Pontos de Atenção**
 - 70% do território da comunidade ainda na mão de terceiros;
 - Captar recursos complementares para continuidade e fortalecimento da comercialização do mel na casa construída em Porto Velho;
 - Captar recursos complementares para capacitação das comunidades de Cangume e Praia Grande;
 - Alto nível de chuvas nos períodos de produção de mel causando prejuízos a florada e implicando baixa produção do mel.

Perspectivas

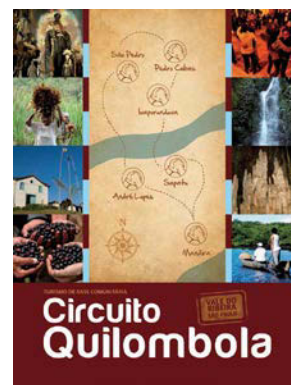
- Buscar novos financiadores para ampliação do projeto para outras comunidades, fortalecendo, assim, a cadeia apícola na região;
- Obtenção do selo de inspeção estadual para a Casa do Mel (SISP) e o selo federal SIF;
- Obtenção da licença de operação da Cetesb;
- Comercializar o mel de Porto Velho no programa PNAE para merenda escolar dos municípios vizinhos.

Melhores momentos

- Inauguração da Casa do Mel;
- Curso de Boas Práticas na Casa do Mel.



Projeto Circuito Quilombola



O que é

O projeto tem objetivo de atender as demandas da agenda quilombola, relacionada aos arranjos produtivos do turismo, por meio do fomento de um circuito turístico integrado, envolvendo, informando e formando as comunidades locais e contribuindo para geração de renda e qualidade de vida das famílias.

Equipe

Maurício de Carvalho (técnico responsável); Maria Fernanda do Prado; Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato; Anna Maria Andrade; Wellington Fernandes

Colaboradores: Conselho Gestor do Circuito Quilombola composto por: Carlos Roberto da Silva Moraes e Odacílio Pereira (Amamel); Jennifer Rocha da Silva e Denildo Rodrigues Pereira (Ivaporunduva); Jorley dos Santos Pereira (Secretaria Executiva) e Kauê Santos da Silva (Pedro Cubas de Cima); Maurício Pereira Pupo e Maicon (André Lopes); Ivo Santos Rosa (Secretaria Executiva) e Pedro Pereira (Sapatu); Nodir Dias da Guia e Sidneia (São Pedro); Francisco Coutinho e Nei Coutinho (Mandira); Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA); Renato Flávio Nestleher (ISA); Camila Pontes Abu-Yaghi (ISA); Juliana de Melo Leonel Ferreira (ISA); Ivy Wiens (ISA); Ana Lopes (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica); Monica Barroso (Núcleo Oikos); Carlos Roberto (Amamel).

Parcerias e fontes de financiamento

Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Quilombolas e Negras do Vale do Ribeira: parceria na implementação das atividades; Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar: apoio financeiro; Ministério do Turismo: apoio financeiro; Amamel - Associação dos monitores ambientais de Eldorado: parceria na implementação das atividades; Prefeitura Municipal Eldorado: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Cananéia: parceria na implementação de atividades; Prefeitura Municipal de Iporanga: parceria na implementação de atividades; Associação Quilombo Ivaporunduva; Associação Quilombo São Pedro; Associação Quilombo Mandira; Associação Quilombo Sapatu; Associação Quilombo André Lopes; Associação Quilombo Pedro Cubas; Associação Quilombo Pedro Cubas de Cima

O que foi feito

- Oficina de planejamento das atividades do ano;
- Seis oficinas de Formatação de Produtos, Preços, Gestão Financeira e Manutenção de Trilhas;
- Criação da logomarca, aquisição de uniformes, materiais de primeiros socorros, equipamentos de rapel, bóia -cross e placas de sinalização;
- Visita de Intercâmbio com o quilombo de Monte Alegre (ES) e Vivências no Festival de Turismo de Foz do Iguaçu e no Salão do Turismo em SP;
- Finalização do material de divulgação (folder, catálogo, cadernetas e site);
- Construção participativa da estratégia da divulgação do Circuito Quilombola e a participação em feiras e eventos turísticos;

- Estruturação do escritório do Circuito Quilombola/Faquivar, (telefone, aluguel, equipamentos e pessoal), para agendamento das visitas;
- Duas visitas técnicas de grupos estruturados para testes do circuito;
- Reunião em cada comunidade para realizar os diálogos dos grupos de turismo com a coordenação das associações.

Indicadores

- Número de participantes das reuniões e oficinas de trabalho nas comunidades (homens e mulheres), cerca de 45 em média;
- Número de pessoas capacitadas: 33 monitores, 25 jovens capacitados em processos de gestão;
- Disseminação de informações por meio de materiais impressos e documentos audiovisuais produzidos.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Envolvimento das comunidades, principalmente das seis que compõem o circuito;
 - Construção participativa do planejamento anual das atividades;
 - Agregar turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável;
 - Jovens e mulheres participando do processo;
 - Construção de um circuito integrado e estruturação do escritório;
 - Construção participativa do formato de gestão, tabela de preços dos produtos e serviços oferecidos pelo circuito.
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Estar legalizado para receber o visitante com segurança;
 - Autonomia das associações e fortalecimento para dar continuidade à comercialização dos produtos turísticos;
 - Cuidar para que o turismo seja desenvolvido com bases comunitárias e de forma sustentável e não descaracterize o modo de vida quilombola.

Perspectivas

- Visita técnica com o grupo de turismo à Comunidade Campinho Independência, em Paraty (RJ);
- Aproximação das operadoras que já atuam com turismo de estudo do meio nos Parques Petar, Caverna do Diabo, Intervalles, Ilha do Cardoso e Carlos Botelho, das regiões do Sul (Curitiba) e Sudeste (São Paulo);
- Visita do conselho gestor de turismo quilombola às operadoras de turismo;
- Promover o diálogo entre comunidades quilombolas, organizações Ggvernamentais e sociedade civil;
- Realizar novo encontro de turismo de base comunitária.

Melhores momentos

- Intercâmbio Circuito Quilombola & Comunidade de Monte Alegre(ES);
- Oficina de Manutenção de Trilhas de Ivaporunduva.

Capacitação Comunitária para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica

O que é

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo com a realização de dez cursos voltados a fortalecer a cadeia de turismo de base comunitária (produtos e serviços) para comunidades de dentro e do entorno das Unidades de Conservação da região. O ISA foi prestador do serviço e executou cursos de capacitação comunitária para as comunidades do entorno dos parques Estaduais de Intervalos, Caverna do Diabo, Carlos Botelho e Petar.

Equipe

Nilto Tatto (coordenação geral); Maurício de Carvalho (coordenação técnica); Raquel Pasinato; Reinaldo Gomes Ribeiro, Renato Flávio Rezende Nestleher; Camila Pontes Abu-Yaghi; Silvani Cristina Alves, Anna Maria Andrade, Luca Fanelli.

Colaboradores: Fernando Figueiredo; Paula Moraes, Camila Pontes Abu-Yaghi (Equipe de organização, mobilização e logística); Anna Carolina Lobo de Oliveira (Coordenadora do Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica); Érika Sayuri Koga (Núcleo de Gestão da Cadeia Produtiva); Aelson Mattos Apolinário (Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo), Rita de Cássia Zuconi (Prefeitura Municipal de Guapiara), Lúgia Maria Campos Rataoka (Prefeitura Municipal de Guapiara), Janaina de Oliveira Franco e Elho Rodrigues Lopes (Prefeitura Municipal de Iporanga), Rubens de Lima (Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande), Orlando Montenegro (Prefeitura Municipal de Capão Bonito); Gilberto Ohta (Prefeitura Municipal de Sete Barras); Geraldo F. De Aguiar (comunidade do Rio Preto); Chistianne Godoy (Instituto Refloresta); José Luiz Camargo Maia (Parque Estadual Carlos Botelho); Paulo Camarero (Parque Estadual Intervalos); Josenei Gabriel Cará (Parque Estadual Caverna do Diabo); Fábio Thomas (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira); Marcos Gamberini (consultor); Karin Ingrid Rettl (consultora)

Parcerias e fontes de financiamento

Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA): contratante; BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento: apoio financeiro; Fundação Florestal: apoio infraestrutura; Prefeitura Municipal de Capão Bonito; Prefeitura Municipal de Guapiara; Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo; Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande; Prefeitura Municipal de Iporanga; Prefeitura Municipal de Apiaí; Prefeitura Municipal de Eldorado; Prefeitura Municipal de Sete Barras; Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Copag - Cooperativa das Artesãs de Guapiara; Agua - Associação Guapiruvu; Sedav - Sociedade Ecológica para o Desenvolvimento dos Altos Vales; Instituto Refloresta.

O que foi feito

Capacitações para comunidades de dentro e do entorno de quatro parques estaduais (Carlos Botelho, Turístico do Alto Ribeira, Intervalos e Caverna do Diabo), incidindo sobre 11 municípios do Vale do Ribeira, nos seguintes temas:

- 1) Aperfeiçoamento de monitores ambientais
- 2) Artesanato tradicional
- 3) Plano de negócios artesanato
- 4) Gestão de projetos
- 5) Organização institucional
- 6) Plano de negócio institucional
- 7) Elaboração de plano de manejo agroflorestal
- 8) Plano de negócios agroflorestais
- 9) Coleta de sementes (resgate de sementes tradicionais) e produção de mudas
- 10) Apicultura e meliponicultura

Indicadores

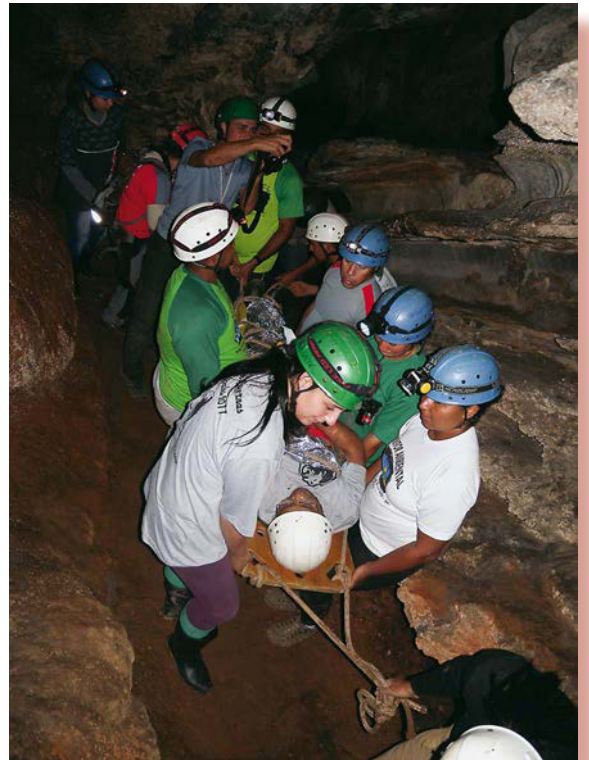
- Total de Módulos: 46
- Total de Inscrições: 323
- Total de Certificados: 212
- Total de Comunidades envolvidas: 32 (oito municípios)
- Aproveitamento sobre vagas - (Certificados / Vagas): 88%

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
 - Envolvimento de comunidades do entorno com as Unidades de Conservação dando oportunidade de melhorar a relação;
 - Boa participação das comunidades rurais nos cursos;
 - Possibilidades de alternativas de renda para as famílias da região oferecendo melhores produtos e serviços ao turismo;
 - Oportunidade para o ISA de ampliar as relações com comunidades e organizações do Alto Vale e Alto Paranapanema;
- ▶ **Pontos de Atenção**
 - Somente capacitação pontual não resolve todos os problemas de serviços e produtos para o ecoturismo;
 - Necessidade de monitoramento e assessoria técnica frequente aos capacitados até que fortaleçam seu aprendizado e desenvolvam as atividades.



Cursos de artesanato; monitoria ambiental; oficina de manutenção de trilhas de boiacross



Planejamento Territorial Estratégico: uma Ferramenta de Gestão para a Sustentabilidade dos Territórios Quilombolas

O que é

O projeto tem como objetivo contribuir com as comunidades no equacionamento das demandas levantadas na Agenda Socioambiental Quilombola, desenvolvendo, de forma participativa, um instrumento de organização e planejamento do território.

Equipe

Maria Fernanda Prado; Nilto Tatto (coordenação geral); Raquel Pasinato (responsável técnica); Renato Flávio Nestlehner; Rosely Alvim Sanches
Colaboradores: Marcos Gamberini (ISA), Reinaldo Gomes Ribeiro (ISA), Maurício de Carvalho (ISA), Anna Maria Andrade (ISA), Juliana Leonel Ferreira (ISA), Wellington Oliveira (ISA), Kjersti Thorkildsen (doutoranda norueguesa); Cristina Adams (USP/Leste); Lucia Munari (USP); Sidneia Morato (agente quilombola local); Edmilson de França (agente quilombola local); Vanessa de França (agente local); Porfíria (agente local); Armando (agente local); Maria Sueli Berlanga (Moab/Eaacone).

Parcerias e Fontes de Financiamento

Associação do Quilombo do bairro São Pedro; Associação do Quilombo do Bairro Morro Seco; Aecid - Agência de Cooperação Espanhola: apoio financeiro; FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente: apoio financeiro.

O que foi feito

- Duas reuniões preparatórias para definição de temas e organização do cronograma de trabalho 2011;
- Oficina de priorização de demandas levantadas na Agenda Quilombola e demandas atuais em Morro Seco;
- Três oficinas temáticas em cada comunidade envolvida;
- Mapeamento participativo de uso atual e futuro dos dois territórios;
- Oficina de validação das informações produzidas em cada comunidade envolvida;

- Levantamento de campo agrícola e extrativista em cada comunidade envolvida;
- Oficina de Construção do Projeto prioritário.

Indicadores

- Interesse dos comunitários em elaborar o planejamento;
- Aumento gradativo da participação nas reuniões e oficinas;
- Alto grau de satisfação com os conteúdos tratados;
- Dois mapas de uso produzidos de forma participativa com pré-zoneamento de roças, Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal;
- Dois projetos comunitários elaborados de forma participativa;
- Oito planos de ação elaborados.

Avaliação

- ▶ **Pontos Fortes**
- Forte interesse dos comunitários nas questões relacionadas a roças e legislação ambiental;
- Participação de jovens nas oficinas em São Pedro;
- Alguns planos de ação já em execução pelos comunitários com apoio de parceiros;
- Projeto trouxe apoio ao fortalecimento da organização comunitária.
- ▶ **Pontos de Atenção**
- Agricultura de Morro Seco ameaçada pela saída dos jovens da comunidade; pouca terra disponível e escassez de mão de obra;
- Necessidade de maior esclarecimento e informação para as comunidades sobre as políticas públicas e fontes de financiamentos voltadas à agricultura familiar (PNAE, PAA, Pronaf, outros);
- Necessidade de alternativas sustentáveis de geração de renda no médio prazo com tecnologias que possam manter os jovens na terra;
- Alerta para os "pacotes de soluções agrícolas e culturas não tradicionais" que vêm com os programas do governo.

Perspectivas

- Finalizar a publicação da metodologia empregada no desenvolvimento do projeto;
- Finalizar a escrita dos planos e entregar às comunidades o manual de planejamento.

Melhores momentos

- Oficinas temáticas: Turismo e Patrimônio Cultural; Agricultura e Extrativismo; Adequação Ambiental.



Raquel Pasinato/ISA

Oficina de Planejamento Territorial no Quilombo de São Pedro

O que é

O Programa Xingu visa contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de hectares, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação ao longo do Rio Xingu. Desenvolve um conjunto de projetos e iniciativas voltados à proteção e sustentabilidade dos 24 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, a viabilização da agricultura familiar, adequação ambiental da produção agropecuária e proteção dos recursos hídricos numa perspectiva de desenvolvimento territorial.

Equipe

Coordenadores: André Villas-Bôas (indigenista, coordenador); Marcelo Salazar (engenheiro de produção, coordenador adjunto); Paulo Junqueira (psicólogo, coordenador adjunto); Rodrigo Gravina Prates Junqueira (engenheiro agrônomo, coordenador adjunto); Biviany Rojas (Advogada, responsável pelo acompanhamento das condicionantes de Belo Monte e PDRS Xingu); Bruna Ferreira (Bióloga, responsável pela comercialização na Rede de Sementes); Carlos Garcia (Economista, animador da Articulação Xingu Araguaia); Cassiano Marmet (Técnico Agrícola, assessor técnico em restauração florestal); Christiane Peres (Jornalista, assessora de imprensa a partir de outubro); Cladineia Pesamosca (Bióloga, auxiliar técnico em sensoriamento remoto); Cleudemir Peixoto (Educadora, auxiliar administrativa); Cleiton Neto (Viveirista); Cristiano Tierno de Siqueira (Mestre em educação, técnico responsável pelo processo de formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); Cristina Velasquez (Engenheira Florestal, assessora técnica em pesquisa e desenvolvimento socioambiental); Elisângela Trzeciak (Técnica em projetos em Altamira); Eric Deblire (Administrador, gestor financeiro); Erica Leglli (Auxiliar de serviços de gerais); Fernanda Bellei (Jornalista, assessora de imprensa até setembro); Francinaldo Ferreira de Lima (Biólogo, acompanhamento das associações e conselhos gestores das UCs); Francisco Fortes (Economista, até junho); Heber Queiroz (Biólogo, analista em sensoriamento remoto); Joanatan Fernandes (Biólogo, responsável pelo acompanhamento da Rede de Sementes no Parque Indígena do Xingu); José Nicola Costa (Biólogo, responsável pela Rede de Sementes); Junior Micolino da Veiga (Tecnólogo em gestão ambiental, assessor técnico da restauração florestal); Karla Patrícia Oliveira (Auxiliar administrativo); Katia Ono (Ecóloga, assessora técnica do Projeto Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis); Letícia Soares de Camargo (Cientista social, até abril); Luciano Langmantel Eichholz (Engenheiro Florestal, assessor técnico em restauração florestal); Luiza Andrade (estagiária); Marcelo Hercowitz (Economista, consultor técnico); Márcio Luis Silva Souza (Técnico florestal, acompanhamento das atividades produtivas); Maria Martha Mota (Gestora em políticas públicas, assistente da coordenação); Marisa Gesteira Fonseca (Bióloga, analista de geoprocessamento); Moisés Carvalho (Agrônomo, responsável pelo trabalho de apicultura no Parque Indígena do Xingu); Natalia Guerin (Bióloga, coordenadora da restauração florestal); Paula Mendonça de Menezes (Pedagoga, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Raquel dos Santos (Bióloga, assistente no processo de formação em gestão territorial das Resex da Terra do Meio); Renato Mendonça (Cientista social, responsável pelo trabalho

com a Atix); Rita de Cássia Chagas (Auxiliar administrativo); Roberto Oliveira (PIX); Rosalina Alves da Silva Loch (Viveirista, auxiliar de serviços gerais); Rosana Gasparini (Geógrafa, assessora técnica do Projeto Formação de Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu); Sadi Elsenbach (Motorista e auxiliar de serviços gerais); Vanderlei da Costa e Silva (Viveirista).

Colaboradores e pesquisadores associados: Ana Cristina Silveira (diagramação); André Tabanez (Firminish); Antônia Martins (Movimento de Mulheres de Altamira); Antonia Melo da Silva (Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS); Antonilson O. Rodrigues (técnico em meliponicultura); Antonio Melo (IF/SP); Arnoldo Luchtenberg (Naturais da Amazônia); Atossa Soltani (diretora, Amazon Watch); Boris Cesar (Ibama/Direc); Brent Millikan (coordenador, Rios Internacionais); Bruna Franchetto (linguista, Museu Nacional); Bruno Alexandre Gütschow (MPF); Camila Gauditano; Carlos Fausto; Christian Poitier (analista, Amazon Watch); Claudio Terre do Amaral (MPF); Daniel Braga Brandão (Move); Daniel Penteadó (ICMBio); David Rogers (antropólogo, Museu Nacional); Douglas Rodrigues (médico, Unifesp); Eneida Melo (Funai, Fundação Tocáia); Fábio Halmenschlager (Laet/UFPA); Felício Pontes (MPF); Flora Cabalzar; Gabriela Prado (Funai); Gelsama Santos (linguista, UFRJ); Geraldo Mosimann Silva (agrônomo, Universidade da Flórida); Giselda Durigan (IF-SP); Helga Yamaki (Imaflo-ra); Ivaide Rodrigues dos Santos; Janice Muriel Cunha (UFPA); Januária Mello (educadora); Jeferson Straatmann (USP, Décima Visão Consultoria); Jeronimo Villas-Boas (ecólogo); Juan Doblás (geoprocessamento, Brancaléone Consultoria); Lea Tomas (antropóloga, UnB); Luciana Nascimento Viana (ICMBio); Lucio Kodato; Luiz Wagner (ICMBio); Marcela Coelho (antropóloga, UnB); Marco Antonio Delfim (médico, Unifesp); Maria Cristina Troncarelli (educadora); Maria Luiza Camargo (USP); Maria Paula Fernandes (Movimento Gota D'Água); Marina Kahn; Maura Campanili; Mauricio Torres (pesquisador, USP/Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); Mauro Braga (ICMBio); Mayumi Rodolfo (Funai); Namaste Messerschmidt; Natália Guerreiro (jornalista, USP); Ney Carvalho (Sesma/Altamira); Nilcéia Alves de Moura Oliveira (Semec/Altamira); Patrícia Cota Gomes (Imaflo-ra); Paulo Amorim (IFT); Rafael Nonato (linguista, MIT – Massachusetts Institute of Technology, Departamento de Linguística e Filosofia); Rainério Meireles (UFPA); Raquel Lopes (UFPA); Regina Erismann (EcoSocial); Regis Bueno (engenheiro agrimensor); Renata Pinheiro (MXVPS); Rogério Luiz Miliszewski (Mercur S.A.); Rosely Nakagawa; Rosely Sanches; Rosimeire Rurico Sacó; Sérgio Marone (Movimento Gota D'Água); Sílvia; Simão Lindoso de Souza (Laet/UFPA); Sofia Mendonça (médica, Unifesp); Simone Athayde (bióloga, Universidade da Flórida); Stephan Schwartzman (antropólogo, ED); Taina Menegasso (ICMBio); Tatiana Botelho (Funai); Thomas Jaeschke (coordenador Amazônia, GIZ); Tica Minami (MXVPS); Valéria Vasconcelos (Uniuibe).

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Ajuda da Igreja da Noruega (AIN/NCA); Associação de Franquias Sustentá-

veis (Afras); Centro de Apoio Socioambiental (Casa); Cervejaria Premium; Embaixada da Noruega; Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit – Cooperação Alemã (GIZ); ED – Defesa do Meio Ambiente; ED/ Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Avina; Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Grendene; Guarany Indústria e Comércio; Icco; Instituto Bacuri; JYSK; MDA/ SAF Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar; MMA/FNMA – Ministério do Meio Ambiente/ Fundo Nacional do Meio Ambiente; MMA/PDA/Padeq – Ministério do Meio Ambiente/ Subprograma Projetos Demonstrativos/ Projeto Alternativas ao Desmatamento e as Queimadas; Natukapilar; Natura; Rede de Ação para Amazônia (RAN); Rios Internacionais (IR); Solaris; The David and Lucile Packard Foundation; The Forest Trust (TFT).

▶ Parcerias

Agência Nacional de Águas (ANA); Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; Aliança da Terra; Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo; Associação Cultura Franciscana (ACF); Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Moradores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação Iakiô Panará; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Indígena Kisêdjê (AIK); Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci); Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social (Ansa); Associação dos Fazendeiros do Araguaia e Xingu (Asfax); Associação Terra Viva (ATV); Associação Tulukai Waurá; Associação Terra Indígena Xingu (Atix); Associação Yarikayu Yudja; Centro de Conservação da Natureza da Bacia do Xingu (CNX); Centro de Organização Kawaiwete (COK); Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; CPT- Araguaia – Comissão Pastoral da Terra; Defensoria Pública Estadual de Altamira; Distrito Sanitário Especial do Xingu (DseiX); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Escola Municipal Família Agrícola de Querência (Emfaque); Fazenda Bang Bang (São José do Xingu/MT); Fazenda Nova Esperança (Canarana/MT); Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad); Funai/AER Xingu: Fundação Nacional do Índio; Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); Gisela Moreau; IF-SP – Instituto Florestal de São Paulo; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Eco-Social; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo); Laboratório Agroecológico da Transamazônica (Laet); Ministério Público Federal (MPF); Move; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); NBS Comunicação; Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde/ Secretaria de Educação/ Secretaria de Meio Ambiente; Prefeitura Municipal de Canarana/ Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de Querência; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Projeto Vídeo nas Aldeias; Projeto Sementes da Floresta; Rios Internacionais (IR); Saga – Sociedade Amigos do Garapu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde; Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat); Universidade Federal de São Paulo/ Departamento de Medicina Preventiva (Unifesp); Universidade Federal do Pará (UFPA).

Linhas de ação

- ▶ Manejo sustentável de recursos naturais e apoio ao desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações indígenas, caboclas e agricultura familiar;
- ▶ Apoio à qualificação das escolas indígenas e ribeirinhas nas iniciativas educacionais comunitárias no Baixo e Médio Xingu do Parque Indígena do Xingu (PIX), Terra Indígena (TI) Panará e Populações Extrativistas da Terra do Meio;
- ▶ Capacitação em gestão e fortalecimento institucional das associações indígenas e das populações extrativistas;
- ▶ Apoio às iniciativas indígenas de revitalização e registro de manifestações culturais;
- ▶ Diagnóstico, gestão socioambiental, planejamento e ordenamento territorial dos formadores do Rio Xingu;
- ▶ Campanha Y Ikatu Xingu: proteção dos recursos hídricos e recuperação das nascentes e matas ciliares;
- ▶ Formação e educação agroflorestal nas cabeceiras do Xingu;
- ▶ Consolidação e gestão integrada do Mosaico de Unidades de Conservação (UCs) da Terra do Meio e do corredor de áreas protegidas da Bacia do Rio Xingu;
- ▶ Acompanhamento do processo de licenciamento da UHE Belo Monte, no Rio Xingu.

Coordenação do Programa

O que é

A coordenação é responsável pelo planejamento estratégico do Programa Xingu e pela articulação política com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com os projetos do Instituto Socioambiental (ISA) na região da Bacia do Xingu. Esses atores são os parceiros indígenas locais, suas lideranças e associações; populações ribeirinhas; pequenos, médios e grandes agricultores; agências de financiamento; instituições do Estado brasileiro; lideranças indígenas da Amazônia e autoridades locais e regionais. A coordenação acompanha a elaboração e a execução dos projetos e a negociação dos financiamentos, monitorando a implantação dos projetos e a gestão dos recursos, a produção dos relatórios narrativos e analíticos pelas equipes e a articulação de suas atividades, buscando sinergia entre as linhas de ação que compõem o programa e as de outros programas do Instituto Socioambiental.

Equipe

André Villas-Bôas; Marcelo Salazar; Paulo Junqueira; Rodrigo Gravina Prates Junqueira.

Parcerias e fontes de financiamento

ED/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundo Vale; RFN, Usaid.

O que foi feito

- Participação e apoio nas articulações políticas junto ao Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso, culminando na saída do município de Querência da lista dos maiores desmatadores da Amazônia, o primeiro do estado e o segundo da Amazônia;
- Participação em diferentes eventos e fóruns;
- Coordenação compartilhada e apoio ao programa de restauração florestal e adequação socioambiental do município de Canarana;
- Participação nas articulações políticas e apoio técnico no processo de adequação socioambiental do município de Santa Cruz do Xingu, por meio do programa “Santa Cruz do Xingu Verde Legal”;
- Mobilização e apoio no processo de construção de um plano de negócios para a Rede de Sementes do Xingu;
- Articulação técnica e política no processo de negociação com a empresa Natura sobre projeto de neutralização dos seus passivos de carbono com associação de produtores regionais, como incentivo à restauração florestal nas cabeceiras do Xingu;
- Coordenação do projeto de formação de agentes indígenas para gestão de serviços ambientais;
- Desenvolvimento de intensos esforços para captação de recursos, com destaque para projetos elaborados para União Europeia, Rainforest da Noruega/Pacote Amazônico, Fundo Vale e Fundação Moore, todos aprovados, fundamentais para estruturar melhor as ações do programa;
- Acompanhamento do processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte e participação em mobilizações contra a obra;
- Participação no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu);
- Elaboração, negociação e contratação do segundo projeto de comercialização de créditos de carbono da restauração de APPs na região, no mercado voluntário;
- Estruturação de projeto piloto de pagamento de serviços ambientais para o corredor de Terras Indígenas que envolve o Parque do Xingu, TI Panará e TIs Kayapó;
- Atualização de infraestrutura de transporte, comunicação e alojamento do Programa Xingu na cidade de Canarana e nas bases de apoio dentro do Parque Indígena do Xingu (PIX);
- Articulação, coordenação e organizações das reuniões de planejamento e avaliação das atividades do Programa Xingu;
- Acompanhamento das atividades de articulação política voltadas para a garantia de políticas públicas para escolas indígenas do PIX e Panará;
- Articulação dos projetos do PIX, TI Panará e Terra do Meio em um programa voltado à sustentabilidade da Bacia do Rio Xingu;
- Acompanhamento do processo de resgate do território de ocupação tradicional dos Ikpeng e Kisédjê;
- Articulação da participação do Programa Política e Direito Socioambiental (PPDS) para assessoria jurídica aos Kaiabi no acompanhamento dos processos de reconhecimento territorial;
- Articulação junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) visando a participação nas expedições de reconhecimento de direitos territoriais das etnias do Parque e das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- Reuniões com diretores e presidência do ICMBio, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério Público Federal para articulação de proteção e atração de políticas públicas para as UCs da Terra do Meio;
- Apoio no desenvolvimento socioambiental das Reservas Extrativistas (Resex) da Terra do Meio;
- Participação na agenda de reuniões com as etnias do Parque Indígena do Xingu, em torno do diálogo sobre mudança climática, serviços ambientais e mercado de carbono, apoiando a organização dos índios em sua decisão de construção de planos de gestão para o PIX;
- Realização, em parceria com a Coordenação Regional do Xingu da Funai, de levantamento de dados socioeconômicos dos índios residentes em Canarana (MT). O estudo servirá de subsídio à Funai local para lidar com a crescente migração de índios para a cidade;
- Elaboração de relatórios e projetos para Fundação Rainforest da Noruega (RFN); Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); Defesa do Meio Ambiente (ED); Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável; Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); Ministério da Educação (MEC); Instituto HSBC Solidariedade; Fundação Gordon & Betty Moore; Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit – Cooperação Alemã (GIZ); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Natura e Afras.

Indicadores

- Capacidade de articulação e interlocução com as lideranças do PIX e da TI Panará;
- Capacidade de articulação e interlocução com os diferentes atores regionais no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Capacidade de formular projetos, sistematizar relatórios de atividades e aproveitar oportunidades de financiamento e parcerias;

- Aumento de captação de recursos de fontes diversificadas;
- Capacidade de promover sinergia entre as diferentes equipes técnicas do programa;
- Capacidade de atualização estratégica das ações do programa;
- Grau de empoderamento e fortalecimento da equipe para assumir suas funções e tarefas com responsabilidade.

Avaliação

Em 2011 o Programa Xingu consolidou suas estratégias em seus três componentes: Altamira/TM, PIX, Cabeceiras.

Na região de Altamira, o trabalho do Programa Xingu do ISA se alternou entre avançar na implantação de um conjunto de iniciativas voltadas à consolidação das Resex da Terra do Meio com projetos de formação, saúde, produção, gestão do território e uma intensa agenda de mobilização, manifestações políticas contra a construção de Belo Monte e acompanhamento da execução das condicionantes previstas no licenciamento da obra, além de participação ativa no PDRS Xingu.

Na região das cabeceiras do Xingu, um dos destaques foi o início da operacionalização de um novo contrato com a empresa Natura para neutralização das suas emissões, envolvendo agora uma associação de produtores do município de Santa Cruz do Xingu, articulada para esta finalidade, como titulares dos créditos de carbono e parceiros do ISA no projeto. Chegamos ao cômputo de 2,5 mil hectares de áreas em processo de restauração alcançados na região das cabeceiras do Xingu. O reconhecimento público de eficiência e a disseminação da técnica de restauração mecanizada, desenvolvida no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, e o avanço da agenda de adequação socioambiental nos municípios xinguanos de Santa Cruz do Xingu e Canarana, e a retirada do município de Querência da lista dos maiores desmatadores da Amazônia, são alguns destaques que marcaram o trabalho nas cabeceiras em 2011.

A intensa agenda de reuniões com as etnias do Parque Indígena do Xingu, em torno do diálogo sobre mudança climática, serviços ambientais e mercado de carbono, resultou no entendimento de que para melhor estruturar este diálogo é providencial a construção de um plano de gestão, um plano de vida do Parque do Xingu; a Rede de Sementes vem se expandindo dentro do PIX, com a adesão de novas etnias, e se consolidando como uma nova alternativa econômica sustentável, com pegada socioambiental regional. Entre outras iniciativas, vale destacar ainda o trabalho de prevenção do fogo e combate a incêndios florestais, que inaugurou parceria com a empresa Guarany de implementos agrícolas e colocou em destaque a questão do fogo como um dos principais desafios de sustentabilidade futura do Parque Indígena do Xingu.

Perspectivas

- Ampliar as condições de trabalho do programa junto às Resex do Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu, com ênfase nas questões voltadas à sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da população local, acesso a assistência e regularização das Unidades de Conservação;
- Desenvolver diferentes iniciativas voltadas a melhorar as condições de planejamento e financiamento de atividades voltadas à gestão territorial sustentável das Terras Indígenas da Bacia do Xingu;
- Dar sequência ao processo de formação socioambiental de gestores indígenas, a partir de um currículo-síntese do acúmulo das diferentes atividades desenvolvidas pelo Programa Xingu;
- Consolidar proposta piloto voltada ao pagamento por serviços ambientais, especialmente o mercado de carbono visando apoiar projetos de restauração florestal tanto no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, quanto em relação ao pagamento de serviços ambientais prestados pelas Terras Indígenas;
- Consolidar as experiências de neutralização de emissões de carbono, iniciado por uma empresa com renome internacional na Bacia do Xingu;
- Avançar na adequação socioambiental da produção agropecuária da região das cabeceiras do Xingu, a partir da qualificação dos municípios da região na gestão florestal;
- Coordenar, em parceria com o Programa de Políticas Públicas do ISA, processo de diálogo com os povos do PIX, com os Panará e os Kayapó visando informá-los sobre temas relacionados a mudanças climáticas e serviços ambientais/mercado de carbono e a relação desses temas com o Brasil, a Amazônia e seus respectivos territórios. O objetivo é subsidiá-los para participarem dos fóruns nacionais e internacionais de discussão desses temas e se posicionarem em relação às demandas do mercado de carbono;
- Assessorar o movimento e a discussão sobre a perspectiva de reestruturação da Associação Terra Indígena Xingu (Atix) diante da necessidade de atualizar sua articulação com e entre as associações étnicas locais na gestão de temas estratégicos de interesse comum aos diferentes povos. Também e ao mesmo tempo assegurar uma representatividade participativa da Atix em relação ao conjunto das etnias do PIX;
- Ampliar o processo de formação e profissionalização de quadros locais de nível técnico e superior para atender as demandas crescentes de restauração florestal na Amazônia e no Cerrado;
- Dar continuidade às discussões com índios sobre sustentabilidade futura, associando a questão dos serviços ambientais prestados no contexto do Parque Indígena do Xingu e TI Panará;
- Acompanhar ativamente o processo de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte;
- Iniciar a construção do plano de gestão do Parque Indígena do Xingu, em parceria com Atix, Ipeax e Coordenação Regional da Funai;
- Iniciar articulações políticas e mobilização dos diferentes atores sociais da região do Xingu e suas organizações visando a constituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Xingu;
- Articulação e mobilização política voltadas a ampliar o controle social sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais previstas no licenciamento de Belo Monte.

Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Panará

O que é

O Programa Xingu atua em parceria com as associações e comunidades do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Panará na formulação e implantação de um conjunto articulado de projetos que buscam: aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos índios com a sociedade envolvente; ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover seu fortalecimento cultural e a capacitação para a gestão dos recursos naturais tradicionais, assim como a proteção e fiscalização das suas fronteiras.

Equipe

André Villas-Bôas; Christiane Peres, Cristina Velasquez; Fernanda Bellei (até setembro), Francisco Fortes (até junho); Joanatan Fernandes; Katia Ono; Letícia Soares de Camargo (até abril); Maria Martha Mota; Marisa Gesteira, Moisés Félix de Carvalho, Murilo Passarelli; Paula Mendonça; Paulo Junqueira; Renato Mendonça, Roberto Oliveira, Rosana Gasparini.

Colaboradores: Ana Cristina Silveira, Antonilson O. Rodrigues; Bruna Franchetto; Camila Gauditano, Carlos Fausto; Douglas Rodrigues; Flora Cabalzar; Jeferson Stratmann, Jerônimo Villas Boas; Lea Tomas, Lucio Kodato; Marcela Coelho, Marina Kahn, Maura Campanili; Namaste Messerschmidt; Rosely Nakagawa, Rosimeire Rurico Sacó; Silvia, Sofia Mendonça, Stephan Schwartzman.

Pesquisadores Associados: Geraldo Mosimann Silva; Rosely Sanches, Simone Athayde.

Parcerias e fontes de financiamento

► Financiadores

Construcap; ED/Fundação Gordon & Betty Moore; FLD; Fundo Vale; IGPA; Iphan; MinC; Norad; RFN; Usaid.

► Parcerias

Associação Iakiô Panará; Associação Indígena Kisêdjê; Associação Moygu Comunidade Ikpeng; Associação Tapawia Kaiabi; Associação Tulukai Waurá; Associação Yarikayu Yudja; Atix; Centro de Organização Kawaiwete; Cinemateca Brasileira; DseiX; Funai/AER Xingu; IF-SP; Instituto Catitu; Projeto Vídeo nas Aldeias; Unifesp; Guarany Indústria e Comércio, Solaris.

O que foi feito

► CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

- Realização do primeiro módulo do curso “Território e serviços ambientais no Xingu”, com a participação de 25 alunos de 14 povos do Alto, Médio e Baixo Xingu. O curso terá duração de três anos e tem foco na interlocução dos índios com os processos de valorização dos serviços ambientais prestados a partir da proteção florestal no Parque do Xingu;
- Conclusão do processo de consulta e informação sobre serviços ambientais e articulação e alinhamento político das etnias do PIX, visando iniciar processo de construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu. O diálogo começou com os índios, atendendo às suas demandas para entender o contexto mundial de mudanças climáticas. Depois de três anos de reuniões nas aldeias com todos os povos do Xingu, os índios decidiram por construir mecanismos de gestão para o Parque. O processo de construção é coordenado pelo ISA, pela Atix, pela Funai, e pela Ipeax – instituições escolhidas pelas comunidades.

► MANEJO DO FOGO

• Prevenção a incêndios florestais

- Início das ações de prevenção e combate ao fogo no Alto Xingu com as comunidades Waurá e Kuikuro, marcando um novo momento nas relações do ISA com os indígenas do Alto;
 - Realização de oficinas para discussão dos acordos comunitários pactuados e planejamento de ações de prevenção nas aldeias Capivara, Tuiararé, Tuba Tuba e Pavuru/Moygu;
 - Apoio à organização do plano de campanha de conscientização do povo Kawaiwete;
 - Elaboração do “Guia de Acordos Comunitários” para orientar as comunidades e grupos organizados na elaboração de seus planos;
 - Elaboração e distribuição de radiogramas e cartazes com imagens e textos sobre causas de incêndios e os procedimentos possíveis para sua supressão.
- #### • Ações de controle de queimadas e combate aos incêndios florestais
- Oficinas de queimada controlada de roças e combate aos incêndios florestais nas aldeias: Moygu/Pavuru; Ngojhwere, Piyulaga;
 - Iniciado o período tradicional de queimadas foram feitos contatos via rádio para as aldeias próximas para averiguação da existência daqueles pontos mostrados nos boletins de queimadas gerados pelo Inpe;

Arquivo ISA



Jovens xinguanos participam de treinamento para combate a incêndios no PIX

- Apoio às iniciativas das aldeias para o controle de queimadas e combate aos incêndios florestais junto aos Yudja, às aldeias Kawaiwete da região do Tuiararé e Diauarum e aldeias Kisêdjê na TI Wawi;
- Apoio logístico e técnico aos brigadistas do Ibama, solicitado pela Funai, para conter incêndio na região do Médio Xingu;
- Reuniões de avaliação das ações do ano com as comunidades Yudja e Kawaiwete.

• Monitoramento das queimadas no Xingu

- Publicação do Boletim “De olho no Xingu” com alertas aos focos de queimada no Parque e na região do entorno;
- Análise georreferencial e de campo das áreas afetadas pelas queimadas em 2010 no PIX;
- Amostragem das áreas abertas para roças com o uso do fogo.
- **Ações para articulação de parcerias e captação de recursos**
- Elaboração de projeto em parceria com a Coordenação Regional do Xingu da Funai;
- Participação em reuniões para definir parceiras e diretrizes: CRXingu, CGMT/Funai Brasília, Guarany;
- Apoio logístico e técnico à equipe de brigadistas do Ibama na ação do incêndio da aldeia Boa Esperança;
- Aproximação com a pesquisadora Imma Oliveras com o intuito de desenvolver produtos de monitoramento a alertas de queimadas e para o apoio técnico na estruturação de Planos de Manejo do Fogo no Parque Indígena do Xingu.

► APOIO E FORMAÇÃO AOS PARCEIROS LOCAIS

- Capacitação e assessoria técnica, política e administrativa de forma contínua, com visitas e oficinas a oito associações indígenas no PIX e TI Panará, envolvendo rotina contábil, bancária, e escritural das associações trabalhadas; apoio no planejamento e na execução orçamentária de suas atividades; apoio à produção de relatório de atividades e financeiro; e assessoria para o planejamento, realização, e registro de seis assembleias ordinárias e extraordinárias;
- Acompanhamento e assessoria técnica às associações na captação de recursos, gestão e execução de projetos;
- Acompanhamento e assessoria na rodada de visitas da diretoria da Atix em aldeias de nove povos do Alto Xingu, um povo do Baixo Xingu, e com

o povo Kisêdjê do Leste Xingu, com os seguintes objetivos: apresentação da diretoria, do novo organograma, da nova proposta de trabalho, do orçamento, e das atividades planejadas para o ano de 2011 pela associação; além disso também foi feito um levantamento do trabalho das associações locais, e as demandas das comunidades foram ouvidas;

- Assessoria na participação da Atix na assembleia do COK (Centro de Organizações Kawaiwete), para a realização do mesmo trabalho feito na rodada da diretoria pelo Xingu, só que com os representantes de 24 comunidades Kawaiwete;
- Assessoria no processo de transição da diretoria de administração da Atix;
- Assessoria à Atix em audiência no Tribunal Regional do Trabalho;
- Assessoria às atividades políticas da Atix a fim de definir as estratégias de relacionamento com outras instituições parceiras, e com as associações locais de dentro do PIX.

► APICULTURA

• Formação e incentivo à produção e processamento do mel respeitando padrões de qualidade e higiene

- Realização de diagnóstico da situação da apicultura junto aos povos Kawaiwete e Panará, com participação ativa da coordenação do mel da Atix, a partir de visitas aos apiários e levantamento da situação de gestão do mel;
- Realização de três módulos de formação de apicultores, onde foram tratados conceitos básicos sobre ecologia das abelhas, técnicas de captura de enxame, introdução sobre a técnica de manejo racional de enxames, higiene e padrões de produção, processamento de cera, manutenção do apiário e organização da produção;
- Realização de três visitas de acompanhamento aos apicultores em suas aldeias, momento de vivência prática, onde, no apiário, durante o manejo, são trabalhadas as dificuldades dos apicultores;
- Disponibilização de apoio técnico e material à implantação de novos apiários do povo Kawaiwete. Os novos apicultores receberam o material básico para a implantação de um apiário: macacão, fumegador, uma caixa e acessórios;
- Confecção de 50 caixas padronizadas (ABNT), para substituírem materiais velhos e incrementar o processo de multiplicação de enxames;

• Assessoria e formação nos processos de gestão da atividade apícola

- Levantamento das despesas do mel para 2011, considerando todos os custos fixos, variáveis e totais, que servirá como parâmetro para o planejamento orçamentário das despesas do mel em 2012 e entendimento de forma geral dos custos com a cadeia desde a escolha do modelo de produção na aldeia (comunitária e/ou particular até o mercado consumidor). Os estudos se unirão, ao final do ano, com o realizado para subsidiar um plano de contas para a gestão do negócio apícola;
- Realização de oficinas temáticas com o coordenador de alternativas econômicas da Atix focando a construção de estratégias de sustentabilidade do mel, com enfoque na gestão do negócio na Atix e nas aldeias, e planejamento orçamentário;
- Assessoria à Atix na organização do processo de compra e distribuição de insumos e materiais apícolas, incluindo levantamento dos fornecedores e cotação dos preços dos materiais apícolas, considerando o planejamento orçamentário da Atix, os pedidos de compra das comunidades e os custos de envase e comercialização do mel.



Apicultores xinguanos

• **Assessoria no processo de regularização dos selos de certificação do mel dos índios do Xingu**

- Assessoria à Atix para a organização e realização da inspeção técnica do Instituto Biodinâmico (IBD), que certifica que o mel é orgânico;
- Assessoria e formação aos gestores para o pagamento do código de barras, tarifas bancárias, fornecedores de embalagens e materiais apícolas, rótulos, tag's;
- Assessoria à Atix na revisão do projeto para construção do entreposto respondendo às normas do SIF;
- Assessoria a CAE-Atix com o Lapoa, laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária, para análise físico-química e biológica exigidos pelo SIF;
- Assessoria na atualização dos dados no SIG-SIF de produção e comercialização, exigências para garantir a permanência do selo de inspeção federal;
- Articulação com o Sipag-SIF para regularização das pendências de não conformidade das informações do rótulo e etiqueta de rastreabilidade dos lotes do mel.

• **Articulação de parceiros**

- Realização de reuniões envolvendo a Funai, o assessor técnico que atua no Alto Xingu, SIF, IBD e o Grupo Pão de Açúcar, a fim de fortalecer a rede de parceiros do projeto;
- Participação no Encontro de Apicultores do PIX organizado pela Funai;
- Acompanhamento da visita do programa Caras do Brasil do Grupo Pão de Açúcar, no PIX, juntamente com a empresa Visão Sustentável, responsável pela auditoria e elegibilidade dos produtos comercializados pelo programa.

► **REDE DE SEMENTES DO XINGU**

- Assessoria e acompanhamento nos processos de gestão da venda de sementes florestais com os Yudja, Ikpeng, Waurá, Kawaiwete e Panará;
- Realização de oficinas de capacitação em técnicas de coleta e beneficiamento de sementes florestais e oficinas sobre gestão, visando a compreensão do processo de comercialização de sementes, para introdução das aldeias Piyulaga e Pyulewene do povo Waurá na Rede de Sementes do Xingu;
- Organização da terceira reunião da Rede de Coletores de Sementes do Parque Indígena do Xingu, onde participaram todos os núcleos de coleta do PIX;

- Realização de oficina de matemática aplicada à organização do processo de coleta e comercialização das sementes;
- Oficina de Excel para gestores das sementes nas aldeias e auxílio na elaboração das planilhas de controle;
- Participação no VIII Encontro da Rede de Coletores de Sementes do Xingu, em São Félix do Araguaia (MT), onde participaram gestores e coletores dos núcleos de coleta do Parque Indígena do Xingu, juntamente com os demais coletores do entorno do PIX.

► **ÓLEOS VEGETAIS**

- Apoio à Associação Indígena Kisêdjê na captação de recursos e implementação de uma unidade de processamento de óleos vegetais;
- Finalização da construção da unidade de processamento de óleo e primeira produção de óleo de pequi para análises laboratoriais e prospecção de mercado.



fotos: Acervo ISA



Unidade de processamento de óleos vegetais construída na aldeia kisêdjê



Separação e pesagem das sementes enviadas para a Rede de Sementes do Xingu

► APOIO A INICIATIVAS DE REVITALIZAÇÃO E REGISTRO CULTURAL E INICIATIVAS DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DO DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

• Projeto “Expedições a Sítios Históricos dos Povos Indígenas Panará, Kisêdjê, Kawaiwete e Yudja”

- Tradução de narrativas de expedição Kawaiwete realizada em 1995 e em 2008, cujo percurso foi refeito nessa expedição;

- Elaboração de mapas-base para as oficinas e localização em campo, realizada no Laboratório de Geoprocessamento do ISA;

- Oficina de planejamento da expedição para o Rio Teles Pires, com participação de todos os interessados na expedição, e um convite especial aos que participaram da expedição de 1995. A oficina seguiu os seguintes tópicos: memória sobre o que já foi feito, em parceria (ou não) com não índios; exposição de motivos e propostas dos organizadores; planejamento logístico (data, participantes etc); definição dos papéis a serem desempenhados por cada participante; planejamento diário de atividades de levantamento de dados e registro; resultados e produtos esperados; possíveis atividades de continuidade do projeto e usos do material obtido; treinamento dos registradores e reavivamento da memória dos anciãos;

- Elaboração de croqui e memorial descritivo, de acordo com a memória do ancião Tuim Kaiabi;

- Realização de expedição com o povo Kawaiwete ao Rio Teles Pires, com participação de jovens e anciãos;

- Mapa preliminar da expedição – elaborado no Laboratório de Geoprocessamento do ISA, foram plotados 140 pontos localizados e registrados por GPS, com memorial fotográfico;

- Reunião para apresentação de mapa preliminar que gerou, entre os Kawaiwete presentes, uma discussão política sobre a construção das Usinas Hidrelétricas de Colider, São Manoel e Teles Pires, no CTL Diauarum, em outubro de 2011;

- Expedição com o povo Yudja à região da TI Kayapó Capoto Jarina, para coleta de recurso natural a ser utilizado em oficina de confecção de flechas a ser realizada pela Escola Kamadu.

• Comemoração dos 50 anos do Xingu

- Criação e coordenação de grupo de trabalho (GT) para organização de um evento de comemoração e debates, realizado na aldeia Ipavu Kamaiurá, no Parque do Xingu. O GT foi responsável pela captação de fundos, organização e registro do evento;

- Lançamento do Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu – 50 anos, editado pelo ISA e distribuído principalmente para escolas e bibliotecas da Bacia do Xingu;

fotos: Acervo ISA



Registros das expedições kawaiwete e yudja realizadas em parceria com Iphan

- Organização de exposição fotográfica, mostra de cinema e ciclo de debates sobre o futuro do Parque do Xingu, na Cinemateca Brasileira;
- Remontagem da exposição fotográfica em Canarana (MT);
- Colaboração histórica, iconográfica e operacional ao filme Xingu, dirigido por Cao Hamburger.

Indicadores

- Realizado o primeiro módulo do curso “Território e serviços ambientais no Parque Indígena do Xingu”, com grande envolvimento das comunidades;
- Associações do PIX desenvolvendo nove projetos de forma autônoma, com suas prestações de contas aprovadas e atividades desenvolvidas de forma consistente e participativa;
- Rede de Sementes do Xingu e apicultura sendo geridas pelas comunidades com considerável autonomia;
- Todas as associações em dia com suas rotinas escriturais e fiscais;
- Participação da Atix nas discussões da criação do REDD+ indígena em Mato Grosso. A associação se organizou, buscou parceiros, e conseguiu realizar o Seminário Regional REDD+ Indígena Xingu, trazendo lideranças de todo o Parque para a discussão;
- Expansão da assessoria técnica para mais uma organização, a Associação Indígena Tulukai, do povo Waurá;
- 58 apicultores treinados para o manejo das abelhas e processamento higiênico do mel;
- 12 apicultores treinados para fazer divisão de enxames;
- Aumento do número de caixas instaladas entre os Kawaiwete, de 114 para 155, com expectativa de incremento maior com a chegada de novas caixas e formas de manejo;
- Aumento da produtividade de mel no Parque;
- Aumento da renda familiar e comunitária;
- Projeto de construção do entreposto elaborado;
- Certificação orgânica do mel dos índios do Xingu regularizada;
- Dois novos núcleos de coleta inseridos na Rede de Sementes do Xingu;
- Registro e memorial descritivo de mais de 140 pontos (fatos, aldeias, narrativas históricas) de importância cultural para os Kawaiwete.

Avaliação

A realização do primeiro módulo do curso “Território e Serviços Ambientais no Xingu” e o início do processo de construção do plano de gestão do PIX, iniciam importantes etapas no processo de reflexão dos índios de aspectos ligados a sua sustentabilidade futura, tendo em vista o ativo de serviços ambientais de que dispõem e suas ameaças. Neste contexto, o fogo, de uso tradicional pelos índios, vem tomando dimensões preocupantes, principalmente por conta do confinamento territorial e de mudanças no clima ocasionadas pelo processo de desmatamento do entorno do Parque. Na região do Médio e Baixo Xingu, em que o Programa está atuando desde 2008 com a prevenção e combate a incêndios florestais, as comunidades tem se tornado cada vez mais ativas no sentido da prevenção.

A apicultura passa por um processo de reorganização no PIX, inicialmente com os Kawaiwete, que respondem por aproximadamente 50% das caixas em produção no Parque. Também é o povo com maior número de aldeias envolvidas no projeto,



Renato Mendonça

Jovens lideranças xinguanas durante curso de formação no PIX

com grande dispersão geográfica dentro do PIX. Outros grupos também mostram interesse e organização para a produção de mel, com destaque, na região de atuação do projeto, aos Kisêdjê. A Atix, que tem novos quadros na diretoria financeira e aprendizes na gestão do mel no Diauarum, tem gerido a apicultura com considerável autonomia, mas ainda demanda formação e assessoria, sobretudo para a relação com os órgãos certificadores.

Depois de 15 anos de investimento, a apicultura já tem as bases para a organização comunitária, relação comercial estável e estrutura de gestão e processamento implantadas. A atividade apresenta claros indicadores de sustentabilidade e capacidade de expansão. As ações, desenvolvidas com a premissa do envolvimento comunitário, vêm mostrando resultados neste sentido, e é visível o ânimo dos índios.

Por fim, a construção do entreposto do mel no Diauarum em alvenaria, importante para a manutenção dos selos e das parcerias comerciais não aconteceu conforme prometido pela Funai, o que vai exigir um novo esforço para levantar recursos em outras fontes para viabilizar sua construção. Os índios têm mostrado crescente interesse pela atividade de coleta de sementes para recuperação das matas ciliares no entorno do Parque. Para além do ganho ambiental, a atividade se adapta bem às atividades tradicionais e complementa a renda das famílias. Destaca-se na atividade a intensa participação das mulheres.

Perspectivas

- Realizar as primeiras oficinas para construção do plano de gestão do PIX;
- Realizar o II e III módulo do curso “Territórios e Serviços Socioambientais no Xingu”;
- Identificar regimes de queima e fazer um estudo sobre o histórico dos incêndios no Xingu, através de imagens, a partir de 2007/2008;
- Fortalecer os grupos que tem iniciativas próprias de prevenção e combate a incêndios florestais e ampliar as ações em novas aldeias nos rios Manito e Arrais e no Médio Xingu;

- Dar continuidade aos processos de formação gerencial do quadro de gestores das associações;
- Dar continuidade ao processo formativo do curso “Territórios e Serviços Socioambientais no Xingu”;
- Investir na articulação das diversas associações para fortalecer sua ação política;
- Estimular e capacitar as associações para a busca de novos parceiros e financiadores;
- Realizar, no contexto do projeto “Expedições a Sítios Históricos dos Povos Indígenas Panará, Kisêdjê, Kawaiwete e Yudja” expedições com os Yudja e Kisêdjê para identificação de sítios de importância cultural.

Melhores momentos

- Conclusão do processo de consulta e informação sobre serviços ambientais e início do processo de construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu;
- Intensificação do trabalho de manejo do fogo, com redução significativa dos focos de calor em relação a 2010;
- Realização da III Reunião dos Coletores da Rede de Sementes do Xingu, no PIX, onde participaram somente os coletores e gestores do Parque Indígena do Xingu, discutindo sobre todas as dúvidas e dificuldades que envolvem o trabalho da comercialização de sementes;
- Assessoria na confecção do projeto arquitetônico da Casa de Manejo da comunidade Yudja, da aldeia Tuba Tuba;
- Apoio a iniciativas de revitalização e registro cultural, por meio de expedições de reconhecimento de território;
- Realização do primeiro módulo do curso “Territórios e Serviços Socioambientais no Xingu”, com participação de lideranças indígenas do PIX;
- Realização de exposição fotográfica e lançamento de almanaque em comemoração aos 50 anos do PIX;
- Festa comemorativa dos 50 anos na aldeia Ipavu, dos Kamaiurá.



Festa comemorativa dos 50 anos do PIX na aldeia Ipavu, dos Kamaiurá

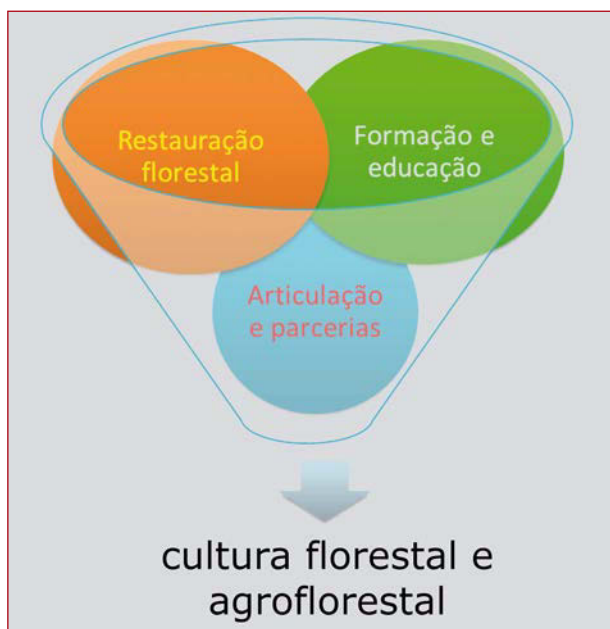
© Ana Lúcia Gonçalves/ISA

Adequação Socioambiental da Bacia do Rio Xingu

O que é

Trata-se de um conjunto articulado de estratégias socioambientais que tem como ação prioritária a Campanha Y Ikatu Xingu, uma coalizão ativa de interesses para a proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes da Bacia do Xingu no Mato Grosso. Suas ações desenvolvem-se no sentido de mobilizar e articular diferentes atores na esfera municipal, estadual, nacional e internacional para garantir a integridade dos recursos hídricos e alertar sobre os impactos ambientais do uso e da ocupação desse território.

Articulam-se em três eixos – planejamento e gestão territorial, pesquisa e desenvolvimento de técnicas em restauração florestal e educação agroflorestal – que contribuem efetivamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que alie a produção e a conservação dos recursos naturais, valorizando a diversidade socioambiental da Bacia do Xingu.



Equipe

André Villas-Bôas; Bruna Ferreira; Carlos Garcia Paret, Cassiano Marmet, Christiane Peres, Cladineia Pesamosca, Cleiton Marcelino dos Santos, Cleudemir Peixoto, Cristina Velasquez; Erica Ieggli; Fernanda Bellei; Heber Queiroz; José Nicola Costa, Junior Micolino da Veiga; Karla Patrícia Oliveira; Luciano Eichholz; Marcelo Hercowitz; Marisa Gesteira, Natalia Guerin; Rodrigo Junqueira, Rosalina Loch; Sadi Elsenbach; Vanderlei da Costa.

Pesquisadores associados: Antonio Melo; Giselda Durigan; Natalia Macedo Ivanauskas.

Retaguarda institucional: Equipes de manejo e educação do Parque Indígena do Xingu; Programa Política e Direito Socioambiental; Secretaria Executiva.

Parcerias e Fontes de Financiamento

▶ Financiadores

Afras – Associação de Franquias Sustentáveis; Casa – Centro de Apoio Socioambiental; Cervejaria Xingu Premium; Fundação Avina, Fundo Vale;

Instituto Bacuri; Instituto Ventura; MMA/FNMA; MMA/PDA/Padeq; MDA/SAF; Natukapilar; Natura; RFN; Usaid; The Forest Trust (TFT); JYSK; The David and Lucile Packard Foundation.

▶ Parcerias

Agropecuária Fazenda Brasil; Agropecuária Rica; Aliança da Terra; ANA – Agência Nacional de Águas; Ansa – Associação Nossa Senhora da Assunção de Educação e Assistência Social; Asfax (Associação dos Fazendeiros Xingu e Araguaia); Associação Agroecológica Estrela da Paz do Assentamento Brasil Novo (Querência); Associação Indígena Kisêdjê; Atix; AXS – Associação Xingu Sustentável; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Querência; CPT; Embrapa; Escola Municipal Família Agrícola de Querência; Fazenda Bang Bang; Fazenda Nova Esperança; ICV; Instituto EcoSocial; NBS; Opan – Operação Amazônia Nativa; Prefeitura Municipal de Canarana; Prefeitura Municipal de São José do Xingu; Sindicato Rural de Santa Cruz do Xingu; TNC; Unemat.

O que foi feito

▶ RESTAURAÇÃO E REDE DE SEMENTES DO XINGU

• Nas chuvas de 2011 foram restaurados 255 hectares em mais de 30 propriedades por meio da viabilização de diferentes arranjos institucionais. Nessas chuvas, The Forest Trust (TFT), Usaid, Natura, Associação de Franquias Sustentáveis (Afras) e FNMA foram parceiros do ISA e dos produtores na realização dos plantios. Após atingir 2.544 hectares em processo de restauração, o desafio agora é manejar, monitorar e aprender para garantir um processo de disseminação consistente e adaptado às diferentes realidades na Amazônia e no Cerrado;



Produção de mudas para restauração no Viveiro Municipal de Canarana

- Início do projeto Carbono Nascentes do Xingu/Pagamento por Serviços Ambientais, realizado em parceria com a Associação Xingu Sustentável – formada por produtores rurais de Santa Cruz do Xingu (MT) –, que visa a restauração das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para neutralização de 75 mil toneladas de carbono num período de 30 anos. Foram plantados 40 hectares em três propriedades de Santa Cruz do Xingu;
- Consolidação de parceria com o Programa Aroeira da prefeitura de Canarana para recuperação de áreas degradadas. O programa institucionalizou a restauração ecológica como política pública municipal. As áreas plantadas e monitoradas já passam de 150 hectares. Em 2011, mais de 40 mil mudas foram distribuídas, destinadas à recuperação de 66 hectares de APPs no município de Canarana;
- Implementação do projeto de plantio e aproveitamento de Reserva Legal, realizado em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril Sinop (MT) no Estado de Mato Grosso. A ideia é testar se é viável para o produtor plantar e utilizar, ou não, a Reserva Legal dentro de sua propriedade, conforme consta na legislação vigente. A primeira área experimental foi implantada na fazenda Angaiá, em Canarana. Foram plantados 14 hectares, utilizando 16 espécies nativas de uso econômico e que contribuirão para a restauração ecológica da área, conciliando conservação e produtividade. Serão avaliados os custos para implantação e manutenção, além de permitir a avaliação – no futuro – dos possíveis benefícios econômicos;
- Produção e comercialização de 22 toneladas de sementes de 180 espécies diferentes na Rede de Sementes do Xingu;
- Formação de novos grupos de coletores: Nova Xavantina, Aldeia Waurá, e na Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, numa parceria com a Operação Amazônia Nativa (Opan), por meio da Articulação Xingu Araguaia (AXA);
- Realização do 8º Encontro da Rede de Sementes do Xingu que reuniu 90 coletores e convidados especialistas em São Félix do Araguaia. Durante três dias, coletores trocaram experiências entre si e com especialistas, apresentaram suas técnicas de limpeza e beneficiamento de sementes, discutiram a legislação brasileira de sementes e refletiram sobre as alternativas para conquistar a autonomia da rede;
- Realização de cadastro dos coletores, com cartão e ficha de identificação;
- Início do processo de institucionalização do Fundo Rotativo de Crédito de sementes do Xingu.

Christian Knepper



Plantio mecanizado de sementes utilizando um vincón



Assentado mostra fruto de sua agrofloresta

Alexandre Maceo

► FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

- Estágio em restauração florestal e tecnologia de sementes. Foram selecionados três estagiários dos cursos de engenharia agrônoma e florestal, de universidades de São Paulo, para realizar estágio nos meses de agosto e setembro. Além de realizar projetos individuais, como a análise da germinação das sementes em viveiro e acompanhamento do monitoramento das áreas em restauração, também puderam vivenciar a dinâmica dos trabalhos de restauração no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, e participaram do 8º Encontro Anual da Rede de Sementes do Xingu;
- Realização da II Expedição de Restauração Florestal nas Cabeceiras do Xingu. O encontro reuniu 28 profissionais, vindos de oito estados brasileiros, que atuam em 24 instituições diferentes, entre ONGs, instituições de pesquisa e órgãos públicos. Os participantes pude-



Pesquisadores participam de II Expedição de Restauração Florestal

Christian Knepper

ram conhecer o conjunto de técnicas e arranjos institucionais aplicados e trabalhados pela equipe do ISA na restauração de áreas degradadas na Bacia do Xingu;

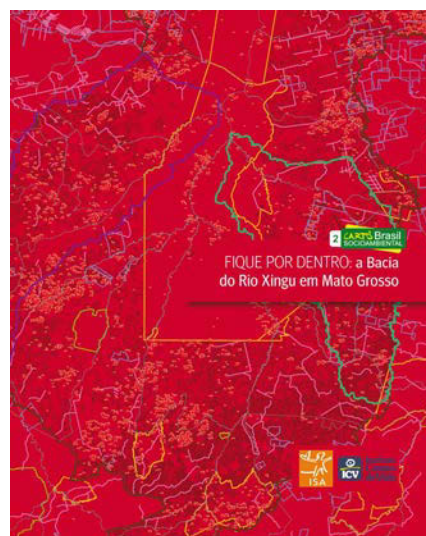
- Participação de produtores de Canarana em seminário realizado em Brasília sobre plantio de árvores no Cerrado. O evento foi o pontapé inicial para a compilação e disseminação das tecnologias informais que vêm sendo desenvolvidas dentro das pequenas propriedades por todo o Brasil. Entre os participantes estavam dois pioneiros na recuperação de áreas degradadas de Canarana: Amandio Micolino e Teresinha Goldoni. Ambos foram convidados para apresentar suas experiências com o plantio mecanizado de árvores nativas. As experiências de restauração florestal em Canarana, apresentadas no evento, vêm sendo realizadas em parceria com o ISA, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Participação em encontros regionais para disseminação do processo da Rede de Sementes do Xingu: Canarana (grupos de Canarana, Água Boa, Querência e Nova Xavantina); Porto Alegre do Norte (Porto Alegre do Norte, Confresa, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia);
- Realização de reuniões com grupos coletores do Parque Indígena do Xingu (PIX) para afinar trabalho realizado nas aldeias. Foi discutido o histórico da rede, seu funcionamento, precificação das sementes para melhor entendimento dos indígenas;
- Participação em eventos para disseminação da Rede de Sementes: VIII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, XVII Congresso Brasileiro de Sementes, Encontro da Rede Nacional de Sementes Florestais;
- Realização de oficinas de manejo de sementes florestais em Apuí (AM) e em Altamira (PA), com o objetivo de compartilhar experiências e formar novas redes locais;
- Realização do Encontro Itinerante de Iniciativas Socioambientais em Educação, que reuniu educadores que acreditam que iniciativas socioambientais podem ser aliadas no processo pedagógico. A "caravana da educação" foi organizada pelo ISA, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura (Semec) de Canarana e com apoio da Fundação Avina, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu.

▶ PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

- Participação ativa no processo de retirada do município de Querência da lista dos maiores desmatadores da Amazônia. O empenho dos produtores rurais e o apoio do ISA foram apontados como fatores decisivos no processo. Querência é o primeiro município de Mato Grosso e o segundo do Brasil a sair da lista vermelha dos que mais desmatam. O primeiro foi Paragominas, no Pará. Para sair da lista, Querência conseguiu reduzir significativamente o nível de desmatamento nos últimos quatro anos. Hoje, o município possui mais de 80% do seu território passível de Cadastro Ambiental Rural (CAR) registrados na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema).
- Participação no grupo municipal de controle social do desmatamento em Querência
- Elaboração das bases cartográficas para a realização do processo de adequação socioambiental dos municípios de Canarana, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu e Querência;
- Publicação de 73 boletins mensais De Olho no Xingu de focos de queimadas, sendo 35 boletins diários de focos e 42 boletins de desmatamento e degradação.

▶ ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

- Produção e divulgação do boletim anual da Rede de Sementes do Xingu;
- Publicação do segundo número da série de publicações cartográficas do ISA. *Fique por dentro: a Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso* apresenta o cenário socioambiental da Bacia do Rio Xingu no estado por meio de mapas, textos explicativos, traz informações sobre a ação do fogo, do desmatamento e da ocupação territorial na região;



- Produção do documentário *A Resposta da Terra*, sobre as iniciativas socioambientais realizadas pelas instituições que fazem parte da AXA na região;
- Desenvolvimento da campanha contra o uso irracional do fogo dentro das ações da AXA;
- Reformulação do site da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Publicação de 210 matérias no site da Campanha, sendo 83 de produção interna;
- Mais de 30 mil visitas no site, em 2010 foram 28 mil;
- Divulgação do site da Rede de Sementes do Xingu;
- Repercussão do trabalho em matérias publicadas em grandes veículos: Globo Rural e Revista Época, por exemplo.



Educadores durante encontro itinerante de educação

- Articulação Xingu Araguaia
 - Realização do processo de avaliação participativa das experiências socioambientais das entidades da AXA. A avaliação foi discutida depois com as comunidades pelas organizações que participam da AXA com o objetivo de otimizar o trabalho realizado.

Indicadores

- Aumento da área sob planejamento para conservação e uso sustentável de recursos naturais na região das nascentes do Rio Xingu;
- Número de parceiros mobilizados e envolvidos nos processos de conservação, recuperação e gestão ambiental da região das nascentes do Rio Xingu;
- Número de hectares em processo de restauração florestal por intermédio de diferentes métodos;
- Quantidade e qualidade de sementes coletadas pela Rede de Sementes do Xingu;
- Número de projetos aprovados e/ou negociados que contribuem para proteção e recuperação das matas ciliares e nascentes;
- Melhoria da qualidade das águas e das matas da Bacia do Rio Xingu;
- Estruturação e fortalecimento de arranjos institucionais que contribuem para a governança florestal nas cabeceiras do Xingu;
- Quantidade e qualidade de iniciativas socioambientais em andamento.

Avaliação

Passamos por uma fase de consolidação do novo arranjo institucional do Programa iniciado em 2008, com respaldo e reconhecimento técnico nos processos de restauração florestal em pequenas, médias e grandes propriedades privadas. Destaque para um arranjo institucional integrador da diversidade, a Rede de Sementes do Xingu, que gera renda efetiva por meio da valorização da floresta.

Estabelecer uma parceria para restauração de nascentes e matas ciliares de dois dos três maiores e principais grupos agropecuários da região foi uma conquista dentro da estratégia de estabelecer referências de atores formadores de opinião, juntamente com a realização da expedição Restauração Florestal na região e o estágio profissionalizante. O fechamento de contrato com uma grande empresa de cosméticos para a comercialização de carbono permitiu experimentar um incentivo concreto na viabilização da restauração de APPs.

No campo da educação agroflorestal ocorreu a finalização dos ciclos de formação de agentes socioambientais ao longo da Bacia do Xingu, completando o gesto do ciclo básico formativo na perspectiva da valorização da cultura (agro)florestal.

Paralelamente a isso, tomou forma e relevância a AXA (Articulação Xingu Araguaia) junto a cinco organizações do campo dos movimentos sociais na direção de apoiar e aproximar a lógica das organizações desse campo ao ISA, aliado ao aumento da densidade do cordão de projetos financiados pelo Fundo Xingu.

No campo das políticas públicas estaduais merece destaque o acompanhamento do processo de audiências públicas do ZSEE (Zoneamento socioeconômico e ecológico) do MT, instrumento de planejamento poderoso para a definição dos incentivos e desincentivos em relação ao uso e ocupação do solo.

Perspectivas

- Consolidar e disseminar estratégias de recuperação em larga escala, sobretudo a metodologia de restauração por plantio direto de sementes florestais;
- Criar instrumentos econômicos e financeiros e estratégias de marketing climático para dar escala aos projetos de restauração florestal;
- Consolidação e profissionalização da Rede de Sementes do Xingu, com o desdobramento do plano de negócios e levantamento das opções jurídico-legais da institucionalização;
- Monitorar os processos de adequação ambiental municipal na esteira da implementação do novo arcabouço jurídico institucional das florestas brasileiras e após os processos de Cadastramento Ambiental Rural;
- Compor o grupo facilitador da Iniciativa Nacional de Restauração Florestal na perspectiva de articular e dimensionar o tamanho do desafio da restauração dos ecossistemas brasileiros e a capacidade instalada;
- Realização do III Encontro Nascentes do Xingu à luz da vigência do novo Código Florestal brasileiro e de oito anos de existência da Campanha Y Ikatu Xingu;
- Disseminação do trabalho da Articulação Xingu Araguaia (AXA) por meio do curta-metragem *A resposta da Terra* e do catálogo de iniciativas socioambientais;
- Monitorar de forma qualificada o balanço da Bacia (degradação x reflorestamento), definindo uma estratégia de divulgação e disseminação;
- Funcionamento do Fundo Rotativo de Crédito da Rede de Sementes por meio da Organização Ecosocial do Araguaia (OECA);
- Monitoramento da aplicação da Instrução Normativa de Sementes e Mudanças Florestais.

Melhores momentos

- Realização da II Expedição de Restauração Florestal;
- Saída do município de Querência da lista dos maiores desmatadores da Amazônia;
- Realização da Expedição de Educação Agroflorestal;
- Realização do 8º Encontro da Rede de Sementes;
- Processo de avaliação da AXA e devolutivas nas comunidades;
- Parceria com Embrapa no projeto de aproveitamento econômico de Reserva Legal;
- Disseminação do trabalho de restauração florestal e da Rede de Sementes em outras regiões da Amazônia e Cerrado;
- Reconhecimento da Rede de Sementes do Xingu como uma iniciativa geradora de renda por meio da valorização da floresta.

Terra do Meio

O que é

O Programa Xingu atua em parceria com diversas instituições governamentais, não governamentais, associações e comunidades da Terra do Meio na formulação e implantação de um conjunto articulado de ações nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Busca com isso aumentar a capacidade de interlocução e o protagonismo político dos extrativistas com a sociedade; promover instalação de infraestrutura básica nas Reservas Extrativistas (Resex); ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; promover condições para identificação e registro das práticas de manejo dos recursos naturais tradicionais, além de contribuir com ações para o processo de regularização fundiária nas áreas protegidas.

Equipe

André Villas-Bôas; Biviany Rojas; Christiane Peres, Cristiano Tierno de Siqueira; Elisangela Trzeciak, Erick Deblire, Francinaldo Lima; Katharina Bohl; Marcelo Salazar, Márcio Souza, Marisa Gesteira, Maria Martha Mota, Mayelle Wagner; Raquel Santos, Rita de Cássia Chagas da Silva.

Retaguarda institucional: Adriana Ramos, Antenor Moraes; Christiane Peres, Cristina Velásquez; Edson Mendes Guimarães, Eric Deblire; Fábio Endo; Margareth Nishiyama, Maria Inês Zanchetta, Maria Martha Mota, Moisés Pangoni; Raul Telles do Valle, Rosemeire Rurico Sacó; Sandra Mara Ribeiro, Simone Pereira; Vera Feitosa.

Colaboradores: Ana Paula Souza (Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP), André Tabanez (Firminish), Antônia Martins (Movimento de Mulheres de Altamira), Antônia Melo da Silva (Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS), Arnoldo Luchtenberg (Naturais da Amazônia); Brent Millikan (International Rivers), Bruno Alexandre Gütschow (MPF); Claudio Terre do Amaral (MPF); Daniel Penteado (ICMBio); Eneida Melo (Funai, Fundação Tocaia); Fábio Halmenschlager (Laet/UFPA); Ney Carvalho (SESMA/Altamira); Felício Pontes (MPF); Gabriela Prado (Funai); Helga Yamaki (Imaflora); Janice Muriel Cunha (UFPA), Jeferson Straatmann, Juan Doblaz; Luciana Nascimento Viana (ICMBio); Luiz Wagner (ICMBio); Maria Paula Fernandes (Movimento Gota D'Água), Maurício Torres (Pesquisador, USP), Mauro Braga (ICMBio), Mayumi Rodolfo (Funai); Nilcéia Alves de Moura Oliveira (Semec/Altamira); Patrícia Cota Gomes (Imaflora), Paulo Amorim (IFT); Rainério Meireles (UFPA), Raquel Lopes (UFPA), Renata Pinheiro (MXVPS), Rogério Luiz Miliszewski (Mercur S.A.); Sérgio Marone (Movimento Gota D'Água), Simão Lindoso de Souza (Laet/UFPA), Stephan Schwartzman (EDF); Taina Menegasso (ICMBio), Tatiana Botelho (Funai), Tica Minami (MXVPS); Valéria Vasconcelos (Uniube).

Parcerias e Fontes de Financiamento

► Financiadores

Cooperação Alemã GIZ – Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit; Defesa Ambiental (ED)/Fundação Gordon & Betty Moore; Fundação Rainforest da Noruega – RFN; Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável.

► Parcerias

Amazon Watch; Associação de Extrativistas da Maribel (Aerim); Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri); Associação de Mo-

radores da Resex do Rio Xingu (Amomex); Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora); Centro de Conservação da Biodiversidade da UFPA; Defensoria Pública Estadual de Altamira; ED; Funai/Altamira; Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); Gisela Moreau; ICMBio; Ibama; MPF - Ministério Público Federal de Altamira; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira (MMTCCA); Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Prefeitura Municipal de Altamira/ Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente; Rios Internacionais (IR); Universidade Federal do Pará (UFPA).

O que foi feito

► GESTÃO TERRITORIAL

- Organização e realização da 6ª reunião da Rede Terra do Meio em parceria com FVPP, ICMBio, EDF e Imaflora em Altamira;
- Apoio na logística e organização da 2ª reunião do conselho deliberativo da Resex do Rio Xingu e de duas reuniões dos conselhos deliberativos das Resex do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio;
- Suporte a quatro associações comunitárias da Terra do Meio na organização da gestão;

fotos: Acervo ISA



Extrativistas participam do I módulo do curso de gestão territorial da Terra do Meio

- Qualificação de informações de degradação florestal no noroeste da Resex Riozinho do Anfrísio, subsidiando reuniões e ações do Ministério Público Federal;
- Apoio na articulação de reuniões e organização de informações sobre a retirada ilegal de madeira no norte da Resex Riozinho do Anfrísio e Flona Trairão;
- Apoio nas eleições das três associações comunitárias da Resex do Rio Iriri, Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio;
- Realização do Seminário de Pesquisas das Áreas Protegidas da Bacia do Xingu na Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, em parceria com a ED e Centro de Conservação da Natureza da Bacia do Xingu/UFPA.

► **SAÚDE E EDUCAÇÃO - ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Implantação de infraestrutura para o pólo de desenvolvimento e assistência social: construção de posto de saúde, centro de formação, casa da associação, casa de professor e casa de enfermeiro, alojamento e reabertura de pista de pouso na Resex do Rio Xingu.
- Continuidade do apoio na emissão de carteiras de pesca realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
- Realização do primeiro módulo e das atividades de entremódulos do curso de Formação em Gestão Territorial para a Terra do Meio;
- Articulação com a Secretaria de Saúde para missões de saúde e recursos específicos destinados às Resex e com a Secretaria de Educação em relação a novos professores;
- Plano de atuação diferenciada para a saúde das populações extrativistas da Terra do Meio construído a partir de diagnóstico.

► **ATIVIDADES ECONÔMICAS**

- Apoio na execução de convênio entre empresa compradora de borracha e associações comunitárias das três Resex da Terra do Meio;
- Incentivo à estruturação de três novos paióis para armazenamento da castanha, adiantamento de alimentação;
- Duas oficinas do Grupo de Trabalho de Produção e Comercialização da Terra do Meio para definição de estratégias de produção e comercialização para a região, em parceria com o Imaflorea;
- Implantação de unidade produtiva de óleos de babaçu, andiroba e castanha e intercâmbio com o projeto Sementes da Floresta, em Uruará (PA);
- Reuniões com a indústria de perfumaria Firminish e viagem de campo com a empresa para a Resex Riozinho do Anfrísio;
- Assinatura de termo de cooperação para comercialização de óleo de copaíba da Resex Riozinho do Anfrísio para a empresa Firminish;
- Implantação de mecanismos de capital de giro para a copaíba, funcionando no interior da Resex;
- Conclusão do processo de construção de um plano de ação para produção e comercialização de produtos não madeireiros para a região, com os principais atores locais (governo, ONGs, comunidades, associações, empresas etc). Plano em fase de edição para distribuição aos atores locais;
- Realização de intercâmbio entre coletores de sementes do Pará e Mato Grosso, com apresentação do trabalho da Rede de Sementes do Xingu.



Marcelo Salazar/ISA

Atendimento à saúde nas Reservas Extrativistas da Terra do Meio



Fotos: Acervo ISA

Processamento de óleos vegetais nas Resex



Acervo ISA

Reunião para discussão de plano diferenciado para a saúde nas Resex



► BELO MONTE

- Monitoramento do processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte;
- Análise das condicionantes para implantação da obra, componentes indígenas e ambientais e elaboração e divulgação de quadro de acompanhamento da realização das condicionantes;
- Participação do ISA como conselheiro do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu). Ao longo do ano foram oito reuniões;
- Apoio na elaboração de laudo sobre o valor da floresta no ramal da Cobra Choca, na Volta Grande do Xingu;
- Produção de notícias sobre o processo de licenciamento de Belo Monte para esclarecimento da sociedade e atendimento à imprensa por meio de entrevistas para revistas, jornais, rádios e televisões dos principais meios de comunicação brasileiros e internacionais.

Indicadores

- Aumento de 97% na produção de borracha em relação a 2010;
- Contrato fechado para venda de copaíba de 1300 litros por ano;
- Início do processo de formação de lideranças das Resex em Gestão Territorial;
- Formação de Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes no PDRS Xingu;
- Construção de infraestrutura de saúde e formação na Resex do Rio Xingu.

Avaliação

Em 2011 tivemos um ano conturbado na região de Altamira e Terra do Meio, com o início efetivo das obras de Belo Monte, aumento da população local e de conflitos na região. Coincidência ou não, 2011 foi o ano do maior assalto aos estoques de madeira da Resex Riozinho do Anfrísio, ocasionando ameaças e cooptação aos moradores. O presidente da Associação de Moradores, por exemplo, teve de ingressar no programa de proteção a defensores de direitos humanos e tem proteção policial 24 horas. Outro episódio foi o assassinato de um denunciante do mesmo esquema na região logo depois uma denúncia ao Ministério Público Federal e à Secretaria Geral da Presidência da República.

Mesmo com esse cenário, alguns marcos importantes foram atingidos como a implantação de uma unidade produtiva de óleos na Resex do Rio Iriri, a construção de escola, posto de saúde, alojamento e outras obras formando um pólo de desenvolvimento e inclusão social na Resex do Rio Xingu. Foi também assinado um termo de cooperação entre uma empresa de perfumaria e moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio. A produção de borracha natural dobrou, no âmbito de outro termo de cooperação já assinado com uma empresa compradora do produto e foi feita articulação com uma empresa compradora de castanha para a safra de 2012.

Foi realizado o primeiro módulo, de um total de seis, do curso de formação em gestão territorial para extrativistas da Terra do Meio. O curso contou com a participação de 36 extrativistas das três Resex. Foi também concluído um plano para o atendimento diferenciado à saúde das populações extrativistas da região. Um marco do ano foi a realização de um encontro de pesquisa focado no corredor de sociobiodiversidade do Xingu, em Altamira, aquecendo o diálogo no sentido da proteção e valorização desse corredor e de seus povos.

fotos: Marcelo Salazar/ISA



Encontro da Rede Terra do Meio em Altamira



Índios xikrin se reúnem com Procurador da República para discutir impactos de Belo Monte

O ISA também ingressou como conselheiro no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) e articulou a formação de uma Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes de Belo Monte.

Perspectivas

Em 2012, com a finalização das obras na Resex do Rio Xingu, encerram-se as obras para implantação de pólos de desenvolvimento e inclusão social nas Resex da Terra do Meio. Com as estruturas prontas no grande desafio é atrair ainda mais o Estado para a realidade das Resex. Seja para melhoria na implantação de políticas públicas de saúde e educação, iniciadas nos últimos anos, seja para construção de novas políticas capazes de dialogar com a realidade das populações extrativistas.

Um grande desafio para os próximos dois anos é o diálogo sobre a valorização de produtos do Xingu, com a criação de um selo de origem para esses eles. Prevê-se ainda o aumento da produção de borracha e funcionamento de um sistema de capital de giro e financiamento, combinando recursos doados e políticas. Espera-se que as associações comunitárias iniciem a gestão de projetos próprios com assessoria do ISA e outros parceiros. Serão também realizados outros dois módulos do curso de formação em gestão territorial, atividade fundamental para que os extrativistas compreendam melhor as expectativas da sociedade sobre eles e possam dialogar com elas, melhorando o atendimento de políticas públicas para a consolidação de seus territórios.

Com relação ao acompanhamento do processo de licenciamento de Belo Monte, temos em perspectiva a instrumentação dos movimentos sociais

com informações qualificadas e suporte técnico para algumas associações na elaboração de estratégias e projetos que os protejam dos impactos da construção da usina.

Preveem-se ainda articulações entre as diversas redes da Bacia do Xingu no sentido da formação do Comitê da Bacia do Rio Xingu como um dos instrumentos de ordenamento da gestão desta Bacia.

Melhores momentos

- Realização de seminário de pesquisa para debater a sociobiodiversidade da Bacia do Xingu;
- Intercâmbio com a Rede de Sementes do Xingu;
- Parceria comercial consolidada para borracha e estabelecida para a copaíba, com condições diferenciadas de preços, prazos e volumes de entrega;
- Construção de infraestrutura para o polo de desenvolvimento e assistência social na Resex do Rio Xingu;
- Desenvolvimento de plano de atuação diferenciada para a saúde das populações extrativistas da Terra do Meio;
- Aprovação da Câmara Técnica de Monitoramento e de Povos e Populações Tradicionais no PDRS Xingu.



Técnica de escalada para coleta de sementes é apresentada por instrutor em intercâmbio realizado em Altamira

TEMA

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O que é

O tema Povos Indígenas no Brasil é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Mantém, desde o início da década de 1980, uma ampla rede de colaboradores e, paralelamente, estabelece trocas cotidianas com os programas do ISA, principalmente aqueles que trabalham em parceria com as associações indígenas (Xingu e Rio Negro). Essa rede contribui com informações para as publicações e os sites do tema.

Ao disponibilizar à sociedade brasileira e ao público lusófono e anglófono um conjunto sistematizado de informações sobre povos indígenas, o tema supre uma grande lacuna. Os sites Povos Indígenas no Brasil e PIB Mirim podem ser acessados a partir do portal do ISA (www.socioambiental.org) ou diretamente em (<http://pib.socioambiental.org> / <http://pibmirim.socioambiental.org/>)

A série Povos Indígenas no Brasil, publicada desde 1980, é outra importante fonte de informações produzida pela equipe e evidencia o acompanhamento permanente das políticas públicas voltadas a essas populações

Equipe

Coordenação: Fany Pantaleoni Ricardo; *Desenvolvimento web:* Alex Piaz, João Ricardo Rampinelli; *Produção e edição de conteúdos:* Bruno Bevilacqua Aguiar, Majoí Fávero Gongora, Tainã Feliciano Mansani de Oliveira, Tiago Moreira dos Santos, Tatiane Klein; *Pesquisadores:* Bruno Bevilacqua Aguiar, Frederico Viegas, Graziela Rissato, Marília Garcia Senlle; *Estagiários:* Camila Rillo (Ciências Sociais), Carolina Bernardes Scheidecker (Ciências Sociais), Maria Carolina Moraes (Ciências Sociais), Rafael D'Amico Flaborea (Ciências Sociais)

Colaboradores: Julio Cezar Melatti, Beto Ricardo, Renato Sztutman, Valéria Macedo

Fontes de financiamento

Embaixada da Noruega

Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento

Site Povos Indígenas no Brasil Mirim (PIB Mirim)

O que é

Criado em junho de 2009, o PIB Mirim (<http://pibmirim.socioambiental.org/>) é o primeiro site voltado ao público infante-juvenil sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil.

Em linguagem apropriada ao público a quem se destina, os objetivos dessa iniciativa são mostrar a diversidade dos povos indígenas de maneira educativa e lúdica; romper com os estereótipos amplamente difundidos; e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no País. Os conteúdos do PIB Mirim também servem de suporte para os professores abordarem a temática indígena em sala de aula, visto que, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio.

O site tem sido acessado cada vez mais, no Brasil e no mundo, e a participação das crianças também tem crescido de forma significativa. No período de janeiro a dezembro, o número total de visitas foi de 308.513. A maior parte das visitas é feita no Brasil (295.632), mas como o site está traduzido para o inglês, o alemão e o espanhol, foi acessado por pessoas de outros 150 países. Depois do Brasil vêm os Estados Unidos com 2.149 visitas, Portugal com 1.998 e a Alemanha, com 1.593 visitas (Fonte: Google Analytics).

• Como o site está organizado

Para criar e organizar os conteúdos do site foi fundamental levar em consideração as expectativas, dúvidas e interesses das crianças diante do tema. Com base nesta ideia, a elaboração dos textos do PIB Mirim partiu de questões que apareceram nos e-mails enviados pelas crianças. Os conteúdos giram em torno de cinco grandes eixos: Antes de Cabral, Quem são, Onde estão, Como vivem e Línguas. Cada um deles se subdivide em seções, cujos assuntos se desdobram em uma série de perguntas e respostas encadeadas, de fácil entendimento.

A equipe realizou inúmeras pesquisas bibliográficas, aliadas às conversas com especialistas em antropologia, arqueologia e educação, entre outras áreas de conhecimento. Uma constante pesquisa audiovisual tem enriquecido o site com fotos, mapas, desenhos e vídeos.

O PIB Mirim busca dar espaço aos conteúdos produzidos pelos próprios indígenas ou em parceria com eles. Conta com vários conteúdos elaborados pelas comunidades com as quais o ISA desenvolve projetos, como é o caso de populações da região do Alto Rio Negro e do Parque Indígena do Xingu. Vídeos sobre brincadeiras e línguas indígenas, textos sobre jogos, alimentação, divisão das tarefas cotidianas, além de diversos desenhos são alguns dos exemplos.

Paralelo a esse trabalho, a equipe, junto com a 8D Games, empresa especializada em jogos e interação digital, criou o espaço Aldeia Virtual, que inclui três mini-jogos (Corrida de Toras, na aldeia circular, e Arco e Flecha e Coleta da Pupunha, na Aldeia Yanomami).

• Aldeia Virtual

Aldeia Virtual é um espaço interativo que explora a diversidade cultural dos povos indígenas de maneira a conciliar diversão e aprendizado. Para a equipe, era fundamental a criação de um ambiente virtual que mostrasse as diferenças entre os povos, isto é, aquilo que os particulariza, afastando assim o estereótipo do "índio genérico".

No jogo, o primeiro contato do participante com o diferente se dá quando ele faz o cadastro. Além de preencher os dados convencionais, é necessá-

rio escolher um avatar (personagem), com o qual brincará. Os avatares são desenhos criados a partir de referências reais sobre sete povos indígenas: Ashaninka, Asurini do Xingu, Karajá, Krahô, Matis, Xikrin Kayapó e Yanomami. Logo no início, o jogador se depara com desenhos de índios muito diferentes entre si, pois destacam estéticas singulares.

Depois de escolher uma etnia e nomear o avatar, a criança está pronta para brincar na Aldeia Virtual: conversar com as pessoas que estiverem online e conhecer a aldeia circular, espaço livremente inspirado nas aldeias no Cerrado, e a Aldeia Yanomami, o mais novo ambiente do jogo. Nas duas aldeias, os participantes conversam por meio da ferramenta de bate-papo, trocam impressões sobre o site e o jogo e fazem amizades.

A novidade da Aldeia Virtual é a Aldeia Yanomami. Com este novo ambiente, as crianças podem ver como é uma aldeia na região amazônica, conhecer a arquitetura dos Yanomami, além de aprender um pouco sobre os seus modos de vida. Nesta aldeia existem dois mini-jogos, Coleta da Pupunha e Arco e flecha. Estas duas atividades foram escolhidas por serem centrais para esse povo, além de permitirem a criação de cenas bastante divertidas para as crianças.

O que foi feito

- PIB Mirim ganhou o terceiro lugar da Categoria Digital e Interativa do Prix Jeunesse Iberoamericano 2011 [<http://www.prixjeunesseiberoamericano.com.br/>], prêmio criado com o objetivo de promover produções audiovisuais de qualidade para crianças e jovens. O site PIB Mirim foi a única iniciativa brasileira premiada na categoria.
- No dia 19 de junho, foram realizadas atividades educativas com quatro turmas do Ensino Fundamental 1 da Escola Lourenço Castanho, em São Paulo.

Avaliação

O site PIB Mirim é mais uma das contribuições do ISA para a disseminação de informações de qualidade sobre os povos indígenas – aqui o foco está nas novas gerações. O site apresenta a temática indígena de forma educativa e interessante tanto para crianças de 7 a 12 anos (público alvo inicial), quanto para jovens e educadores. Todos eles receberam o site como uma importante fonte de informação para suas pesquisas.

PIB MIRIM EM NÚMEROS

A participação das crianças tem crescido de forma significativa.

Mais de **6.600** pessoas cadastradas no jogo Aldeia Virtual, mais de **699** comentários postados no site e **169** e-mails de usuários buscando informações foram **recebidos e respondidos**. Na conta do PIB Mirim no Twitter (@pib_mirim), há **325** seguidores (dezembro de 2011).

Número total de acessos:
308.513 visitas; **632.029** visualizações de página

(fonte: Relatórios Google Analytics)



O site tem tido acessos provenientes dos mais diferentes estados do país (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia). Com a tradução dos conteúdos para o inglês, alemão e espanhol, alcança o público de outros países (Estados Unidos, Portugal e Alemanha). Em todas as páginas há um espaço aberto para a publicação de comentários e toda semana, são postados inúmeros recados com perguntas,

observações e elogios ao PIB Mirim. O público é bem diverso: são crianças que entram primeiro na Aldeia Virtual e acabam passeando pelas seções do site; outras procuram informações para fazer seus trabalhos escolares; há também educadores que utilizam o site em suas atividades de sala de aula etc.

Site Povos Indígenas no Brasil

O que é

O site disponibiliza a Enciclopédia dos Povos Indígenas ao público, com mais de 200 verbetes sobre povos específicos e cinco especiais: Parque Indígena do Xingu, Etnias do Rio Negro, que descrevem regiões, contextos e tratam de 56 etnias.

Além disso, o site contém um menu fixo com as informações gerais sobre a situação atual dos índios no Brasil, onde estão, quantos são, quem são, índios isolados, que línguas falam, modos de vida, direitos e organizações, projetos e parcerias, marcas e sites indígenas, serviços ambientais, notícias, publicações para download etc.

Sua primeira versão é de 1997. Foi reestruturado em 2005 e relançado em 2008 relacionado ao sistema de banco de dados das Terras Indígenas possibilitando informações on line do reconhecimento dessas terras, por meio da plataforma Caracterização Socioambiental das Terras Indígenas, que apresentava as principais informações jurídicas, pressões e ameaças, projetos e parcerias, notícias na íntegra de cada terra.

No final de 2011 a plataforma “Caracterização (...)” foi substituída por outra mais completa e com mais possibilidades de pesquisa e agora o site foi ligado diretamente a essa nova plataforma, o painel de dados e indicadores “De Olho nas Terras Indígenas” (<http://ti.socioambiental.org>).

Alcance

De janeiro a dezembro de 2011, o número total de visitas foi de 1.184.975 (Fonte: Google Analytics). Destas, 1.033.808 são provenientes do Brasil. O site está traduzido para o inglês (<http://pib.socioambiental.org/en>) e tem sido acessado de outros 189 países, como os Estados Unidos, com 27.860 visitas (janeiro a dezembro de 2011), Portugal com 11.009, Colômbia, com 10.468 e Argentina, com 7.370. Desde 2009 o conteúdo tem sido traduzido para o espanhol (<http://pib.socioambiental.org/es>), com prioridade para os verbetes dos povos indígenas que vivem na Amazônia brasileira e na fronteira sul do país, além de parte do conteúdo geral do site, completando 140 verbetes publicados nesta língua.

Nos últimos anos passamos a implementar o uso de ferramentas para a divulgação de informações qualificadas sobre os povos indígenas nas re-

des sociais, com a abertura de uma conta no Twitter (@povosindigenas), que conta hoje com mais de 4.000 seguidores, e uma página no Facebook. Também em 2011 criamos um aplicativo para Google Chrome do site Povos Indígenas no Brasil, que já conta com mais de 2.100 usuários.

O que foi feito

- Revisão, atualização e padronização geral de conteúdo, textos e verbetes;
- Incremento do uso de ferramentas de interação com o público: Twitter, Facebook etc.;
- Criação de links internos para melhorar a navegação;
- Revisão e inserção de imagens (fotografias e vídeos);
- Publicação do verbete Tapayuna <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapayuna>
- Criada seção “Downloads” com acesso a diversas publicações do ISA sobre o tema Povos Indígenas
- Atualização do verbete Paumari com a colaboração da antropóloga, Oiaira Bonilla <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paumari>
- Atualização do verbete Xipayá com a colaboração da antropóloga Marlinda Patrício;
- Publicação do artigo “Imputabilidade penal” <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/temas-recentes/imputabilidade-penal> ;
- Disponibilização de novas ferramentas de acesso ao banco de notícias (novos filtros) [<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>].
- Criado aplicativo do site para Google Chrome
- Atualização e destaque da seção “Sites indígenas”
- Tradução de 3 verbetes para o inglês (Oro-win, Naruvotu e Hixkaryana)
- Tradução de 6 verbetes para o espanhol (Oro-win, Naruvotu, Puyanawa, Tapayuna, Shanenawa, Tsohom-dyapá)

Avaliação

No ano de 2011, foi possível aumentar significativamente o conteúdo, as parcerias e o público do site, reafirmando sua posição como fonte privilegiada de informação sobre os povos indígenas.

PIB EM NÚMEROS

Verbetes

207 (Português)

174 (Inglês)

140 (Espanhol)

Uso do site (Fonte: Google Analytics)

1.184.975 visitas

3.284.984 visualizações de página

189 países.

Comunicação e divulgação

585 e-mails de usuários buscando informações sobre povos indígenas foram recebidos;

Twitter: crescimento do número de seguidores, passando de 1.900 seguidores (janeiro/2011) para 3.908 (dezembro/2011);

Facebook: a página do PIB (<https://www.facebook.com/povosindigenasnobrasil>) criada em novembro, já foi “curtida” por mais de 400 usuários.

Aplicativo do PIB para Chrome: utilizado por mais de 2.100 usuários

Em 2011 foram mais de 580 e-mails recebidos pelo “Fale conosco”, de educadores, pesquisadores, escolas, organizações nacionais e internacionais e próprios dos indígenas. A maior divulgação dos conteúdos do site nas redes sociais contribuiu para fortalecer a relação com usuários e aumentar a propagação e o reconhecimento das atividades realizadas. Notamos a importância de disponibilizarmos conteúdo audiovisual, o que permite ampliar os perfis de usuários, bem como gerar interesse pelos conteúdos textuais.

Também a tradução de seu conteúdo para o inglês e a continuidade da tradução para o espanhol têm possibilitado maior visibilidade dos povos indígenas em diferentes países.

Como o mais acessado entre os sites do ISA, o PIB tem o poder de gerar tráfego e encaminhar usuários aos outros sites do ISA como o portal institucional, o De Olho nas Terras Indígenas, Unidades de Conservação na Amazônia e sites de programas, bem como divulgar as publicações impressas/digitalizadas feitas por outros programas.

Povos Indígenas do Brasil

Perguntas frequentes | Fale conosco | Quem somos

No Brasil atual | Políticas indígenas | Direitos | Iniciativas indígenas | Terras Indígenas | Quadro Geral dos Povos

Tapayuna

Outros nomes: **Ordejo** (de São José), **Araxá**, **Suay**, **Ocidental**, **Kajewitzihi**

Ordejo estão: **MT**

Quantos são: **160** (Rupitães Suay e Tapayunã Suay, 2010)

Família linguística: **Jê**

Introdução

“Precisamos amansar os brancos, que são muito selvagens.”

Esta era uma frase bastante ouvida pelos missionários jesuítas durante contatos com os Tapayuna (1).

Os Tapayuna viviam originariamente na região do rio Arinos, próxima ao município de Diamantino, no Mato Grosso. Havia em seu território tradicional uma diversidade de recursos naturais, como seringueiras, minérios e madeiras, e por este motivo foi usurpado inúmeras vezes por seringueiros, garimpeiros e madeiros, entre outros invasores não indígenas.

Na década de 1970, o grupo foi vítima de um envenenamento com a carne de uma anta, oferecida aos índios por invasores. Os 41 sobreviventes foram transferidos para o **Parque Indígena do Xingu**, vivendo primeiramente na aldeia dos **Kisúdjê** (mais conhecidos como Suay), que também falam uma língua da família Jê.

Nos anos 1980, com a morte de um importante líder e pajé, uma parte do povo Tapayuna foi morar com os Mebengôkrê (**Kayapó**), na **Terra Indígena Capoto-Jarirã**. O fato dos Tapayuna morarem em aldeias Kĩedjê e mebengôkrê provocou o enfraquecimento da sua língua e cultura.

Em 2010, a população foi estimada em cerca de 160 pessoas que estavam distribuídas em aldeias na **Terra Indígena Wawri** e na Terra Indígena Capoto-Jarirã.

Notícias deste povo

Diálogo entre dois mundos 20/05/2011

Peret: a contação de histórias 20/05/2011

Índios relembram demarcação 11/12/2010

++ Notícias

Terras habitadas

Xingu

Capoto-Jarirã

Wawri

Povos Indígenas do Brasil

Perguntas frequentes | Fale conosco | Quem somos

No Brasil atual | Políticas indígenas | Direitos | Iniciativas indígenas | Terras Indígenas | Quadro Geral dos Povos

Xipaya

Outros nomes: **Nôcia**

Ordejo estão: **PA**

Quantos são: **34** (Família Jarirã, 2010)

Família linguística: **Juruna**

Introdução

Desde o século XVII, os Xipaya foram perseguidos pelos colonizadores e forçados a trabalhar na empresa extrativista. Foram aldeados na Missão Tauaquara, na região em que posteriormente cresceu a cidade de Atalma, onde sempre foram marginalizados e tiveram negados seus direitos indígenas. Hoje estão distribuídos entre esta cidade e as aldeias, e lutam por seus direitos territoriais e de cidadania.

Imprimir | Enviar | Delicioso Salvar este link no Delicioso | Reportar erros

Notícias deste povo

Projeto continua sem respostas sobre reunião com presidente da Funai, dizem indígenas 20/05/2012

“É um desrespeito aos povos indígenas propor uma consulta sobre as obras estarem decididas”. Entrevista especial com Felipe Fortes Junior 31/12/2011

Índigenas de região de Atalma são vítimas sobre direitos. Sérgio Marone acompanha mobilizações 30/10/2011

++ Notícias

Terras habitadas

Xipaya

Marieta Melo Patrício
Antropóloga
marimelo@culturasociais.ufpa.com.br

Série Povos Indígenas no Brasil

O que é

A Série Povos Indígenas no Brasil é a herança mais sólida que o ISA recebeu do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), particularmente de seu Programa Povos Indígenas no Brasil. A conformação desse trabalho remonta ao início dos anos 1970. Naquela época, a situação dos índios era desconhecida por parte da opinião pública, do Estado responsável pelas políticas públicas e da própria antropologia, cujos especialistas disputavam de informações desatualizadas, parciais e desiguais sobre um número reduzido de povos indígenas da Amazônia.

Foi nesse contexto que começou a se consolidar uma extensa rede de colaboradores, não só para “colocar os índios no mapa do Brasil”, mas também para apoiá-los em seus projetos de futuro. São pesquisadores, indigenistas, missionários, indígenas, médicos, jornalistas, fotógrafos, entre outros, que seguem apoiando o ISA em ações que deem visibilidade aos povos indígenas por meio de informações qualificadas.

A tarefa de tecer, periodicamente, painéis tão abrangentes, é como montar quebra-cabeças de milhares de peças, sem a imagem-guia. Fazê-la a partir da sociedade civil - e não do Estado - tem exigido o aprimoramento dos contatos com a rede de colaboradores do ISA e a persistência da equipe de pesquisadores, que traça uma linha editorial baseada em estratégias participativas e cumulativas.

• Nova edição

A nova edição do livro Povos Indígenas no Brasil foi finalizada em setembro de 2011 e lançada em cinco cidades do País (São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Altamira) entre as últimas semanas de novembro e o início de dezembro. Reunindo análises e reflexões sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil, o livro trata de temas como política indigenista e indígena, legislação, conflitos, situação jurídica e de fato das Terras Indígenas, saúde,

educação e projetos econômicos. A nova edição está organizada em duas partes principais: a primeira traz informações gerais sobre as questões indígenas no Brasil, e a segunda pormenoriza, em cada capítulo, a situação dos povos por região. São 778 páginas com uma síntese diversificada de tudo que foi produzido sobre e pelos povos indígenas no Brasil nesse espaço de tempo.

• O livro em números:

778 páginas; 165 artigos assinados; 810 notícias extraídas e resumidas a partir de 175 fontes jornalísticas; 228 fotos; 33 mapas; Caderno especial de 32 páginas com imagens de destaques do período.

Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil

A Enciclopédia, disponível no site Povos Indígenas no Brasil há quase 13 anos, traz 207 verbetes sobre povos indígenas que vivem atualmente no País. A obra ainda não está completa.

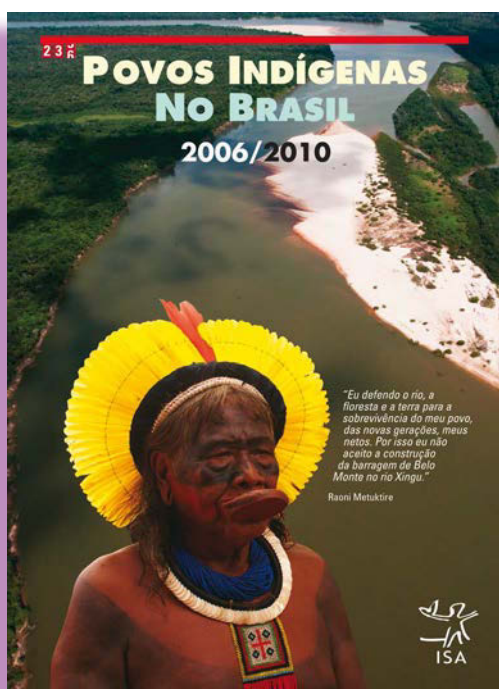
Essa iniciativa, cujo objetivo é divulgar na internet a diversidade sociocultural dos índios, conta, para a elaboração dos conteúdos, com o vasto acervo de documentos, imagens e mapas do ISA, e com sua rede de colaboradores. Os textos abordam temas relativos aos modos de vida, à organização social, ao histórico do contato, à língua, às terras e outros aspectos culturais, políticos e econômicos dos diferentes grupos.

A Enciclopédia é resultado de um processo permanente de sistematização e atualização de informações provenientes de diferentes fontes. Esse esforço muitas vezes é acompanhado por alguns desafios, a saber:

• Quadro dos Povos

A questão da etnicidade é um dos desafios na atualização desse quadro dinâmico que mostra a sociodiversidade contemporânea no Brasil. Particularmente a história dos povos indígenas inclui processos de fusão e divisão. Estabelece os critérios que diferenciam um “povo” de uma “comunidade” ou de um “subgrupo” é algo arbitrário e nem sempre consensual. Há critérios sociológicos (identificados pelos pesquisadores), nativos (apontados pelos próprios grupos) e eminentemente políticos (visando o reconhecimento de direitos ou a obtenção de benefícios) para a identificação de um grupo étnico, que nem sempre são coincidentes e cujas fronteiras são intercambiáveis. Assim, classificar e contabilizar o número de povos indígenas acarreta imprecisão e implica constante revisão e atualização. Daí a adequação da rede virtual, que mantém aberta a possibilidade de atualizações, de acordo com as reivindicações e esclarecimentos feitos pelos colaboradores indígenas e não indígenas do ISA.

No contexto atual, é possível que o processo mais emblemático do dinamismo do quadro étnico no Brasil seja aquele relativo às chamadas “identidades emergentes” (ou “índios ressurgidos”, ou “índios resistentes”). Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passa a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígena. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome). A questão é complexa e está imbricada com a concentração fundiária no País e a precariedade dos serviços públicos de promoção do bem-estar social. Nesse quadro, a reivindicação da identidade indígena traz consigo a conquista de direitos territoriais e de assistência diferen-



ciada nos serviços de saúde e educação, bem como financiamentos para projetos econômicos.

• Edição

A maior parte dos verbetes hoje disponíveis no site foi elaborada por pesquisadores, geralmente antropólogos ou linguistas, com conhecimento específico sobre um determinado povo. Mesmo quando um texto é construído com a colaboração direta do autor, a tarefa de edição não costuma ser fácil. Os pesquisadores estão normalmente envolvidos em inúmeras atividades e, por esse motivo, a equipe realiza vários contatos até finalmente concluir todas as etapas necessárias para a publicação do verbete (revisão e edição, retorno para o autor, seleção de fotos, levantamento de dados sobre população e localização, edição em web, aprovação do autor e publicação).

Nos últimos anos por causa da pouca disponibilidade dos especialistas para redigir os verbetes, estamos investindo cada vez mais na edição a

partir de conteúdos preexistentes encontrados em teses, livros, artigos, relatórios e outros tipos de documentos. A equipe reúne o material, existente muitas vezes no acervo do ISA, e o edita em formato de verbete, destacando itens como “nome”, “língua”, “localização”, “população”, “histórico da ocupação e do contato”, “organização social”, “cosmologia”, “rituais”, “atividades produtivas”, “notas sobre as fontes” e “fontes de informação”. Depois disso, uma primeira versão é encaminhada para o(s) autor(es) para que faça(m) acréscimos e correções que julgar(em) necessários. No projeto gráfico do verbete, cada item corresponde a uma página, de modo que cada verbete pode ser assinado por diferentes autores.

Esse processo de edição, apesar de mais trabalhoso, tem resultado em verbetes de boa qualidade, pois reúne o melhor conteúdo produzido sobre um povo específico em uma linguagem adequada ao público heterogêneo do site.

